

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – DOUTORADO**

DANILLO ALARCON

**AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O ORIENTE MÉDIO
NA FASE INICIAL DA GUERRA FRIA (1947-1957)**

**GOIÂNIA
2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES
ELETRÔNICAS DE TESES**

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

DANILLO ALARCON

3. Título do trabalho

AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O ORIENTE MÉDIO NA FASE INICIAL DA GUERRA FRIA (1947-1957)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti, Professor do Magistério Superior**, em 16/04/2021, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANILLO ALARCON, Discente**, em 19/04/2021, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2004753** e o código CRC **A731F126**.

DANILLO ALARCON

**AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O ORIENTE MÉDIO
NA FASE INICIAL DA GUERRA FRIA (1947-1957)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Carlo Patti

Linha de Pesquisa: Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História

GOIÂNIA
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Alarcon, Danillo

As Relações Entre o Brasil e o Oriente Médio na fase inicial da Guerra Fria (1947-1957) [manuscrito] / Danillo Alarcon. - 2021.
245 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Carlo Patti .

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2021.

Bibliografia.

Inclui mapas, fotografias, lista de figuras.

1. Brasil. 2. Guerra Fria. 3. Israel. 4. Irã. 5. Egito. I. , Carlo Patti, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº **017/2021** da sessão de Defesa de Tese de **DANILLO ALARCON** que confere o título de Doutor(a) em **História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um**, a partir da(s) **10h00**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **“AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O ORIENTE MÉDIO NA FASE INICIAL DA GUERRA FRIA (1947-1957)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Carlo Patti (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Alexandre Luis Moreli Rocha (USP)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Nicola Melis (Università di Cagliari)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Rogério de Souza Farias (UnB)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Elias Nazareno (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do **trabalho**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Carlo Patti**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação**, em 07/04/2021, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti, Professor do Magistério Superior**, em 15/04/2021, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Professor do Magistério Superior**, em 19/04/2021, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1939968** e o código CRC **3825B645**.

DANILLO ALARCON

**AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O ORIENTE MÉDIO
NA FASE INICIAL DA GUERRA FRIA (1947-1957)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlo Patti (Presidente)

Prof. Dr. Alexandre Moreli (IRI/USP)

Prof. Dr. Elias Nazareno (PPGH/UFG)

Prof. Dr. Nicola Melis (*Università di Cagliari*)

Prof. Dr. Rogério de Souza Farias (Fundação Alexandre de Gusmão)

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui meus agradecimentos:

A meu orientador, professor Carlo Patti, pela amigável, honesta e decisiva contribuição para que esse trabalho se consolidasse.

Aos professores e servidores da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, especialmente ao professor Eugênio Rezende de Carvalho, que me acompanhou no primeiro ano dessa empreitada do doutorado.

Ao professor Alexandre Moreli, que muito contribuiu para a qualificação desta proposta de pesquisa e que gentilmente aceitou participar da defesa desta tese.

Aos professores Nicola Melis, Elias Nazareno e Rogério de Souza Farias por terem aceitado o convite para a banca de defesa deste trabalho. Ao último também agradeço a gentil recepção em Brasília e pela contribuição valiosa na pesquisa realizada nos arquivos do Itamaraty. Agradeço também ao professor Eduardo Uziel, que muito gentilmente teceu comentários sobre a tese, despertando-me para reflexões importantes.

A meus colegas e amigos da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

A meus pais, familiares e amigos, que me deram chão, apoio e acolhida ao longo dos últimos anos.

RESUMO

O objetivo desta tese é investigar e compreender os fatores que constrangeram e motivaram as relações internacionais do Brasil com o Oriente Médio – especialmente com Israel, Irã e Egito – entre os anos de 1947 e 1957. Parte-se da premissa central de que o contexto da Guerra Fria foi fundamental para balizar e moldar a leitura brasileira sobre a região durante aqueles dez anos. Define-se a Guerra Fria a partir de três elementos: a disputa ideológica entre o modelo de desenvolvimento capitalista e o comunista; a bipolaridade; e, a luta contra o colonialismo europeu, com seu ponto máximo entre os anos 1950 e 1960. Esses elementos distinguem as especificidades da política internacional entre os anos 1946/47 a 1990. O estudo mostra que o contexto e as agendas do período canalizaram a forma como uma parcela da elite político-econômica do país, dentre ela o aparato diplomático, percebia a luta anticolonial na região do Oriente Médio, pois enxergava no nacionalismo a subversão comunista, refletindo as questões domésticas brasileiras. Outros grupos sociais relacionavam a luta anti-imperialista naqueles países com o que se travava aqui no Brasil. Temas como a nacionalização e a utilização de recursos naturais e o desenvolvimento econômico eram comuns a Brasil, Egito, Irã e Israel, a despeito das distâncias geográficas. A pesquisa revela também que, complementarmente à importância da Guerra Fria, a religiosidade católica brasileira e considerações culturais, muitas vezes discriminatórias em relação ao islamismo, foram elementos constantes que permearam as interpretações sobre os acontecimentos do Oriente Médio. Além dos estereótipos sobre os países e culturas da região, percebe-se uma postura da diplomacia que demonstra um conhecimento parcial e enviesado do próprio país que os diplomatas brasileiros representavam. Esta tese busca preencher uma lacuna encontrada na bibliografia sobre as relações do Brasil com o Oriente Médio no recorte temporal que vai da aprovação do Plano de Partilha da Palestina em 1947, ao envio das forças do “Batalhão Suez” em 1957. Para tal são utilizadas fontes diversas. Do arquivo em Brasília do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) são estudados especialmente os ofícios e telegramas, confidenciais e ostensivos, das legações brasileiras no Cairo, Tel Aviv e Teerã. Da mídia impressa brasileira, utiliza-se material do “Tribuna da Imprensa”, do “Última Hora”, do “Imprensa Popular” e do “Correio da Manhã”, dentre outros, prezando pela representatividade ideológica e importância histórica. Esses últimos encontram-se digitalizados e disponibilizados pela “Hemeroteca Digital”, da Fundação Biblioteca Nacional. Também são utilizados outros documentos disponibilizados na rede, dentre os quais o material da série “Diário do Congresso Nacional”. O trabalho está dividido em seis capítulos, além da Introdução e da Conclusão.

Palavras-chave: Brasil; Guerra Fria; Israel; Irã; Egito.

ABSTRACT

Title: BRAZIL-MIDDLE EAST RELATIONS IN THE INITIAL PHASE OF THE COLD WAR (1947-1957)

This thesis aims to investigate and comprehend the factors that constrained and motivated Brazil-Middle East relations - particularly with Israel, Iran, and Egypt - between 1947 and 1957. The central assumption is that the context of the Cold War was fundamental to guide and shape the Brazilian understanding of the region during those ten years. The Cold War is defined based on three elements: the ideological dispute between the capitalist and the communist models for development; bipolarity; and the fight against European colonialism, that reached its peak between the 1950s and 1960s. These elements characterize the specificities of international politics between the years 1946/47 to 1990. The study shows that the context and agendas of the period channeled the way in which a share of Brazilian political and economic elites, including the diplomatic apparatus, perceived the anti-colonial struggle in the Middle East, as they saw communist subversion in nationalism, reflecting Brazilian domestic issues. Other social groups associated the anti-imperialist struggle in those countries to what was going on in Brazil itself. Themes such as nationalization and the use of natural resources and economic development were familiar to Brazil, Egypt, Iran, and Israel, despite geographical distances. The research also reveals that, in addition to the importance of the Cold War, Brazilian Catholic religiosity and cultural considerations, often discriminatory in relation to Islam, were constant components that permeated the interpretations about the events in the Middle East. Those reflected more than just stereotypes about the countries and cultures of the region, but a diplomatic attitude that demonstrated a partial and biased knowledge of Brazil itself. This thesis seeks to fill a gap in the bibliography on Brazil's relations with the Middle East in the time frame that goes from the approval of the Palestinian Partition Plan in 1947, to the deployment of the forces of the "Batalhão Suez" in 1957. For that purpose, different sources were exploited. From the Ministry of Foreign Affairs of Brazil (MRE) in the Brasília archive, the official and confidential letters, and telegrams of the Brazilian legations in Cairo, Tel Aviv and Tehran are specially considered. From the country's printed media, material from "Tribuna da Imprensa", "Ultima Hora", "Imprensa Popular" and "Correio da Manhã", among others, are used, appraising their ideological representativeness and historical importance. The latter are digitalized and made available by the "Hemeroteca Digital", of "Fundação da Biblioteca Nacional". Other documents available on-line are also used, including material from the series "Diário do Congresso Nacional". The work is divided into six chapters, in addition to the Introduction and Conclusion.

Keywords: Brazil; Cold War; Israel; Iran; Egypt.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Oriente Médio com o traçado de Sykes-Picot.....	38
Figura 2 – Capa do Tribuna Popular do dia 15 de maio de 1947.....	63
Figura 3 – Divulgação de manifestação pelos judeus na Palestina do “Tribuna Popular”	99
Figura 4 – Divisão da Palestina de acordo com o plano das Nações Unidas.....	104
Figura 5 – Charge do jornal “Última Hora”	154
Figura 6 – Representação do rei Farouk.....	181
Figura 7 – Mapa da Península do Sinai.....	192
Figura 8 – Festa e música na partida do Batalhão Suez.....	210

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE ESTADOS NO ORIENTE MÉDIO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL AO INÍCIO DA GUERRA FRIA	23
1.1 A GUERRA FRIA E A NOVA CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL.....	24
1.1.1 Da “escalada retórica” de 1946 ao início dos anos 1950.....	25
1.1.3 A construção de uma ordem multilateral através das Nações Unidas.....	32
1.2 O ORIENTE MÉDIO ENTRE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E O IMEDIATO PÓS-SEGUNDA GUERRA.....	35
1.2.1 O estabelecimento de um sistema de mandatos no Oriente Médio.....	36
1.2.2 O Egito entre as décadas de 1920 e 1940.....	44
1.2.3 O sionismo e a migração de judeus para a Palestina no período entreguerras.....	48
1.3 O TERCEIRO MUNDO NA GUERRA FRIA.....	51
2 O BRASIL NO INÍCIO DA GUERRA FRIA: DE DUTRA A KUBITSCHKEK	57
2.1 O GOVERNO DUTRA: A REPULSA ANTI-COMUNISTA E O ALINHAMENTO COM OS EUA.....	58
2.1.1 “Quem mandou Dutra fechar o PCB? Foi Truman”	61
2.1.2 As relações do Brasil com a União Soviética e os EUA.....	64
2.2 O SEGUNDO GOVERNO DE VARGAS (1951-1954) E O DESENVOLVIMENTO DAS PAUTAS NACIONALISTAS.....	70
2.2.1 A questão do petróleo brasileiro.....	73
2.2.2 O Brasil na organização das Nações Unidas durante os governos Dutra e Vargas.....	76
2.3 O INTERLÚDIO CAFÉ FILHO E O GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK.....	80
2.3.1 O governo de Juscelino Kubitschek e o desenvolvimentismo.....	84
2.4 OS PRIMEIROS CONTATOS DO BRASIL COM O ORIENTE MÉDIO.....	88
3 AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM ISRAEL E A QUESTÃO DE JERUSALÉM	95
3.1 A QUESTÃO DA PALESTINA NAS NAÇÕES UNIDAS.....	95
3.1.1 A posição diplomática brasileira e a partilha da Palestina.....	105
3.2 DO RECONHECIMENTO (1949) À ABERTURA DA LEGAÇÃO BRASILEIRA EM TEL AVIV (1952).....	109
3.3 A QUESTÃO DE JERUSALÉM.....	119
3.3.1 A Jerusalém “terrena” e o debate nas Nações Unidas.....	121
3.2.4 A defesa da desmilitarização de Jerusalém em 1953.....	127

3.2.5 Tabajara de Oliveira e o abandono da “posição tragi-heroica do novo Cruzado”	132
4 O BRASIL, O IRÃ E A QUESTÃO DA NACIONALIZAÇÃO DO PETRÓLEO.	136
4.1 A CRISE IRANIANA EM 1946 E O INÍCIO DA GUERRA FRIA.....	137
4.2 O ESTADO IRANIANO E A DISPUTA CONTRA A AIOC.....	141
4.2.1 A disputa anglo-iraniana no Conselho de Segurança da ONU em 1951 e a contribuição do Brasil.....	144
4.3 HUGO GOUTHIER, O XÁ E MOSSADEGH: A DISPUTA PELA NARRATIVA E O CONSTRANGIMENTO DIPLOMÁTICO.....	149
4.4 O GOLPE DE 1953 CONTRA MOSSADEGH E O DESFECHO DO CASO GOUTHIER.....	157
5 DA MONARQUIA À REPÚBLICA EGÍPCIA: O EGITO NO COMEÇO DA GUERRA FRIA.....	163
5.1 O CONFLITO ANGLO-EGÍPCIO SOB A PERSPECTIVA BRASILEIRA.....	164
5.2 A AMEAÇA COMUNISTA, OS JUDEUS E A “ATMOSFERA ARTIFICIAL” DOS PROBLEMAS SOCIAIS.....	174
5.3 APRECIACÃO SOBRE A MONARQUIA EGÍPCIA.....	177
5.4 A QUEDA DA MONARQUIA EGÍPCIA E A INSTALAÇÃO DA REPÚBLICA... 181	
5.4.1 O Egito e seu entorno entre 1953 e a Crise de Suez.....	183
6 A CRISE DE SUEZ EM 1956 E O ENVIO DO “BATALHÃO SUEZ” PARA GAZA.....	190
6.1 A ESCALADA DA CRISE EM 1956 E A NACIONALIZAÇÃO DA COMPANHIA DO CANAL DE SUEZ.....	190
6.2 A RESPOSTA NAS NAÇÕES UNIDAS AO ATAQUE CONTRA O EGITO.....	195
6.3 O ENVIO DO BATALHÃO SUEZ: O BRASIL VAI PARA O “ORIENTE”	198
6.3.1 A conciliação política para a aprovação do envio do Batalhão Suez: o trabalho do Executivo e do Congresso brasileiros.....	202
6.4 “A CUÍCA VAI RONCAR NA TERRA DOS FARAÓS”: O BATALHÃO SUEZ EM GAZA.....	210
6.5 O BRASIL E O ORIENTE MÉDIO A PARTIR DE 1957: O ENCONTRO COM AS DIFICULDADES DA POLÍTICA REGIONAL.....	215
6.5.1 As respostas brasileiras às transformações políticas do Oriente Médio entre 1957 e 1958.....	217
CONCLUSÃO.....	223
REFERÊNCIAS.....	231

INTRODUÇÃO

Durante a campanha eleitoral no Brasil em 2018, Jair Bolsonaro, então candidato à presidência, prometeu transferir a embaixada brasileira em Israel da cidade de Tel Aviv para Jerusalém, seguindo o que havia feito o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump, em 2017. Em 2019, em júbilo com a posse de Bolsonaro, os grupos que faziam *lobby* pela mudança da embaixada aumentaram a pressão (SCHREIBER, 2019). No entanto, o próprio vice-presidente da república, Hamilton Mourão, já expressava que havia barreiras para tal decisão (GAMBA, 2019). Em Israel, também havia algum ceticismo sobre a proposta. O professor Arie Kacowicz acreditava que a transferência da embaixada dificilmente ocorreria, sendo mais provável que se ampliasse a cooperação em tecnologia de segurança e que houvesse mudanças na posição brasileira nas Nações Unidas em relação a Israel (TOCKER, 2019).

Aparte as complexidades de qualquer relação bilateral, a questão de Israel ganhou relevância por conta das mudanças demográficas no Brasil, e pelo apoio que setores neopentecostais têm demonstrado para com aquele país. Em 2014, ainda durante o governo de Dilma Rousseff (do Partido dos Trabalhadores, PT), a pastora Jane Silva declarou que “Quando o governo fala mal de Israel, fala mal de nosso Jesus. E Israel tem o direito de se defender e de existir” (FELLET, 2014). No ano seguinte, uma nova crise envolveu o governo do PT e aquele país: Rousseff não aceitou a indicação de Dani Dayan, liderança do movimento de colonos israelenses no território da Cisjordânia, para embaixador no Brasil (SANZ, 2015). O governo petista justificou sua decisão com base na posição histórica que o Brasil havia assumido em relação ao litígio Israel-Palestina, ou seja, com a criação de dois Estados, o fim da política de assentamentos e, seguindo a grande maioria dos membros da Organização das Nações Unidas (ONU), a manutenção da embaixada em Tel Aviv.

Os pilares da posição brasileira em relação aos conflitos gerados pela criação de Israel foram parcialmente desenvolvidos no período temporal que será estudado nesta tese. O Plano de Partilha da Palestina que as Nações Unidas aprovaram em 1947 previa a criação de dois Estados, e essa decisão impactou a política dos vizinhos da Palestina como o Egito, a Jordânia, o Líbano e a Síria. Ademais, durante aqueles anos, a chancelaria brasileira enfatizou o dispositivo que previa que Jerusalém deveria ser internacionalizada e seguia, sem embaraços, a conduta amplamente aceita de manter instalada em Tel Aviv a representação diplomática brasileira. Dez anos depois da aprovação do plano das Nações Unidas, o Brasil enviaria ao Egito o “Batalhão Suez”, experiência inédita de operação de paz e que também será estudada neste trabalho.

Outro aspecto fundamental das relações internacionais contemporâneas do Brasil com o Oriente Médio é o consistente comércio desenvolvido com os países do Golfo e com o Irã, com saldo comercial positivo para o primeiro. Além da questão de Jerusalém, o alinhamento do governo Bolsonaro com Trump nas disputas com o Irã, conforme demonstrado na crise de janeiro de 2020 após o assassinato do general iraniano Qasem Soleimani, também teriam capacidade de afetar as exportações brasileiras e a segurança dos negócios do país naquela região. Essas dificuldades ainda não foram concretizadas na relação bilateral Brasil-Irã, pois o volume das exportações é grande o suficiente para dificultar uma ruptura brusca (PASSARINHO, 2020). Todavia, há um precedente histórico, conforme estudaremos neste trabalho, que indica que a defesa – mesmo velada – de interesses percebidos como sendo das grandes potências pode levar sim a um abalo diplomático, com suas devidas consequências.

Este trabalho recuará a um outro período da vida política nacional para compreender os fatores centrais que motivaram as relações internacionais do Brasil com o Oriente Médio – especialmente com Israel, o Irã e o Egito – entre os anos de 1947 e 1957. Naquele período, a presidência no Brasil foi ocupada por representantes eleitos dentro de um sistema eleitoral limitado, mas gradativamente mais abrangente, havia uma mídia relativamente livre (com representatividade ideológica considerável) e o país participava na construção e consolidação da Organização das Nações Unidas e do amplo sistema multilateral criado após o fim da Segunda Guerra. Ademais, aqueles foram anos centrais para o desenvolvimento nacional dos quatro Estados estudados neste trabalho, e o debate sobre nacionalismo, muitas vezes associado à apropriação e exploração dos recursos naturais do país, foi um pilar das decisões políticas e de seus reveses.

A hipótese principal deste trabalho é de que a Guerra Fria foi o fator predominante na relação do Brasil com Irã, Israel e Egito durante aqueles dez anos, pois aquela era uma região geograficamente distante e dominada pelos interesses anglo-americanos, contra os quais o Brasil não se oporia, além de ser próxima da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com a qual o Brasil rompeu relações diplomáticas ainda em 1947. Outro elemento relevante considerado foi a posição que o Brasil adotou em relação ao conflito de Israel com os países árabes, que se iniciou com a guerra de 1948. A hipótese é que naquele período não se podia tratar de uma mera postura de equidistância.

A Guerra Fria é definida a partir de três elementos, que imbricados, dão àquele período sua particularidade histórica: a disputa ideológica entre o modelo de desenvolvimento capitalista e o comunista; a bipolaridade, com os EUA e a URSS representando cada uma das ideologias respectivamente; e, a luta contra o colonialismo europeu, que já estava presente no

O Oriente Médio na primeira metade do século XX, mas que atingiu seu ponto máximo entre os anos 1950 e 1960. Sem esses três elementos não é possível distinguir os traços específicos da política internacional entre os anos 1946/47 a 1990 e o próprio conceito de Guerra Fria se esvazia¹.

Assim, mesmo que o capitalismo e o comunismo já estivessem em choque desde a Revolução Russa de 1917, o sistema multipolar dominado pelas potências imperialistas europeias não permitiu que esse embate fosse um eixo central da política internacional; por sua vez, é o fim da multipolaridade após a Segunda Guerra que abriu espaço para a rápida descolonização. Isso levou à criação de um sistema de Estados independentes e baseado no princípio da autodeterminação, que foi altamente limitado pelo desejo de ordem internacional. É certo que estes princípios já haviam se internacionalizado durante a Primeira Guerra, no que Erez Manela (2007) chamou de “momento wilsoniano”, em referência ao ex-presidente dos EUA, Woodrow Wilson, que foi tido como defensor dos movimentos de autodeterminação dos povos na Conferência de Versalhes. Ainda assim, o sistema imperial vigeu pelas razões acima apontadas e sucumbiu efetivamente nas décadas de 1950 e 1960.

Ademais, pressupomos que a Guerra Fria foi um conflito global. Para Odd Arne Westad (2005: 3, tradução nossa) há dois conceitos embutidos nessa fórmula; o primeiro é o de Guerra Fria, definida para o autor como “o período no qual o conflito global entre os Estados Unidos e a União Soviética dominou as questões internacionais, aproximadamente entre 1945 e 1991²”. Evidentemente que isso não levou a um confronto constante entre os dois países; por exemplo, o recorte temporal do trabalho abarca duas ocasiões nas quais a URSS e os EUA votaram de forma concordante na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em questões que envolviam o Oriente Médio. Já “global” indica “processos que aconteceram em ou em direção a diferentes continentes, grosso modo, em simultaneidade³” (WESTAD, 2005: 3, tradução nossa). Foi a partir do repertório retórico das grandes potências que o mundo em descolonização moldou sua linguagem de revolução, participação e autoafirmação na política global, não por inferioridade ou falta de autonomia, mas por um misto de interesses pragmáticos e inerentes à mundialização que a Guerra Fria impunha. Da mesma forma, houve um transbordamento das

¹ Isso tem acontecido contemporaneamente quando o conceito de “Guerra Fria” é usado para definir o atual estado conflitivo das relações entre os Estados Unidos da América e a China. Para Odd Arne Westad (2019), a China tem uma postura nacionalista, e não internacionalista, como tinha a URSS; a sociedade chinesa acredita no poder do mercado, sendo mais semelhante à dos EUA nesse sentido; e o contexto internacional atual é mais multipolarizado, sem o elemento da compulsão ideológica dos tempos da Guerra Fria. Ademais, atualmente há mais espaço de manobra para potências regionais.

² Do original: “the period in which the global conflict between the United States and the Soviet Union dominated international affairs, roughly between 1945 and 1991”.

³ Do original: “processes that took place on or toward different continents at roughly the same time”.

questões regionais nas agendas de política externa das potências e entre os países do Terceiro Mundo, que passaram a forjar uma consciência internacional a partir dos anos 1950.

O estudo mostra que o contexto e as agendas da Guerra Fria serviram como um constrangimento na forma como o Brasil percebia a luta anticolonial na região do Oriente Médio, pois para uma parcela da elite político-econômica do país imperava a ideia de que o nacionalismo estava vinculado com a subversão comunista. Também alimentaram o debate nacional sobre temas que o Brasil e o Oriente Médio tinham em comum, tais como a nacionalização de recursos naturais e o desenvolvimento de suas sociedades. Todavia, conforme demonstrou a pesquisa, estiveram presentes outros elementos como: considerações sobre aspectos socioculturais, apesar de o tom ser, às vezes, discriminatório, especialmente em relação aos muçulmanos; a lenta percepção de pautas em comum, notadamente aquelas relacionadas com o desenvolvimento; e a manutenção da política brasileira de prestígio, com ênfase na ONU, mas também pautado em seu caráter de “maior país católico” do mundo. Esse último elemento, conforme revelou a pesquisa, obstrui a leitura da equidistância naqueles anos, pois os países árabes eram mais relevantes no cenário internacional, sendo assim não havia uma preocupação primordial em não desagradar Israel.

O recorte temporal explica-se por que, em 1947, o Brasil participou dos debates na AGNU sobre o Plano de partilha da Palestina, que daria aval internacional para a criação de dois Estados na região. Oswaldo Aranha, embaixador brasileiro quem presidiu aquela sessão da AGNU, teve um papel importante na celeridade do processo, e sua atuação seria promovida como a imagem de um elo entre o Estado nascente e o Brasil. Em 1952, enquanto se debatia a apropriação de recursos naturais nos países subdesenvolvidos, especialmente o petróleo, o Brasil se envolveu no epicentro daquela disputa, o Irã de Mohamed Mossadegh. Simultaneamente, o presidente Vargas enfrentava no Congresso o debate sobre a criação da Petróleo Brasileiro S.A. (doravante, Petrobrás), que monopolizava no Estado brasileiro as principais atividades referentes ao petróleo. Em 1956, na esteira da Crise de Suez, que envolveu diretamente Israel e o Egito, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma missão de paz para ser enviada à região. O Brasil foi um dos países apoiadores da medida, e em 1957 enviaria para a região de Gaza o primeiro contingente do chamado Batalhão Suez.

Assim, entre 1947 e 1957, o Brasil partiu de uma posição de defesa de princípios gerais de direito internacional e uma aproximação comedida, muitas vezes protocolar e até mesmo desinteressada, com os principais países do Oriente Médio, para ter uma presença efetiva na região representada pelo Batalhão Suez. Entendemos que esse contato com Irã, Egito e Israel foi um dos fatores que levou o Brasil a reformular sua abordagem em relação à descolonização

e às mudanças radicais que aconteciam nas relações internacionais. Primeiro, o poder de articulação dos países do Terceiro Mundo, especialmente nos fóruns das Nações Unidas nos quais o Brasil atuava, foi decisivo para que se caminhasse rumo a uma leitura mais justa sobre a descolonização. Segundo, havia debates domésticos sobre o papel internacional do país diante dos impasses que envolveram os países acima mencionados. A forma como o parlamento brasileiro discutiu em novembro de 1956 o envio da missão de paz para o Egito e o discurso de Oswaldo Aranha na abertura da AGNU de 1957 – que serão estudados em detalhes no trabalho – mostram essa transformação, mesmo que certos círculos políticos e diplomáticos tivessem uma leitura mais conservadora quanto ao apoio ao nacionalismo e à descolonização que se dava de forma conflitiva.

Sobre o escopo geográfico, trabalhamos com a região chamada de Oriente Médio – onde se localizam Egito, Irã e Israel –, termo que passou a ser usado em 1902 para designar a área geográfica de ligação entre a África, a Ásia e a Europa. Quem o fez, o capitão estadunidense Alfred Thayer Mahan, procurou instruir as grandes potências da época da importância magistral que tinha a região. A priori, a preocupação não era com os recursos naturais que seriam amplamente explorados somente anos depois, mas com a rota que ligasse a Europa e o Atlântico Norte ao “novo” Oriente. O Canal de Suez, no Egito, havia sido inaugurado em 1869 e transformou a relação entre os grandes impérios da época. Conforme indica Michael Oren (2011: 308, tradução nossa), a perspectiva de Mahan era que “a nação que conseguir controlar este Oriente Médio – seu canal [Suez], litorais e estações de carvão – capturaria a corrida para o Extremo Oriente mais distante e lucrativo e, conseqüentemente, dominará o mundo⁴”. Como todo conceito geopolítico, o uso do termo Oriente Médio também sofreu diversas ressignificações e “confirmou-se [somente] durante [a Segunda Guerra Mundial], quando o comando militar britânico no Egito recebeu a denominação de Oriente Médio, e se manteve [o conceito] mais comum na atualidade” (SOCHACZEWSKI, 2006: 9).

A religião predominante na região é o islamismo, mas é importante clarificar que “nem todos os árabes são muçulmanos, e nem todos os muçulmanos são árabes. [...] de um modo geral, são árabes aqueles que se identificam com a língua, a cultura, e os valores dos árabes, e são muçulmanos aqueles que seguem a religião do islã, fundada por Maomé” (GRINBERG, 2005: 101). Para Morten Valbjorn (2009: 149, tradução nossa), é possível encontrar menções

⁴ Os trechos em tradução livre para a língua portuguesa serão disponibilizados no corpo do texto, enquanto os originais estarão em notas de rodapé. Do original: “the nation that succeeded in controlling this Middle East – its canal, coastlines, and coaling stations – would capture the race for the more distant and lucrative Far East, and consequently dominated the world”.

ao termo “árabe” “até as inscrições assírias e [também] é conhecido das referências gregas e romanas como *Felix Arabia* e *Arabia Petra*⁵”. Contudo, os iranianos, que são muçulmanos, e não são árabes, remontam suas origens étnicas à época dos persas. Dentro desse conjunto amplo de identidades étnicas, religiosas e políticas, houve, do final do século XIX para a primeira metade do século XX, uma grande migração de judeus para a Palestina. São eles que levaram adiante a criação de Israel, acrescentando na região mais um grupo religioso numericamente importante. É importante acrescentar que os três países estudados neste trabalho estavam na zona de influência do império britânico. Douglas Little (2010) identifica na debilidade desse império em manter essas zonas sob controle como um dos fatores que levou os EUA, no início relutantemente, a interferirem nos caminhos da região. As disputas internas em cada um daqueles Estados somadas à proximidade com a URSS fizeram com que a Guerra Fria se tornasse uma dinâmica presente no Oriente Médio entre os anos de 1950 e 1970. É claro que as intervenções e interesses anglo-americanos na região não se justificavam por debilidades intrínsecas àquelas nações, mas sim pelo caráter imperialista da política externa daqueles dois países, e esse elemento será considerado ao longo do trabalho. A seguir trataremos da metodologia e das fontes deste trabalho.

Metodologia e Fontes

Este trabalho busca preencher uma lacuna de estudos sobre as relações internacionais do Brasil com o Oriente Médio durante o período inicial da Guerra Fria. Os principais trabalhos feitos no Brasil sobre o tema vêm sobretudo do meio diplomático e de programas de pós-graduação em História, Relações Internacionais e áreas afins. No entanto, muitos desses são focados em outros recortes temporais, ou nas relações exteriores do Brasil com algum país específico da região. Nos próximos parágrafos apontamos um breve apanhado, que não se pretende exaustivo, de obras importantes sobre a temática.

Um dos destaques do campo é o livro “Brasil e Israel – diplomacia e sociedades”, organizado por Norma Breda dos Santos (2000), no qual, além do artigo da autora sobre a posição brasileira nas Nações Unidas sobre Israel, também consta o artigo de Tullo Vigevani e Alberto Kleinas (2000), que trata de um período específico que vai de 1947, quando o Brasil votou a favor da resolução da partilha da Palestina, a 1949, ano em que o Brasil reconheceu o Estado de Israel. Também importante na coletânea é o artigo de Leonardo Senkman (2000), que

⁵ Do original: “the term ‘Arab’ can in fact be traced all the way back to Assyrians inscriptions and is also known from Greek and Roman references to *Felix Arabia* and *Arabia Petra*”.

compara a posição brasileira e a argentina em relação a Israel de 1949 a 1955. O artigo de Casarões e Vigevani (2014), sobre a questão Israel-Palestina na agenda brasileira na ONU, também é importante pois se propõe a cobrir um largo período (do final dos anos 1940 ao século XXI). Ainda sobre Israel, destacam-se a dissertação e a tese de Jonathan Grossman (2012; 2018), nas quais foram abordadas as relações do Brasil com Israel nos anos 1960 e 1970. Outro trabalho fundamental é um artigo de Eduardo Uziel (2019), que discutiu o plano elaborado por um representante brasileiro, em 1953, sobre o status da cidade de Jerusalém. Sobre este teceremos mais comentários em um capítulo posterior.

Com um olhar mais distante no tempo, destaca-se a tese de Monique Sochaczewski (2017), que trata das relações entre os “impérios periféricos”, ou seja, o Império Brasileiro (e, posteriormente, Primeira República) com o Império Otomano até o final da Primeira Guerra Mundial, quando esse último deixa de existir. Outra importante coletânea é o livro “The Middle East and Brazil”, organizado por Paul Amar (2014). A obra traz uma abordagem pluridisciplinar sobre o contato do Brasil com os países do Oriente Médio, e se destacam: o artigo de Sochaczewski (2014), sobre a questão da “equidistância” brasileira em relação ao conflito Israel-Palestina durante os anos 1970; o texto de Paulo Daniel Farah (2014), que trata da Cúpula América do Sul-Países Árabes, iniciativa do governo Lula; e o artigo de Fernando Rabossi (2014), que trata dos migrantes árabes muçulmanos na região da Tríplice Fronteira. Também são relevantes a tese de José Luiz Silva Preiss (2013), “Brasil e Argentina no Oriente Médio: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria” e o livro “Os Militares e os Aiatolás – relações Brasil-Irã (1979-1985)”, de Andrew Traumann (2016). Há também a dissertação de Seme Taleb Fares (2007), sobre as relações do Brasil com o Iraque entre 1973 e 2007.

Sobre as obras de ex-chanceleres apontamos a de Luiz Felipe Lampreia (2014), “Aposta em Teerã – o acordo nuclear entre Brasil, Turquia e Irã”, e a de Celso Amorim (2015), “Teerã, Ramalá e Doha – Memórias de Política Externa Ativa e Altiva”. Lampreia foi ministro das Relações Exteriores durante grande parte do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Amorim ocupou o mesmo cargo durante a presidência de Lula da Silva (2003-2010). As obras indicam assim visões distintas dos processos que levaram à Declaração de Teerã entre o Irã, o Brasil e a Turquia em maio de 2010, apesar de a obra de Amorim (2015) também discutir a questão de Israel e Palestina na política externa brasileira.

Há também algumas teses e dissertações que discutem, especificamente, o Batalhão Suez. O artigo de Norma Breda dos Santos (2002) publicado no livro organizado por Dupas e Vigevani (“Israel-Palestina – a construção da paz vista de uma perspectiva global”) é certamente um dos mais relevantes. O componente humano foi explorado em alguns trabalhos,

dentre eles a dissertação de Fabiano Luis Bueno Lopes (2006), intitulada “Batalhão Suez: História, Memória e Representação Coletiva (1956-2000)”; o livro de Manoel Ricardo Arraes Filho (2013), “História, Memória e Deserto: os soldados brasileiros no Batalhão de Suez (1957-1967)”, que tratou das particularidades da presença brasileira em Suez a partir dos depoimentos de ex-integrantes do Batalhão ; e a dissertação de Júlio Ribeiro Xavier (2015), “A História do Batalhão Suez: ações, reações e articulações cotidianas na Faixa de Gaza (1957-1967). Os autores recorreram ao “Site Brasileiro dos Veteranos das Forças de Paz da ONU”, importante trabalho de resgate das vivências cotidianas dos brasileiros que serviram na região⁶.

É com base, então, na lacuna encontrada na bibliografia que a proposta desta tese é estudar uma gama distinta de documentos que permitam recuperar e explicar as relações internacionais do Brasil com o Irã, Egito e Israel entre 1947 a 1957. Do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), localizamos e utilizamos os seguintes documentos disponibilizados no acervo de Brasília: a) os ofícios confidenciais recebidos vindos das legações do Brasil no Cairo e em Teerã; b) a comunicação ostensiva da legação em Tel Aviv; c) os ofícios confidenciais de Tel Aviv, que tratam da questão da cidade de Jerusalém; d) Maços Temáticos Secretos com ofícios e telegramas sobre Suez, a questão palestina, e a atuação brasileira nas Assembleias Gerais das Nações Unidas (AGNU); e, e) os telegramas confidenciais recebidos das delegações brasileiras nos encontros e órgãos das Nações Unidas. Os telegramas e ofícios secretos das representações brasileiras nos três países aqui estudados são escassos e tratam majoritariamente de assuntos protocolares. Todavia, sobressaem-se os telegramas recebidos/expedidos de Teerã em 1952, no auge da crise entre a representação diplomática brasileira naquele país e o governo nacionalista de Mohamed Mossadegh, e os ofícios secretos de Teerã e Cairo, com análises de conjuntura e sobre os partidos e o movimento comunista nos dois países.

Os documentos citados acima eram uma forma de conhecimento que se produzia, a pedido da chancelaria, sobre o Egito, o Irã, Israel e do Oriente Médio no geral. Mesmo que esses tenham amplo valor histórico, há uma documentação diversa que já se encontra digitalizada e disponibilizada on-line, e que também é utilizada neste trabalho: a) os documentos do Legislativo brasileiro, tais como leis, decretos-legislativos e os “Diário do Congresso Nacional”, já que a Constituição Federal de 1946 garantia o papel do legislativo na política externa; b) o Arquivo Getúlio Vargas, do Centro de Documentação e Pesquisa da FGV-CPDOC; c) documentos disponibilizados virtualmente pelo Arquivo Nacional do Ministério da

⁶ Link para o site: <http://www.batalhaosuez.com.br/>.

Justiça e Segurança Pública, em especial os estudos e atas da série “Política de Segurança Nacional” do fundo do Conselho de Segurança Nacional. Os documentos das Nações Unidas, tais como as resoluções e relatórios disponibilizados pelo próprio site da organização, e o material da série “Foreign Relations of the United States” (FRUS) foram utilizados de forma complementar.

Ainda sobre o caráter das fontes, percebemos a partir da leitura do trabalho de Lily Pearl Balloffet (2017), que se fazia necessário ampliar a pesquisa. Para a autora, que estuda as relações da Argentina com o Egito no pós-revolução de 1952, é através das ideias, do trabalho de intelectuais e da atuação da diáspora árabe – para além da diplomacia – que se compreende a amplitude da conexão entre os dois países. Assim, se ficássemos restritos aos protocolos de política externa, as discussões ainda escassas de abertura de mercados para o Brasil e as negociações feitas por cargos e assentos em organizações internacionais, a história das relações internacionais do Brasil com o Oriente Médio, de 1947 a 1957, seria simplificada a fórmulas como a da equidistância ou mesmo da falta de interesse. Esta tese tem como proposta superar essa visão.

Além do texto de Balloffet (2007), a tese de Andre Ricardo Pagliarini (2018) nos chamou a atenção para o amplo debate nacionalista que acontecia no nosso país naquele momento, que era refletido especialmente na mídia escrita. Dessa forma, também são fontes relevantes para este trabalho os editoriais e matérias de jornais. Esse material mostra que o Oriente Médio, e suas agendas, não eram algo distante e inacessível ao Brasil; pelo contrário, em alguns momentos houve debates sobre, por exemplo, a criação de Israel, a questão de Jerusalém, o processo que levou ao golpe contra o primeiro-ministro iraniano Mossadegh (em 1953), as disputas fronteiriças entre Israel e o Egito, o desenvolvimento desses dois países, e por fim, sobre a guerra de Suez (em 1956).

Dentre os muitos periódicos que circulavam naqueles anos, utilizaremos, principalmente, mas não exclusivamente, o “Tribuna da Imprensa⁷”, o “Última Hora⁸”, o

⁷ O “Tribuna da Imprensa” foi fundado no final de dezembro de 1949. Carlos Lacerda, seu diretor e articulista, dava um tom essencialmente cristão a seus textos, e adotou como princípio a defesa de uma pauta conservadora, permeada de menções à democracia, mas muitas vezes limitando essa àquilo que lhe convinha. Conforme aponta Leal (2009a), como prova desse zelo religioso, Lacerda defendeu a “família tradicional” quando o deputado federal Néelson Carneiro propôs implementar o divórcio no Brasil (o que só aconteceria em 1977). O jornal tinha especial apreço em atacar tudo que estivesse vinculado ao projeto político-econômico getulista.

⁸ Foi fundado em junho de 1951 por Samuel Wainer; o jornal “revolucionou a imprensa brasileira de sua época, introduzindo uma série de técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil”. Apoiava o governo Vargas e suas propostas político-econômicas (LEAL, 2009b).

“Imprensa Popular”⁹ e o “Correio da Manhã”¹⁰, por serem representativos das diferenças ideológicas que permeavam a disputa política no Brasil durante o final dos anos 1940 e os anos 1950. Todos estão disponibilizados on-line pela “Hemeroteca Digital Brasileira”, da Biblioteca Nacional do Brasil.

Plano de Trabalho

Esta tese está dividida em seis capítulos. No primeiro, estudaremos o que foi a Guerra Fria e como ela se globalizou e serviu de base para a expansão de duas ideologias que eram “universalistas”, “progressistas” e ancoradas na defesa de duas versões da modernidade (ENGERMAN, 2010). A disputa entre os EUA e a URSS escalou entre 1946 e 1949, e é seguro afirmar que em 1950 já havia sido globalizada. Além desta temática central, abordaremos a criação do sistema de Estados no Oriente Médio a partir da Primeira Guerra Mundial e a evolução do nacionalismo naquela região. Essa ordem era essencialmente marcada pela hegemonia britânica que vai, contudo, ser amplamente questionada nos três países aqui estudados entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950. O questionamento do imperialismo está diretamente vinculado com a globalização da Guerra Fria.

No segundo capítulo, estudaremos a política externa brasileira e seus dilemas durante as presidências de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). A ampliação da participação eleitoral, o processo de substituição de importações, o crescimento das cidades, a expansão interiorana do país, a ampliação do acesso à mídia, e o aprofundamento das disputas sociais, políticas e econômicas, fizeram com que aqueles anos fossem de muito debate e de produção de leituras do que era o Brasil. Na última seção do capítulo, apresentaremos brevemente como o Brasil e o “Oriente Médio” mantiveram seus primeiros contatos entre o final do século XIX até o primeiro quartil do século XX. O processo de estabelecimento de mandatos, e a luta já nos anos 1930 por emancipação política de alguns daqueles países, movimentou a diplomacia brasileira a se fazer presente na região.

⁹ Relacionado aos quadros do Partido Comunista Brasileiro, foi criado em 1948 e fechado em 1958. Foi idealizado como “um órgão que funcionasse como um jornal de massa, apresentando formulações mais amplas do que o jornal oficial do partido” (FERREIRA, 2009c). Participou da campanha “O Petróleo é Nosso” e combateu a política externa dos governos dos anos 1950, regularmente associados com o imperialismo norte-americano.

¹⁰ Foi criado em 1901. Nas eleições de 1945 e 1950, o “Correio da Manhã” apoiou o candidato vinculado a setores conservadores. Enquanto o PCB esteve na legalidade, o jornal preocupava-se com a “epidemia comunista”. Carlos Lacerda escrevia para o jornal antes de criar seu próprio periódico. Em economia o jornal defendia a livre concorrência na exploração do petróleo e, dentro de uma linha liberal, fez oposição ao governo Vargas. Apoiou a candidatura de Kubitschek nas eleições (LEAL, 2009c).

No terceiro capítulo, estudaremos as relações do Brasil com Israel a partir da aprovação do Plano de Partilha na AGNU, em 1947. Ao passo que construía sua posição diplomática sobre o novo Estado do Oriente Médio, a opinião pública brasileira criava sua imagem do país. Um dos pontos mais importantes naquele período foi o *status* da cidade de Jerusalém que foi dividida, à revelia da decisão da ONU, por Israel e Jordânia ainda em 1948. O Brasil defendia abertamente a sua internacionalização, e mesmo a desmilitarização. Propôs inclusive planos que foram logo rechaçados e considerados irrealistas. O aumento dos choques entre Israel e seus vizinhos árabes, especialmente o Egito e a Síria, e a presença do Brasil no CSNU entre 1954 e 1955, aproximou o país das profundas dificuldades pelas quais passava a região, mas não impediu o desenvolvimento de uma visão positiva dos avanços que Israel fazia, mesmo diante das adversidades locais.

No quarto capítulo, estudaremos as relações internacionais do Brasil com o Irã até meados de 1953. Explicaremos a história do país e de sua luta pela nacionalização do petróleo, que foi contemporânea à mesma disputa que ocorria em território brasileiro, e das várias etapas da disputa iraniana contra o Reino Unido, que transcorreu inclusive em fóruns internacionais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Em 1952, todavia, a presença brasileira no Irã seria abafada por conta do envolvimento do diplomata Hugo Gouthier de Oliveira Gondim, então ministro plenipotenciário em Teerã, em questões domésticas do país e por isso foi declarado *persona non grata* pelo primeiro-ministro iraniano. O desenrolar da situação que levou à retirada dos representantes brasileiros de Teerã não demorou um mês, mas a questão chegou aos jornais brasileiros da época, que digladiaram sobre qual versão era a adequada para explicar o que acontecera naquele novembro de 1952. A questão do nacionalismo, do petróleo, da influência soviética no Oriente Médio, da extensão dos interesses capitalistas – um e outro acusados de imperialismo – embrulharam a questão em termos de Guerra Fria.

No quinto capítulo examinaremos os ofícios enviados da legação do Brasil no Cairo, a mais importante cidade árabe da época, e palco de rápidas mudanças políticas entre o final dos anos 1940 e 1950. Naquele período o Egito também lutava contra a presença britânica em seu território e tentava reaver controle sobre o Canal de Suez, importante linha de circulação entre os países europeus e os fornecedores de petróleo no Golfo. Entre 1952 e 1953, o Egito aboliu sua monarquia, sobre a qual os representantes e a mídia brasileira tinham uma posição bastante caricatural. Por fim, após a tomada de poder pelo grupo de Gamal Abdel Nasser, o Egito se firmou no debate sobre o não-alinhamento e se tornou um dos líderes do movimento do Terceiro Mundo. O nacionalismo egípcio se fortalecera com a Primeira Guerra Mundial e se inspirou no

princípio da autodeterminação dos povos, defendido pelos EUA, e continuou sua luta até o pleno controle de seu território.

Em 1956, Nasser nacionalizou a companhia do Canal de Suez, cartada final contra os interesses britânicos no Egito. É a partir desse cenário que o sexto capítulo trata da crise envolvendo Suez. O Reino Unido e a França, potências que repartiram entre si o Oriente Médio com o sistema de mandatos estabelecido após a Primeira Guerra ressentiram-se da ação de Nasser e em outubro do mesmo ano, articulados com Israel, lançaram um ataque contra o Egito. A comunidade internacional se reuniu em torno da defesa da soberania egípcia e decidiu-se, em Assembleia Geral das Nações Unidas, pelo envio para a região de uma força de paz, que contou com um amplo contingente brasileiro. Nas apreciações que a mídia e o Parlamento brasileiro fizeram sobre o Egito durante esse período, especialmente após o início da crise em torno de Suez, mais uma vez foram utilizadas as denúncias de imperialismo, dos interesses econômicos disfarçados e os ardis das grandes potências. Ou seja, o tema também foi representado pelas lentes da Guerra Fria. O governo Juscelino Kubitschek foi célere em garantir a participação brasileira na missão da ONU, e até meados de 1958, passou a demonstrar uma perspectiva mais sóbria sobre os dilemas e questões do Oriente Médio. Apresentaremos, por fim, as conclusões.

1 O INÍCIO DA GUERRA FRIA E A SITUAÇÃO POLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO

A aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial foi viabilizada após a invasão alemã ao território soviético e pelo ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, no Pacífico. Pouco depois do final da guerra, os ânimos daquela relação já se alteravam e entre 1946 e 1947 criaram-se as condições para uma disputa que ficou conhecida como “Guerra Fria”, caracterizada pelo embate das cosmovisões e interesses divergentes das duas superpotências. O objetivo principal deste capítulo é compreender o que a Guerra Fria significou para a política internacional, a partir de seus três elementos centrais: a disputa ideológica entre o sistema capitalista e o comunista, encabeçada pelos EUA e a URSS respectivamente; a bipolaridade sistêmica; e, não menos importante, a luta anticolonial. Dentre as principais questões levantadas estão: quando a Guerra Fria começou? O que ela significou para os seus dois grandes rivais? Como ela impactou o conjunto de países que passavam pelo processo de descolonização?

Além dessas perguntas, o capítulo abordará o processo de formação do sistema de Estados no Oriente Médio desde a ocupação franco-britânica – na esteira da Primeira Guerra Mundial – até o imediato pós-Segunda Guerra Mundial, quando se iniciou a Guerra Fria. O Oriente Médio transformou-se profundamente na primeira metade do século XX. Ao longo da década de 1910, a presença otomana nas províncias de maioria árabe desvaneceu. As duas potências europeias vitoriosas na Primeira Guerra (o Reino Unido e a França), partilharam a região entre si ignorando o crescente sentimento nacionalista que se desenvolvia, especialmente entre os árabes. Um outro elemento fundamental no jogo político-ideológico da região, também relacionado ao nacionalismo, foi o sionismo. Desenvolvido a partir das experiências dos judeus na Europa Oriental, entre o final do século XIX e o imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o movimento foi o responsável pela migração de judeus para a região da Palestina, o que teria profundas consequências para todo o mundo árabe em meados do século XX.

Como aponta Erez Manela (2007), o período do pós-Primeira Guerra Mundial vivenciou uma onda crescente de nacionalismo em partes da África e da Ásia. Para o autor, “O nacionalismo, como ideologia e como forma de prática política, evoluiu conceitual e historicamente dentro de um contexto internacional, e não pode ser totalmente compreendido fora desse contexto¹¹” (MANELA, 2007: 8, tradução nossa). Para compreendermos as disputas que se desenvolveram na região nos primeiros dez anos de Guerra Fria, é necessário, então, que

¹¹ Do original: “Nationalism, as an ideology and as a form of political practice, evolved conceptually and historically within an international context, and it cannot be fully understood outside that context”.

se entenda como a dinâmica política estatal e nacionalista se desenvolveu no Oriente Médio na primeira metade do século XX. As batalhas em torno do nacionalismo, pela independência e autonomia daqueles países estão diretamente ligadas ao período que será posteriormente examinado neste trabalho.

1.1 A GUERRA FRIA E A NOVA CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL

Odd Arne Westad (2005: 3, tradução nossa) define a “guerra fria” [como] o período em que o conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética dominou as questões internacionais¹². “Guerra” porque desejavam, em última instância, a conquista do mundo e a eliminação do rival; “fria” porque, crenças na justiça de suas perspectivas, EUA e URSS podiam pacientemente agir sem correr o risco de iniciar uma guerra total e aberta.

Para David Engerman (2010), o combate entre os EUA e a URSS já havia começado em 1917 com a Revolução Russa, quando iniciou-se a disputa entre as capacidades do liberalismo estadunidense e do comunismo soviético em oferecer soluções plausíveis para a própria manutenção de seus sistemas e, em segunda instância, o desenvolvimento global. Essa inscrição da política externa no campo identitário explica a construção das dicotomias que sustentaram a política internacional na Guerra Fria. Para Engerman (2010: 23, grifo nosso), a Guerra Fria foi uma disputa majoritariamente ideológica. Para o autor, ideologias são “lentes que ajudam a focar, bem como distorcem, as compreensões de eventos externos e, [ditam] portanto, as ações tomadas em resposta¹³” (ENGERMAN, 2010: 20, tradução nossa, destaque nosso). Caracterizaram as ideologias das superpotências os seguintes predicados:

As ideologias soviética e americana eram ambas **universalistas**; ambos os países sustentavam que suas concepções de sociedade se aplicavam a todas as nações e povos. Ambas as nações se orgulhavam de sua **modernidade**, procurando suplantar o que viam como as tradições moribundas da Europa - e, em última análise, transformar a própria Europa. Ambas as nações, além disso, subscreveram ideologias **progressistas**; eles retrataram a história como uma marcha irreversível para a melhoria, que eles definiram como a disseminação de sua própria influência¹⁴.

¹² Do original: “‘cold war’ means the period in which the global conflict between the United States and the Soviet Union dominated international affairs”.

¹³ Do original: “lenses that focused, and just as often distorted, understandings of external events and thus the actions taken in response”.

¹⁴ Do original: “Soviet and Americans ideologies were both universalistic; they both held that their conceptions of society applied to all nations and peoples. Both nations prided themselves on their modernity, seeking to supplant what they saw as the moribund traditions of Europe – and ultimately to transform Europe itself. Both nations, furthermore, subscribed to progressive ideologies; they portrayed history as an irreversible march to improvement, which they defined as the spread of their own influence”.

Para Mario Del Pero (2014: 4), essa última variável pode ser expressa da seguinte forma: “cada uma [das superpotências] acreditava que o tempo estava do seu lado e que seu modelo universal de modernidade acabaria por prevalecer¹⁵”. Todavia, a despeito da pretensa igualdade entre os dois Estados, o autor destaca que o poder dos EUA em comparação com a URSS logo após o final da guerra era maior, até porque a URSS foi invadida e sofreu pesadas perdas humanas e materiais. Para ele, “o contraste era [...] entre uma verdadeira potência global, os Estados Unidos, e aquela que só o era em ambição e em potência, a União Soviética¹⁶” (DEL PERO, 2014: 4, tradução nossa).

Na leitura de Engerman (2010), o desenvolvimento das armas nucleares também foi importante para que a guerra permanecesse “fria”, pois era preciso evitar um confronto direto entre os dois países. Ainda assim, a base ideológica do conflito era mantida: os EUA entendiam o comunismo como uma forma de totalitarismo, enquanto a URSS via no modelo estadunidense o caminho para o fascismo, fazendo jus à ideia do foco e da distorção que permeou por décadas a relação entre os dois países. As três variáveis de Engerman (2010) são relevantes porque dizem respeito não somente às visões endógenas de cada modelo de desenvolvimento, mas especialmente sua extensão para praticamente todo o resto do planeta. É nessa conjuntura que os países subdesenvolvidos independentes e as colônias europeias em processo de independência política se viram enredados pela Guerra Fria. Para Westad (2010: 10, tradução nossa), a Guerra Fria “foi [também] uma luta dentro dos novos Estados pelo direcionamento de seus regimes e sociedades¹⁷”. Ao se espalhar nos vários continentes de forma simultânea, a Guerra Fria se tornou global.

1.1.1 Da “escalada retórica” de 1946 ao início dos anos 1950

No imediato pós-Segunda Guerra Mundial, nada indicava que o curso da Guerra Fria fosse algo predeterminado nem sequer claramente planejado pelos tomadores de decisão em ambas as superpotências. Como apontam Best, Hanhimaki, Maiolo e Schulze (2014), havia uma forte pressão doméstica para que Truman abdicasse de interferir nos rumos da Europa. Assim,

¹⁵ Do original: “each believed that time was on its side and that its universal model of modernity would in the end prevail”.

¹⁶ Do original: “the contrast was [...] between a real global power, the United States, and one that was such only in ambition and *in potentia*, the Soviet Union”.

¹⁷ Do original: “was a struggle within the new states for the future direction of their polities and their societies”.

a primazia dos EUA no cenário global, e especialmente como garantidor da Europa, teve que ser justificada perante o eleitorado e o meio político do país. Da mesma forma, Stálin queria garantir as reparações de guerra e a reestruturação da URSS, que havia sofrido pesadamente com a guerra. Conforme indica Vladimir Pechatnov (2010), o líder soviético ainda pensava a segurança em termos espaciais e apostava até 1945 na criação de esferas de influência partilhadas entre as três grandes potências globais. A própria “estratégia de sobrevivência” do regime impelia que alguma forma de cooperação com os EUA e o Reino Unido fosse continuada uma vez finalizado o conflito na Europa.

Para Carole Fink (2014), há em 1946 uma escalada retórica que já indicava os primeiros choques diretos entre os EUA e a URSS. Para Engerman (2010: 36), os dois países caminharam no sentido de “aceitar um mundo bifurcado” a partir daquele ano. Os documentos secretos e públicos circulados indicavam a incompatibilidade dos dois modelos e alimentavam a busca por alguma linha de ação que freasse os interesses do adversário, mesmo que, por conta das razões acima apontadas, houvesse uma assimetria entre o poder dos EUA e a URSS. David Campbell (1998) reforça que muitos dos textos circulados entre os tomadores de decisão naquele período eram secretos, portanto, não haviam sido destinados ou escritos para o público geral. Isso o leva a questionar as perspectivas que enxergam a política externa como algo objetivo, atemporal ou mesmo propagandístico. Para o autor, aquelas pessoas queriam dizer justamente aquilo que estava sendo declarado no papel, e os documentos representavam muito dos valores que sustentavam a “ordem” doméstica construída e imposta no próprio país.

Esse aspecto interno é muito relevante na Guerra Fria, porque ela impactou o dia a dia das pessoas em países distintos como a própria URSS, o Reino Unido ou mesmo no Brasil. Pechatnov (2010) trata, por exemplo, da propaganda contra o Ocidente que já começava a circular novamente entre os soviéticos no final de 1945. A reconstrução do país exigiria pesados esforços da população e a manutenção de um inimigo externo era a liga que Stálin continuaria a alimentar. Já a historiadora Anne Deighton (2010) indica como essa mesma lógica se aplicava para o caso britânico. O governo empreendeu uma “cruzada social-democrática” com vistas a frear o comunismo, pois “as avaliações sugeriam que poderia haver manipulação comunista de assuntos domésticos, espionagem e atividades da quinta coluna [através de sindicatos e partidos comunistas]¹⁸” (DEIGHTON, 2010: 123, tradução nossa).

No âmbito da disputa bipolar, o “longo telegrama” enviado por George Kennan (o Encarregado de Negócios na embaixada estadunidense em Moscou) para o Secretário de Estado

¹⁸ Do original: “Assessments suggested that there could be Communist manipulation of domestic affairs, espionage, and fifth-column activity”.

dos Estados Unidos, em 22 de fevereiro de 1946, é considerado um marco relevante daquele início de época. Estabeleceu princípios e práticas que seriam em partes operacionalizados na política externa estadunidense para a URSS nas décadas seguintes. Para ele, a experiência da Segunda Guerra Mundial indicou a possibilidade da convivência pacífica entre as duas potências ideologicamente antagônicas, já que não era prudente um novo conflito armado. O documento, apesar e por conta da retórica – “O comunismo mundial é como um parasita maligno que se alimenta apenas de tecido doente¹⁹” (KENNAN, 1946, tradução nossa) –, pretendia alertar os tomadores de decisão nos Estados Unidos para a necessidade de se compreender a fundo o que se passava em Moscou. O diplomata clamou por objetividade, desprendimento e compromisso do governo de seu país para que se combatesse com “conhecimento da realidade” a histeria fomentada pelo poder soviético. A disputa real entre as duas potências era em relação à possibilidade de guiar povos que, amedrontados com o passado, ansiavam por uma liderança: “[muitos povos estrangeiros] estão buscando orientação e não responsabilidades. Deveríamos ter **mais capacidade do que os russos para lhes oferecer isso**²⁰” (KENNAN, 1946, tradução nossa, destaque nosso).

Semanas depois do telegrama de Kennan, o ex-primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, proferiu o famoso discurso referenciando-se à “Cortina de Ferro” que havia dividido a Europa. Para ele, não se poderia repetir os erros dos anos 1930, quando a Grã-Bretanha não impediu o crescimento da Alemanha nazista. O equilíbrio de poder não era suficiente para barrar a URSS. É importante, todavia, considerar que a URSS ainda não tinha pleno controle daqueles países que Churchill havia denominado como pertencentes à Cortina de Ferro e muito menos o poder material de assegurar um possível controle mundial (BEST; HANHIMAKI; MAIOLO; SCHULZE, 2014). Stálin estava mais preocupado com a sobrevivência e recuperação soviética. A implementação e consolidação dos novos regimes socialistas se deu em passos distintos na Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Bulgária e Alemanha Oriental, na medida em que os EUA pressionavam as fronteiras da sua própria zona de influência na Europa.

Em setembro de 1946, o embaixador da URSS nos EUA, Nikolai Novikov, encaminhou mensagem para as lideranças em Moscou explicando a política mais assertiva de Washington, que também passava a soar como ameaça para a liderança soviética. O embaixador notou pontos relevantes na mudança de postura dos EUA, dentre os quais são fundamentais os apresentados a seguir: 1) “Pela primeira vez na história do país [EUA], no verão de 1946, o Congresso

¹⁹ Do original: “World communism is like malignant parasite which feeds only on diseased tissue”.

²⁰ Do original: “[many foreign peoples] are seeking guidance rather than responsibilities. We should be better able than Russians to give them this”.

aprovou uma lei para formar **um exército em tempo de paz, não de voluntários, mas com base no recrutamento militar universal**²¹” (NOVIKOV, 1946, tradução nossa; destaque do original); 2) no Oriente Médio, o capital financeiro estadunidense compete com o capital britânico, que reluta em perder espaço na região; e por fim, 3) os círculos imperialistas dos Estados Unidos estão se preparando para um conflito cujo objetivo é a dominação mundial. Havia também uma desconfiança de que a Organização das Nações Unidas se tornasse instrumento de poder das potências capitalistas, pois seriam um fórum onde cerceariam a capacidade de atuação política internacional da União Soviética.

As considerações do embaixador Novikov (1946) acrescentaram ao processo de criação das condições para uma Guerra Fria, demonstrando que ela não foi resultado de um processo unidirecional. Havia um choque de perspectivas, e o linguajar da política internacional começava a dar forma a isso. A grande potência em retirada, a Grã-Bretanha, relutantemente teria que reconhecer sua nova posição no arranjo internacional, especialmente no Oriente Médio, e os EUA e a URSS lutariam pela extensão máxima de suas zonas de influência. Um fato importante e com impacto ao redor do mundo nos anos de Guerra Fria é que a política dos EUA foi baseada no “molde liberal típico”, que “acreditava que o radicalismo político – e o comunismo era considerado uma de suas manifestações por excelência – prosperaria em condições de pobreza econômica e angústia”²² (DEL PERO, 2014: 6, tradução nossa). Da mesma forma, a URSS alimentava o prognóstico de que as crises internas do capitalismo levariam ao choque entre os EUA e o Reino Unido e abriria o caminho para a supremacia de seu modelo; ademais, o capitalismo era a semente do nazismo, ou seja, em algum momento haveria uma nova rodada do conflito mundial (PECHATNOV, 2010). As crises sucessivas no Irã, na Turquia e na Grécia entre o final de 1945 e 1947 seriam amplamente utilizadas para corroborar uma ou outra visão.

Como parte da escalada retórica, e cada vez mais proativa e concreta, em março de 1947 foi lançada a Doutrina Truman, na qual ficaram explícitos os interesses dos EUA especialmente em partes estratégicas que circundavam a URSS, como a Grécia e a Turquia. Ademais, Truman clamava por apoio aos esforços de construção das Nações Unidas, que seriam oportunamente substituídas em seu dever pelos EUA sempre que necessário. O discurso de Truman (1947) carregou consigo importantes chaves interpretativas da política externa daquele país nos anos

²¹ Do original: “for the first time in the country’s history in the summer of 1946 Congress adopted a law to form a peacetime army not of volunteers but on the basis of universal military conscription”.

²² Do original: “believed that political radicalism – and communism was considered one of its quintessential manifestations – prospered in conditions of economic poverty and distress”.

vindouros, marcada por um forte maniqueísmo para justificar uma presença cada vez mais robusta em diversos cenários regionais. Ainda nas palavras do presidente:

Acredito que devemos ajudar os povos livres a elaborar seus próprios destinos à sua maneira. Acredito que nossa ajuda deve ser principalmente por meio de assistência econômica e financeira, essencial à estabilidade econômica e a processos políticos organizados²³ (TRUMAN, 1947, tradução nossa).

Ou seja, o poder dos EUA seria posto em ação para garantir que aos povos livres fosse “permitida” a liberdade de escolha de seus caminhos. Ademais, o discurso ressoa muito o documento secreto enviado por Kennan um ano antes, demonstrando que Washington de fato inflava seu papel no mundo e assim construía e justificava as bases materiais para sustentá-lo e promover a política de contenção da URSS. Como enfatiza Del Pero (2014: 8), nem a Turquia e nem a Grécia eram exemplos de democracias liberais quando o governo dos EUA resolveu socorrê-las, mas a Doutrina Truman marca para o autor o “perímetro semântico” que seria usado para “apresentar, narrar e justificar” a política externa estadunidense na Guerra Fria. O que McMahon (2009: 56, tradução nossa) destaca do discurso de Truman é sua “linguagem hiperbólica, com imagens maniqueístas e simplificação deliberada para reforçar” a política ativa que ele propunha face à pretensa ameaça soviética.

Um dos elementos para garantir os interesses dos EUA na Europa Ocidental e a contenção da URSS foi o Programa de Recuperação da Europa, conhecido como Plano Marshall. Foi proposto em 5 de junho de 1947 pelo Secretário de Estado dos EUA, George Marshall, e garantiu o investimento dos Estados Unidos na recuperação da Europa Ocidental. Entre 1948 e 1951, gastou-se cerca de 12 bilhões de dólares em 14 países da região. Para Best, Hanhimaki, Maiolo e Schulze (2014), não se tratava de altruísmo ou de uma ajuda desinteressada. Os EUA tinham como objetivo impedir que os partidos comunistas europeus se fortalecessem e abrissem a região para a esfera soviética; ademais, o dinheiro emprestado deveria ser gasto com produtos estadunidenses, o que fortaleceria o setor exportador do país. O Reino Unido, a França, a Itália e a Alemanha Ocidental foram os maiores beneficiários do programa. É importante ressaltar, como faz Del Pero (2014), que o Plano Marshall não foi o fator decisivo para o crescimento econômico europeu (o continente já era industrialmente desenvolvido), mas foi fundamental para sanar a falta de reservas daqueles países. A URSS,

²³ Do original: “I believe that we must assist free peoples to work out their own destinies in their own way. I believe that our help should be primarily through economic and financial aid which is essential to economic stability and orderly political processes”.

convidada, não aceitou os termos, que envolviam conciliação técnica e econômica entre os seus recipientes; ademais, pressionou os países europeus em sua esfera de influência a não participarem. Na sua marcha contra o Plano, o Kremlin promoveu a criação do Cominform em setembro de 1947, o que levaria gradativamente ao apoio pelo fechamento dos regimes da Europa Oriental (PECHATNOV, 2010).

Ainda que importantes, a Doutrina Truman e o proposto Plano Marshall, que seria aprovado pelo Congresso dos EUA somente em março de 1948, não convenceram uma parcela de políticos nos EUA em relação a compromissos de segurança com a Europa. Foi o senador republicano Arthur Vandenberg, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado estadunidense quem, junto com o Departamento de Estado, quebrou os resquícios do isolacionismo da política externa dos EUA. Poucos dias depois de o Programa de Recuperação da Europa ter virado lei (3 de abril de 1948), Vandenberg e o subsecretário de Estado, Robert Lovett, iniciaram a discussão para um acordo que cristalizaria uma aliança dos EUA com a Europa ocidental. A Resolução Vandenberg, como ficou conhecida, foi aprovada em 11 de junho de 1948 e propunha o “desenvolvimento progressivo de acordos regionais e outros acordos coletivos para autodefesa individual e coletiva de acordo com os propósitos, princípios e disposições da Carta [das Nações Unidas]²⁴” (U.S STATE DEPARTMENT, [2001], tradução nossa). A insistência em fortalecer as Nações Unidas como fórum central das discussões de segurança foi de Vandenberg. Essa conciliação bipartidária em garantir o guarda-chuvas militar dos EUA na Europa Ocidental fomentou as discussões que levariam à assinatura do Tratado do Atlântico Norte em abril de 1949 e à criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

O tema mais sensível da Europa naqueles anos foi a questão da Alemanha que, tal como sua capital, Berlim, havia sido dividida ao final da Segunda Guerra. Enquanto a URSS *a priori* tinha interesse em neutralizar uma reascensão alemã e em cobrar suas indenizações de guerra, para a administração Truman, uma Alemanha fortalecida e recipiente do Plano Marshall era fundamental na recuperação econômica europeia. O passo concreto da proposta dos EUA veio em junho de 1948, quando foi adotado o marco alemão na parte ocidental do país. A resposta soviética foi, dias depois, a de erguer um bloqueio de Berlim Ocidental. Apesar de ter sido mantido até maio de 1949, os EUA, o Reino Unido e a França conseguiram se articular para furar a medida soviética. Como uma consequência dessas crises, ainda em 1949 foram criados

²⁴ Do original: “Progressive development of regional and other collective arrangements for individual and collective self-defence in accordance with the purposes, principles, and provisions of the Charter”.

oficialmente dois Estados: a República Federal da Alemanha, no bloco estadunidense, e a República Democrática da Alemanha, no bloco soviético (DEL PERO, 2014).

No segundo semestre de 1949, a dinâmica da Guerra Fria ficou mais acirrada quando, em agosto, a URSS testou sua bomba atômica – retirando o monopólio da destruição da mão dos EUA – e em outubro do mesmo ano, Mao Zedong proclamou a criação da República Popular da China, depois que os EUA haviam liquidado seu apoio ao antigo regime que travou uma pesada guerra civil contra os comunistas (FINK, 2014). Em fevereiro de 1950, os dois países asiáticos assinavam em Moscou um tratado de amizade e aliança. Essa mudança na Ásia transformaria os rumos da Guerra Fria.

Os acontecimentos de 1949 foram fundamentais para o transcorrer dos anos 1950. Para Carole Fink (2014: 72, tradução nossa), entre 1948 e 1949, o presidente Truman “substituiu o apaziguamento pela firmeza e engajamento seletivo por uma definição abrangente de interesses e prestígio dos EUA²⁵”. Para Del Pero (2014), o acirramento da Guerra Fria aconteceu entre 1947 e 1949, e se deu, dentre outros motivos, porque ambos os lados consideravam seu pleito legítimo e irreconciliável com o do outro. Ademais, a criação da República Federal da Alemanha, após o longo bloqueio de Berlim Ocidental pela URSS, abrandou os ânimos na Europa. Assim, a mudança considerável foi “o fim da guerra civil chinesa [que] acelerou a transferência da competição bipolar do seu núcleo europeu original para a Ásia²⁶” (DEL PERO, 2014: 13, tradução nossa). Para Mastny (2014), enquanto a URSS entendia o conflito como algo essencialmente político (por conta da ideologia marxista), os EUA passaram a percebê-lo em termos militares. Todavia, a militarização da Guerra Fria também forçou Moscou a ampliar seu poder militar junto com os Estados de sua zona de influência. Como aponta Pechatnov (2010: 110, tradução nossa), “em 1953, o orçamento militar soviético havia dobrado em relação aos níveis de 1948²⁷”.

A escalada e ampliação do cenário da Guerra Fria da Europa para a Ásia provocou os tomadores de decisão nos EUA a cunharem uma nova compreensão do papel do país na região e no mundo. Um relatório submetido ao Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos em 14 de abril de 1950 (NSC68) indicou os novos objetivos em relação à segurança nacional, que estava irrevogavelmente imbricada nos interesses internacionais do país. Além de estabelecer a diferença fundamental entre os EUA e a URSS, ou seja, a liberdade no primeiro

²⁵ Do original: “replaced appeasement with firmness and selective engagement with an expansive definition of US interests and prestige”.

²⁶ Do original: “The end of the Chinese civil war accelerated the transfer of the bipolar competition from its original European core to Asia”.

²⁷ Do original: “by 1953, the Soviet military budget had doubled from its 1948 level”.

e a escravidão no segundo, repetindo o tom maniqueísta da Doutrina Truman, o documento declarou que “O ataque às instituições livres é **mundial** agora e, no contexto da atual **polarização do poder**, uma **derrota das instituições livres em qualquer lugar é uma derrota em todos os lugares**²⁸” (tradução nossa, destaque nosso). Caberia aos EUA a liderança do mundo livre e a criação de uma sociedade mundial baseada no “consenso”. Essa tarefa deveria ser feita “mesmo que não houvesse uma ameaça soviética”; ou seja, era definidora da própria identidade política dos EUA no início daquela década.

O início da Guerra da Coreia em junho de 1950 animaria nos EUA temores de que a URSS iniciava uma ofensiva global, dando corpo ao que o NSC-68 projetara. A entrada da China no conflito aumentou o engajamento estadunidense e aprofundou a preocupação com a criação e manutenção de alianças regionais que pudessem conter a URSS à sua zona geográfica estrita. Mastny (2014) enfatiza como a Guerra da Coreia teve consequências muito amplas, pois impulsionou os projetos de integração na Europa Ocidental e o processo de adesão da Grécia, Turquia (1952) e Alemanha Ocidental (1955) na OTAN. No Oriente Médio, ela incentivou os EUA a se engajarem na proposta do *Middle East Defense Organization* (MEDO), que não teria sucesso, mas que concretizava o engajamento estadunidense na segurança da região (LITTLE, 2008).

Assim, “a história da Guerra Fria foi a história de fronteiras, a partir do estabelecimento dos limites externos das devidas esferas de influência e da competição por aqueles que ainda não haviam se decidido por um campo ou outro²⁹” (ENGERMAN, 2010: 33, tradução nossa). Essas disputas não levaram à criação de novos impérios territoriais, como os de outrora, e a dominação econômica percorreria por um mundo que forjava uma nova consciência. Todavia, isso se deu às custas de milhões de vidas e danos duradouros.

1.1.3 A construção de uma ordem multilateral através das Nações Unidas

Os pilares do que viria a ser a Organização das Nações Unidas foram estabelecidos ainda durante a Segunda Guerra Mundial. Havia, desde sua concepção, um paradoxo proposital e que se manteve uma vez criada a organização: ao mesmo tempo em que EUA, URSS e Reino Unido

²⁸ FRUS, 1950, National Security Affairs; Foreign Economic Policy, Volume I, NSC-68, Top Secret, Report to the National Security Council by the Executive Secretary, April 14, 1950. Do original: “The assault on free institutions is world-wide now, and in the context of the present polarization of power a defeat of free institutions anywhere is a defeat everywhere”.

²⁹ Do original: “the story of the Cold War was the story of boundaries, establishing the outer limits of each sphere of influence and competing for those who had not yet pitched their tents in one camp or the other”.

defendiam que todos os Estados participassem baseados no princípio da igualdade, cristalizava-se o princípio da hierarquia, já que as grandes potências trariam para si as questões mais relevantes da política internacional. Os EUA, de fato, apostavam na ideia de que os “três grandes” mais a China seriam os “policiais do mundo”. A proposta de Roosevelt era então de uma ordem global baseada em arranjos regionais (MCVETY, 2014). Em meados de 1944, Roosevelt, Stálin e Churchill vislumbravam estruturas semelhantes para a organização internacional a ser criada, com um “conselho executivo” (do qual fariam parte os EUA, a URSS e o Reino Unido acrescidos de China e França) e alguma forma de assembleia na qual todos os Estados pudessem ter voz. Um esboço da estrutura da ONU foi elaborado durante as conversações em Dumbarton Oaks, que ocorreram primeiro entre os representantes da URSS, EUA e Grã-Bretanha (até o final de setembro de 1944), e em seguida unindo esses dois últimos e a China (até outubro do mesmo ano).

A Organização das Nações Unidas foi fundada oficialmente no dia 24 de outubro de 1945, após meses da Conferência de São Francisco. Para McVety (2014: 19, tradução nossa), “foi uma organização internacional incontestavelmente nacionalista³⁰”. De acordo com a Carta das Nações Unidas há seis órgãos principais na organização: Conselho de Segurança, Assembleia Geral, Conselho de Tutela, Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Secretariado e a Corte Internacional de Justiça. Estudaremos a seguir os dois primeiros.

Originalmente, o Conselho de Segurança era composto por onze Estados-membro (foi reformado em 1965, quando passou a contar com 15 países), dentre os quais cinco permanentes com poder de vetar decisões (EUA, URSS, Reino Unido, França e a China, conhecidos como o P-5). A justificativa para tal poder é que, em se tratando de uma organização hierárquica, a atuação das grandes potências só seria garantidora da paz internacional se elas pudessem constranger o poder umas das outras e evitar compromissos vinculantes em situações em que seria inconveniente algum tipo de ação (MORRIS, 2018). É o único órgão que tem, de acordo com a Carta, capacidade de tomar decisões vinculantes. Para Hanhimaki (2015), o P-5 é composto pelos vencedores da Segunda Guerra; mas, como visto acima, essa visão é exagerada, já que a França e a China tiveram participação secundária nos arranjos e certamente não representavam o poder que lhes foi investido. Os membros não-permanentes são escolhidos pela Assembleia Geral e atuam por dois anos. O Brasil, no período estudado nesse trabalho, esteve presente no CSNU em três biênios: 1946-1947; 1951-1952; 1954-1955.

³⁰ Do original: “was a decidedly nationalistic international organization”.

A Assembleia Geral é baseada em princípios universalistas, e nela estão representados todos os Estados-membros da organização, onde cada um tem voz e voto. Todavia, o poder da AGNU é limitado porque suas decisões eram apenas recomendações (MORRIS, 2018). Dentro da estrutura da Carta, tem papel secundário nas questões de paz e segurança internacional. Isso não exclui a importância do órgão, onde foram votadas as resoluções sobre a Partilha da Palestina (1947) e sobre a Crise de Suez (1956), que serão estudados mais adiante. De acordo com a Carta da ONU, a AGNU deve se reunir em sessões regulares anualmente e em sessões especiais, quando solicitada pelo Secretário-Geral (SG). Não é um órgão inerte, apesar das limitações. Em novembro de 1950, no contexto da intervenção na Guerra da Coreia, articulada pelos EUA, mas desfraldada sob o manto da ONU, foi aprovada a resolução 377 – *Uniting for Peace* – que deu à AGNU poder de decidir em matérias exclusivas do CSNU desde que solicitada uma “sessão especial de emergência”. A AGNU foi importante também como fórum universal dos países do chamado Terceiro Mundo, que mudaram decisivamente a composição tanto da ONU quanto de sua agenda a partir dos anos 1950.

A ONU foi um canal de comunicação entre os interesses hierárquicos do sistema internacional e a disseminação do modelo de Estado nacional como forma de organização sócio-política internacionalmente aceita. Ryan Irwin (2014: 95) sintetiza essa questão em uma sentença: “Os Estados nacionais seriam unidos em uma rede econômica e política que reconhecia a autoridade única das grandes potências, especialmente no domínio da segurança³¹”, mas sem descuidar das questões relacionados ao desenvolvimento. A organização não criou um mundo de paz, mas serviu para projetar uma distribuição de poder que foi palatável dentro da lógica estatal reinante. É claro que a agenda dos países subdesenvolvidos seria ampliada e transformada com o processo de descolonização. Se as duas superpotências estavam aptas a responder aos anseios desses Estados, esperava-se um choque entre elas. Mas, convencidas de seu papel nesse processo, e não convincentes o suficiente para uma parcela dos novos Estados independentes de que tinham a chave absoluta para o processo de desenvolvimento, aceitariam elas uma redefinição das relações internacionais? As inúmeras intervenções nos conflitos do mundo subdesenvolvido indicam que não. Todavia, antes de nos aprofundarmos nessas questões, estudaremos a seguir a organização sócio-política do Oriente Médio e a formação de um sistema de Estados na região do final da Primeira Guerra até o imediato pós-Segunda Guerra Mundial.

³¹ Do original: “National states would be bound together in an economic and political network that recognized the unique authority of great powers, especially in the realm of security”.

1.2 O ORIENTE MÉDIO ENTRE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E O IMEDIATO PÓS-SEGUNDA GUERRA

Desde o século XIX, devido às suas condições geográficas, políticas e econômicas, o Império Otomano foi constrangido a participar do que se construía e constituía enquanto uma sociedade de Estados europeia. Aos poucos, o vasto território otomano passou a ser controlado pelas potências do continente europeu e aliadas do poder central em Istambul. Mesmo que o final formal do Império e a criação da moderna República da Turquia sejam reconhecidos internacionalmente a partir do Tratado de Lausanne³² (1923), as áreas árabes ao sul da Anatólia já estavam sobre controle franco-britânico através do sistema de mandatos da Liga das Nações a partir dos anos 1920. O único rincão árabe relevante que escapou do domínio europeu foi a Península Arábica, até então controlada pelo Xerife Hussein de Meca – que era governante do Hijaz, região onde se localizam as cidades sagradas muçulmanas de Meca e Medina³³ (KAMRAVA, 2005; HOURANI, 2013; ROGAN, 2013).

Para Mehran Kamrava (2005), os três principais atores políticos internacionais no Oriente Médio na primeira metade do século XX eram: a) o Reino Unido, que tinha interesse no controle do Canal de Suez no Egito, no acesso seguro ao petróleo iraniano para abastecer a pujante marinha britânica, e que se preocupava com a instabilidade gerada com a crise e posterior desmoronamento do Império Otomano; b) a França, que ansiava pela competição com as outras potências europeias por influência na região, pela proteção das minorias cristãs (especialmente no Levante), e, tal como os britânicos, pela proteção de seus investimentos; c) os atores locais e regionais, tanto os que lutaram contra a dominação europeia e construíram seus Estados em torno dessa ideia (tal como Mustafa Kemal Atatürk na Turquia), quanto os que precisavam da hegemonia europeia para se firmarem enquanto lideranças locais (como os filhos do Xerife Hussein de Meca e de forma dúbia os sionistas na Palestina).

³² Através do Tratado de Lausanne também se definiram os direitos de trânsito nos estreitos de Bósforo e Dardanelos e foram formalizadas as fronteiras turcas. Nesse processo, foram expulsos 1 milhão de cristão da Anatólia e 350 mil muçulmanos foram enviados da Grécia para a Turquia (BEST; HANHIMAKI; MAIOLO; SCHULZE, 2014).

³³ Ainda em 1924, Abdul Aziz Al Saud derrotou Hussein e deu início à formação do que, após o reconhecimento britânico em 1932, passou a ser denominado de Reino da Arábia Saudita.

1.2.1 O estabelecimento de um sistema de mandatos no Oriente Médio

O processo que levou à delimitação fronteiriça no Oriente Médio e ao estabelecimento do sistema de mandatos teve como fator fundamental a Primeira Guerra Mundial. Com sua presença assegurada no Egito, os britânicos, por intermédio de Sir Henry McMahon (Alto Comissário britânico no Cairo), se aproximaram do Xerife Hussein, governante das cidades de Medina e Meca, que nesse momento incitava uma revolta contra os otomanos. A política de Londres foi a de estimular e acolher em seus planos a revolta da população árabe contra os seus suseranos a partir do momento em que Istambul entrou na Guerra ao lado da Alemanha (novembro de 1914) mas, a despeito do desejo de Hussein de criar um grande Estado árabe independente, o Reino Unido tinha planos distintos para a região. Ao mesmo tempo em que discutiam com os árabes, os britânicos negociavam com a França a partilha regional, objetivando garanti-la – pelo menos parcialmente – em seus domínios imperiais.

Para Gaidz Minassian (2018: 106, grifo nosso, tradução nossa), a relação dos britânicos com os árabes foi marcada por “promessas não cumpridas”, tal como representada em uma carta de 24 de outubro de 1915 que McMahon encaminhou para o Xerife Hussein. Nesse documento, McMahon fez diversas considerações sobre o que poderiam ser Estados árabes independentes, enfatizando inclusive que esses deveriam buscar somente assistência britânica quando necessário. Deixou claro ainda que Bagdá e Basra (no atual Iraque) seriam governadas a partir de arranjos especiais e que o Reino Unido asseguraria os lugares santos de agressões externas (LAQUEUR³⁴, 1970). Havia então uma certa urgência do Xerife Hussein em estabelecer fronteiras, mas a Grã-Bretanha deixara claro que essa era uma negociação em andamento. Ademais, não houve menção à Palestina, salvo a intenção de proteger os lugares sagrados – referentes especialmente à Jerusalém – que ficaria a cargo justamente de Londres.

Em maio de 1916, França e Grã-Bretanha firmaram secretamente um acordo que vinha sendo discutido para a divisão do Oriente Médio em zonas de influência e levaria os nomes de seus dois principais negociadores: o Acordo Sykes-Picot, intermediado por François George-Picot e Mark Sykes (KAMRAVA, 2005; BARR, 2012; MINASSIAN, 2018) – ver figura na página seguinte. A força discursiva em torno desse arranjo foi tamanha que, em 2014, essa negociata franco-britânica foi alvo explícito de rechaça pelo grupo jihadista “Estado Islâmico do Iraque e Levante” (ISIS ou Daesh, da sigla em árabe), que dominou brevemente partes da

³⁴ Esse documento e vários outros estão na obra editada por Walter Laqueur (1970), intitulada “The Israel-Arab reader – a documentary history of the Middle East conflict”. Os documentos também estão disponíveis on-line no “The Avalon Project”, da Yale Law School.

Síria e do Iraque durante a segunda década do século XXI. Como indicou Fawaz Gerges (2017: 42, tradução nossa), “Para mostrar sua determinação após a tomada de Mossul [cidade no Iraque que esteve no cerne dos debates dos arranjos àquela época] em junho de 2014, os combatentes do ISIS destruíram a fronteira oficial entre a Síria e o Iraque depois de tomar territórios contíguos nos dois países³⁵”. O acordo passou para a história como um instrumento arbitrário e imperial de designação de fronteiras artificiais.

Todavia, o acordo foi somente um impulso inicial para o que seria o sistema de mandatos da Liga das Nações na região. Entre a discussão e o estabelecimento oficial dos mandatos, França e Reino Unido fizeram diversas concessões aos interesses uns dos outros. Previa-se ainda que na Palestina seria estabelecida uma zona internacional, desde que o controle dos portos das cidades de Haifa e Acre – localizadas atualmente no Estado de Israel – ficasse com a Grã-Bretanha. É importante ressaltar que o acordo não foi firmado em detrimento de outros atores políticos: a Rússia, até a revolução em 1917, concordou em manter influência na região entre o Mar Negro e o Mar Cáspio. Ao passo que os britânicos dialogavam com o Xerife Hussein e dois de seus filhos que encabeçavam a revolta, Faisal (1855-1933) e Abdullah (1882-1951), o movimento sionista estabelecia e expressava suas intenções em relação à Palestina. Em 2 de novembro de 1917 foi divulgada a chamada “Declaração Balfour”, através da qual Arthur Balfour, ministro do Exterior do Reino Unido, prometeu o apoio do governo britânico para “o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu³⁶” (LAQUEUR, 1970: 36, tradução nossa).

O novo governo britânico de Lloyd George, reticente com o acordado em Sykes-Picot e desejoso de manter o controle britânico da Palestina, que foi ocupada ao longo de 1917, trouxe para si a responsabilidade de admitir os judeus na Terra Santa. Para Kamrava (2005), a Declaração Balfour não foi fruto nem de uma política humanitária britânica – o pleito dos judeus por um lar nacional era conhecido, mas sem o apelo que teria vinte anos depois –, nem de um improviso³⁷. Isso seria provado no transcorrer das negociações após o fim da guerra, em que Londres fez pender para si o território (de qualquer maneira já ocupado pelos britânicos) que almejava para garantir não só o petróleo que se tornava essencial para a manutenção de seu

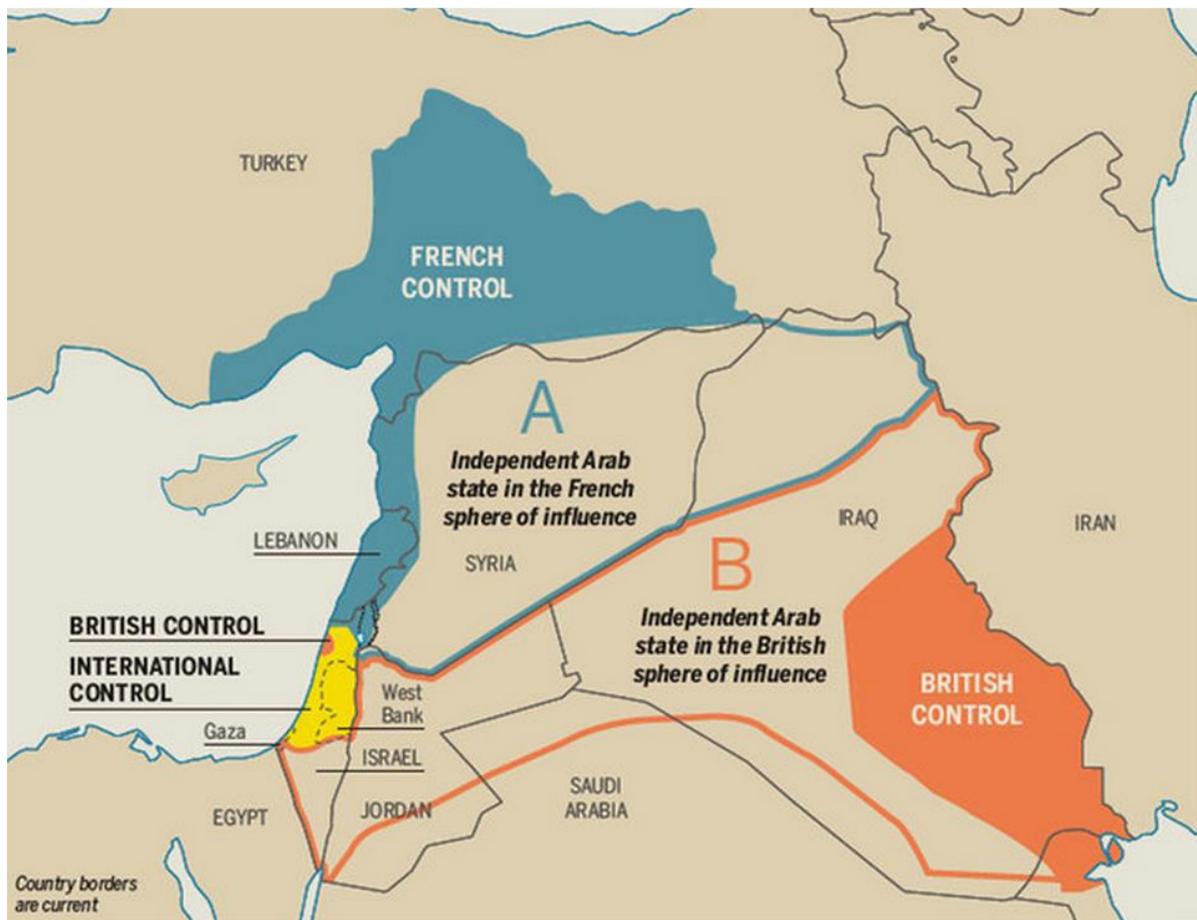
³⁵ Do original: “to show their resolve after they seized Mosul in June 2014, ISIS’s fighters bulldozed the official border between Syrian and Iraq after seizing contiguous territories in both countries”.

³⁶ Do original: “the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people”.

³⁷ O historiador Shlomo Sand (2014: 214) compara os dois documentos com a seguinte fórmula: “O Acordo Sykes-Picot era um pacto profundamente cínico e por isso havia sido mantido em completo sigilo. Em contraste, a Declaração Balfour enquadrou-se como um gesto humanitário para com os judeus e por isso foi pública”. Ademais, para enfatizar a importância do documento, o autor afirma que “a Declaração Balfour é considerada a segunda fonte mais decisiva de legitimidade moral e política do direito judeu à ‘Terra de Israel’, atrás apenas da Bíblia” (SAND, 2014: 26).

império, quanto total controle sobre a rota de Suez. Para Anita Shapira (2018), tanto os árabes quanto os sionistas tentam moralizar a declaração, e defendem que a Grã-Bretanha, por fim, lhes traiu a confiança. O que não se percebe, para a autora, é que “ambas as narrativas ignoram a ascensão do nacionalismo e o desmantelamento dos grandes impérios, algo que aconteceu a despeito do aparecimento do sionismo e do fato de os ingleses permanecerem leais ou não aos judeus” (SHAPIRA, 2018: 100). Ou seja, mesmo que a promessa tenha sido feita, as condições regionais nas décadas seguintes, a tornaria obsoleta. Como Schulze (2017: 7, tradução nossa) sintetiza, “tanto sionistas quanto nacionalistas árabes acreditavam que a Palestina havia sido prometida a eles; as sementes para o conflito haviam sido plantadas³⁸”.

Figura 1 – Mapa do Oriente Médio com o traçado de Sykes-Picot



Fonte: Fisher (2015).

O fim da guerra foi fundamental para a construção do sistema de Estados do Oriente Médio e para os movimentos nacionalistas na África e na Ásia no geral. Para Erez Manela

³⁸ Do original: “both Zionists and Arab nationalists believed Palestine had been promised to them; the seeds for conflict had been sown”.

(2007), as ideias defendidas pelo presidente dos EUA, Woodrow Wilson, tais como a igualdade das nações, a primazia do direito e a autodeterminação, foram determinantes para que os movimentos nacionalistas em diversas regiões do planeta encontrassem um denominador comum, mesmo que os EUA falhassem, em última instância, em se levantar pela autodeterminação de todos os povos. Para que se esclareça, Wilson retirou a expressão “autodeterminação” do discurso leninista, mas o adaptou aos interesses dos EUA na guerra (MANELA, 2007).

As demandas por participação na Conferência de Versalhes vieram de diversas partes do mundo. Do Irã, por exemplo, o embaixador dos EUA no país, John Lawrence Caldwell, encaminhou à Secretaria de Estado um telegrama em 15 de novembro de 1918, no qual informava a demanda persa por participação nas negociações. O Xá alegava que o território do país havia sido palco de disputas durante a guerra, mesmo tendo permanecido neutro, e pedia então o apoio para garantir e salvaguardar a “integridade soberana e a independência” da Pérsia, que estava ameaçada pela presença britânica e russa no país³⁹. Da mesma maneira, o Xerife Husseín tinha interesse em participar da conferência, mas acabou persuadido pelos britânicos a enviar seu filho, Faisal, que havia conquistado e se instalado no poder em Damasco (Síria) no mês anterior.

Apesar dos reveses, a derrota do Império Otomano e o relativo sucesso da Revolta Árabe impulsionaram as negociações entre os três atores interessados no Oriente Médio. Na tentativa de consolidar seu poder, Faisal, além de representar a família em Versalhes, também assinou um tratado com o líder sionista Chaim Weizmann⁴⁰ (1877-1952) em janeiro de 1919, no qual concordava em conceder a Palestina ao movimento sionista com a condição de que as potências, em especial França e Grã-Bretanha, reconhecessem seu pleito por um Reino Árabe (LAQUEUR, 1970). Faisal não estava, todavia, disposto a seguir com o acordo se os britânicos descumprissem suas promessas. O que ele desconhecia é que os planos de Londres, que a esse momento já se decidira a não abdicar da Palestina, não acederiam nem aos desejos dos árabes nem dos judeus. A França também reforçaria seus próprios interesses e dias depois, em 15 de fevereiro de 1919, o Ministério das Relações Exteriores francês enviou um memorando para os britânicos renunciando a Mossul e do acordo Sykes-Picot original em troca de um mandato para o Líbano e a Síria (BARR, 2012). Ademais, pode-se questionar a autoridade de Faisal para assinar algo pela população árabe palestina.

³⁹ FRUS, 1919, Papers Relating to The Foreign Relations of the United States, The Paris Peace Conference, volume I, Telegram. The Minister in Persia (Caldwell) to the Secretary of State. Teheran, November 15, 1918.

⁴⁰ Foi o primeiro presidente de Israel, cargo que exerceu até 1952, ano de sua morte.

O Reino Unido e a França não estavam dispostos a ceder para Wilson nas questões do Oriente Médio. Inclusive aventou-se a possibilidade de os EUA assumirem o mandato da Síria, de um Estado da Armênia e mesmo de Istambul e partes da Turquia, o que justificaria o mandato das potências europeias (OREN, 2011). Wilson, diante do impasse sobre o Oriente Médio, enviou, em junho de 1919, a Comissão King-Crane, chefiada por Henry Churchill King e Charles Crane, para sondar a opinião da população na região da Grande Síria em relação às lealdades das pessoas que a habitavam (BARR, 2012). Oren (2011: 386) definiu Crane como um “expoente do nacionalismo árabe e que se auto descrevia como antissemita”. Para o autor, a comissão era enviesada. A posição dos árabes, todavia era clara⁴¹. No dia 2 de julho de 1919, o Congresso Geral Sírio encaminhou memorando à Comissão demandando a criação de um Estado sírio inteiramente independente, que abarcasse a Palestina e o Líbano, recusando o sistema de mandatos – especialmente qualquer direito que a França pretendesse ter sobre o país; afirmavam ainda sua completa oposição ao programa sionista⁴².

O relatório da Comissão King-Crane considerou alguns dos pontos levantados por Damasco e foi enviado a Paris em agosto de 1919; previa dentre suas principais recomendações: o sistema de tutela na Síria não deveria se assemelhar à colonização europeia então vigente, já que competiria à potência responsável o auxílio no desenvolvimento de “um espírito nacional sólido” no país; a manutenção da unidade territorial, com o Líbano permanecendo parte da Síria; indicou o potencial explosivo da questão da migração de judeus na região e defendeu que o sionismo mais radical seria um problema se incentivado⁴³. Merecem destaque dois pontos do documento: a) “a Conferência de Paz [de Versalhes] não deve fechar os olhos ao fato de que o sentimento antissionista na Palestina e na Síria é intenso e não deve ser desprezado levemente⁴⁴” – ou seja, só seria possível a construção de um Estado de maioria judaica pelo uso da força e em detrimento dos direitos dos nativos da região; e, b) a Palestina deveria fazer

⁴¹ Em 1913, por exemplo, reuniu-se em Paris o Congresso Nacional Árabe, que congregou delegados da Síria, Líbano, Palestina, a Transjordânia e a Mesopotâmia (posteriormente denominada Iraque) para pressionar por reformas radicais no Império e que atendessem às demandas árabes, dentre elas a utilização do árabe como língua franca. Schulze (2017) ressalta que a proposta era autonomia dentro do Império Otomano e não a secessão. Ademais, conforme indica Dominique Chevallier (2014), a França recebeu o congresso somente depois que garantiu que o governo em Istambul não se oporia à sua realização. Ali já se desenhavam também as intenções de grupos árabes cristãos da região do Líbano, que buscavam apoio na França para consecução dos propósitos do Congresso, e dos árabes muçulmanos – como Ahmad Moukhtar Beyhum e o Sheykh Ahmad Hassan Tabbara –, que eram mais cautelosos em não romper com a ideia de ummah, a comunidade dos muçulmanos.

⁴² Memorandum presented to the King-Crane Commission by the General Syrian Congress, 2 July 1919. O texto está reproduzido em Laqueur (1970: 51-53).

⁴³ Recommendations of the King-Crane Commission, 28 August 1919. O texto está disponível em Laqueur (1970: 41-50).

⁴⁴ Do original: “the Peace Conference should not shut its eyes to the fact that the anti-Zionist feeling in Palestine and Syria is intense and not lightly to be flouted”.

parte do grande Estado sírio, onde os direitos das minorias deveria ser respeitado e os lugares sagrados para judeus, cristãos e muçulmanos seriam administrados por uma comissão internacional (LAQUEUR, 1970).

O argumento central feito por britânicos e franceses para que os territórios árabes, antes sob domínio otomano, passassem legalmente para seu controle era que eles não tinham condições de se tornarem completamente independentes sem antes um período de tutela para que aprimorassem seus instrumentos de Estado (ROGAN, 2013). A realidade, nas palavras de Shapira (2018: 102), era que “o sistema de mandatos era consequência do sentimento anti-imperialista que surgira no cenário internacional, na esteira da Primeira Grande Guerra e da Revolução Bolchevique”.

O que explica esse sentimento anti-imperialista, conforme Manela (2007), foi a atuação de Woodrow Wilson pessoalmente na conferência de paz em Versalhes. Todavia, em fevereiro de 1919, o presidente dos EUA já tinha consciência de que a defesa do princípio da autodeterminação poderia levar a convulsões em algumas regiões, o que fez com que ele passasse a interpretar a proposta como a defesa da independência nacional e da soberania e não da libertação estrita de minorias étnicas. Assim, o sistema de mandatos acabou se tornando o arranjo menos denunciador da ação das potências europeias e reflexo do isolacionismo estadunidense naquele momento.

Como o Senado dos EUA não ratificou o Tratado de Versalhes e seu apêndice – a criação da Liga das Nações –, o país que havia universalizado os princípios da autodeterminação dos povos ficaria de fora da organização internacional que estava sendo criada. As duas potências europeias avançaram, assim, o estabelecimento de mandatos no Oriente Médio conforme seus acordos prévios. Na Conferência de San Remo (abril de 1920) foi estabelecido o mandato britânico sobre a Palestina, e o texto final sobre a questão foi aprovado pelo Conselho da Liga em 24 de julho de 1922. O documento estabelecia que a Grã-Bretanha deveria reconhecer uma agência judaica para auxiliar na administração da região da Palestina; foi nomeada para a tarefa a “Organização Sionista”. Ademais, estabeleceu-se que a responsabilidade pelos lugares sagrados na região deveria ser da potência mandatária que adquiria poderes legislativos e administrativos completos e que responderia somente à Liga das Nações (LAQUEUR, 1970).

Com o avanço dos franceses contra a Síria, Faisal foi forçado a fugir para a Palestina, agora dominada pelos britânicos, em agosto de 1920. A Síria e o Líbano ficariam finalmente com os franceses. Nesse contexto, Londres ainda tentou contrabalancear seus interesses com as promessas feitas ao Xerife Hussein e fez Faisal rei do Iraque em 1921; Abdullah, seu irmão, assumiu o trono na Transjordânia (onde reinaria até 1951, quando foi assassinado). No Tratado

de Sèvres (agosto de 1920) estabeleceram-se parte das fronteiras do Estado turco, previu-se a criação da Grande Armênia e uma região autônoma para os curdos. A luta nacionalista de Kemal Atatürk reunificou algumas áreas antes sobre controle do Império Otomano, e o Tratado de Lausanne de 1923, por sua vez, consagrou as fronteiras da Turquia contemporânea (BARR, 2012; MINASSIAN, 2018; ROGAN, 2013).

Nos cerca de vinte anos que marcam os arranjos da Primeira até o estampo da Segunda Guerra, prevaleceu na região da Palestina, na Síria e no Líbano uma relação conflituosa entre os interesses da França e da Grã-Bretanha, e com os atores regionais – entre si e com as potências ocupantes. Conforme explica James Barr (2012), das negociações por Mossul até a retirada britânica da Palestina – após voto da Assembleia Geral da ONU em 1947 –, as duas potências europeias usaram de sabotagem, intrigas, vendas clandestinas de armas, falsas promessas e toda sorte de artimanhas para a manutenção de seus impérios na região. Esses instrumentos continuariam sendo importantes depois, contudo o contexto internacional após a Segunda Guerra seria fundamental para o desmantelamento dos interesses dos países europeus naquela região.

O nacionalismo árabe, uma das forças mais importantes na região a partir daquele momento, acabou sendo impactado pelos novos arranjos territoriais e políticos, mas não foi silenciado. Para Morten Valbjorn (2009), há três formas em que o arabismo tem se expressado historicamente: a) o “arabismo cultural”, que identifica no mundo árabe um espaço cultural; b) o “arabismo político”, que trata o mundo árabe como uma sociedade internacional anárquica, ou seja, há entre os Estados árabes normas distintas e uma certa solidariedade, mesmo que prevaleça o princípio da soberania e do respeito mútuo às independências estatais; e, c) o “pan-arabismo”, que condiciona o mundo árabe a um arranjo pansistêmico buscando reunir os povos árabes em um só Estado. Para o autor, sob o controle do Império Otomano prevaleceu o “arabismo cultural”, dentro de uma concepção de sociedade global islâmica, e uma relação de suserania com os otomanos, que faziam parte da sociedade internacional europeia desde o século XIX. Nem todos os grupos nacionalistas formados em regiões habitadas majoritariamente por árabes advogavam a ruptura com o Império Otomano. Por exemplo, o *Hizb al-Watani* (Partido Nacional) do Egito, fundado em outubro de 1906, tinha como foco a retirada britânica do país, contando para isso com o apoio do Império Otomano (GERGES, 2018).

De forma geral, esse arranjo durou até a Primeira Guerra Mundial quando, como visto anteriormente, foram traçadas (de maneira arbitrária) as fronteiras territoriais dos Estados árabes e se iniciou a criação de instituições governamentais independentes. Do arabismo

cultural do Império Otomano para o período entreguerras, de 1920 a 1940, prevaleceu uma visão conservadora do pan-arabismo, encabeçada pelos filhos do Xerife Hussein de Meca, os reis Faisal e Abdullah, que governaram o Iraque e a Transjordânia respectivamente, conforme visto acima.

A partir da Segunda Guerra Mundial, os EUA decisivamente passariam a se interessar pelos rumos do Oriente Médio. Wendell Willkie, um advogado estadunidense que fora candidato à presidência, fez, a pedido do presidente Roosevelt, uma longa viagem pela região na segunda metade de 1942. Para Willkie, a posição estadunidense na região estava sendo minada por sua aliança com a Grã-Bretanha, cujas ações criavam cada vez mais comoção entre os atores políticos e a população local. Willkie alertou que “O domínio britânico no Oriente Médio estava acendendo o descontentamento que a propaganda do Eixo estava explorando. Como aliado da Grã-Bretanha, os Estados Unidos estavam sendo prejudicados por aquela associação⁴⁵” (BARR, 2019: 22, tradução nossa). Essa disputa, entre os EUA e a Grã-Bretanha, foi na verdade um fator decisivo para grande parte do Oriente Médio entre a Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria.

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, Londres apoiou a criação da Liga dos Estados Árabes. Para Murden (2009: 120, tradução nossa), a Grã-Bretanha estava tentando “angariar popularidade no mundo árabe durante a Segunda Guerra Mundial. Temendo incursões alemãs em 1942, os britânicos apoiaram publicamente a ideia da unidade árabe⁴⁶” e patrocinaram a Conferência de Alexandria que aconteceu entre setembro e outubro de 1944. Além do Egito, participaram também: Transjordânia, Síria, Líbano, Iêmen do Norte, Arábia Saudita, e observadores palestinos. Louise Fawcett (2013) enfatiza a importância da conjuntura internacional na qual foi criada a Liga. Essa, de acordo com Paulo Visentini (2014: 14), “fornecia um quadro para articulação das elites arábicas conservadoras mantendo vínculos com a Inglaterra, como forma de administrar os problemas surgidos no pós-guerra, tanto no plano internacional [...] como no regional (questão judaica e nacionalismo árabe)”. Nas próximas subseções trataremos da evolução política do Egito, do sionismo e da ocupação da Palestina, especialmente na tensa relação que se criou com Londres.

⁴⁵ Do original: “British rule in the Middle East was kindling discontent that Axis propaganda was exploiting. As Britain’s ally, the United States was being damaged by association”.

⁴⁶ Do original: “court popularity in the Arab world during the Second World War. Fearing German incursions in 1942, the British publicly backed the idea of Arab unity”.

1.2.2 O Egito entre as décadas de 1920 e 1940

Formalmente, o Egito permaneceu até a década de 1910 como parte do Império Otomano. Mas, em novembro de 1914 o país foi separado do Império Otomano e se tornou oficialmente um protetorado britânico (BARR, 2019). Os arranjos de Sykes-Picot e seus predecessores não impactaram a posição britânica no Egito, pois lidavam basicamente com a zona do Levante. Após o fim da Primeira Guerra, Sa'd Zaghlul, ex-juíz e ministro da educação, pressionou para que o Egito pudesse enviar uma delegação para a Conferência de Paris, tal como fariam Hussein e os iranianos. O objetivo era negociar a independência do Egito em um foro internacional, tentando assegurar apoio do presidente dos EUA, Woodrow Wilson.

Entre novembro e dezembro de 1918, o movimento que Zaghlul ajudou a fundar – o Wafd – tentou exaustivamente comunicar suas ideias através da mídia, de abaixo assinados, e junto à representação dos Estados Unidos no Cairo. Como aponta a pesquisa de Erez Manela (2007), o Wafd partia do pressuposto de que a autodeterminação dos povos, defendida por Wilson e piloto da atuação dos EUA na guerra desde 1917, sustentaria o pleito pela independência egípcia. Todavia, os britânicos conseguiram não só neutralizar temporariamente os movimentos do Wafd, como também impediu que um memorando de janeiro de 1918, assinado pelo partido, chegasse às mãos das outras delegações reunidas na França. Em março de 1919, Zaghlul e outros companheiros foram exilados em Malta, o que causou levantes violentos no país, que ficaram conhecidos como a “Revolução de 1919”. O autor nota que os protestos daqueles meses foram plurais e abarcaram egípcios de todas as classes, profissões, religiões e um dos elementos diferenciadores e marcantes foi a participação de grupos organizados por mulheres. Ainda em abril, os britânicos cederam e libertaram Zaghlul, que partiu imediatamente para a França, mas não a tempo de encontrar-se com Wilson antes do anúncio do reconhecimento do protetorado britânico sobre o Egito, o que ocorreu no final daquele mesmo mês (MANELA, 2007).

Apesar de não ter sucedido em 1919, o Wafd se tornaria uma força política considerável no Egito nas próximas décadas. Em 1922, a monarquia egípcia anunciou a independência formal do país, quando aceitou um tratado com o Império Britânico, que buscava preservar o controle sobre o Canal de Suez e sua permanência militar no país; no ano seguinte o país adotou uma nova constituição liberal (abril de 1923), com previsão de eleições e partilha de poder entre o rei e o Parlamento (BOTMAN, 2008; BEST; HANHIMAKI; MAIOLO; SCHULZE, 2014). Todavia, os grupos nacionalistas não estavam satisfeitos com os arranjos de 1922. A luta pela plena independência continuaria.

A partir dos arranjos políticos desenvolvidos em 1922, o Wafd, único partido com presença ampla no país, sempre alcançou o poder quando eleições livres eram permitidas. Não chegavam, todavia, a defender um conceito de democracia amplo, configurando-se mais como um partido de uma elite preocupada com as massas. O próprio Zaghlul é descrito por Manela (2007) como um reformista; foi a decepção com a atuação de Wilson que o fez buscar outros espaços para se manifestar contra a manutenção do regime britânico. É por isso que Fawaz Gerges (2018) tem cautela ao chamar esse período da história egípcia que vai até 1952 de “Era Liberal”. A monarquia permanecia autocrática e havia pouca ou quase nenhuma margem de negociação com os britânicos em assuntos relevantes para o país. Dois exemplos de falhas constitucionais que corroboram essa ideia é que ao rei foi permitido apontar membros do Senado, e inclusive dissolver o Parlamento eleito; ademais, os direitos dos cidadãos estrangeiros no país continuaram sendo sobrevalorizados. Como aponta Gerges (2018: 57, destaque nosso), “o primeiro governo do Wafd fortaleceu a Lei de Associação de 1923 para combater as atividades sindicais, [...] para atuar efetivamente contra o movimento operário, que era visto como fonte de ideias subversivas, anarquistas, comunistas e anticonstitucionais⁴⁷”. Economicamente, o Egito, produtor e exportador de matérias-primas, especialmente algodão, foi impactado pela queda dos preços do produto, que ampliou o fosso da pobreza entre os setores urbanos e os *fellahin* (agricultores).

Além do Wafd, oficializado como partido político em setembro de 1923, outros partidos importantes surgiram entre os anos 1920 e 1930, que demonstram a complexidade da política egípcia, mesmo diante da continuada presença britânica. Os mais relevantes eram: a) o Partido Constitucionalista Liberal, que defendia uma linha gradualista para as negociações com a Grã-Bretanha e tinha como expoentes Mohamed Hussayn Haikal (que seria um dos confidentes do presidente Nasser a partir dos anos 1950) e Ismail Sidqi; b) Sidqi criou o Partido do Povo (*Hizb al Sha'b*) em 1930 e governou nos três anos seguintes, em conluio com o palácio e de forma ditatorial; c) havia ainda o Partido da Unidade, criado em 1925, e claramente pró-palácio; d) o Partido Sa'dist (criado em 1937 a partir de uma ruptura do *Wafd*), e que representava os interesses do setor financeiro e industrial urbano.

Botman (2008), tal como Manela (2007), destacou o movimento feminista egípcio. A União Feminista Egípcia foi criada em 1923 por Huda Sha'rawi e tinha como agenda central o pleito do sufrágio, da educação para garotas e a liberdade de vestimentas. Esse grupo teria um

⁴⁷ Do original: “The first Wafd government strengthened the 1923 Law of Association in order to combat activities by trade unions, [...] to act effectively against the labor movement, which was seen as subversive, anarchist, communist, and anti-constitutional ideas”.

papel ativo na militância e organização de uma oposição tanto contra a migração de judeus para a Palestina, quanto em relação à criação do Estado de Israel em 1947 (GERGES, 2018; BOTMAN, 2008). Nos anos 1940, também foram criados o Partido Feminista do Egito (1944), comandado por Fatma Nimat Rashid, que tinha como foco as reformas socioeconômicas, o controle de natalidade, e a associação *Bint al-Nil* (Filhas do Nilo, de 1948), liderada por Duriyya Shafiq, cuja principal agenda era a do sufrágio universal (BOTMAN, 2008).

Em 1936, o rei Ahmad Fuad morreu e seu filho, Farouk, assumiu o trono. A efervescência política no país levou, em agosto daquele ano, à assinatura de um novo tratado com o Reino Unido que reconhecia a independência do Egito, permitia que se tornasse membro da Liga das Nações – o que aconteceu no ano seguinte –, e estabelecesse relações diplomáticas formais com outros países. Para os críticos egípcios da época, o Tratado Anglo-Egípcio não garantia a soberania do país, pois permitia a intervenção nas questões internas do Egito caso os britânicos sentissem que seus interesses estivessem ameaçados (GERGES, 2018). Em troca, a Grã-Bretanha permaneceria na zona do Canal de Suez e manteria o controle, em conjunto com o Egito, do Sudão (ROGAN, 2014). Para Botman (2008), o que impulsionou a revisão da relação Londres-Cairo foi, além da pressão interna egípcia e a ascensão de um novo rei, a invasão da Etiópia pela Itália.

O descontentamento com a situação econômica, política e a permanente presença britânica no território egípcio, associados com a rápida desmoralização do sistema liberal constitucional, abriram caminho para a radicalização da vida política no país. Para Botman (2008), o panorama político do Egito não ficaria completo sem mencionar esses outros grupos relevantes. O primeiro deles, inclusive por sua importância até os dias atuais, é a Irmandade Muçulmana (ou *Ikhwan*). Criado em 1928 por Hasan Al-Banna, o partido “promoveu uma mensagem simples e absoluta: luta para livrar o Egito da ocupação estrangeira; defender e obedecer ao Islã⁴⁸” (BOTMAN, 2008: 297, tradução nossa). Para Gerges (2018), o Ikhwan foi o principal opositor do Wafd, o qual ultrapassou em termos de popularidade e membresia. Portou-se como associação apolítica e benevolente, e tinha como pano de fundo a criação de uma sociedade cujas regras se baseassem no Corão.

As relações internacionais do Egito com outros países ficaram eclipsadas naquele período por conta da efetiva dominação britânica. Com os EUA, a ideia de ampliar o intercâmbio comercial e apoiar as aspirações por independência do Egito eram majoritariamente defendidas pelo Departamento de Estado. Todavia, outros setores dentro do

⁴⁸ Do original: “promoted a simple and absolute message: struggle to rid Egypt of Foreign occupation; defend and obey Islam”.

governo estadunidense não se contrapunham à manutenção da hegemonia britânica. Para Peter Hahn (1991), essa ambiguidade de posições dos EUA se estenderia dos anos 1930 até a década seguinte e a opção por privilegiar os interesses estratégicos faria com que Washington se alinhasse, ou fizesse vista grossa, à política britânica. A posição privilegiada do Egito por conta do Canal de Suez seria então fator determinante para a política das grandes potências para o país.

Durante a Segunda Guerra, o objetivo da Grã-Bretanha foi manter as potências do Eixo (Alemanha e Itália) longe do Oriente Médio, tarefa que se mostrou difícil tanto pelas forças nazistas que se aproximavam do Egito quanto pela política e atuação de algumas lideranças árabes (mas também sionistas e no Irã), que eram contrárias às potências tradicionais, contra quem de fato tinham pelezas. No Egito, a situação chegou a tal ponto que “Em 4 de fevereiro de 1942, o embaixador britânico no Egito, Sir Miles Lampson, enviou tanques para cercar o Palácio de Abdeen e forçar o rei Farouk a demitir seu aliado, o primeiro-ministro Ahamad Mashir, por causa do apoio indiferente que este dava ao esforço de guerra aliado⁴⁹” (GERGES, 2018: 415, tradução nossa). Esse episódio serviu para desacreditar consideravelmente a monarquia egípcia e o *Wafd*. Essas atitudes abriram espaço para os outros partidos e grupos políticos egípcios. Em 1945, Ahmed Maher Pacha – do Partido Sa'dista – foi assassinado por defender a declaração de guerra contra o Eixo, o que aconteceu somente em 26 de fevereiro de 1945. O novo primeiro-ministro do partido, Mahmoud Al-Nuqrashi, também foi assassinado em 1948, após ter dissolvido a Irmandade Muçulmana.

Esse panorama aqui traçado das questões domésticas egípcias demonstra as dificuldades para a efetiva construção de um sistema liberal com mínimos requisitos de participação política em países ocupados – ou fortemente influenciados – por potências estrangeiras. Para Selma Botman (2008: 307, tradução nossa), a interferência europeia foi importante para minar as experiências com o constitucionalismo no Egito. Para Fawaz Gerges (2018), as ideias liberais no Egito foram impostas de cima (externamente e por uma elite nativa) para baixo, sem preocupação pela devida construção de um consenso, que respeitasse a diversidade e a negociação. É evidente que potências estrangeiras não podem ser culpadas de todos os males de um país, mas certamente no caso egípcio foi um dos elementos mais importantes. Essa situação política doméstica refletirá diretamente na história egípcia na década de 1950, e na ascensão de Gamal Abdel Nasser ao poder, um dos campeões do arabismo. Esses

⁴⁹ Do original: “On 4 February 1942, the British ambassador to Egypt, Sir Miles Lampson, sent tanks to surround the Abdeen Palace and to force king Farouk to sack his ally, Prime Minister Ahamad Mashir, over the latter’s lukewarm support for the Allied war effort”.

desdobramentos serão estudados em capítulos posteriores. A seguir, analisaremos o sionismo, a migração de judeus para a Palestina e suas consequências para a região.

1.2.3 O sionismo e a migração de judeus para a Palestina no período entreguerras

A história da presença judaica na região da Palestina e seu corolário, a criação de um Estado para os judeus na região, foi, a partir do século XIX, obra de uma ideologia nacional chamada sionismo. Essa história é um dos exemplos mais claros de como a construção estatal e nacional partem de um processo que envolve o convencimento internacional, a articulação discursiva de lideranças do movimento, a criação gradativa de instituições e o reforço contínuo das ideias que guiam tais processos. O sionismo proveu a diversos segmentos dos judeus, especialmente na Europa, os elementos constitutivos para o projeto sócio-político-cultural da criação de um Estado (KAMRAVA, 2005). Ou seja, o sionismo era um movimento típico do século XIX, não tão coerente quanto se pregou depois da criação do Estado de Israel, mas que buscava através, por exemplo, da revitalização do hebraico e da criação de outras tradições – inclusive místicas – a firmar uma “continuidade histórica dos judeus com os antigos hebreus” (DEMANT, 2002: 211).

No século XIX, entre os judeus que viviam majoritariamente na Europa – especialmente Central e Oriental – tornou-se imperativo o debate sobre as reais possibilidades de assimilação nas sociedades em que viviam. A circunstância histórica do fortalecimento do nacionalismo nos países europeus foi hostil para as populações judaicas, que muitas vezes tiveram que migrar. A atuação de Theodor Herzl, jornalista austríaco, foi decisiva para o movimento sionista. Ele publicou em 1896 o livro “A questão judaica” e em 1897 organizou o Primeiro Congresso Sionista da Basileia (Suíça), quando se estabeleceu que o lar para os judeus seria na Palestina, até então parte do Império Otomano (SCHULZE, 2017; SHAPIRA, 2018). Foi criada também a Organização Sionista Mundial, a semente do futuro Estado judaico.

O sionismo forjou um vínculo ao mesmo tempo eterno e terrestre do povo judeu com a Palestina e com a cidade de Jerusalém em particular. Para Anita Shapira (2018: 33), o diferencial do sionismo em relação às outras formas de identificação do povo judeu com a cidade e Sião estava na ação: enquanto esses aguardavam um evento cósmico e uma “redenção milagrosa”, aquele acreditava que “em vez de aguardar passivamente a chegada do Messias, o povo judeu tomaria o destino em suas próprias mãos e transformaria sua situação por intermédio de ações concretas”. As primeiras levas de imigrantes influenciados pelos ideais sionistas tinham escolhas limitadas e trabalharam com a agricultura. Tal aspecto dessa migração foi

importante dado que ajudou a sedimentar no ideário sionista que “o homem que cultivava o solo tinha uma profunda conexão com sua terra” (SHAPIRA, 2018: 54). Como muitos dos imigrantes não tinham nem os recursos nem a experiência para terem sucesso nessa empreitada, uma parte voltou ou para a Europa ou emigrou para os EUA. A imigração contínua de judeus para o *Yishuv*, a comunidade judaica na Palestina, fez com que esse número chegasse a cerca de 440 mil membros no início da Segunda Guerra. Para comparação, no começo do século XIX eram cerca de 5000 judeus na região.

Convenientemente, essa migração se deu ignorando a população local, utilizada como mão de obra barata no início da ocupação, mas depois descartada⁵⁰; propagava-se que “a terra prometida estava vazia de um povo com identidade e direitos⁵¹”, e que os judeus eram seus legítimos donos (KAMRAVA, 2005: 76, tradução nossa). O lema “Uma terra sem povo para um povo sem terra” designa bem essa visão de mundo, que teria profundas consequências no futuro. Shapira (2018: 69-70) não enxerga a migração dos judeus para a Palestina, especialmente a partir da Segunda Aliá⁵² (que significa “ascensão”, e nesse contexto trata da possibilidade de “retorno” dos judeus à pátria eterna) como um movimento colonialista. Para a autora, a situação na Palestina não se assemelhava aos movimentos migratórios próprios do imperialismo franco-britânico porque os imigrantes compraram a terra, e foram para lá não como representantes de seus Estados-nação, mas em busca da construção de sua própria pátria. Ilan Pappé (2008: 612), por sua vez, é categórico em taxar o sionismo como um movimento colonialista “não convencional” que acabou se tornando um “movimento satélite” do imperialismo britânico – vide a Declaração Balfour e o caráter magistral dado a ela pelo movimento sionista. A ocupação da terra, a utilização dessa mão de obra quando conveniente, a percepção de que o terreno estava desprovido de progresso, dentre outras características, são típicas do colonialismo europeu daquele período. Havia, todavia, um impulso nacionalista junto a essa ocupação colonialista, o que rendeu na formação de instituições do *Yishuv* e que seriam

⁵⁰ A exploração da mão de obra árabe era tida como um mal necessário nas primeiras décadas da migração, mas a nova onda de imigrantes a partir de 1904 criticou os pioneiros do *Yishuv* por utilizá-la. A solução era substituir o trabalhador árabe pelo judeu. A partir desse momento o *Yishuv* começou a se distinguir e distanciar da sociedade árabe que já habitava a região. Essa postura teria consequências duradouras na divisão das duas comunidades a partir dos anos 1920.

⁵¹ Do original: “the Promised land was empty of a people with identity and rights”.

⁵² Conforme explica Demant (2002: 212) é o “jargão sionista que significa imigração judaica para a Terra de Israel”. Kamrava (2005) aponta que ocorreram cinco ondas de “aliá” até o início da Segunda Guerra: a) Primeira Aliá (de 1881-1900), com cerca de 25.000 judeus chegando ao país – Shapira (2018) diverge desse número e aponta que foram 70 mil pessoas; b) Segunda Aliá (de 1904 a 1913), com 35 mil pessoas; c) a Terceira Aliá (de 1919 a 1923), com 37 mil judeus; d) a Quarta Aliá (de 1924 a 1928), quando a região recebeu mais 70 mil judeus; e, e) Quinta Aliá (1932-1939), quando a pressão do nazifascismo na Europa expulsou um grande número de judeus do continente, dos quais 200 mil foram para a Palestina.

depois a base de um novo Estado. Essa diferença de percepções sobre o mesmo processo histórico é relevante porque, mesmo antes de 1947, os grupos nacionalistas árabes já denunciavam o colonialismo sionista e essa seria uma pauta aglutinadora na agenda política dos países árabes, especialmente o Egito, nos anos 1950. Como a pecha de colonialista não era bem quista, e caso ocorresse na prática deveria ser apagada enquanto vocábulo da história da criação do Estado de Israel, a presença judaica na região se sustentou relutantemente na legitimidade do próprio mandato britânico, o que o joga novamente em rota de colisão com os interesses árabes. O primeiro embate concreto entre essas forças seria em 1948.

Aparte essas questões de migração e consolidação da presença judaica na região, é preciso enfatizar que um dos pilares da proposta de Herzl, ainda no final do século XIX, era que a “questão judaica” deveria ser tratada pelas grandes potências, garantindo-lhes, dentro dos valores ocidentais e modernos que admiravam, um apoio jurídico para o pleito do povo judeu. Ou seja, as lideranças judaicas deveriam buscar um acordo internacional que validasse seu pleito. Como já visto, a migração continuou a ocorrer mesmo sem essa validação explícita. Porém, como o líder sionista havia incorporado ao movimento “os conceitos e práticas predominantes ao redor do mundo: congressos, cartas, negociações de alto nível, ações de larga escala e assim por diante” (SHAPIRA, 2018: 39), a busca de tal aceitação seria uma das prioridades, parcialmente suprida no Plano de Partilha das Nações Unidas de 1947.

Entre os anos 1930 e 1940, o Reino Unido enfrentou o movimento sionista organizado que, através de ataques tanto contra os britânicos quanto aos árabes nativos – que responderam também com violência –, e assim fincaram sua presença e posição no território. Os judeus foram de possíveis aliados dos britânicos no controle das passagens marítimas de Suez, para uma questão em aberto para o império. Já em 1943, estava claro para Londres que os judeus da Palestina usariam a força para expulsá-los da região e garantir a criação de seu Estado (BARR, 2012).

Para Ella Shohat (2007: 118), “o sionismo foi na verdade um movimento de libertação (como sabemos, problemático) dos judeus europeus e, de forma mais específica, de uma pequena parcela estabelecida em Israel”. Disso derivaram-se duas consequências: primeiro, uma tendência (inclusive contemporânea) de igualar “judeu” a “sionismo” e a confusão propositalmente gerada entre as críticas aos excessos do sionismo com acusações de antissemitismo; e, segundo, de forma mais sutil, como enfatizado por Shohat (2007), a marginalização dos judeus sefarditas que já viviam na região ou que migraram de outros países árabes ou orientais. Para a autora, cria-se aqui uma visão de superioridade, um paternalismo e uma realidade de racismo dentro do próprio sionismo, que demonstra suas falhas e fissuras.

Essas considerações a respeito do outro lado do “sionismo” são relevantes, pois revelam os elementos da construção e da própria justificativa da rápida migração de judeus da Europa Oriental e Rússia para a Palestina que se deu nos anos 1930. A terra “vazia” era povoada não só por árabes, mas nesse mundo “distante” viviam e se integravam comunidades judaicas milenares que foram relegadas pelo sionismo europeu. De qualquer maneira, a evolução do sionismo do século XIX à invenção de Israel na segunda metade do século XX é prova do ânimo ideacional que se requer para a criação de uma nação e de como esse processo é feito, infelizmente, por atropelos e graves consequências humanas.

Na Palestina, a oposição e aproximação com o Eixo também seriam uma questão para o Império Britânico. Apontado em 1920 pelo alto-comissário britânico como o “mufti” – um intérprete da lei islâmica – de Jerusalém, Mohamed Amin al-Husayni, teve papel importante na radicalização do esforço árabe-palestino na luta contra o sionismo, a ponto de ter se aliado a Adolf Hitler durante a guerra. Como aponta James Carroll (2013: 299), “o mufti se ofereceu para promover e organizar uma revolta panárabe contra os britânicos no Oriente Médio e para conseguir [...] garantia alemã da independência árabe, inclusive palestina”. É nesse contexto de criação de Estados, da migração judaica para a Palestina, e a criação da Liga Árabe que os interesses dos árabes se chocaram. Para Fawcett (2013: 193, tradução nossa), “a soberania estatal e o pan-arabismo eram parceiros incompatíveis, mas o medo da hegemonia e das agendas diferentes em competição de vários regimes impediram uma união mais profunda⁵³”. É a mesma lógica da falta de unicidade que apareceria na votação do Plano de Partilha da Palestina e na subsequente primeira guerra árabe-israelense (1948-1949), que serão estudados posteriormente. Uma vez compreendidos o conceito e o início da Guerra Fria e o contexto no qual se encontrava o Oriente Médio em seu limiar, a próxima sessão tratará de como a primeira se mundializou e englobou a região aqui estudada.

1.3 A GUERRA FRIA E O TERCEIRO MUNDO

Conforme já vimos, a expansão das duas superpotências durante a Guerra Fria foi ancorada no paradigma da modernidade ocidental. Composto essa narrativa, é fundamental mencionar o processo de descolonização, que teve seu auge nos entre os anos 1950 e 1960. Para Mark Bradley (2014), há duas interpretações possíveis para esse processo: a) por um lado, há a ótica dos colonizadores que reivindica que as independências foram direcionadas pelas ideias e

⁵³ Do original: “state sovereignty and pan-Arabism were incongruous partners, but fear of hegemony and the competing agendas of different regimes prevented any deeper union”.

política das metrópoles, mesmo que tenham acabado formalmente com os laços entre essas e as colônias; b) por outro lado, há os historiadores que se atentaram para as perspectivas do Sul e enfatizaram o caráter ativo dos atores anticoloniais na construção das ideias e dos movimentos de descolonização. O autor defende que essas visões isoladamente são insuficientes, até porque o contexto da Guerra Fria por si só não explica a descolonização, que foi influenciada por visões pós-coloniais transnacionais que antecederam e ultrapassaram a bipolaridade do sistema internacional à época. Ademais, como aponta Anne Deighton (2010), não há um vínculo causal entre a Guerra Fria e a descolonização pois, as possessões coloniais britânicas e francesas ainda tinham importância estratégica no jogo que se desenrolava.

O que defendemos é que, por ter sido executado dentro do contexto da Guerra Fria, o processo de descolonização colheu elementos da disputa bipolar e da desigualdade material das superpotências ao mesmo tempo em que retroalimentou a disputa bipolar, e gerou uma onda de libertação dos povos que foi limitada e feita às custas de muitas vidas⁵⁴. Tal como o fim da Primeira Guerra Mundial não significou a criação de um mundo em que a autodeterminação dos povos se convertera em princípio central, a criação das Nações Unidas e o início da Guerra Fria também não produziram esse desabrochar pleno das identidades nacionais, particularmente as vinculadas a conceitos étnicos. Assim, para que se entenda a “Guerra Fria global” é preciso compreender o “Terceiro Mundo”, e vice-versa. Para Westad (2010, p. 10, tradução nossa), a globalização da Guerra Fria se deu por conta das lutas no Terceiro Mundo e levaram “a uma intensificação do conflito entre as superpotências por meio de intervenções internacionais e pelo aumento dos custos da competição⁵⁵”. O autor não poupa críticas às consequências nocivas dessa disputa.

Mas, o que era o Terceiro Mundo? Giuliano Garavini (2012) indica que a expressão foi usada pela primeira vez em 1952 pelo demógrafo francês Albert Sauvy, e tinha como referência o “terceiro estado” da Revolução Francesa, a grande massa excluída dos processos políticos. O que está no cerne da expressão é a vontade e a luta por participação nos processos globais, por conta em grande medida do processo de descolonização. Para Garavini (2012), as potências coloniais europeias ainda relutaram em compreender a dinâmica da mudança proporcionado, por exemplo, pela explosão do sentimento do nacionalismo, e tentaram assim, manter a

⁵⁴ Esse é um dos elementos que viabiliza o próprio conceito de Guerra Fria, conforme temos defendido aqui, pois havia a bipolaridade, a disputa ideológica e o espaço para a expansão das duas superpotências na esteira da descolonização. Esses elementos não estão presentes na disputa entre os EUA e a China contemporaneamente, e mesmo parceiros tradicionais como a Europa tem uma postura de independência em relação às suas negociações comerciais com os países asiáticos, incluindo a Rússia.

⁵⁵ Do original: “both intensified the superpower conflict through international interventions and increased the cost of the competition, while destroying many of the societies in which the battles were carried out”.

influência nas antigas regiões nas quais mantiveram seus impérios. É por isso que a expressão “terceiro mundo” também pode ganhar uma conotação dentro do jogo da Guerra Fria; para Westad (2005: 2, tradução nossa), o conceito “implicava uma posição distinta dos termos da Guerra Fria, a recusa de ser governado pelas superpotências e suas ideologias, a busca de alternativas tanto ao capitalismo quanto ao comunismo, uma ‘terceira via’ [...] para os estados recém liberados”⁵⁶. A expansão da Guerra Fria para o Sul foi então um desafio para as duas superpotências. Os EUA não descuidavam de situações que consideravam críticas, onde promoveram golpes e intervenções, mesmo que contrários aos princípios que nominalmente defendiam. O medo de novas revoluções fortaleceu-se após a vitória de Mao na China. A URSS, além de disputar espaço com a superpotência capitalista, teve que se adequar também à ascensão chinesa no movimento revolucionário (BRADLEY, 2014).

Esse ativismo chinês já era percebido nos anos 1950. O país teve disputas fronteiriças com muitos de seus vizinhos e ainda lidava com as comunidades de emigrados no Sudeste Asiático, que passava por um processo de descolonização violento. Em meio a esse contexto, em abril de 1954, a Índia de Nehru e a China de Mao assinaram o Tratado de Pansheel que estabeleceu regras das relações bilaterais entre os dois países, especialmente por conta da situação ambígua do Tibet naqueles anos. De acordo com uma publicação comemorativa do Ministério de Relações Exteriores da Índia,

Panchsheel nasceu há cinquenta anos em resposta a um mundo que pedia um novo conjunto de princípios para a condução das relações internacionais que refletisse as aspirações de todas as nações de coexistirem e prosperarem juntas em paz e harmonia [os princípios eram] [...]: I. Respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada um, II. Não agressão mútua, III. Não-interferência mútua, IV. Igualdade e benefício mútuo e V. Coexistência pacífica⁵⁷ (INDIA, 2014: 1, tradução nossa).

A Conferência de Bandung, que aconteceu em abril de 1955, acabou retomando parte desses princípios. Reuniu lideranças de 29 países recém-independentes, além de outros líderes de movimentos nacionalistas no intuito de fortalecer uma rede transnacional de oposição à lógica da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que se fortalecia o clamor pelo fim definitivo do imperialismo (BRADLEY, 2010).

⁵⁶ Do original: “the concept also implied a distinct position in Cold War terms, the refusal to be ruled by the superpowers and their ideologies, the search for alternatives both to capitalism and communism, a ‘third way’ [...] for the newly liberated states”.

⁵⁷ Do original: “Panchsheel was born fifty years ago in response to a world asking for a new set of principles for the conduct of international relations that would reflect the aspirations of all nations to co-exist and prosper together in peace and harmony [the principles were] [...]: i. Mutual respect for each other’s territorial integrity and sovereignty, ii. Mutual non-aggression, iii. Mutual non-interference, iv. Equality and mutual benefit, and v. Peaceful co-existence”.

Sukarno, presidente da Indonésia e anfitrião do encontro, reforçou em seu discurso a sua percepção sobre as mudanças profundas pelas quais o mundo passara até aquela data, e que “Nações, Estados, despertaram de um sono de séculos. Os povos passivos foram embora, a tranquilidade exterior fez lugar para a luta e a atividade. Forças irresistíveis varreram os dois continentes [África e Ásia]⁵⁸” (SUKARNO, 2017: 3, tradução nossa). Assim, acreditava-se que a luta apenas começara, pois, a tarefa central dos povos africanos e asiáticos era mostrar às minorias de outras regiões que a busca pela paz e pelo desenvolvimento era a principal agenda internacional a ser seguida naquele novo tempo. É importante considerarmos que Sukarno não se identificava com o marxismo. Para Westad (2005), o líder indonésio era “nativista”, ou seja, entendia que a luta contra o colonialismo se daria a partir da história – e de outros elementos sociais, tais como a religião – dos povos colonizados.

Além da Índia, da China, da Indonésia e da Iugoslávia, um dos principais Estados do movimento terceiro-mundista foi o Egito. A construção de alternativas para o desenvolvimento nacional e garantia da soberania impactou profundamente o Oriente Médio, onde os três elementos que caracterizam as ideologias da URSS e dos EUA, o universalismo, a modernidade e o progressismo, na interpretação de Engerman (2010), foram mobilizados em conflitos e na disputa por hegemonia. A ordem britânica ainda não havia se encerrado e já se instalava a influência cada vez maior dos EUA na região. Da mesma forma, a partir dos anos 1950, vários movimentos de cunho nacionalista passaram a ser vistos com desconfiança crescente por Washington, que muitas vezes não compreendeu o anseio por desenvolvimento autônomo de muitos Estados na região. Já para Moscou, o envolvimento dos EUA em disputas em zonas contíguas ao território da URSS era alarmante. Para os Estados da região, a grande preocupação era o imperialismo britânico, contra o qual o Egito, os iranianos e outros países da região lutavam (LITTLE; 2008, 2010).

Para Douglas Little (2010: 305), a dinâmica da Guerra Fria operou no Oriente Médio entre os anos 1950 e 1970 e a rivalidade entre as duas superpotências se apresentou em três níveis: 1) uma luta geopolítica por aliados e acesso a recursos naturais (especialmente o petróleo); 2) a prevenção de um confronto direto entre os EUA e a URSS por conta do conflito entre Israel e os países árabes; 3) uma competição ideológica, conflitando especialmente o nacionalismo árabe secular com as ideologias radicais islâmicas. O período da Guerra Fria na região foi marcado pelo processo de formação e consolidação de Estados, conflitos por

⁵⁸ Do original: “Nations, States, have awoken from a sleep of centuries. The passive peoples have gone, the outward tranquility has made place for struggle and activity. Irresistible forces have swept the two continents [Africa and Asia]”.

hegemonia regional, influência das superpotências e a preocupação constante com as reservas de petróleo e gás ali encontradas. Esses elementos, em conjunto, estiveram presentes em propostas como a MEDO, a Crise de Suez (1956), na Guerra dos Seis Dias (1967), na Guerra de Outubro de 1973 e em outros momentos históricos da região.

O Oriente Médio se destacou entre o final dos anos 1940 e 1950 pelo potencial de escalada de suas crises, tal como aconteceu com a Partilha da Palestina, o embate a respeito da navegabilidade em vias marítimas como o Canal de Suez, no Egito, e em proporção bastante menor, a discussão sobre o status de Jerusalém nos fóruns das Nações Unidas. Não bastassem essas questões, a região ainda era importante por conta de seus recursos naturais, especialmente o petróleo. A dependência dos Estados Unidos de recursos petrolíferos durante a primeira parte da Guerra Fria era, na realidade, ínfima, já que tanto a produção quanto a descoberta de novas reservas de petróleo no país cresceram consideravelmente entre o final dos anos 1940 e os anos 1960. As mudanças nos padrões de consumo no país – com a substituição de modais de transporte público a vapor e elétricos por veículos individuais e o aumento da frota de caminhões – fizeram com que o petróleo e os seus derivados fossem responsáveis por quase 50% do consumo de energia no país em meados dos anos 1960. O ponto crucial era que o petróleo do Oriente Médio era importante especialmente para a recuperação econômica da Europa⁵⁹ e do Japão, os aliados de peso de Washington na Guerra Fria (PAINTER, 2010). Em menor volume, o Brasil também compraria cada vez mais petróleo da região, enquanto a possibilidade de vir a ter uma indústria nacional ainda era alvo de intenso debate político.

Em síntese, é possível apontar que a escalada retórica de rivalidade entre as duas potências, e que marcou a Guerra Fria, se deu entre 1946 e 1949. Como se trata de um processo, é desnecessário apontar um evento, discurso ou fator único que singularize o início do conflito. Ademais, o choque ideológico produzido entre os dois modelos – o capitalismo dos EUA e o socialismo da URSS – já advinha de décadas passadas. Um dos elementos inovadores na dinâmica internacional foi a queda dos impérios europeus e a polarização político-militar nos dois centros de Guerra Fria. Cada lado do conflito teve que se justificar doméstica e internacionalmente para a situação que se desenvolvia. Ademais, com o teste nuclear soviético em 1949, Washington e Moscou compreenderam que a aniquilação mútua era uma realidade a

⁵⁹ Uma relação de complementação se concretizou nas relações entre as duas partes do Atlântico: os EUA financiavam via Plano Marshall a recuperação europeia, enquanto esses pagavam o petróleo consumido de companhias americanas com o dinheiro emprestado. Já a URSS passou a ser exportadora do produto em 1954, mesmo que tivesse grande potencial para prospecção antes, o que não aconteceu por falta de recursos para investimento. Comprou petróleo por um período da Romênia, que continuou sua produção depois que os soviéticos deixaram de ser dependentes e passou a buscar outros mercados (PAINTER, 2010).

ser evitada, então a disputa deveria ser resolvida em outros lugares. É nesse sentido que se pode falar de uma Guerra Fria global e que impactou de certa forma todos os países. Como enfatiza Westad (2005), isso não quer dizer que os países do que passou a se chamar “Terceiro Mundo” fossem atores passivos nessa dinâmica. Tal como havia acontecido no imediato pós-Primeira Guerra Mundial, quando aconteceu o que Manela (2007) chamou de “momento wilsoniano”, no pós-Segunda Guerra e ao longo dos anos 1950, as lideranças dos países subdesenvolvidos articularam suas demandas internacionais em torno do vocabulário da disputa bipolar, mesmo que para rechaçá-la. Esses novos países passaram a influenciar – por se tornarem maioria – a Assembleia Geral das Nações Unidas. Esses novos Estados eram importantes porque, afinal de contas, compunham a própria razão da existência do impulso expansionista das superpotências. No capítulo seguinte, estudaremos como os governos brasileiros entre 1946 e 1957 lidaram com as questões da Guerra Fria, desenvolvimento e o debate nacionalista.

2 O BRASIL NO INÍCIO DA GUERRA FRIA: DE DUTRA A KUBTISCHEK

As relações internacionais do Brasil entre 1946 e meados dos anos 1950 foram marcadas pelos dilemas impostos pelas relações com os Estados Unidos em um contexto de Guerra Fria, pela busca do desenvolvimento econômico, e pelo gradativo movimento de descolonização da África e da Ásia. Mesmo que o Brasil tenha participado dos esforços da Segunda Guerra Mundial junto aos Aliados, as expectativas geradas a partir desse momento não foram plenamente correspondidas nas relações internacionais do país com os Estados Unidos a partir de 1945. Getúlio Vargas em seu primeiro e multifacetado período no poder, entre 1930 e 1945, conseguiu, a partir da declaração de guerra contra o Eixo, garantir investimentos dos EUA em setores relevantes no Brasil e buscou novos aportes financeiros para o processo ainda incipiente de industrialização no país. Todavia, a partir de 1945, e com o fim da guerra na Europa, as prioridades estadunidenses mudaram, pois, a reconstrução desse continente se tornou urgente diante da crescente animosidade entre os EUA e a URSS (MOURA, 1990; RICUPERO, 2017).

Uma das queixas constantes dos países da América Latina com o começo da Guerra Fria era que os EUA não tinham intenção de lançar um programa de ajuda econômica para a região, e o apoio efêmero à democratização seria substituído pela defesa de uma região que fosse anticomunista e aberta ao capital privado estadunidense. Esses países teriam que aceitar uma disputa pelo capital privado, para assim suprirem suas necessidades de financiamento e se inserirem na nova ordem econômica organizada pelos Estados Unidos. Desconfiavam-se das intenções de partidos comunistas, ou que se identificavam com as pautas socialistas, porque eles eram tidos como uma cabeça de ponte para interesses não declarados de Moscou. Essa era a posição dos EUA em relação aos partidos comunistas europeus, pois mesmo que não acreditassem que a URSS utilizaria a força naquele momento, eles estavam cientes de que havia outros métodos: “A União Soviética está, sem dúvida, convencida de que os Estados Unidos não iniciarão a guerra enquanto os atuais métodos soviéticos de estender o controle por ‘infiltração parlamentar pacífica’ forem empregados⁶⁰”.

Assim, “Um governo democrático na América Latina viveria na maior parte das vezes à sombra de grupos militares vigilantes e cada vez mais ideologizados, e se fosse longe demais

⁶⁰ FRUS, 1948, General; The United Nations; Volume I, Part 2. Report on “Soviet Intentions” Prepared by the Joint Intelligence Committee, American Embassy, Moscow, U.S.S.R., April 1, 1948. Do original: “The Soviet Union is undoubtedly convinced that the United States will not initiate war so long as present Soviet methods of extending control by ‘peaceful parliamentary penetration’ are employed”.

pendendo [nas questões] trabalhistas ou para a esquerda poderia ser derrubado⁶¹” (BETHELL; ROXBOROUGH, 2005: 315, tradução nossa). Para Monica Hirst (1990: 03), o nacionalismo latino-americano foi tratado nesse período como um “sintoma de penetração comunista”; esses grupos denunciavam as relações de dependência – e até exploração – da América Latina nas mãos especialmente dos EUA. Somada essa escalada retórica às mudanças sociais promovidas pelo processo de substituição de importações, o caminho natural foi a pluralização das vozes políticas no continente que, a despeito da repressão que sofriam, conseguiram atrelar o desenvolvimento da região com a disputa global entre os EUA e a URSS.

Este capítulo tem como propósito estudar como a evolução da Guerra Fria entre o final dos anos 1940 e até meados dos anos 1950 afetou a política externa e a sociedade brasileira. O debate geral da Guerra Fria impactou nas decisões referentes a temas como o petróleo, as liberdades partidárias, o nacionalismo, o papel do Brasil no arranjo bipolar e a postura brasileira diante do processo de descolonização, especialmente junto às Nações Unidas. O período compreende a presidência de Dutra, de Vargas, de Café Filho e de Juscelino Kubitschek. A proposta do capítulo não é esgotar a política de cada um desses governos, mas estudar como o contexto de Guerra Fria impactou a política doméstica, a construção das alternativas de inserção internacional do país, e claro, as medidas oficialmente tomadas pelos governos. A existência das alternativas é especialmente importante porque mesmo que uma determinada linha de princípio tenha sido adotada – em termos gerais, o alinhamento com o mundo ocidental –, a ação em algumas ocasiões era mais complexa e multifacetada.

Na última parte do capítulo, apresentaremos um breve apanhado das relações do Brasil com o Oriente Médio – enfatizando o aspecto social e a migração, bem como os primeiros contatos diplomáticos – até meados dos anos 1940, para que se possa compreender posteriormente o desdobrar dos contatos entre as regiões no início da Guerra Fria.

2.1 O GOVERNO DUTRA: A REPULSA ANTI-COMUNISTA E O ALINHAMENTO COM OS EUA

Em quase todos os países da América Latina houve algum avanço democrático nos anos de 1945 e 1946. Essa onda oportunizou a reorganização de partidos comunistas, do movimento trabalhista, de sindicatos e de outros órgãos vinculados às questões sociais e do trabalho, e com

⁶¹ Do original: “a democratic government in Latin America would more often than not live in the shadow of a vigilant and increasingly ideologically military, and if it moved too far toward labor or the left it could be overthrown”.

poucas exceções, como expressam Leslie Bethell e Ian Roxborough (2005: 32, tradução nossa), “todos os estados latino-americanos poderiam afirmar ser, em certo sentido, democráticos. Pelo menos eles não eram ditaduras⁶²”. Essa virada na região estava vinculada ao próprio resultado da Segunda Guerra Mundial, bem como pela propaganda dos EUA durante o conflito, que reforçou uma forte tradição regional de ideias e cultura política liberal, com raízes ainda no século XIX. A sustentação da diferença do “mundo livre” contra a opressão soviética forçou a manutenção das aparências democráticas em muitos daqueles países. Para Leslie Bethell (2008: 87, tradução nossa), “a democratização do Brasil em 1945-1946 foi parte de uma onda latino-americana, e de fato global, de democratização ao final da Segunda Guerra Mundial⁶³”.

A organização partidária das forças políticas que dominaram a política nacional no período temporal aqui estudado começou ainda em 1945, pois foi com apoio de Vargas e como preparação para as eleições anunciadas para dezembro daquele ano que se criaram o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nas eleições de dezembro de 1945, também foi eleita uma Assembleia Constituinte. A nova constituição brasileira foi promulgada em setembro de 1946. Domesticamente, vigorou no Brasil um regime constitucional parcialmente democrático⁶⁴ durante aqueles anos, com eleições para os cargos executivos e legislativos e com vigorosos debates sobre temas de política doméstica e internacional entre os poderes constituídos e na sociedade civil.

De acordo com Thomas Skidmore (2007: 81), o PSD e o PTB representavam o grupo “de dentro” do regime anterior de Vargas, ou seja, seus apoiadores. O PSD se sustentava na atuação tanto dos políticos e burocratas fortalecidos por Vargas quanto nos “proprietários de

⁶² Do original: “all the Latin American states could claim to be in some sense democratic. At least they were not dictatorships”.

⁶³ Do original: “the democratization of Brazil in 1945–1946 was part of a Latin America-wide, indeed worldwide, wave of democratization at the end of the Second World War”.

⁶⁴ A Constituição de 1946 estabelecia que “Não podem alistar-se eleitores: I - os analfabetos; II - os que não saibam exprimir-se na língua nacional; III - os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos” (BRASIL, 1946). Como indica José Murilo de Carvalho (2001: 145), “em 1950, 57% da população ainda era analfabeta”, o que tornava essa restrição algo consideravelmente impactante, especialmente se considerados os recortes raciais e de gênero, para além do abismo entre a cidade e o campo. Além disso, nenhuma mulher participou da Constituinte de 1946 e somente um deputado preto foi eleito, José Claudino da Silva, pelo Partido Comunista do Brasil. Adiantando-se a debates importantes que surgiriam nos anos seguintes, como a questão do racismo e a reforma agrária, o deputado, no dia 13 de maio de 1946, questionou a história oficial sobre a Lei Áurea, enaltecendo que a luta dos negros foi importante para o movimento de libertação, mas que “A 13 de maio de 1888 os escravos tiveram abertas as senzalas, mas a esses mesmos escravos não deram terras, com as quais pudessem obter a liberdade econômica”. A questão racial também foi levantada durante a constituinte pelo deputado Hamilton Nogueira, que em março do mesmo ano pronunciou-se a respeito da questão em sessão da constituinte: “existe no Brasil a questão racial? É possível que não exista nas leis, mas existe de fato, não somente em relação aos nossos irmãos pretos como em relação aos nossos irmãos israelitas”. O deputado proporia meses depois uma emenda ao Projeto da Constituição para incluir a expressão “Sem distinção de raça ou de cor” no texto, mas não obteve sucesso (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [2013a]). Nogueira era naqueles anos um dos grandes apoiadores da partilha da Palestina e da criação de uma pátria para os judeus, como estudaremos no próximo capítulo.

terras e industriais” que se enriqueceram naqueles quinze anos. Tentou utilizar a máquina já estabelecida de interventores estatais para capitalização política e conseguiu lançar o General Dutra, ministro da Guerra de Vargas, como candidato – vencedor – nas eleições daquele ano (SKIDMORE, 2007). De acordo com Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2018: 392), o PSD “jamais contestava resultado de urnas, e era doutor na tática do acordo e da aliança”. Um de seus principais nomes foi, além de Getúlio, o político mineiro Juscelino Kubitschek, que seria presidente poucos anos depois e precisaria se equilibrar nesse tênue jogo da política democrática brasileira.

Já o PTB foi o partido criado para os trabalhadores, próximo dos sindicatos e com um projeto político claro em torno do trabalhismo, que “identificava na questão social o grande problema das massas trabalhadoras no Brasil [e] entendia que a solução para essa questão exigia a intervenção do Estado” (SCHWARCZ; STARLING, 2018: 394). Angela de Castro Gomes (2013) enfatiza que mesmo que Vargas tenha deixado o poder em 1945, a sua figura política continuou central para a república brasileira, especialmente através do trabalhismo. Da mesma forma, “nacionalismo, desenvolvimentismo e nacional-desenvolvimentismo se tornaram palavras constantes no vocabulário da época” (GOMES, 2013: 28).

Os dois grandes oponentes de Dutra naquelas eleições de dezembro de 1945 foram o brigadeiro Eduardo Gomes da União Democrática Nacional (UDN) e Yedo Fiúza do Partido Comunista do Brasil (PCB) – recém legalizado –, especialmente depois do apoio de Carlos Prestes ao “queremismo”, movimento civil que articulou a permanência de Vargas no poder. A UDN, como descreve Bethell (2008: 89), era “uma ampla coalizão de opositores de direita, centro e da esquerda não comunista advinda do Estado Novo, que também havia sido criada em 1945⁶⁵”. Na formulação de Skidmore (2007: 80), eram os “de fora” e o que caracterizava sua principal vertente, o “constitucionalismo liberal”, era a aquiescência com o papel do exército na política brasileira. Para Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2018: 392), o que caracterizava os partidários da UDN era um “antigetulismo feroz”, principal marca da oposição. Os membros esquerdistas do partido formaram o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que foi registrado junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em agosto de 1947. Afora a ala esquerdista, a UDN se cristalizou nos anos vindouros como “um partido conservador, moralista, antidemocrático e com indisfarçável vocação golpista” (SCHWARCZ; STARLING, 2018: 392). Carlos Lacerda (1914-1977) e Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990), dois de seus proeminentes

⁶⁵ Do original: “a broad coalition of Right, Centre and non-Communist Left opponents of the Estado Novo, which had also been created in 1945”.

membros, teriam papel fundamental na política brasileira nos anos vindouros, inclusive em situações que envolveram os países do Oriente Médio.

O PSD compartilhava com a UDN uma leitura conservadora e anticomunista do mundo e não raro cooperaram no legislativo nos anos 1950, apesar de terem surgido de grupos distintos e com posições opostas em relação à participação de Vargas na política brasileira. Havia outros partidos, mas com peso regional. Ademais, os presidentes eleitos formavam uma equipe ministerial multipartidária, o que lhes tolhia em partes a ação, mas garantia a governabilidade (e em alguns casos, a própria posse presidencial). Havia, sobretudo, uma conciliação das elites na defesa de seus interesses.

2.1.1 “Quem mandou Dutra fechar o PCB? Foi Truman”

O governo Dutra induziu o Brasil para o que Moniz Bandeira (2007: 422) chamou de “estado de guerra fria civil”, que levou o PCB, que havia sido recentemente reconhecido (abril de 1945), de volta à ilegalidade. Nas eleições de 1945, o candidato à presidência do PCB levou cerca de 10% dos votos e o partido elegeu 14 deputados federais e Luís Carlos Prestes (1898-1990) como senador (BETHELL, 2008). Ainda em 1946, o presidente expurgou do funcionalismo público membros do Partido Comunista do Brasil e a perseguição a lideranças sindicais vinculadas ao comunismo era generalizada. Um dos objetivos de Dutra era silenciar o movimento dos trabalhadores, o que acabou inclusive sendo cristalizado na constituição promulgada em setembro de 1946 (BETHELL, 2008).

Em janeiro de 1947, o sucesso eleitoral nas eleições para cargos federais e estaduais soou o alarme da força do PCB no país. A ofensiva contra o partido escalou depois das eleições. Um dispositivo constitucional impedia que partidos que ofendessem os princípios democráticos fossem sequer registrados. O PCB foi culpado de agir contra esse princípio; evocou-se então o caráter internacionalista do partido, ou seja, supostamente ele estaria a serviço de uma potência estrangeira (SCHWARCZ, STARLING, 2018; TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, [2020]). Assim, no dia 7 de maio, o registro do PCB foi cancelado pelo TSE. É importante mencionar que o pedido fora feito ainda em 1946 pelo deputado Barreto Pinto, do PTB (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, [2020]), mas as condições entre abril e maio de 1947 foram mais propícias para o movimento de expurgo que Dutra pretendia da política e do sindicalismo nacional. Alguns deputados foram contrários à decisão e como não houve consenso no TSE, a medida tomada foi amplamente debatida como uma questão política. Para Skidmore (2007), Pagliarini (2018), Bethell (2008) e Carvalho (2001), a perseguição ao PCB e

a decisão de maio de 1947 foram movimentos típicos da Guerra Fria, apoiados por políticos e militares que eram claramente anticomunistas, e de certa forma ancorados na posição que os EUA já apresentavam no cenário global, ou seja, a de agir para barrar o avanço comunista, a qualquer custo. A Guerra Fria não criou o anticomunismo entre a elite nacional, mas foi a oportunidade para a repreensão em prol de ideais mais amplos e concatenados com os EUA.

Houve, claro, oposição à medida. O “Tribuna Popular”⁶⁶, jornal vinculado ao PCB, denunciou em suas páginas uma possível interferência do governo Truman na decisão do TSE. A denúncia do imperialismo não era nova nos movimentos políticos brasileiros. Pagliarini (2018) identifica uma tendência anti-imperialista no movimento nacionalista do país desde a década de 1920, quando esse ainda não tinha um caráter nitidamente anti-estadunidense. Essa associação passa a ficar mais clara na década de 1930, com Getúlio Vargas no poder, e a partir da atuação de lideranças como Prestes, um dos expoentes do PCB (PAGLIARINI, 2018). A complexidade dessas denúncias de imperialismo nos anos após a Segunda Guerra Mundial é que os EUA se tornaram o alvo específico e preferencial das críticas dos grupos comunistas e mais associados à esquerda, ao mesmo tempo em que se consolidavam como o parceiro internacional fundamental para o Brasil, na perspectiva governamental. Por sua vez, a mídia conservadora, ecoando o governo, denunciava o imperialismo soviético.

Como prova da revelação da participação dos EUA na decisão do TSE, o “Tribuna Popular” estampou, em sua capa do dia 15 de maio, um memorando secreto, datado de 7 de maio, emitido pelo Major-General Gordon P. Saville, membro da Comissão Militar Conjunta Brasil-EUA. Saville solicitava que o pessoal militar estadunidense estacionado no Brasil ficasse alerta e usasse trajes civis naqueles dias para evitar problemas após uma grande decisão a ser tomada no dia seguinte⁶⁷. Depreendeu-se daí que Truman já estivesse ciente da decisão do TSE e, portanto, fosse de alguma forma responsável pela pressão contra o Tribunal brasileiro. William Pawley, o embaixador dos EUA no Brasil, enviou telegrama para a Secretaria de Estado em Washington, no dia 16 de maio, alertando sobre a capa do jornal “Tribuna Popular”, que reproduziu o documento de Saville. Esse, conforme informou Pawley, ainda havia tentado se explicar para o jornal “O Globo”. Pawley comunicou a seus superiores que recomendou a Saville para que não desse explicações em circunstâncias assim⁶⁸. Abaixo a capa do jornal:

⁶⁶ Na edição do ano II, n.º 598. O jornal foi criado em maio de 1945, no contexto de distensão da política brasileira e encerrado no final de 1947, por conta da crescente perseguição ao movimento comunista no governo Dutra. A cúpula do partido decidia a linha editorial. Teve como um de seus diretores Carlos Drummond de Andrade (FERREIRA, 2009a).

⁶⁷ Tribuna Popular (RJ), “Quem mandou Dutra fechar o PCB? Foi Truman”, capa, 15 de maio de 1947.

⁶⁸ FRUS, 1947, The American Republics, volume VIII, n.º 596, The Ambassador in Brazil (Pawley) to the Secretary of State, Rio de Janeiro, May 16, 1947.

Figura 2 – Capa do Tribuna Popular do dia 15 de maio de 1947



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, Tribuna Popular, capa, 1947.

Mesmo que houvesse forças políticas domésticas suficientes para promover a cassação do PCB, a denúncia do memorando de Saville alimentavam o clima de Guerra Fria no país e promovia o acirramento discursivo das esquerdas e de denúncia do imperialismo. Assim, ao passo que se aprofundava o sentimento anticomunista no Brasil, uma parcela da população adquiria cada vez mais consciência de temas como a luta anti-imperialista e a interferências estrangeira em negócios domésticos. Era evidente que a interferência mais nítida vinha dos EUA.

A histeria contra o comunismo foi um instrumento político relevante para as elites políticas e econômicas no Brasil naquele período. Paradoxalmente, a ideologia soviética era vinculada à falta de democracia, mas era em nome desse regime que o consenso liberal justificava a supressão de expressões partidárias e políticas divergentes. A falta de sensibilidade do governo Dutra com as pautas da classe trabalhadora levou Vargas a romper com o governo ainda em dezembro de 1946. Ademais, como consequência da decisão do TSE de 1947, em janeiro de 1948, foi oficializada a cassação dos mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores comunistas (BETHELL; ROXBOROUGH, 2005; BETHELL, 2008). Os comunistas eram alvo, mas o que se buscava era uma restrição de direitos trabalhistas e da manutenção de uma ordem conservadora. Mas, mesmo indo para a ilegalidade novamente, o PCB tinha tido tempo para deixar uma mensagem clara: “a forte exposição do partido durante sua breve janela de atividade legal sugeria que as questões levantadas e as soluções que

propunha para os problemas nacionais não seriam facilmente ignoradas⁶⁹” (PAGLIARINI, 2018: 50, tradução nossa). Essas questões se interpunham com a relação do país com as superpotências.

2.1.2 As relações do Brasil com a União Soviética e os EUA

O caso do PCB nos auxilia a compreender as relações do Brasil com a URSS naqueles anos. Conforme se percebe, a ideologia soviética tinha um apelo, tal como ficou provado na própria existência do PCB, a atuação de Carlos Prestes, a linha ideológica de jornais como o “Tribuna Popular” e a “denúncia” do imperialismo. Do ponto de vista diplomático, o Rio de Janeiro (capital do Brasil à época) e Moscou se aproximaram pela intermediação de Washington e somente estabeleceram relações entre si em abril de 1945, como uma espécie de condição para o Brasil participar dos arranjos do pós-guerra (CATERINA, 2019; MOURA, 1990).

Gianfranco Caterina (2019:55) estudou as relações do Brasil com a URSS durante a Guerra Fria com grande riqueza na pesquisa documental; o autor aponta que houve a “busca de um diálogo construtivo entre as chancelarias [Rio e Moscou] em setembro de 1946”, especialmente pela postura adotada pelo embaixador brasileiro em Moscou, Mário de Pimentel Brandão. Apesar da denúncia das más condições alocadas para as legações dos países da América Latina, expressava compreensão do papel da URSS no mundo. Em dezembro daquele ano, todavia, ocorreu um incidente diplomático envolvendo um dos funcionários brasileiros no país, o secretário João Batista Soares Pina. Esse incidente ganhou as páginas dos jornais, e o “Jornal do Brasil”⁷⁰ deu vazão ao sentimento de que os agentes soviéticos haviam agido com excessos (na ocasião narrada, Soares Pina estava embriagado e causou confusão em um restaurante e no hotel em que se encontravam instalados os representantes brasileiros, tendo sido contido com violência)⁷¹. O governo brasileiro encaminhou nota ao governo russo, mas o episódio “indicava a demolição de um nível de confiança mínimo para a manutenção de um diálogo civilizado entre as chancelarias” (CATERINA, 2019: 56).

⁶⁹ Do original: “but the party’s strong showing during its brief window of legal activity suggested that the issues it raised and the solutions it proposed to national problems were not so easily ignored”.

⁷⁰ Foi fundado em abril de 1891 e passou por diversas fases. Desde os anos 1920, adotou uma postura mais neutralista em relação à política nacional, e a partir dos anos 1930 incorporou uma crítica aos extremismos da direita integralista e à esquerda, a partir de uma visão católica e conservadora de mundo. Chegou a apoiar a cassação do PCB. Mas, em duas ocasiões em que Carlos Lacerda (UDN) defendeu a ruptura constitucional, após a eleição de Vargas em 1950, e de Juscelino em 1955, o Jornal do Brasil manteve-se ao lado da legalidade. Passou a ser dirigido por Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro a partir de 1953, e depois de 1957 foram introduzidas pequenas e graduais mudanças em seu projeto gráfico (FERREIRA; MONTALVÃO, 2009).

⁷¹ Jornal do Brasil (RJ), “O espancamento do diplomata brasileiro”, 21 de dezembro de 1946; “Em torno da grande incidente com diplomata brasileiro”, p. 5, 21 de janeiro de 1947.

Após o episódio da cassação do registro do PCB, as relações do Brasil com a URSS desvaneceram. Poucos dias depois da decisão do TSE, o embaixador soviético, Yakov Suritz, deixou o Brasil⁷². Enfim, em outubro de 1947, depois de uma publicação soviética ter feito críticas ao presidente Dutra, “a quem foi imputada associação prévia injustificável com os poderes do Eixo⁷³”, o país resolveu romper relações diplomáticas com Moscou. Caterina (2019) trabalha com a hipótese do anticomunismo interno para explicar a decisão de outubro de 1947, já que a sucessiva onda de marginalização de traços independentes do movimento trabalhista, a perseguição ao PCB, a falta de interesses comerciais entre os dois países, e a pressão de setores das Forças Armadas são alguns dos fatores que compõem esse cenário. O *chargé* da embaixada dos EUA no Rio tratou da questão com o ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, mas para esse: “O Brasil tinha tudo a ganhar e nada a perder com a ruptura nas relações⁷⁴”.

Os EUA e o Reino Unido consideraram aquele passo uma medida exagerada da política brasileira (RICUPERO, 2017). Ainda assim aconteceu. Em reunião do Conselho de Segurança Nacional do dia 15 de outubro, somente o ministro da Fazenda demonstrou alguma preocupação com a ruptura das relações por conta de contratos firmados com a Tchecoslováquia e a Finlândia (que adotaria uma postura neutra na Guerra Fria). O conjunto de ministros criticou as “restrições vexatórias” ao corpo diplomático estrangeiro estabelecido na URSS, e o ministro Raul Fernandes defendeu a ruptura das relações. Para o Ministro da Justiça, Benedito da Costa Neto – que havia oficializado a denúncia contra o PCB e encaminhado documentos para o TSE –, “tudo evidencia que a diplomacia russa não opera como a das nações ocidentais⁷⁵”.

No dia 24 de outubro, Dutra, que havia perdido a esposa dias antes, se dirigiu a manifestantes na sacada do Palácio do Catete. Lembrou que o Brasil e a URSS haviam lutado contra o mesmo inimigo na Segunda Guerra e que não poderia admitir qualquer tipo de desrespeito às Forças Armadas brasileiras e à contribuição do país para o esforço de guerra (DUTRA, 1948). As relações entre os dois países haviam sido oficialmente rompidas quatro dias antes. Assim, o Brasil de Dutra, por razões domésticas, deixava de lidar com uma das superpotências na Guerra Fria o que, além de complicar consideravelmente o trabalho dos diplomatas brasileiros nas Nações Unidas, instruídos a não votarem em pautas de interesse de

⁷² FRUS, 1947, American Republics, volume VIII, n.º 2482, subject: Departure of Soviet Ambassador from Brazil, The Chargé in Brazil (Key) to the Secretary of State. Rio de Janeiro, July 1, 1947.

⁷³ Ibid., n.º 1167, The Acting Secretary of State to the Embassy in Brazil; Secret; Washington, October 11, 1947. Do original: “to whom was imputed unwarrantably prior association with Axis powers”.

⁷⁴ Ibid., n.º 1399, The Chargé in Brazil (Key) to the Secretary of State; Secret; Rio de Janeiro, October 9, 1947. Do original: “Brazil had everything to gain and nothing to lose by rupture in relations”.

⁷⁵ Ata da 11ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, 15 de outubro de 1947, Biblioteca Nacional, Fundo Conselho de Segurança Nacional, BRDFANSBSBN8.0.ATA.1, p. 72-75.

Moscou, demonstrava que seu prestígio e quimérica presença internacional estava circunscrita a interesses muito provinciais. Aos EUA não interessavam a ruptura de um canal de diálogo com Moscou, mas o governo de Dutra se curvou aos interesses daquele de forma acrítica e fechou uma janela de oportunidades ao Brasil, que só seria parcialmente restabelecida a partir de 1959, quando uma missão comercial brasileira foi à URSS (CERVO; BUENO, 2009).

Sendo assim, em que se basearam as relações do Brasil com os EUA naquele período? Muitos trabalhos tendem a discutir a política externa do país para os EUA a partir de uma avaliação do binômio autonomia-alinhamento. Monica Hirst (2013), por exemplo, divide as relações do Brasil com os Estados Unidos durante o século XX a partir de cinco fases: a da “aliança informal”, do “alinhamento”, da “autonomia”, do “ajuste flexível” e por fim, da “afirmação”. Essa classificação, de acordo com a autora, tem como objetivo “entender a dinâmica do relacionamento Brasil-Estados Unidos como resultado da combinação de percepções e interesses de ambos os países”⁷⁶ (HIRST, 2013: 13, tradução nossa). Dessa forma, também é preciso entender quais as expectativas mais amplas dos EUA para que se possa compreender o que se esperava do Brasil e o que o país poderia esperar do vizinho do Norte. A fase da “aliança informal”, por exemplo, que se iniciou com a República Velha e foi até aproximadamente o final dos anos 1930, foi marcada por convergências em temas regionais e a gradativa ampliação da importância comercial dos EUA para o Brasil.

A segunda fase, que compreende o recorte histórico deste trabalho, é a do “alinhamento”, que se inicia com a entrada dos EUA na Segunda Guerra, e o aumento da pressão para um posicionamento dos países da América Latina, e vai até meados dos anos 1970. Hirst (2013) divide essa fase em três momentos: 1) o primeiro momento compreende o período em que os EUA lutaram na Segunda Guerra Mundial e o governo ditatorial de Vargas optou por seguir o parceiro hemisférico, angariando com isso alguns benefícios; 2) o segundo inicia-se em 1946 e vai até o golpe de 1964 e é marcado pelas iniciativas brasileiras de industrialização, que requeriam capital estrangeiro, especialmente dos EUA, o que limitou inclusive experiências mais arrojadas como a Política Externa Independente (1961-1964); 3) por fim, o terceiro momento vai de 1964 até meados dos anos 1970, quando o regime civil-militar instalado no Brasil adotou uma postura abertamente ocidentalista. Os constrangimentos

⁷⁶ Do original: “to understand the dynamics of the Brazil-United States relationship as a result of the combination of perceptions and interests of both countries”.

da crise do petróleo de 1973 encerraram esse período. Todos os períodos acima indicados compõem, para a autora, uma fase de alinhamento⁷⁷.

Gerson Moura (1990: 23) caracterizou a política externa do governo Dutra para os EUA como a de um “alinhamento sem recompensa”: o alinhamento “tornou-se na prática e realmente o objetivo da política, tanto em termos bilaterais como em termos multilaterais”. Cervo (2008: 230) identifica em João Neves da Fontoura e em Raul Fernandes (ambos foram ministros das Relações Exteriores de Dutra; o primeiro, também foi ministro de Vargas entre 1951 e 1953; o segundo, foi ministro de Café Filho, entre 1954 e 1955) essa “convicção” em ceder e seguir as “teses norte-americanas [...] na ONU, na OEA, nos sistemas de aliança como o Tiar e a Otan, bem como no sistema Breton Woods”.

Como as expectativas eram sempre confrontadas com a realidade, havia uma lamúria constante por maior atenção e recursos para o Brasil. Somente para ilustrar a situação, em abril de 1947, Carlos Martins Pereira e Souza, embaixador do Brasil nos EUA, enviou ofício para o Rio tratando de sua sondagem junto a representantes do Departamento de Estado sobre o desconforto brasileiro com uma possível guinada dos EUA em favor da Argentina. No entendimento do embaixador:

há, sim, por parte dos Estados Unidos, uma tendência conciliatória de, atendendo à constante pressão dos principais países do hemisfério, inclusive o Brasil, iniciar uma nova fase de entendimentos com a Argentina, que permitam realizar a perfeita unidade continental por todos nós advogada e levem, finalmente, a celebração do Tratado de Defesa Hemisférico⁷⁸.

Carlos Martins ainda anexou um artigo assinado por Walter Lippman criticando o Secretário de Estado, Dean Acheson, por focar na reconstrução europeia e negligenciar parceiros

⁷⁷ Para fins de informação, as três últimas fases – que não compõem o recorte temporal desta tese – seguem a seguinte cronologia: a) a **autonomia** vai do governo Geisel até o final dos anos 1980, momento em que, para a autora, o Brasil se comprometeu efetivamente com o universalismo e terceiro-mundismo, o que não impediu que ambos os países travassem debates complexos como a questão da dívida brasileira e a política brasileira na área de informática; b) o **ajuste flexível**, com a agenda neoliberal do governo Collor e a busca de uma “agenda internacional positiva” do governo de Fernando Henrique Cardoso, c) por fim, a **afirmação**, iniciada com os governos de Lula da Silva (2003-2010), e que não pode ser confundida com antiamericanismo (HIRST, 2013). Para Maria Regina Soares de Lima (2018), a “lógica autonomista” foi a exceção na política externa brasileira durante a segunda metade do século XX, pois era ditada por um modelo de desenvolvimento de inserção econômica internacional no capitalismo e baseada em uma política de prestígio (sem contestar a ordem, o Brasil queria ser percebido como distinto de seus vizinhos) no âmbito multilateral. Levando-se em consideração essa abordagem, não houve entre 1947 e 1957 nenhuma “intenção de contestação às regras globais vigentes”, o país adotou a postura de “rule-taker” ao invés de “rule-maker”, e não havia uma “visão geopolítica de mais longo prazo”, nem uma “perspectiva de solidariedade ativa com os países semelhantes do Sul” (SOARES DE LIMA, 2018: 42). Esses traços definiriam uma verdadeira política autonomista.

⁷⁸ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios Recebidos/Embaixadas/Washington (1947/21), caixa 141, “Novas tendências nos Estados Unidos em relação ao Brasil”, n.º 192/920 (42) (22), 14 de abril de 1947.

importantes no continente americano. O Plano Marshall, exclusivamente focado na Europa, agravaria essas desconfianças.

Essa política de alinhamento impactou as relações internacionais do país, especialmente no âmbito regional. A pretensão brasileira de preferência junto aos EUA, por exemplo, em detrimento da Argentina e outros países da América Latina, foi um fator muito importante para o acúmulo de insatisfações em alguns setores político-econômicos brasileiros com um alinhamento que não gerava os frutos esperados. Ao final do governo Dutra prevaleciam as diferenças nas relações com a Argentina peronista: “A oposição ia do relacionamento que cada um estabelecia com os Estados Unidos até os diferentes posicionamentos sobre **a criação do Estado de Israel** e a questão colonial no continente” (PINHEIRO, 2013: 163, grifo nosso). No tocante a Israel, a posição dos dois países divergiu na AGNU e depois também no reconhecimento do próprio Estado. Essa questão particular será estudada no próximo capítulo.

A despeito dessas divergências, o sistema interamericano desenvolveu-se institucionalmente. A segurança externa da América Latina foi afiançada no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), assinado em setembro de 1947 no Rio de Janeiro, oportunidade em que Truman visitou o país. O Tiar previa o princípio da defesa coletiva, ou seja, que “um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano seria considerado um ataque contra todos os Estados americanos” (PINHEIRO, 2013: 162). A articulação política para os desafios regionais e domésticos veio em 1948, quando foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA), uma organização regional para regular jurídica e politicamente as relações entre os Estados americanos (BETHELL; ROXBOROUGH, 2005).

Para Cervo (2008: 112), tanto o Tiar quanto a OEA não serviram aos interesses latino-americanos de desenvolvimento industrial, mas cristalizaram uma aliança de “combate ao comunismo” e uma base de suporte “à hegemonia hemisférica norte-americana, que se pautava por interesses introspectivos e negligenciava os da vizinhança”. Assim, apesar da arrancada institucional no continente americano, é na Europa e gradativamente na Ásia que os EUA vão concentrar seus planos econômicos e poderio militar. A América Latina chamará a atenção somente em 1954, com a crise da Guatemala, e em 1959, com a Revolução Cubana.

Em 1949, Dutra visitou os EUA, mas ainda assim, as expectativas do governo por apoio econômico e militar ficariam vazias, inclusive por conta do acirramento da Guerra Fria naquele contexto. Ainda assim, o Brasil deu mais uma prova de seguir os EUA em temas globais e fechou a embaixada na China e um consulado de Xangai em resposta à queda do governo de Chang Kai-Chek, apoiado pelos EUA. Na ONU, o Brasil se opôs à entrada da China comunista na organização, a contragosto do embaixador Oswaldo Aranha (CERVO; BUENO, 2008).

Os interesses do governo Dutra eram infundados e um documento de março de 1950, assinado por George Kennan – responsável por elaborar a doutrina de contenção da URSS que vimos no capítulo anterior – demonstram esse desdém com que se tratava a América Latina em alguns setores do governo em Washington⁷⁹. Kennan esteve na região e elaborou um memorando bastante depreciativo dos países que visitou. Para ele, a América Latina era fundamental não porque a URSS tivesse poder para alcançá-la, mas pelos materiais e recursos dos quais os EUA eram dependentes no caso de um conflito mundial. Com sua capacidade discursiva, Kennan entregou que tanto o medo quanto os interesses materiais eram tão fundamentais para os EUA que chegou a propor a adoção de meios coercitivos disfarçados, mas suficientes para impressionar os governos que ousassem agir contra os interesses estadunidenses, e contar com a corruptibilidade dos regimes locais para a proteção dos investimentos privados de seu país. A América Latina era um ambiente “infeliz e sem esperança [...] para a condução da vida humana⁸⁰”.

Para Rubens Ricupero (2017: 382), “as observações que [Kennan] anotou constroem pela incompreensão, a aversão cultural e humana, a mais absoluta ausência de qualquer sombra de empatia”. Mesmo que as considerações feitas sejam, do ponto de vista humano, ultrajantes, elas dão pistas de como parte do executivo de política externa nos EUA enxergava a América Latina, enquanto tentavam disfarçar atitudes imperialistas, como a pressão pela proteção do investimento estrangeiro direto e pela abertura irrestrita do mercado de petróleo.

Uma questão que se interporia na capacidade do Brasil de nutrir boas relações com os EUA a partir do ano de 1950 foi a Guerra da Coreia. Conforme vimos no primeiro capítulo, ela amplificou a política da contenção na Eurásia, e os EUA adotaram uma postura mais ativa em relação à URSS. O governo Dutra, apesar do apoio decidido ao bloco ocidental, titubeou, junto com outros países latino-americanos⁸¹, no envio de tropas para a Coreia, mesmo que a atuação estadunidense no país estivesse camuflada com a bandeira das Nações Unidas. A indecisão também foi explicada por conta do processo eleitoral que transcorreria naquele semestre no Brasil. Poucos dias antes da posse do novo presidente, já em fevereiro de 1951, o Encarregado de Negócios na embaixada do Brasil em Washington, Afrânio de Mello Franco Filho, enviou para o Rio de Janeiro uma ofício do adido da aeronáutica na embaixada, Brigadeiro Luis Netto dos Reys, que indicava que o envio de tropas teria uma apelo psicológico importante, pois

⁷⁹ FRUS, 1950, The United Nations; The Western Hemisphere, volume II; Memorandum by the Counselor of the Department (Kennan) to the Secretary of State”, [Washington], March 29, 1950.

⁸⁰ Ibidem; idem. Do original: “unhappy and hopeless [...] for the conduct of human life”.

⁸¹ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios Recebidos/Embaixadas/Washington (1947/51), caixa 141, “Participação dos países latino-americanos na defesa da Coreia”, n.º 815, 4 de agosto de 1950.

Washington teria o apoio “do maior país amigo dos Estados Unidos no continente”. Mas Reys considerou algumas dificuldades da participação brasileira, dentre elas, a falta de recursos e não menos importante a percepção de que após a II Guerra, da qual o Brasil participou, o país não teve “um **tratamento preferencial em auxílios militares e econômicos**”⁸².

Conforme vimos no capítulo anterior, a Guerra Fria se estendeu para as outras partes do globo, não só pela já regular expansão das grandes potências, mas também porque tanto os EUA quanto a URSS reconheciam – e assim agiam – que suas ideologias estavam predestinadas a serem exportadas. Estava em jogo a capacidade das superpotências de desenvolverem seu potencial completo, que só se daria através do exercício da influência em todo o mundo. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2008: 278) expressam como essa disputa teve impacto negativo no país naquele momento:

no final do governo Dutra, a frustração brasileira a respeito da cooperação evoluíra para uma atitude que pedia do ex-aliado medidas concretas de ajuda econômica. No governo Vargas adquiriu tom reivindicatório consentâneo com o agravamento das necessidades nacionais.

O ressentimento aflorara, enquanto os dilemas da industrialização transformavam o país. Vargas presidiria um Brasil distinto daquele que governou por quinze anos, agora com um Parlamento atuante e imprensa parcialmente livre, sem falar na concorrência por créditos junto aos bancos estadunidenses em um mundo que contava com cada vez mais Estados independentes.

2.2 O SEGUNDO GOVERNO DE VARGAS (1951-1954) E O DESENVOLVIMENTO DAS PAUTAS NACIONALISTAS

Vargas, deposto no final de outubro de 1945, voltaria à presidência da República anos depois. Nas eleições de outubro de 1950, ele foi eleito com 48,7% dos votos, e teve sua base de sustentação amparada por Ademar de Barros, do Partido Social Progressistas (PSP)⁸³, pelo PTB, e pelo PSD, que chegou a lançar candidato próprio, mas depois de oscilar, apoiou Vargas. João Neves da Fontoura, que havia sido ministro das Relações Exteriores nos primeiros meses do governo Dutra, assumiria novamente a pasta, cargo que ocupou até junho de 1953, quando

⁸² Ibid., “Participação do Brasil na Guerra da Coreia”, n° 151, 14 de fevereiro de 1951, destaque nosso.

⁸³ Foi formado em julho de 1946 a partir da junção de três siglas menores do estado de São Paulo. Ademar de Barros havia sido interventor no estado durante o governo ditatorial de Vargas. Pela importância econômica do estado, o PSP mantinha-se entre os partidos mais importantes do país naquele momento (BETHELL, 2008)

seria substituído por Vicente Rao. O país tinha certamente se transformado desde a última vez que estivera no Catete, e Vargas teria que se adaptar a um jogo político ardiloso para manter-se no poder. Para Skidmore (2007: 111), “o duplo processo de industrialização e urbanização se ampliara e fortalecera em três setores: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana”. É em torno desses três setores que distintos projetos de desenvolvimento nacional estavam sendo delineados.

A oposição a Vargas aguerriu-se à ideia de eliminá-lo da política, e nomes como o de Carlos Lacerda, da UDN (em 1949, ele fundou o jornal “Tribuna da Imprensa”), atacaram-no paulatinamente – mesmo antes das eleições, o jornalista defendia que Vargas não poderia assumir e suscitara a ideia de uma “revolução”, em realidade um golpe, que o impedisse de tomar posse. Como afirmam Schwarcz e Starling (2018: 407), “os meios de comunicação funcionavam como o principal alimentador de crises do governo de Vargas, e Lacerda era sua estrela mais estridente”. Para Skidmore (2007: 160), a UDN queria subverter a democracia que permitiu espaço para a eleição de Vargas em 1950, para justamente reformar essa mesma “democracia”, que para eles não funcionava apropriadamente. Nem todos os políticos da UDN estavam dispostos a sacrificar a democracia no país para satisfazer suas ambições, mas a voz estridente de Lacerda era fundamental no debate político naquele momento.

O presidente, todavia, não estava isolado. O jornal “Última Hora”, de Samuel Wainer, criado em 1951, apoiava Vargas, mas foi um dos alvos preferidos de Lacerda em 1953. O jornal foi criado com um empréstimo do Banco do Brasil, um prato cheio para as acusações feitas à época de corrupção na relação credor-devedor, um tema central do conservadorismo. A relação de Wainer com Vargas não era nada republicana. Uma vez comprovados que os “empréstimos concedidos ao jornal eram resultado de tráfico de influências” (SCHWARCZ; STARLING, 2018: 408), após uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ter sido instalada, a mídia tradicional se juntou no antigetulismo com mais elementos para usar contra o presidente. Wainer foi uma figura importante nas relações do Brasil com Israel, divulgando em seus veículos midiáticos uma visão positiva do país. Ademais, o “Tribuna da Imprensa” e o “Última Hora” travariam um intenso debate no ano de 1952 (prolongando-se até 1953) quando do episódio da retirada dos representantes brasileiros do Irã. Essas duas últimas questões serão estudadas em detalhes nos próximos capítulos.

Como recorda Ricupero (2017: 385), “[nos Estados Unidos] se vivia no auge da ‘caça às bruxas’, do anticomunismo suspicaz e implacável do senador Joseph McCarthy, num clima exacerbado de investigações policiais, espionagem e supostas conspirações subversivas”. Esse maniqueísmo político que se construía – fruto da própria disposição ideacional da Guerra Fria

– acirrou os debates sobre a política econômica do governo, área mais uma vez fragilizada pela falta de outras fontes de financiamento que não as advindas do capital privado dos Estados Unidos. De fato, a grande questão que rondava a política brasileira no início dos anos 1950 era: “qual deveria ser a estratégia do desenvolvimento brasileiro?” (SKIDMORE, 2007: 116). Vargas já havia ensaiado um modelo de participação estatal na economia. Mesmo o governo Dutra havia tentado uma conciliação do papel do Estado em gerir a economia com o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Esse foi aprovado no Congresso somente em 1950, mas tratou-se da “primeira tentativa, embora extremamente primitiva, de planejamento estratégico no terreno econômico” (ABREU, 2013: 205).

Para Skidmore (2007), naquele período eram identificáveis três fórmulas possíveis para o desenvolvimento: a) a neoliberal, defendida pelo economista Eugenio Gudín e o grupo editorial de Assis Chateaubriand, que pregava a mínima participação do Estado na economia, o incentivo ao capital estrangeiro e a perspectiva de crescimento baseado na “vantagem comparativa”; b) a fórmula desenvolvimentista-nacionalista estava em gestação no início dos anos 1950, e pregava que “forças espontâneas” não seriam suficientes para a industrialização e superação dos gargalos de desenvolvimento do país; c) por fim, o nacionalismo radical defendia o rompimento com a ordem vigente, baseada na “espoliação”, para a promoção da industrialização nacional. Ou seja, diferentemente do “pragmatismo” da fórmula anterior, “o nacionalismo radical era dirigido, não a uma revisão da estratégia brasileira para o desenvolvimento, mas para desacreditar a elite política, como prelúdio a uma reordenação radical da ordem social” (SKIDMORE, 2007: 121). Essas três fórmulas não eram estanques, mas servem como categorias explicativas para se compreender as vertentes do debate sobre o desenvolvimento no país naquela época.

A campanha do petróleo foi um dos temas centrais do governo Vargas e a examinaremos logo a seguir. Mas o presidente também assinou, em janeiro de 1952, o decreto-lei n.º 30.363 que regulamentava a remessa de lucros para o exterior. Para Visentini (1995: 75), essa foi uma medida política que pretendia tanto “coibir os abusos das remessas de capital estrangeiro ao exterior”, quanto ser “um forte elemento de barganha com os EUA”. A animosidade com investimentos estrangeiros crescia, e o presidente tratou de utilizá-la sem perder seu estilo moderador dos interesses do país: “ataques ao capital estrangeiro, por exemplo, tinham que ser contrabalançados por liberalização do câmbio” (SKIDMORE, 2007: 132). Enquanto isso, o governo negociava secretamente um acordo militar com os EUA, que previa concessões quanto aos minerais estratégicos. O “Acordo Militar Brasil-Estados Unidos” foi defendido pelo chanceler Fontoura, que chegou a acusar uma campanha comunista contra os arranjos, que

foram aprovados pelo parlamento em abril de 1953. Essas medidas demonstram a complexidade do momento e a imbricação das fórmulas de desenvolvimento naquele período. Na questão da Petrobrás, por exemplo, mesmo que a proposta fosse a criação de uma empresa de capital misto, “a campanha dava a impressão de uma cruzada apaixonada para assegurar a ‘emancipação’ do Brasil da sua condição de ‘colônia econômica’” (SKIDMORE, 2007: 129).

Para Hirst (1990: 9), havia novos termos de barganha nas relações com os EUA que se davam “em torno do suprimento de materiais estratégicos, da participação brasileira de tropas na Coreia e do alinhamento incondicional à política de guerra fria norte-americana”. Visentini (1995) também acredita que, apesar das dificuldades, Vargas insistiu em uma posição de barganha no tratamento com os EUA, mas a partir de 1953 essa postura foi dificultada por conta da nova administração republicana na Casa Branca, além de outras providências, como o fim guerra da Coreia. Além do ponto consensual nas administrações estadunidenses em relação à participação de investimentos privados no desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, a nova administração “pautou-se por um extremo conservadorismo, anticomunismo e aversão ao nacionalismo emergente do Terceiro Mundo” (VISENTINI, 1995: 91). Nesse mesmo ano, Vargas teve que reformular seu ministério para enfrentar os problemas econômicos crescentes advindos da inflação, que aumentava e pressionava os trabalhadores, cujo salário-mínimo não se sustentava diante do aumento dos preços, e da classe média, que temia perder seu novo padrão de vida.

No começo de 1954, o agora ex-ministro das Relações Exteriores, Fontoura, denunciou um suposto conluio de Vargas e Perón, que levou a mais pressão da imprensa sobre o presidente. Acuado por um processo de impeachment em maio de 1954, o governo definhou. Vargas suicidou-se em agosto daquele ano. Sua carta testamento indicava a aguda cisão político-econômica instalada no país naquele momento. O texto era um clamor muito semelhante àqueles publicados pelas revistas de esquerda, e amplamente difundido pelas lideranças do que começava a se articular como Terceiro Mundo.

2.2.1 A questão do petróleo brasileiro

Ainda em 1938, Vargas criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), órgão diretamente vinculado à presidência; tinha como funções zelar pelo abastecimento nacional de petróleo e derivados e fiscalizar as atividades comerciais nessa área. O desenvolvimento da pesquisa de campos de exploração no país teve sucesso em 1939, quando foi descoberto o primeiro poço de petróleo em Lobato, na Bahia. Para Alexandre Moreli Rocha (2016: 29), no

final da década de 1930 e o início dos anos 1940, já era possível perceber as três correntes que marcaram a disputa pelo petróleo: 1) “exclusivismo do Estado”, ou seja, o petróleo é um recurso demasiado importante para ficar com a iniciativa privada (nacional ou estrangeira); 2) o Estado e o capital privado nacional poderiam trabalhar em parceria (excluindo as multinacionais); 3) não deveria haver qualquer impedimento ao capital privado nacional ou externo.

A administração Truman “reafirmou, no caso brasileiro, seu interesse pela produção de matérias-primas, especialmente o petróleo e minerais estratégicos, ao mesmo tempo em que insistia na mais completa liberdade de ação para o capital estrangeiro interessado nessas áreas” (MOURA, 1990: 73). A área de petróleo foi especialmente importante. Já no final de 1945, o Departamento de Estado tentou construir duas refinarias no país, alegando o risco de cartel na produção, mesmo que a *Standard Oil* controlasse a distribuição do petróleo e seus derivados no Brasil. Os EUA chegaram a influenciar na constituinte de 1946 para driblar entraves ao investimento do capital estrangeiro na exploração dos recursos no Brasil, um tema que seria cada vez mais explorado na agenda nacionalista (HIRST, 1990; MONIZ BANDEIRA, 2007). Em 1947, Dutra propôs o Estatuto do Petróleo, que basicamente impossibilitava a nacionalização da produção no Brasil. No ano seguinte, foi criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e lançada a campanha do “Petróleo é Nosso” e o Estatuto de Dutra não caminhou no Congresso (MONIZ BANDEIRA, 2007).

O petróleo era fundamental porque a mudança social e econômica esperada do país só poderia ser feita através da utilização de uma fonte energética mais eficaz (HIRST, 1990). Como faltavam ao Brasil os insumos para promover sua própria industrialização, o país tinha que recorrer aos países desenvolvidos para conseguir financiamento e maquinário, o que havia sido o grande empecilho para essa indústria durante o governo Dutra. Esses, todavia, estavam adaptados a fontes energéticas modernas. Como a produção nacional de petróleo era incipiente, esse se tornou um produto também crucial na pauta de importação do Brasil. A pressão sócio, política e econômica mobilizou então o debate nacional sobre a questão do petróleo (MORELI ROCHA, 2016). Para Schwarcz e Starling (2018: 402), “o tema penetrou fundo na sensibilidade política da população e contribuiu para amadurecer entre os brasileiros o sentimento de soberania nacional”.

O tema, longe de ser uma exclusividade nacional, “se tornou cada vez mais presente em função da febre nacionalista que contagiava o mundo subdesenvolvido” (HIRST, 1990: 44). De fato, a indústria petrolífera majoritariamente de capital britânico e estadunidense enfrentava forte oposição no Oriente Médio, onde contratos foram renegociados e mesmo revogados, como no caso do Irã. É importante ressaltar que o debate no Brasil sobre o petróleo não se iniciou nos

anos 1950, mas foi com Vargas, que priorizou já na campanha eleitoral a criação de uma empresa estatal brasileira, que o tema ganhou amplo destaque. Mais do que por sua enorme importância econômica, a apropriação desse recurso se tornou símbolo de soberania e da consolidação de um interesse nacional em prol do desenvolvimento.

Para Paulo Visentini (1995: 88), esse tema cindiu a opinião pública entre os “entreguistas” – setores e grupos que apoiavam a abertura da economia brasileira – e os “nacionalistas” – que pretendiam a estatização do ciclo do petróleo. Tal como nos países produtores de petróleo no Oriente Médio, a situação no Brasil também se amplificou de tal forma que Vargas estava pressionado, mas de certa forma amparado pela sociedade, conseguiu levar adiante a promessa de criar a Petrobrás. O processo de discussão foi, por isso mesmo, prolongado, tendo o governo submetido ao Congresso o projeto de lei n.º 1516 em dezembro de 1951 e sua aprovação ocorrido somente em 1953 (lei n.º 2004/53). O “exclusivismo do Estado”, todavia, foi defendido, por exemplo, por Bilac Pinto (UDN), que atravessou a discussão do projeto de 1951 e propôs um substitutivo apoiando o monopólio estatal do petróleo. Enfim, a criação da empresa brasileira de petróleo garantiu o monopólio estatal nas áreas vitais da indústria petrolífera nacional. Todavia, a comercialização do produto não foi monopolizada pelo Estado. A fórmula nacional-desenvolvimentista prevaleceu.

Para além do petróleo, os minerais atômicos brasileiros também foram fonte de embates. No início dos anos 1950, Álvaro Alberto, que chefiava o centro de pesquisa responsável pela questão nuclear no Brasil, entabulou trocas e prospecção de cooperação com cientistas do *Commissariat à L’Energie Atomique* da França, dos Países Baixos, da Noruega e da Alemanha Ocidental. Foi com esse país que o Brasil mais avançou na cooperação nuclear, implementado em 1954 um acordo secreto firmado no ano anterior. Todavia, como a Alemanha ainda sofria restrições devido à ocupação estadunidense, o governo em Washington rapidamente se mobilizou para bloquear o acordo de Brasil e Alemanha. Em agosto de 1954, com o suicídio de Vargas e troca na presidência, a perspectiva do programa nuclear brasileiro foi alterada e seguiu especialmente o que era ditado pelos EUA (PATTI, 2014). O caso nuclear demonstra os limites impostos a países que estavam na esfera de influência dos EUA. Nas Nações Unidas, o Brasil também adotaria a postura de seguir, majoritariamente, os posicionamentos dos EUA. A seguir, trataremos da atuação do Brasil na ONU.

2.2.2 O Brasil na organização das Nações Unidas durante os governos Dutra e Vargas

A criação das Nações Unidas, celebrada oficialmente em 24 de outubro de 1945, propiciou um novo ambiente de relações internacionais para o Brasil a partir dos anos 1940. Não só as potências europeias tradicionais haviam sido parcialmente deslocadas do controle da política mundial, como também um número grande de novos países se tornava independente, o que forçosamente impelia o Brasil a lidar com essas novas realidades, quer fosse na AGNU, quer no Conselho de Segurança ou nos outros órgãos do vasto sistema das Nações Unidas que passava a ser criado.

Como aponta Rubens Ricupero (2017: 372), “estimulado no início pelos americanos, o Brasil entretivera a ilusão de ser um dos membros permanentes do Conselho [de Segurança da ONU]”. A discussão sobre a possibilidade de um assento permanente para o Brasil foi uma sugestão de Roosevelt, no âmbito da conferência de Dumbarton Oaks, mas foi veementemente objetada pelos britânicos e pelos soviéticos. O governo brasileiro só se inteirou da questão em outubro de 1944, quando montou uma “comissão de notáveis para estudar” a proposta; Vargas resolveu manter um tom sóbrio e discreto sobre o assunto (GARCIA, 2011: 164). No mesmo mês, a troca de Secretário de Estado nos EUA encerrou a questão do ponto de vista estadunidense: seria muito custoso insistir na ideia, tamanha a objeção de Reino Unido e URSS; ademais, França e China seriam admitidos como permanentes, estabelecendo o número desses em cinco. A linha adotada a partir daquele momento foi a de defender um assento permanente para a América Latina – o que, pensava o governo brasileiro, naturalmente levaria à indicação do país –, mas a troca de poder nos EUA – Truman assumiu a presidência em abril de 1945 após a morte de Roosevelt – e a nítida descrença com a proposta de aumentar o número de membros permanentes fizeram com que o governo brasileiro também abandonasse a proposta em maio de 1945 (GARCIA, 2011). Ainda assim, o país ocupou um assento não-permanente nos biênios 1946-1947, 1951-1952 e 1954-1955. Em todas essas ocasiões, debateu questões referentes ao Oriente Médio, que serão estudadas nos capítulos seguintes.

Apesar de participativo e de ter muitas vezes uma postura conciliatória, os representantes brasileiros na ONU não deixavam de criticar a estrutura da organização. Por exemplo, ainda em setembro de 1947, na abertura da II AGNU, o embaixador João Carlos Muniz destacou que: a) “o processo de votação [no CSNU] [...] constitui um sério obstáculo à solução pacífica de controvérsias e torna impossível qualquer ação destinada a garantir a segurança, quando uma grande potência, ou mesmo um Estado que tenha o apoio de uma grande

potência, opusera-se a ela”; b) “Se o recurso obrigatório à Corte [Internacional de Justiça⁸⁴] tivesse sido incluído na Carta, teríamos hoje em nossas mãos um poderoso instrumento para a promoção da solução pacífica de controvérsias” (MUNIZ, 1947 apud CÔRREA, 2007: 47-48). Ou seja, o Brasil indicava seu entendimento de que o veto poderia ser potencialmente nocivo para a ONU, que deveria ter caminhado no sentido de se tornar um organismo internacional que prezasse pelos princípios do Direito Internacional, mais bem garantidos pela CIJ. Parte dessa postura refletia o caráter secundário ao qual o Brasil havia sido relegado após a Segunda Guerra.

O Brasil continuaria a defender essas posições de princípios nas assembleias vindouras, mas na prática tentava se eleger quantas vezes possíveis para os principais órgãos da organização. Esse foi um aspecto importante da atuação multilateral brasileira. Em algumas ocasiões, o desempenho individual de alguns dos membros da delegação brasileira chamava a atenção. Oswaldo Aranha, que foi chanceler de Vargas entre 1938 e 1944, ao longo de 1947, atuou como presidente do CSNU em fevereiro, da Assembleia Geral Extraordinária em abril, e da AGNU regular em setembro. Aranha (2017: 421), no encerramento da II Sessão da AGNU, que aprovou o Plano de Partilha da Palestina, afirmou que as lutas e divergências surgidas na Assembleia daquele ano não eram novas, mas a organização havia sido criada para superá-las. Ademais eram problemas “muito complexos para admitir soluções fáceis ou improvisadas. Requerem um processo evolutivo lento, em vez de decisões abruptas⁸⁵” (ARANHA, 2017: 421, tradução nossa).

Como aponta Moura (1990: 29), em contraposição à indicação do MRE de seguir o voto dos EUA e de manter um perfil discreto e cooperativo nas Nações Unidas, algumas vezes as delegações brasileiras tomavam posicionamentos que indicavam uma certa autonomia de ação, mas sem romper com as linhas gerais do alinhamento brasileiro. A atuação de Aranha, por exemplo, causou algum desconforto no ministro Raul Fernandes, justo quando o Brasil rompia relações com a URSS em outubro de 1947, posição que Aranha não defendia. Moniz Bandeira (2007: 433) não economiza nas críticas ao chanceler, acusando de ter “inveja e despeito” pelo sucesso de Aranha. Essa postura mesquinha impedia que o país usufrísse do prestígio acumulado naquele ano.

Em 1949, o embaixador Cyro de Freitas-Valle (que também estaria à frente da delegação brasileira em outros momentos importantes, como no debate sobre Suez em 1956), apesar de

⁸⁴ A Corte Internacional de Justiça é o órgão judicial das Nações Unidas e serve para dirimir questões entre os Estados. Seus juízes são escolhidos pelo CSNU e AGNU, e a participação dos Estados-membros é voluntária. Todavia, uma vez aceitas, as decisões se tornam vinculantes (HANHIMAKI, 2015).

⁸⁵ Do original: “too complex to admit of facile or improvised solutions. It calls for a slow evolutionary process rather than abrupt decision”.

criticar um certo imobilismo da ONU – um tom crítico que permaneceria no discurso brasileiro –, começou a desenhar uma postura em relação ao processo de descolonização. Para ele, “o advento de povos coloniais à independência constitui, sem dúvida, revolução política da maior importância. [...] não deixa de ser com alguma preocupação [...] que o governo brasileiro constata uma certa tendência da parte de potências metropolitanas” em driblarem o Conselho de Tutela⁸⁶, que deveria estar à frente daquele processo (FREITAS-VALLE, 1949 apud CORREA, 2007: 64-65). As mudanças políticas ocorridas com a Revolução Chinesa, e no ano seguinte com a Guerra da Coreia, colocariam as Nações Unidas em posição de maior dificuldade. A duração das reuniões da AGNU de 1950 (V Assembleia) e 1952 (VII Assembleia), que se estenderam pelo ano subsequente, deixam claras as dificuldades de negociação.

Apesar do cuidado em lidar com as questões multilaterais, em algumas ocasiões prevaleceu uma visão hiperbólica das capacidades nacionais. Por exemplo, o embaixador João Carlos Muniz, em outubro de 1952, encaminhou ofício para o Rio tratando de um almoço das delegações latino-americanas com o Secretário de Estado dos EUA, Dean Acheson. A opinião geral naquele encontro era de que algumas “potências coloniais” europeias estavam tentando congelar a ONU, e que esse não era o interesse dos países da região. Muniz concluiu com “a impressão de estarmos [o Brasil] este ano em posição extremamente favorável para desenvolvermos grande plano de reaproximação entre os europeus e países subdesenvolvidos do Oriente Médio e da América Latina⁸⁷”. É com essa mesma pretensão que o Brasil contribuiria com outras questões como a libertação da Tunísia e do Marrocos. Muniz propôs que a “França, atenuando sua posição atual [de confronto], aceite um debate onde tenha oportunidade de se referir à sua obra civilizadora na África do Norte e ao seu desejo de fomentar um maior desenvolvimento das livres instituições políticas na Tunísia⁸⁸”. Além da visão eurocêntrica, rejeitada pelos movimentos de independência, por nacionalistas e por intelectuais daqueles anos, a fala soava um pouco ingênua. Mas, em 1952, a despeito da oposição francesa, o Brasil como membro não-permanente do CSNU, votou favoravelmente para a inclusão da matéria sobre a independência tunisiana no debate daquele órgão.

⁸⁶ O Conselho de Tutela, um dos seis órgãos principais da ONU foi criado para auxiliar no processo de preparação de independência de territórios então controlados pelas grandes potências. Foi o responsável por preparar um Estatuto para cidade de Jerusalém. Teve suas atividades suspensas em 1994.

⁸⁷ AHMRE-B/Confidencial/Telegramas Recebidos/Organismos e delegações/ONU (1947/52), caixa 463, n.º 6, VII Assembleia Geral da ONU/discurso de Dean Acheson, de 17 de outubro de 1952. Da Delegação do Brasil junto à VII AGNU, Nova Iorque.

⁸⁸ Ibid., n.º 14-A, Questão da Tunísia e do Marrocos, 28 de outubro de 1952. Da Delegação do Brasil junto à VII AGNU, Nova Iorque.

O Brasil demonstrava também interesse especial no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas⁸⁹. Entre o final de 1951 e na primeira metade de 1952, através de sua legação no Cairo, o país contatou diversos países da região para pedir apoio à sua candidatura, que seria lançada na AGNU daquele ano. Países como Etiópia, Iraque, Arábia Saudita, Iêmen, e a própria Liga Árabe foram abordados para apoiarem o pleito brasileiro⁹⁰.

Na AGNU de 1952, foi o próprio chanceler João Neves da Fontoura quem chefiou a delegação do Brasil. Em seu discurso, ele reforçou a luta contra o comunismo, mas fez uma contextualização das dificuldades dos países pobres, grupo que se tornava cada vez maior e diante de um fosso que só crescia em relação aos países ricos:

Estou convencido [...] de que nossos maiores problemas são os econômicos, e que o que precisamos aqui é de uma política dinâmica, capaz de satisfazer as necessidades que surgem em muitos países como o resultado de seu crescimento. É bastante conhecido que os Estados-membros das chamadas áreas **subdesenvolvidas** estão sofrendo os efeitos de uma crise que influencia todos os aspectos de sua vida cotidiana. [...] incapazes de renovar as ferramentas essenciais à sua expansão econômica, privados até mesmo de seus clientes tradicionais devido à **escassez de moeda** para a compra dos bens de consumo produzidos pelos países **subdesenvolvidos**, estes países confrontam-se com um problema que, complexo em si mesmo, é ainda mais agravado pelo esgotamento progressivo das reservas de moeda que tinham conseguido acumular a custo de um esforço tremendo (FONTOURA, 1952 apud CÔRREA, 2007: 85-86, destaque nosso).

A fala do ministro demonstra que, apesar das diferenças entre os grupos políticos que compunham o ministério de Vargas, havia “um consenso tanto em relação à necessidade de cooperação econômica internacional quanto à inexorabilidade do alinhamento aos Estados Unidos” (HIRST, 1990: 52). Para o ministro, se a ONU quisesse desenvolver todo seu potencial deveria lidar então com os problemas econômicos que afligiam a maioria dos povos. O reconhecimento do “subdesenvolvimento” seria importante para que se clareassem as nítidas distinções no sistema internacional e que a crise financeira e comercial teria impactos nos objetivos de assegurar a “paz mundial”, o objetivo declarado das Nações Unidas. Na AGNU do ano seguinte, o embaixador Mário de Pimentel Brandão utilizou a expressão “segurança coletiva de natureza econômica” (BRANDÃO, 1953 apud CÔRREA, 2007: 94) para anunciar

⁸⁹ O ECOSOC também é um dos seis órgãos principais da ONU e está vinculado à AGNU. Lida com a agenda econômica e social da organização. Trabalha com outras agências, bem como com organizações não-governamentais. Em 1951, o ECOSOC lançou o guia “Measures for the Economic Development of Under-Developed Countries”. Essa medida foi parte de um movimento mais amplo ancorado na ideia de assistência (MCVETY, 2014).

⁹⁰ AHMRE-B/Confidencial/Ofício/Cairo (1947-1963), caixa 48, “Candidatura do Brasil ao Conselho Social e Econômico da ONU”, n.º 83, Cairo, 29 de março de 1952.

essa preocupação brasileira. Essas ideias seriam cada vez mais caras à política externa brasileira, mas tinham dificuldades de encontrar respaldo naquele único ator internacional plenamente capaz de prover a economia capitalista com recursos no começo daquela década, ou seja, os Estados Unidos.

Em 1954 e 1955, o Brasil foi membro não-permanente do CSNU por mais um mandato. Em 1954, ainda durante o governo Vargas, o Brasil esteve à frente de um debate sobre a questão da Guatemala e o papel das organizações regionais na resolução dessas crises, em específico da Organização dos Estados Americanos. Para Hugo Gouthier de Oliveira Gondim (2008), que representou o Brasil na discussão do Conselho, a questão da Guatemala era uma disputa também com os soviéticos que tentavam minar tanto a ONU quanto a OEA. Para o diplomata, o Brasil ajudou a salvar o país centro-americano da ambição comunista pela América Latina. Gouthier esteve envolvido dois anos antes em uma intensa discussão diplomática sobre o Irã, que lhe rendeu a retirada sumária de Teerã e esquentou o debate político na mídia do país. A questão será tratada com maiores detalhes no quarto capítulo. Por ora, serve como lembrete que, apesar da retórica muitas vezes conciliadora, o Brasil era capaz de votar contra princípios básicos da ONU, como a autodeterminação dos povos, quando a conciliação com os EUA demandasse. Outra leitura possível é sobre o equilíbrio que Vargas tentou imprimir a seu governo, defendendo o desenvolvimento econômico do Brasil, sem se distanciar da concepção política e de segurança da esfera estadunidense na Guerra Fria. Sua morte foi o prelúdio da ideia de que essa ambiguidade, ora complacente, ora reativa, não era sustentável. A disputa política nacional em torno dessas temáticas se aprofundaria nos anos seguintes.

2.3 O INTERLÚDIO CAFÉ FILHO E O GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHEK

A morte de Vargas em 1954 foi um episódio trágico que marcou o debate nacional em torno do projeto de desenvolvimento que seria melhor para o país. Após assumir o governo, o presidente Café Filho tocou a agenda político-econômica com olhos mais voltados para uma agenda liberal. O primeiro desafio doméstico do governo foi realizar as eleições para o Congresso em outubro daquele ano. Mesmo que membros da UDN tenham defendido o seu adiamento, o processo transcorreu e não houve mudança significativa na composição do parlamento (SKIDMORE, 2007).

Enquanto as distintas forças políticas domésticas continuaram digladiando-se, a pasta do Ministério das Relações Exteriores foi ocupada por Raul Fernandes, que havia sido chanceler no governo de Dutra. O ano de 1955 foi marcado pela Conferência de Bandung, mas as

condições internas e o novo chanceler, que tinha uma leitura de mundo conservadora, fizeram o Brasil se posicionar de forma cautelosa nas Nações Unidas. Na décima sessão ordinária da AGNU (que aconteceu entre setembro e dezembro daquele ano), o embaixador Cyro de Freitas-Valle indicou publicamente a posição diplomática brasileira a respeito de dois dos temas mais importantes naquele ano: 1) sobre a descolonização, defendeu que “ações prematuras” poderiam ser piores do que uma independência a todo custo; 2) já em relação ao movimento de Bandung, Freitas-Valle elogiou “a maturidade política dos países representados na Conferência [...] [que] levavam em conta as realidades da situação internacional e os problemas que a necessidade da coexistência cria para cada nação” (FREITAS-VALLE, 1955 apud CÔRREA, 2007: 109). A ambiguidade da postura brasileira se repetia e alimentava a política de prestígio do país, que mantinha o Brasil eleito nos órgãos da ONU.

O ano de 1955, no âmbito nacional, foi marcado pela eleição presidencial. Ainda em fevereiro, o PSD lançou oficialmente Juscelino Kubitschek como candidato, e apesar do barulho dos antigetulistas, João Goulart foi anunciado na chapa como candidato a vice-presidente pelo PTB. Para Pagliarini (2018: 67, tradução nossa), “A aliança PSD-PTB implicava que Kubitschek preservaria as conquistas democráticas e nacionalistas de Vargas – empresas estatais, desenvolvimento nacional de minas e um compromisso calculado com a justiça social⁹¹”. Diante da perspectiva de vitória da chapa, membros da UDN desdenharam do processo democrático, acusando a “podridão” da política nacional. A cisão no país ficou clara após os resultados do pleito de 3 de outubro.

O resultado das eleições atizou a sanha golpista, especialmente da UDN e de alguns grupos das Forças Armadas, que acusavam o “Partido Comunista” de manipular o eleitorado ignorante. Nesse turbilhão político, Café Filho sofreu um ataque cardiovascular no começo de novembro, e o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz assumiu a presidência poucos dias depois. Em 10 de novembro, Luz afastou o general Lott, Ministro da Guerra, que defendia a “legalidade” e a posse da chapa vencedora nas eleições. No dia seguinte, unidades do Exército “ocuparam todos os principais prédios públicos, estações de rádio e jornais” (SKIDMORE, 2007: 194). Havia sido dado um “golpe preventivo”. O exército agiu novamente para impedir que Café Filho voltasse à presidência, e Nereu Ramos, Presidente do Senado, foi mantido como interino até a posse de Juscelino-Jango, que aconteceu no final de janeiro de 1956.

⁹¹ Do original: “The PSD-PTB alliance implied that Kubitschek would preserve Vargas’s nationalist democratic achievements – state-owned enterprises, national development of mines and a measured commitment to social justice”.

As questões de política externa, das relações civil-militar, da liberdade de imprensa, da organização sindical, político e econômica, dentre tantas outras agendas levantadas durante o período, estavam, no entender de Angela de Castro Gomes (2013: 28), vinculadas com duas tendências centrais no país naquele momento: a “busca pela modernidade” e a “combinatória entre tradição e mudança social”. Para a autora, o Brasil experimentou entre os anos 1930 e o golpe civil-militar de 1964 um período estratégico, no qual foi possível vislumbrar o surgimento de um novo país, cuja sociedade passava a ter uma “face urbana, industrial, moderna e civilizada, não mais colonizada e atrasada” (GOMES, 2013: 42).

Mas, a esperança das mudanças nem sempre se sustentou por muito tempo. E quem era o culpado pelos fracassos do país? Essa pergunta mobilizou o debate nacionalista no Brasil e, a despeito das diferenças existentes entre os grupos políticos predominantes naquele período, eles compartilhavam entre si “um sentido de potencial frustrado, mas [os diferentes atores] diferem sobre onde colocar a culpa⁹²” (PAGLIARINI, 2018: 15, tradução nossa). Para Pagliarini (2018: 58), dos anos 1950 a 1964, o nacionalismo foi a linguagem da política nacional e estavam em jogo não somente as discussões sobre o desenvolvimento, reformas, ou participação internacional do país: “Os brasileiros debateriam ferozmente o caráter essencial de seu próprio país⁹³”. Aos poucos o debate se fechava em torno de duas noções de nacionalismo: a conservadora e a reformista (ou progressista), que se tornavam inconciliáveis, já que passaram a acursar-se de estarem a serviço de agentes estrangeiros. Vários atores nacionais fomentaram esse debate, dentre eles os militares, os intelectuais e a própria mídia.

Para o general Juarez Távora (1953 apud SKIDMORE, 442), que foi comandante da Escola Superior de Guerra (ESG) nos anos 1950, opositor de Vargas e candidato da UDN nas eleições de 1955, os comunistas tentavam depreciar “a cooperação que poderiam dar-nos a iniciativa, a técnica e o capital estrangeiros para acelerarmos o nosso desenvolvimento econômico e social⁹⁴”. A doutrina da “segurança hemisférica”, mesmo que limitasse a soberania nacional, foi aceita pelos militares porque abriu espaço para sua influência na política nacional (MOURA, 1990). Távora, por exemplo, teve um papel importante no redirecionamento do programa nuclear brasileiro quando foi nomeado pelo presidente Café Filho para supervisionar

⁹² Do original: “Conceptions of nationalism in Brazil share a sense of thwarted potential, but they differ on where to place the blame”.

⁹³ Do original: “Brazilians would fiercely debate the essential character of their own country”.

⁹⁴ A influência dos Estados Unidos na doutrina militar brasileira foi considerável, como demonstrou a criação da ESG, em agosto de 1949. Para a ESG, os principais desafios do país eram a segurança – que requeria tanto a aliança com os EUA quanto o combate da subversão comunista no plano doméstico – e o desenvolvimento – que seria garantido a partir da inserção no sistema capitalista (MONIZ BANDEIRA, 2007). Havia uma preocupação com o desenvolvimento nacional, mas pautado na negação das diferenças de interesses entre as massas e as elites.

as atividades nucleares do Brasil. O general recebeu da própria embaixada dos EUA documentos secretos que deixavam claro que, caso o Brasil prosseguisse cooperando com a Alemanha Ocidental, poderia haver consequências. Távora, disposto a estabelecer cooperação exclusivamente com os EUA, apoiou quando, em janeiro de 1955, Raul Fernandes estabeleceu que Álvaro Alberto fosse distanciado das negociações com Washington. Em agosto do mesmo ano, um acordo com os EUA foi estabelecido. Apesar do desvio da rota estabelecida pela política nacionalista de Vargas e Álvaro Alberto, Patti (2014: 17) pondera que “O Brasil foi um dos primeiros países a receber ajuda estadunidense em questões nucleares dentre outros países – em desenvolvimento ou desenvolvidos – incluindo aqueles com setores nucleares avançados, como a Índia, a Itália e a Suíça⁹⁵”. Esses arranjos foram escrutinados em uma Comissão Parlamentar de Inquérito no governo de Kubitschek, o que levou à criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e ao restabelecimento de cooperação com países europeus. O CNEN adotou uma postura distinta pois, continuada a cooperação com os EUA, o Brasil optou por seguir uma trilha de maior autonomia na questão da tecnologia para a produção de energia nuclear (PATTI, 2014).

Essa visão que alinhava segurança com desenvolvimento foi questionada pelo círculo intelectual do Instituto Superior de Estudos Brasileiros⁹⁶ (ISEB), criado em 1955. Os intelectuais dos ISEB compreendiam que o foco do conflito mundial deveria ser entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido. Esse estado de coisas estava refletido na polarização aguda que tomou conta do país nesse período, entre posturas nacionalistas ou pró-americanas (VISENTINI, 1995; ARAÚJO, 2006; HIRST, 2013), conforme já vimos. Um dos expoentes dos quadros do ISEB foi Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo de destaque internacional, e que frequentemente expunha suas opiniões para o público através do “Última Hora”. Para Ramos, a luta de nações como a Índia e o Egito deveria ser observada pelo Brasil. Era preciso adotar “uma conduta mais politizada e menos romântica [diante dos EUA], isto é, menos domesticada por lemas inócuos como o do pan-americanismo⁹⁷”. Mesmo que isso soasse como uma “heresia” para os defensores do americanismo, para o autor, seria vantajoso para a economia nacional que ainda estava em um modelo semicolonial, respondendo aos anseios dos EUA em nos manter dentro de um ‘status’ agrário. Ou seja, era preciso mobilizar a política externa em

⁹⁵ Do original: “Brazil was one of the first recipients of American assistance in nuclear matters among any country – developing or developed – including those with advanced nuclear sectors such as India, Italy and Switzerland”.

⁹⁶ O ISEB foi fundamental para o governo de Kubitschek pois “forneceu fundamentação teórica para projetos do alto escalão da administração de Kubitschek” e “produziu, ainda, os argumentos de defesa para a opção nacionalista não ortodoxa” (SCHARCZ; STARLING, 2018: 417).

⁹⁷ Última Hora (RJ), “O professor Guerreiro Ramos faz a análise da política externa brasileira”, p. 11, reportagem de Medeiros Lima, 12 de setembro de 1956.

prol do interesse nacional, que era identificado diretamente com a necessidade urgente de industrialização.

2.3.1 O governo de Juscelino Kubitschek e o desenvolvimentismo

Kubitschek buscou a conciliação nacional com um tom mais moderado e em torno de metas que envolviam o enriquecimento material do país. Uma das razões para tal abordagem foi a aura golpista que circundou sua eleição e o início de seu mandato. Outro motivo eram as dificuldades econômicas que precisavam ser sanadas. O café ainda era o principal produto de exportação e a deterioração dos preços fizeram com que o comércio exterior brasileiro declinasse. Apesar de indicar os mesmos caminhos de política externa que a gestão democrática de Vargas, o governo de Kubitschek amenizou as críticas em relação aos Estados Unidos e usou de um tom nacionalista mais brando para conseguir seus objetivos.

Para Gerson Moura (2012: 40), a política externa de Juscelino Kubitschek foi marcada por um “desejo de mudança” em relação ao paradigma vigente de alinhamento e por isso mesmo foi “matizada, complexa, cheia de ambiguidades, fragilidades, descompassos e contradições”. Mas Kubitschek, mesmo que consciente da nova condição do mundo, foi cauteloso para não romper os limites já conhecidos e estabelecidos para a ação internacional do Brasil. Havia razões econômicas para tal. Pagliarini (2018) reforça que Kubitschek, desde o começo do governo, focava na necessidade de atração de investimentos externos, e como isso desagradava a agenda nacionalista mais aguerrida, o presidente tinha que se equilibrar nas palavras para não transparecer dependência ou conivência com o “imperialismo ianque”. Foi assim que conseguiu um empréstimo de 151 milhões de dólares do Eximbank em agosto de 1956, mas que foi justificado como necessidade de investir na infraestrutura do país.

Para Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2018), a ênfase no “desenvolvimentismo”, que apostava na industrialização e na urbanização como remédios suficientes para as dicotomias brasileiras, colocou a presidência de Kubitschek na trilha do sucesso. O plano de Brasil que ele propôs era não só factível, como também desejável: “O projeto de JK sustentava-se na crença de que a construção de uma nova sociedade dependia da vontade do Estado e do desejo coletivo de um povo que, enfim, teria encontrado seu lugar e destino” (SCHWARCZ; STARLING, 2018: 417). É importante notar que o governo Kubitschek, apesar de ter sido marcado pelas inflamações políticas nacionalistas e pelo difícil contato travado com o tema do “desenvolvimentismo”, conseguiu finalizar o mandato em seu devido tempo democrático e constitucional. Foi marcado pela presença política do movimento sindical, pelas sublevações

militares e por uma aproximação maior com a Igreja Católica. Juscelino vislumbrava o “futuro” por isso seu modelo de desenvolvimento econômico era baseado no “crescimento com mudança estrutural” (BENEVIDES, 2002: 29). Essa proposta contentava os militares, que controlados pelo general Lott, se satisfaziam com a política econômica do governo.

Para Marcelo de Paiva Abreu (2013), a política de Juscelino Kubitschek foi astuta porque soube se vender como nacionalista, mesmo apoiando empresas multinacionais. Seu Plano de Metas, todavia, ampliou o papel do Estado no projeto de desenvolvimento nacional, especialmente em áreas como a produção de energia elétrica e da superação de gargalos econômicos, como o transporte de mercadorias, com a expansão e pavimentação da rede rodoviária do Brasil. Essa ambiguidade do governo Kubitschek impactou o “consenso intelectual que apoiava o nacionalismo-desenvolvimentista [...] à medida que a linguagem da discussão pública se deteriorava em polêmicas abusivas” (SKIDMORE, 2007: 223). A mídia também se envolveu com mais afinco no debate e jornais como o “Voz Operária”⁹⁸, o “Imprensa Popular” e o “Última Hora” foram importantes em transportar os debates da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) para o público em geral. A FPN foi um grupo legislativo que operou entre 1956 e 1964 defendendo pautas nacionalistas no Congresso. Era composta por políticos de todos os principais partidos, mesmo aqueles que aparentemente tinham ideias opostas (os principais partidos na FPN eram o PSB, PTB, PDT e UDN). O fator em comum que unia os segmentos nacionalistas era o da emancipação econômica: “de muitas maneiras, o nacionalismo permaneceu um discurso de emancipação econômica”⁹⁹ (PAGLIARINI, 2018: 92, tradução nossa).

Havia, claro, aqueles que viam o nacionalismo com desconfiança. Dentre eles estava o ministro das Relações Exteriores de Kubitschek, José Carlos de Macedo Soares (que ocuparia a pasta até julho de 1958), que acreditava que o nacionalismo poderia significar a interferência da URSS em outros países, repetindo basicamente os argumentos de ministros anteriores. O debate político doméstico se tornaria mais inflamado quando, em dezembro de 1956, foi revelado que o governo Kubitschek – com apoio do chanceler – negociava a concessão de uma base de mísseis teleguiados em Fernando de Noronha para os EUA. Além disso, a mídia estadunidense atacava cada vez mais o nacionalismo brasileiro, e os diversos setores nacionalistas respondiam ferozmente (PAGLIARINI, 2018). O tema da base em Noronha será

⁹⁸ Vinculado ao PCB, o jornal começou a ser editado em 1949. A partir de 1952 sofreu mudanças na sua forma de abordar os conteúdos, mantendo-se, claro, fiel aos princípios do comunismo (FERREIRA, 2009b). Era um jornal de oposição, independente do governo instalado.

⁹⁹ Do original: “in many ways, nationalism remained a discourse of economic emancipation”.

retomado no último capítulo, pois ocorreu no mesmo período em que o Brasil aprovava e enviava o Batalhão Suez para Gaza.

Na AGNU de 1957 se repetiriam as diferenças de posição entre o ministro das Relações Exteriores e os representantes do Brasil nas Nações Unidas. Freitas-Valle acreditava que o tópico mais concorrido daquele ano seria a descolonização, sobre o qual o Brasil deveria adotar a seguinte posição: a) “a Delegação deve aprovar a inscrição do assunto na agenda [...] e limitar-se a votar nas Comissões e Assembleia **em auxílio às potências coloniais**”; b) a relação com os “velhos Estados” (Irã, Egito, Turquia) do mundo afro-asiático são excelentes, e precisam ser mantidas; c) reconhece-se na ONU a liderança brasileira na América Latina, mas o embaixador faz um ácida crítica aos embaixadores lotados na região, que não ajudavam a sustentar essa boa posição do Brasil; d) para angariar o apoio latino-americano, o Brasil precisava abdicar de posições de relevo na ONU e “sair da competição” por cargos momentaneamente¹⁰⁰. O discurso de Oswaldo Aranha na abertura daquela Assembleia, dez anos após ter ocupado a presidência do órgão na ocasião da aprovação do Plano de Partilha da Palestina, teve um tom mais pessimista em relação aos avanços da paz no mundo. Aranha notou como os países mais afetados pela Segunda Guerra, na Europa, haviam rapidamente se recuperado e ultrapassado seus níveis de desenvolvimento, mas como a grande maioria da população global continuava a viver em condições cada vez mais deploráveis. Colocando-se como porta-voz não só do Brasil, mas das aspirações latino-americanas, o embaixador brasileiro enfatizou as necessidades do desenvolvimento econômico. Para Aranha, “É natural que cada povo queira ser dono de si mesmo” (ARANHA, 1957 apud CORREA, ano: 122). A efervescência do debate nacionalista domesticamente não ficou assim restrito ao circuito partidário e interno. A partir de 1957, o Brasil começou a adotar uma postura ainda conservadora, mas mais conciliadora com os movimentos nacionalistas ao redor do mundo.

Em 1958, Kubitschek lançou a Operação Pan-Americana (OPA), que pode ser considerada o esforço mais autêntico daquele governo. A identificação do Brasil com a América Latina e o ressentimento com a falta de investimento estadunidense na região já tinham sido tema do discurso de Oswaldo Aranha citado acima. Entendia-se que os EUA não cumpriam sua parcela de responsabilidade com a América Latina, e isso era um erro já que abriria espaço para visões alternativas de desenvolvimento, que desembocariam em atividades não-condizentes com a ideologia ocidental da Guerra Fria.

¹⁰⁰ AHMRE-B/Confidencial/Telegramas Recebidos/Organismos e delegações/ONU (1952/57), caixa 464, n.º 442, de 29 de agosto de 1957 – XII Assembleia da ONU. Instruções.

A iniciativa ocorreu na esteira da visita de Richard Nixon, vice-presidente dos EUA, a Buenos Aires, Lima e Caracas em maio de 1958, que foi marcada por manifestações populares, demonstrando o grau de insatisfação e antiamericanismo crescentes na região. Conforme indica Moura (2002: 52, destaque do autor), enquanto o presidente dos EUA indicava “o comunismo internacional como *causa* dos problemas políticos e agitação social no continente, [...] as do presidente brasileiro consideravam o comunismo como *consequência* dos problemas sociais, cuja causa profunda se chamava subdesenvolvimento [...]”. Tentando restabelecer o sentido de cooperação do panamericanismo, o presidente do Brasil enviou o chefe do Gabinete Civil da presidência, Vítor Nunes Leal, a Washington no final de maio, portando uma carta de Kubitschek. A proposta da OPA era promover uma revisão da política dos EUA para a América Latina, e deveria ser pautada em “investimentos públicos, assistência técnica, proteção aos preços das matérias-primas de exportação” (PINHEIRO, 2013: 165). Conforme vimos acima, a visão que perpassava os EUA era de que o capital privado deveria prevalecer e, de acordo com Kennan (1950), o país deveria proteger seus interesses a todo custo. Ao final, Washington conseguiu desvirtuar a proposta da OPA e levá-la para dentro da OEA.

Os embates sobre o desenvolvimento, a apropriação de recursos, a expansão das relações internacionais do Brasil, e especialmente, o trato bilateral das questões Brasil-EUA foram fundamentais para o debate sobre política externa e os rumos nacionais entre 1947 e 1957. Conforme vimos acima, a fórmula principal adotada no período foi a do crescimento econômico pautado na industrialização e ancorado pelo Estado em conluio com o capital privado, nacional e internacional. O debate nacionalista, além de seu conteúdo endógeno, foi fortemente influenciado pelos rumos da Guerra Fria e das escolhas político-ideológicas da elite brasileira, contra a qual se contrapunham algumas forças sociais organizadas, representadas na mídia, por exemplo, onde havia a constante denúncia de imperialismo veiculada entre os setores da esquerda brasileira.

No campo diplomático, prevaleceu uma visão conservadora de mundo, que refletia o consenso dos grupos que detinham o poder, apesar da atuação parcialmente avançada em alguns organismos internacionais. Os choques entre os ministros das Relações Exteriores e os representantes do Brasil na ONU expõem essas dificuldades na inserção internacional do país, que era dosada pela posição dos interlocutores internacionais. Sobre esses, já estudamos no capítulo anterior a construção do sistema de Estados no Oriente Médio e suas condições gerais no início da Guerra Fria. A seguir, a fim de localizarmos as relações do Brasil com a região em uma perspectiva mais ampla, trataremos brevemente da aproximação do país com os principais países do Oriente Médio entre o final do século XIX até meados da década de 1940.

2.4 OS PRIMEIROS CONTATOS DO BRASIL COM O ORIENTE MÉDIO

O Brasil imperial e o Império Otomano travaram encontros durante o século XIX. Dom Pedro II foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a viajar para o Oriente Médio, mas não em caráter oficial. Esteve no Egito em 1871 e, em 1876, percorreu o trajeto de Damasco, Beirute e Jerusalém, todas ainda sob domínio otomano (CASARÕES; VIGEVANI, 2014). Para Monique Sochaczewski (2017: 222), “o interesse ‘orientalista’ de D. Pedro II e suas viagens para a região não necessariamente expressavam uma política do Império do Brasil de uma relação mais próxima, mas primordialmente um interesse intelectual do monarca”. A autora fez um relevante estudo sobre as relações do Império do Brasil com o Império Otomano no século XIX, e se apoiou no conceito de sociedade internacional para denominá-los “impérios periféricos”. Ambos “estabeleciam sua diplomacia e instituições correlatas nas mesmas décadas de 1820 e 1830, sendo o [Brasil] ascendente, mas herdeiro de uma tradição portuguesa e o segundo [Otomano] fragilizado, [...] buscando o uso de instrumento que por tanto tempo recusara por se sentir superior” (SOCHACZEWSKI, 2017: 127). O segundo país do continente americano a estabelecer relações com os otomanos foi o Brasil – o primeiro havia sido os Estados Unidos. Conforme explica Gulzedere (2017), o Brasil independente assinou seu primeiro acordo com o Império Otomano apenas em 1850, e os dois impérios mantiveram contatos via Londres. Em 1858 firmaram um outro tratado que lidava principalmente com o comércio, mas que abria a possibilidade para relações diplomáticas.

Um aspecto que se destacou nas relações entre Brasil e o Império Otomano no segundo quartil do século XIX foi a migração. O fator demográfico, no qual se insere a questão da migração, não pode ser avaliado fora do contexto político e econômico no qual ocorre. O imigrante poderia assim ser um benefício e um problema tanto para o país de emigração quanto para o de imigração. Ainda que não houvesse uma abordagem oficial e direta entre o Brasil e o Império Otomano no sentido de fomento da migração, o tecido social brasileiro contaria cada vez mais com o aporte dos imigrantes vindos de lá, elemento que teria consequências duradouras para a política externa do país, mas também para seu desenvolvimento social e econômico. Para Sochaczewski (2017: 231), “no período que vai da década de 1870 ao fim da Primeira Guerra Mundial, cerca de setenta mil ou oitenta mil súditos otomanos imigraram para o Brasil, sendo a quase totalidade cristã”.

A falta de políticas governamentais permitiu que esses grupos se organizassem no espaço de acolhida conforme sua inserção na sociedade. As protonacionalidades que surgiam nas extensas regiões árabes do Império Otomano, conforme estudamos no capítulo anterior,

resvalariam nas identidades dos imigrantes no Brasil. Como Brasil e os otomanos estiveram em lados opostos durante a Primeira Guerra Mundial, a comunidade de imigrantes árabes no país tomou a tonalidade das novas nacionalidades que se despontavam dos remanescentes do Império. Para Sochaczewski (2017: 276), “a imigração ganhava cada vez mais caráter permanente e cada vez mais se passava a distinguir sírios de libaneses, tendo esta diáspora instalada no Brasil papel bastante importante [por exemplo] na ‘invenção’ do Líbano”.

A importância dos migrantes árabes para o Brasil é percebida justamente na contribuição para o desenvolvimento de cidades como São Paulo, que crescia exponencialmente com a riqueza gerada pelo café e pelo processo de industrialização embrionário na virada do século XIX para o XX. Eles muitas vezes faziam a ponte entre a produção industrial e o mercado, estabelecendo-se em regiões que se tornariam rapidamente o centro comercial da cidade, tais como a da rua 25 de Março, que apenas a partir dos anos 1980 começou a mudar seu perfil, recebendo migrantes asiáticos (FARAH, 2014). Os imigrantes árabes também ajudaram a interiorizar o país onde se estabeleceram desde o final do século XIX. Na Amazônia, devido ao *boom* da borracha, esses imigrantes muitas vezes navegavam em pequenas embarcações de seringal em seringal levando suas mercadorias para aqueles que lá viviam. No final da década de 1920, parte desse contingente populacional deixou a região e foi para as cidades de São Paulo ou Rio de Janeiro (TRUZZI, 2001). Em Goiás, os árabes tiveram destaque a partir dos anos 1930 com a construção de Goiânia, a nova capital do estado a partir do governo Vargas (SEBBA, 2011).

Parte dos imigrantes que se estabeleceram em Foz do Iguaçu (PR) nos anos 1950 e 1960 vinham do Líbano, especificamente da região do Vale do Bekaa. O estabelecimento de algumas poucas pessoas tornou-se com o tempo um fluxo de novos migrantes. Os palestinos que se estabeleceram no Chuí também seguiram o mesmo padrão: chegavam por São Paulo, circulavam pelo interior mascateando e enfim, estabeleciam-se em um ou outra cidade onde o comércio fronteiriço florescia. Contudo, para Rabossi (2014), o caso da Tríplice Fronteira distingue-se pois ali os árabes foram tanto mercadores de produtos brasileiros (cuja indústria desenvolvia-se no período), e uma vez inaugurada a ponte (a Ponte da Amizade foi inaugurada em 1965), no lado paraguaio, como importadores de produtos estrangeiros para revenda. A Guerra Civil no Líbano a partir de 1975 ampliou o fluxo de migrantes. Eventualmente, as oportunidades criadas na região “atraíram muitas pessoas que simplesmente deixaram o Oriente Médio em busca de um futuro melhor¹⁰¹” (RABOSSI, 2014: 99, tradução nossa).

¹⁰¹ Do original: “attracted many people who simply left the Middle East in search of a better future”.

Apesar de contatos iniciais com o Oriente Médio na primeira metade do século XX no âmbito social, foi somente com as transformações políticas na região – e da própria política internacional vista desde o Brasil – que as relações estatais puderam ser estabelecidas. Após os incipientes acordos oficiais com os otomanos, as relações diplomáticas bilaterais do Brasil com outros países da região datam da primeira metade do século XX.

O contato com o Egito foi limitado tanto por conta dos otomanos quanto dos britânicos. Ainda assim, em 1910, o presidente Nilo Peçanha aprovou com o Decreto n.º 2259 que o cônsul-geral no país pudesse agir como agente político, mas sem vencimentos (BRASIL, 1910). Essa situação poderia ser explicada pela circunstância *sui generis* do Egito na época. Em julho de 1917, durante a Guerra Mundial, o presidente Wenceslau Braz elevou o status da representação do país no Egito ao designar um ministro residente, recebendo um soldo, para o consulado no Cairo. A justificativa dada no decreto para tal ato político era a “necessidade de desenvolver, as relações econômicas do Brasil com o Oriente, especialmente com o Egypto” (BRASIL, 1917). É, contudo, somente em 1924 que o Brasil criou uma legação no Cairo (BRASIL, 1924), aproximadamente dois anos depois da independência formal daquele país, reconhecida pelo governo brasileiro ainda em 1922. No final de 1930, o recém-empossado governo provisório de Vargas suprimiu a representação brasileira no Cairo (BRASIL, 1930a), e transferiu para a legação na Turquia as responsabilidades das relações com o Egito (BRASIL, 1930b). No final de 1933, a legação no Cairo seria recriada (Decreto n.º 23.610), com a justificativa de que “as boas relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e Egito estão a exigir a instalação condigna de uma Legação naquele país” (BRASIL, 1933). Mas, no ano seguinte, foi mais uma vez vinculada a uma outra representação. Somente em outubro de 1941, o Brasil enviaria novamente um plenipotenciário para o Cairo. Em fevereiro de 1953, a legação foi elevada à categoria de embaixada.

No Líbano, foi criado um consulado no final de 1910, especialmente para lidar com a questão da grande comunidade de emigrados que estava no país e começava a reestabelecer os vínculos com a terra natal. Vargas também suprimiu esse posto em 1931 (BRASIL, 1931); em Damasco, o consulado honorário foi autorizado em 1922 (BRASIL, 1922). A permanência da Síria e do Líbano no sistema de mandatos da Liga das Nações impedia a criação de outras formas de representação, o que só viria a acontecer em novembro de 1945, quando foi autorizada a criação de “uma Legação nas Repúblicas do Líbano e da Síria” (BRASIL, 1945). A sede oficial da representação brasileira na Síria foi estabelecida em Damasco por decreto de outubro de 1951 (BRASIL, 1951b), mas o primeiro representante brasileiro só se apresentou no país em maio de 1952.

Esses contatos tímidos e flutuantes revelam não só as preferências de relações exteriores brasileiras à época (nos anos 1930, por exemplo, o comércio era majoritariamente dominado pelos Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido), mas também a situação política na região do Oriente Médio. Para Amado Cervo (2008), as relações do Brasil com os países árabes eram oscilantes por conta das instabilidades da região, o que também seria um empecilho para as potências ocidentais. Ressaltamos, todavia, que as transformações pelas quais a região passou durante e após a Segunda Guerra Mundial foram fundamentais para que essa entrasse no radar de relações internacionais do Brasil, e que no limiar da criação do Estado de Israel, o Brasil tinha legações nos principais países da região (Egito, Irã e Turquia) e se atentava para o fator numérico que o apoio árabe poderia dar às suas pretensões nas Nações Unidas. Com o Irã, o país assinou tratado de comércio e amizade ainda em junho de 1903, que foi aprovado pelo Congresso somente em dezembro de 1904, (BRASIL, 1904). Já a legação brasileira em Teerã foi criada em outubro de 1942 (BRASIL, 1942) – logo depois de profundas alterações políticas provocadas no país pela incursão soviética e britânica e a ascensão do Xá Reza Pahlevi.

Israel só foi criado em 1948, e no próximo capítulo discutiremos as circunstâncias que levaram ao reconhecimento diplomático do país. Como vimos anteriormente, a partir do final do século XIX havia uma grande imigração de judeus da Europa Oriental. No continente americano os EUA e a Argentina eram os principais destinos, mas o Brasil recebeu sua parcela de imigrantes que procuraram majoritariamente zonas urbanas para se estabelecer. A dinâmica da concentração em certas regiões foi semelhante ao que ocorreu com os imigrantes árabes, e o senso de comunidade levou à formação de associações, jornais, escolas e sinagogas. As atividades sionistas no país começaram ainda na década de 1920, e nos anos 1930 a comunidade lidou com o fortalecimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), um movimento fascista antissemita, que tinha certa permeabilidade no governo Vargas. Uma das lideranças da AIB, Gustavo Barroso, era um dos antissemita mais virulento no país, mas não houve ação direta desse grupo contra indivíduos ou locais relacionados aos brasileiros judeus (CYTRONOWICZ, 2008; GROSSMAN, 2018).

Para Roney Cytrynowicz (2008), uma das consequências diretas desse antissemitismo brasileiro foi a restrição imposta à migração de judeus a partir de 1937. Para o autor, apesar dessa postura hostil demonstrada por alguns membros do governo, a vida da comunidade continuou a florescer e novas associações e iniciativas educacionais foram desenvolvidas. Outros grupos étnicos, como os japoneses e os alemães, foram mais hostilizados e controlados do que os judeus, já que o Brasil declarou guerra ao Eixo ainda em 1942.

O discurso nacionalista do governo Vargas buscava atacar todos os grupos étnicos coesos o suficiente para apresentar alguma ameaça ao Estado. Assim, em 1938, foi aprovado o Decreto-lei n.º 383 que vedava a estrangeiros qualquer atividade política em conluio com seus países de origem ou partidos políticos. Samuel Malamud, liderança sionista no Brasil e futuro cônsul de Israel no Rio de Janeiro, entendia que o decreto também objetivava atingir as comunidades judaicas que, todavia, não tiveram suas iniciativas coibidas pelo Estado. Apesar do cenário, Cytrynowicz (2008: 101, tradução nossa) conclui que “os judeus aplicaram várias estratégias bem-sucedidas para enfrentar a intimidante atmosfera nacionalista e xenófoba do regime Vargas¹⁰²”. Ademais, o país continuou recebendo imigrantes judeus e passou a desenvolver laços sociais com grupos em Israel após a independência desse estado. A legação brasileira em Israel foi criada por decreto de abril de 1951 (BRASIL, 1951a), mas o primeiro representante brasileiro chegou em Tel Aviv somente em março do ano seguinte.

Em meados do século XX, a presença das comunidades de migrantes árabes e judeus no Brasil influenciaria de duas maneiras importantes a política externa do país para o Oriente Médio no período temporal desse trabalho: a) os governos do período as utilizariam como sinal de que se praticava aqui uma democracia sem preconceitos raciais, o que posicionaria o Brasil em uma posição especial entre os mundo em desenvolvimento e, posteriormente, o Terceiro Mundo no geral; b) exigiria a cautela em relação às posições internacionais adotadas diante do conflito árabe-israelense já que se procurava evitar que as comunidades aqui presentes absorvessem o clima de animosidade que existia, por exemplo, e em determinados momentos, em outras capitais sul-americanas, como Buenos Aires. Essas credenciais continuaram a ser usadas por governos posteriores, quer democráticos, quer autoritários.

Os laços sociais e as relações políticas não foram capazes, todavia, de apagar certos traços discriminatórios em documentos, discursos e reportagens, especialmente sobre os árabes. Como esses comentários foram constantemente aparecendo na pesquisa, não pudemos ignorar esse elemento por se tratar da forma como se percebia e, muitas vezes, se ignorava, o real caráter da própria sociedade brasileira, que era pobre, desigual e cheia de preconceitos.

Salim Yaquub (2004), quando trata da política do governo Eisenhower para os países árabes, nega que aspectos culturais e julgamentos de valor façam parte da política dos EUA para a região. O autor na realidade refuta como chaves explicativas as seguintes propostas. Primeiro, ele aponta que não havia um choque de civilizações entre os árabes e os EUA, pois o anti-imperialismo e o antissionismo dos primeiros eram forças relevantes por si só e guiaram a

¹⁰² Do original: “Jews applied several successful strategies to confront the intimidating nationalistic and xenophobic atmosphere during the Vargas Regime”.

política dos Estados árabes nos anos 1950. Segundo, o “orientalismo”, tal como elaborado por Edward Said (2007), não era uma chave analítica fundamental, pois havia comentários preconceituosos não só sobre os árabes, mas também sobre latino-americanos, asiáticos e mesmo os europeus eram acusados de “emocionalismo” pelo serviço diplomático dos EUA. O que o autor talvez não perceba é que essa mesma postura fez os EUA investirem em uma política externa de invasões e distorções internacionais com consequências duradouras para o mundo e para si. Terceiro, não havia algo de especial ou diferente na cultura árabe que merecesse atenção por si só, ou seja, algum exclusivismo cultural que devesse ser compreendido pela política externa dos EUA. Ademais, os EUA poderiam agir perfeitamente como um “partidário apaixonado” na Guerra Fria e nem por isso desconsideravam o caráter técnico da disputa com a URSS; os árabes também tinham esse fervor retórico, mas sabiam seus interesses práticos.

Mesmo concordando com o papel fundamental dos aspectos práticos e materiais das relações internacionais, não é possível ignorar os impactos das leituras produzidas sobre os outros povos e países na forma como uma sociedade recebe os eventos externos e nas escolhas que faz para sua inserção internacional. Assim, nos atentamos para a recorrência de estereótipos na documentação estudada, e esses aspectos serão levantados ao longo dos próximos capítulos. Um exemplo dessa postura encontra-se em um ofício encaminhado pelo ministro plenipotenciário brasileiro no Cairo, Themístocles da Graça Aranha, pouco depois que chegou na cidade. Para Graça Aranha, uma das características centrais dos partidos políticos egípcios – que estudamos no capítulo anterior – era justamente a falta de um programa definido, e isso colocava o país em uma posição de caos. O plenipotenciário brasileiro também se chocou com o país que vivia “em plena Idade Média, onde ao lado da opulência, se vê a pior das misérias, a falta completa de higiene pública em centenas de localidades, o analfabetismo [...]”¹⁰³, entre outros inúmeros problemas. Essa leitura enviesada fazia parte de um imaginário do “oriente” enquanto região de atraso, de penúria e carente de progresso. Os mesmos problemas que ele notou no país que o recebeu estavam largamente presentes no Brasil, inclusive quanto à debilidade na organização partidária.

Essa perspectiva enviesada sobre o Oriente Médio compõe justamente o que Edward Said (2007) nomeou “orientalismo”, entendido como uma abordagem metodológica e política sobre o “Oriente”, e que expressa a relação entre o poder, o conhecimento e a construção do ideário europeu ocidental. Nesta perspectiva, “O oriental é irracional, depravado, infantil, ‘diferente’; o europeu é racional, virtuoso, maduro, ‘normal’” (SAID, 2007: 73). O autor

¹⁰³ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “Partidos políticos no Egito”, n.º 249, de 30 de dezembro de 1948.

trabalha essencialmente com o orientalismo europeu, mas como a elite brasileira identificava-se com a Europa e havia, por isso mesmo, intermediado os processos de migração de árabes e judeus a partir dos critérios do “branqueamento” populacional (LESSER, 2015), há traços de um “orientalismo brasileiro” na abordagem tanto dos diplomatas que serviam nos postos do Oriente Médio quanto em editoriais e abordagens da mídia. Esse elemento se associou à disposição do Brasil na Guerra Fria, pois o país se localizava no campo ocidental, cristão e capitalista. Como a Guerra Fria tratava também de progresso e modernidade (ENGERMAN, 2010), pressupunha-se necessariamente o abandono do que fosse considerado obsoleto. A diplomacia e parte da sociedade brasileira conseguiam discernir esse atraso para além das fronteiras do país e essa postura impedia que se enxergasse a grande massa de trabalhadores excluídos no próprio Brasil. Aliás, é importante notar como a própria catolicidade vai ser mobilizada a partir desse pano de fundo culturalista, etnocêntrico e ideológico.

A permanência de certos preconceitos étnicos, mas também religiosos, guiaram assim as opiniões e posições sobre o Irã, o Egito e Israel. Ainda no período aqui estudado, esse aspecto se tornou menos relevante na documentação diplomática e alguns representantes brasileiros naqueles países mostravam uma maior predisposição a compreender os países onde serviam, como veremos com o relatório do ministro Antônio Mendes Vianna (1957). Na mídia também havia leituras menos enviesadas. Mesmo o jornalista Carlos Lacerda, ainda como articulista do “Correio da Manhã”, esteve no Cairo em 1948 e de lá escreveu em defesa da posição árabe no conflito com o *Yishuv*. Em tom mais analítico e sóbrio do que viria a adotar no futuro, questionou algumas concepções comuns sobre o Oriente Médio: “Estamos acostumados a pensar no Oriente como uma terra de beduínos e odaliscas. [...] Na sua maioria, [aqueles] países enfrentam ou deverão enfrentar problemas muitos semelhantes aos nossos¹⁰⁴”, o que de fato aconteceu. É preciso então recuperar a forma como essas leituras de mundo impactavam a percepção do Oriente Médio no Brasil, pois elas influenciam na construção das relações internacionais do país. Iniciaremos o estudo pormenorizado com Israel e o caso de Jerusalém no próximo capítulo.

¹⁰⁴ Correio da Manhã (RJ), Carlos Lacerda, “Falta ao Brasil uma política”, p. 2, 28 de fevereiro de 1948.

3 AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM ISRAEL E A QUESTÃO DE JERUSALÉM

Durante os anos 1920 e 1930, aprofundou-se a cisão entre as comunidades árabe e judaica que habitavam a Palestina. A dificuldade do Império Britânico em manter o controle da região aumentou consideravelmente durante a Segunda Guerra Mundial, mas as principais lideranças da comunidade judaica estavam dispostas a lutar pela Inglaterra, já que o pior cenário era uma vitória alemã. Ao final da guerra, um conjunto de variáveis induziu a uma rápida deterioração da posição britânica na região. De acordo com Kirsten Schulze (2017), os principais fatores foram: o declínio global do Império Britânico, as dificuldades econômicas do próprio Reino Unido, o aumento da influência dos EUA no Oriente Médio, o Holocausto e, uma vez finalizada a guerra na Europa, a retomada das atividades dos grupos de judeus que lutavam para criar um Estado na Palestina. Essa situação insustentável levou à emissão da questão para as Nações Unidas.

A situação dos judeus, da ocupação da Palestina, da criação do Estado de Israel e sobre o status de Jerusalém estiveram presentes na agenda diplomática brasileira bem como em manifestações da mídia do período. Sendo assim, o objetivo deste capítulo é explicar os posicionamentos adotados pelo Brasil desde a discussão do Plano de Partilha (1947), passando pelo reconhecimento de Israel em 1949 e o debate sobre o status de Jerusalém, até meados de 1955, na esteira dos enfrentamentos constantes entre Israel e o Egito ao longo de suas zonas fronteiriças. O Brasil votou a favor da partilha e, depois que Israel e Jordânia dividiram entre si Jerusalém, o país se aferraria na defesa das resoluções da ONU que pediam a internacionalização da cidade, utilizaria da sua identidade como país católico para desenvolver uma proposta, que não foi bem-vinda, para a desmilitarização de Jerusalém e seus arredores. Isso não impediu que, uma vez oficializada a troca de representantes entre os países em 1952, certos setores no Brasil começassem a nutrir uma simpatia pelo desenvolvimento que Israel havia alcançado em tão pouco tempo de existência. É nessa ambiguidade de posições – ao mesmo tempo em que contestava o pleito israelense por ter em Jerusalém Ocidental sua capital, o Brasil iniciava suas trocas diplomáticas e culturais com o Estado de Israel – que se sustentaram as relações entre os dois países no período aqui estudado.

3.1 A QUESTÃO DA PALESTINA NAS NAÇÕES UNIDAS

A questão palestina passou de preocupação britânica para assunto internacional entre o final dos anos 1930 e o imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Especialmente relevante foi a

articulação de grupos que pressionavam o governo dos EUA a apoiarem um Estado para os judeus na região. Por exemplo, semanas antes das eleições dos EUA de novembro de 1944, o presidente Roosevelt prometeu aos sionistas que se esforçaria para auxiliar na imigração de judeus para a Palestina, o que contrariava os interesses da Grã-Bretanha e dos países árabes da região (OREN, 2011). Pouco depois da conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, o presidente Roosevelt se encontrou com o rei Ibn Saud, da Arábia Saudita, na região de Suez. O momento marcou a relação dos dois países e trouxe à tona a questão da Palestina, que já havia se tornado um assunto amplamente debatido entre os árabes naquele período. O memorando da conversa, que aconteceu a bordo de um navio militar dos EUA, indica que Roosevelt se dispôs a reverter a promessa de campanha indicada acima¹⁰⁵. Todavia, menos de dois meses depois, Roosevelt faleceu e seu vice, Harry Truman, assumiu a presidência, e em maio, a Segunda Guerra acabou na Europa. Como no Reino Unido haveria também uma mudança no governo (Clement Attle assumiu como novo primeiro-ministro em julho do mesmo ano), os dois aliados do Atlântico Norte revisaram seus interesses em relação à Palestina. O ministro do exterior britânico, Ernest Bevin, intencionava vincular as relações do Reino Unido com o Egito a um acordo sobre a situação dos judeus na Palestina, com a garantia de que Londres manteria bases na região (BARR, 2019), o que continuava sendo fundamental para a manutenção do império.

Para os EUA, pesavam sobre Truman as eleições municipais de Nova Iorque, que ocorreriam em novembro de 1945. A forte presença de judeus na cidade fez com que o presidente chegasse a negar as promessas feitas por Roosevelt a Ibn Saud em abril daquele ano. Enfim, o governo Truman conseguiu entabular com os britânicos a criação de um “Comitê Anglo-Americano de Inquérito sobre a Palestina”, que investigou a situação dos judeus na Palestina e nos países europeus onde haviam sido perseguidos pelo nazismo e as condições de governança em nível local, na própria Palestina (BARR, 2019). O Comitê colheu as impressões dos atores envolvidos na disputa. O “Escritório Árabe”, situado em Jerusalém, enviou sua posição em março de 1946, e ponderou que a migração constante de judeus era um dos fatores que desestabilizava o padrão de vida dos palestinos árabes; outro fator importante era que os sionistas tinham inúmeras fontes de recurso, enquanto os árabes eram limitados nesse aspecto. Defendeu-se ainda que o único caminho plausível na Palestina era a formação de um governo democrático, que naturalmente responderia aos anseios de toda a população, mas que seria

¹⁰⁵ FRUS, 1945, Diplomatic Papers, The Near East and Africa, Volume VIII. Memorandum of Conversation Between the King of Saudi Arabia (Abdul Aziz Al Saud) and President Roosevelt, February 14, 1945, Aboard the U.S.S. “Quincy”.

formado pelo voto majoritário (sem discriminações, mas que significaria maioria árabe, tal como era a realidade no terreno)¹⁰⁶.

O relatório do Comitê, lançado em 20 de abril de 1946, defendeu que a Palestina não deveria ser nem um Estado judeu, nem um Estado árabe. No documento, defende-se que os cristãos também tinham interesses na região e, portanto, não se poderia criar um Estado vinculado a um grupo específico. Esses interesses cristãos não são identificados com os habitantes locais, mas sim, de forma sutil, com a cristandade ocidental, o que já vinha sendo feito nos documentos do mandato britânico na Palestina. Ainda do texto, dois outros aspectos sobressaem: a) ressaltou-se que uma das causas da animosidade entre os judeus e os árabes era a disparidade nos padrões de vida entre as duas populações; b) o Comitê alertou para a política de maioria populacional que ambos os grupos buscavam atingir, cujo objetivo seria a dominação do rival. Ao final, o relatório não recomendou a partilha do território, mas sim a continuidade de um sistema de mandato ou tutela a ser estabelecido na nova organização internacional, a ONU (ANGLO-AMERICAN COMMITTEE OF INQUIRY, 1946).

As propostas do comitê pouco agradaram árabes e judeus sionistas, mas no contexto de crise aguda do Império Britânico, de início da Guerra Fria e da importância crucial do petróleo do Oriente Médio para a reconstrução da Europa no pós-guerra, a posição árabe não poderia ser ignorada. Mas foi, e o principal motivo relacionava-se com a relutância com que o Reino Unido identificou os sinais de seu declínio na região – postura que continuaria a pautar políticas desastrosas nos anos vindouros. Para Fawaz Gerges (2008), ao negligenciar a questão dos árabes palestinos, os britânicos criaram um problema que reverberou em todos os outros Estados árabes, e que seria um dos elementos cruciais para o fim da era imperial no Oriente Médio. O próprio Comitê Anglo-Americano considerava que o problema do antissemitismo europeu deveria ser resolvido em conjunto com todos os países da Europa, e não colocado sobre os árabes palestinos. Ou seja, os judeus que não conseguissem migrar, deveriam ter uma vida digna nos países onde habitavam.

A pressão para a migração de judeus após o fim da Segunda Guerra também atingiu países mais distantes como o Brasil, que foi pressionado a aceitar refugiados. Ainda em julho de 1947, o embaixador brasileiro nos EUA – Carlos Martins Pereira e Sousa – foi interpelado por Kalman Stein, do Congresso Judaico Mundial, que lhe solicitara posição sobre o problema. O próprio presidente Dutra defendia, conforme consta no ofício, que não deveria haver qualquer

¹⁰⁶ “The Arab case for Palestine: evidence submitted by the Arab Office, Jerusalem, to the Anglo-American Committee of Inquiry, March 1946”. O texto está disponível em Laqueur (1970: 122-134). A posição sionista sobre a Palestina já foi estudada no primeiro capítulo.

negociação “em torno desta imigração”. Stein, em carta endereçada ao embaixador e anexada ao ofício para conhecimento do ministro Raul Fernandes, foi incisivo ao questionar os motivos que impediam o Brasil de receber refugiados judeus. Asseverou ainda que: “Esperamos sinceramente que não possa ser política do governo brasileiro introduzir discriminação racial ou religiosa que seja totalmente contrária aos objetivos e propósitos das Nações Unidas e às grandes ideias pelas quais as Nações Unidas lutaram durante a Guerra”¹⁰⁷ (tradução nossa). Meses antes, um representante do Congresso Judaico Mundial também procurou o embaixador brasileiro solicitando que fossem “afastadas as dificuldades que ultimamente vem encontrando indivíduos da raça semita para obterem vistos nos seus passaportes em determinadas repartições consulares brasileiras”¹⁰⁸.

A despeito da posição do governo Dutra, certos setores vinculados com as já estabelecidas comunidades judaicas no Brasil, se puseram a refletir sobre as dificuldades que recaíam sobre os judeus não só na Europa, mas também daqueles que já haviam migrado para a Palestina. Esses, para além de alvos do antissemitismo europeu, também foram considerados como vítimas do imperialismo britânico. O jornal “Tribuna Popular”, por exemplo, denunciou em suas páginas o grande plano imperialista – ou seja, britânico – de controle do Oriente Médio e que pressupunha impedir a plena soberania do Egito para a manutenção do controle de bases militares. Nessa narrativa, os judeus foram usados como pretexto para o controle da Palestina, mas especialmente do Egito¹⁰⁹. A questão dos judeus na Palestina foi também levantada pelo deputado Maurício Grabois, do PCB, em sessão da Assembleia Constituinte de 1946. Para o deputado, a política britânica lançava judeus contra árabes “de acordo com a velha política imperial da Inglaterra de dividir para reinar”¹¹⁰. Seguindo essa lógica, o conflito entre árabes e judeus na Palestina era fruto da atuação de uma pressão artificial externa. Abaixo, reproduzimos um cartaz de agosto de 1946 de uma manifestação que aconteceria no Rio de Janeiro em prol dos judeus da Palestina. As vítimas do imperialismo britânico eram todas acolhidas naquele momento dentro do recém estabelecido arranjo multipartidário brasileiro.

¹⁰⁷ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios Recebidos/Embaixadas/Washington (1947/21), caixa 141, n.º 328, 02 de julho de 1947. Do original: “We sincerely hope that it cannot be the policy of the Brazilian Government to introduce racial or religious discrimination which is utterly in opposition to the aims and purposes of the United Nations and to the great ideas for which the United Nations fought during the War”.

¹⁰⁸ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios Recebidos/Embaixadas/Washington (1947/21), caixa 141, n.º 21, 15 de janeiro de 1947.

¹⁰⁹ Tribuna Popular, “O imperialismo manobra contra a independência dos povos”, p. 2, 2 de outubro de 1946.

¹¹⁰ Tribuna Popular, “O imperialismo inglês lança árabes contra Judeus para manter a Palestina em seu poder”, p. 3, 12 de julho de 1946.

Figura 3 – Divulgação de manifestação pelos judeus na Palestina do “Tribuna Popular”



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, Tribuna Popular, p. 6, 1 de agosto de 1946.

Uma vez que o plano do Comitê Anglo-Britânico foi refutado tanto por árabes quanto por sionistas, o governo do Reino Unido encaminhou a questão para as Nações Unidas em fevereiro de 1947. Como no Conselho de Segurança havia o risco de o instrumento do veto ser utilizado, a opção seria prosseguir com a discussão do tema na AGNU, convocada para uma sessão especial em abril de 1947. A linha argumentativa em defesa da criação de um Estado para os judeus na região também chamou atenção de alguns veículos midiáticos no Brasil. O jornal “Correio da Manhã” publicou ainda em fevereiro uma coluna analisando as motivações por trás da criação de “um estado israelita na Palestina”. Defendeu que não havia fundamento histórico suficiente que sustentasse aquele pleito, pois o fato de os judeus terem vivido na terra há 2000 anos não lhes dava direito de simplesmente voltar e restabelecer algo em detrimento dos que lá habitavam. Ademais, o jornal questionou a necessidade de se criar uma pátria para os judeus e, citando o exemplo brasileiro, se questionou: “há israelitas brasileiros. Acaso os consideramos menos brasileiros por serem israelitas?¹¹¹”. É importante notar como essa leitura estava em completa oposição ao discurso sionista que se esforçou por décadas para articular a narrativa bíblica, o nacionalismo e a migração dentro de um argumento conjunto que levaria à sustentação do Estado de Israel.

¹¹¹ Correio da Manhã, “Jerusalém”, capa, 22 de fevereiro de 1947.

A AGNU foi, então, convocada para uma sessão especial entre abril e maio de 1947, quando foi formado o Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina¹¹² (UNSCOP, da sigla em inglês). A partir desse momento, a disputa de versões sobre a partilha, ou não, da Palestina, ganharia mais projeção internacional. A URSS via o apoio dos EUA a uma forma de partilha como um caminho para esses ampliarem e defenderem seus interesses, especialmente o acesso ao petróleo do Oriente Médio (do qual os EUA não precisavam, mas seus aliados na Europa sim). É importante recordar que, ainda em março de 1947, Truman se comprometera em atuar em terrenos tão distantes quanto a Grécia e a Turquia, geograficamente próximos tanto da URSS quanto da Palestina. Já em maio de 1947, Andrei Gromyko, o representante soviético nas Nações Unidas, cogitou que um Estado binacional seria o ideal para a Palestina, mas defendeu a partilha caso fosse difícil conciliar os interesses das duas populações vivendo no local (HELLER, 2106).

Do ponto de vista diplomático, a emissão da situação da Palestina para a ONU envolveria diretamente o Brasil. O embaixador Oswaldo Aranha havia sido eleito, com o voto dos países árabes, como presidente da sessão especial da AGNU de abril de 1947 (VIGEVANI; KLEINAS, 2000). Nas vésperas de seu retorno de Nova Iorque para o Brasil após presidir aquela sessão da Assembleia, Aranha, em entrevista reproduzida pelo “Correio da Manhã”, se mostrou crente na possibilidade de uma resolução negociada e baseada no direito internacional e, sem se comprometer com uma solução, sugeriu que um modelo federado, tal como havia na Suíça, poderia ser o ideal para a Palestina.¹¹³

Nos meses seguintes, os membros do UNSCOP presenciaram a situação crítica no terreno e concluíram que Londres havia perdido a capacidade de lidar com a violência que estourara entre os grupos sionistas e árabes. Os britânicos também eram alvo de uma campanha de grupos terroristas de judeus sionistas. Depois de meses de trabalho, em setembro, com o início da II Sessão Regular da AGNU, o UNSCOP encaminhou seu parecer sobre a divisão da Palestina. Não havia, todavia, unanimidade nem mesmo dentro do diminuto grupo. A Índia, o Irã e a Iugoslávia defenderam a criação de um estado federal unificado com Jerusalém como sua capital; já a maioria dos membros (Canadá, Tchecoslováquia, Guatemala, Holanda, Peru, Suécia e Uruguai) apoiou “a partilha do país em um Estado árabe e um judeu com a criação de

¹¹² Formado por: Austrália, Canada, Tchecoslováquia, Guatemala, Índia, Irã, Países Baixos, Peru, Suécia, Uruguai e Iugoslávia.

¹¹³ Correio da Manhã, “Federalização da Palestina, a solução – segundo Oswaldo Aranha”, capa, 20 de maio de 1947.

uma zona internacional em Jerusalém¹¹⁴” (BARR, 2011: 354, tradução nossa). A posição majoritariamente defendida era que “a premissa básica subjacente à proposta de partilha é que as **reivindicações** dos árabes e judeus em relação à Palestina, **ambas com validade**, sejam **irreconciliáveis**”¹¹⁵ (UNITED NATIONS, 1990: 109, tradução nossa, grifo nosso). Assim, assumia-se que a partilha seria a solução mais viável e que atenderia minimamente à reivindicação dos dois povos. Mesmo que a proposta de partilha da Palestina estivesse na mesa desde 1937 como obra da Comissão Peel, no Pós-Segunda Guerra houve a divisão territorial de fato em Estados como a Alemanha, na península coreana e no processo de independência da Índia do Reino Unido, com a conseqüente criação do Paquistão. Portanto, a proposta não era alienígena a seu tempo. Salvo na Alemanha por razões já estudadas, nas outras situações desenvolveram-se conflitos armados que perduram até os dias atuais.

Diante do impasse criado no UNSCOP, “em 26 de setembro de 1947, o secretário colonial [britânico] anunciou que, se a ONU prosseguisse com uma proposta que não tivesse o apoio dos árabes e dos judeus, a Grã-Bretanha se retiraria da Palestina unilateralmente¹¹⁶” (BARR, 2019: 88, tradução nossa). Com uma abrupta retirada britânica, já esperada, as chances para que uma partilha menos violenta acontecesse se tornavam mais escassas, o que aumentou a pressão para que a AGNU tomasse uma decisão ainda em 1947. Como aponta Shapira (2018: 192), “não foram princípios morais ou justiça histórica que motivaram as grandes potências a apoiar a partilha. Cada uma foi motivada por seus próprios interesses”. Quais eram essas intenções? As anotações de Décio Moura – encarregado de negócios do Brasil em Teerã – em sua viagem pelo norte iraniano, em novembro de 1947, apontam a possibilidade de que a URSS ou buscava uma cabeça de ponte no Oriente Médio via Israel ou, com a criação desse Estado, portar-se-ia como aliada e protetora dos países árabes¹¹⁷. Já a decisão dos Estados Unidos de votarem a favor do plano elaborado pelo comitê das Nações Unidas foi tomada, conforme já vimos, em meio a pressões domésticas e internacionais. A posição do presidente Truman somente foi comunicada após a URSS declarar seu voto positivo no dia 13 de outubro. Ou seja, ambas as superpotências pensavam em termos estratégicos ao apoiar a criação de um Estado para os judeus na Palestina, o que era de se esperar quando a Guerra Fria se desenrolava também

¹¹⁴ Do original: “the partition of the country into Arab and Jewish states and the creation of an international zone in Jerusalem”.

¹¹⁵ Do original: “The basic premise underlying the partition proposal is that **the claims** to Palestine of the Arabs and Jews, **both possessing validity**, are **irreconcilable**”.

¹¹⁶ Do original: “on 26 September 1947 the Colonial secretary announced that, if the UN pressed ahead with a proposal that did not have Arab and Jewish backing, Britain would withdraw from Palestine unilaterally”.

¹¹⁷ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Teerã (1947-1970), Caixa 130, “Visita ao Azerbaijã”, n.º 88, Teerã, 9 de novembro de 1947.

em outros cenários. Os britânicos, uma vez percebendo o fracasso de seus planos em relação à Palestina, apostaram no desejo do rei Abdullah da Jordânia de reinar sobre uma “Grande Síria”, que seria formada pelas partes árabes da Palestina, pela Jordânia pela Síria e o Líbano (BARR, 2019). Ou seja, o Reino Unido entendia que a Palestina havia sido perdida, mas havia espaço para reforçar seu poder na região através da Jordânia e claro, da manutenção de sua hegemonia no Egito.

Até o mês de novembro de 1947, os Estados árabes independentes ainda tentaram adiar uma decisão e questionaram a própria competência da AGNU para propor tamanha ingerência em um território controlado por mandato. Em detrimento da ideia de que os países árabes perderam uma oportunidade por não aceitarem os resultados do Plano de Partilha, enfatizamos que houve mobilização para que se protelasse alguma decisão, uma estratégia que pode gerar frutos em negociações internacionais e que, para todos os efeitos, eles não eram soberanos sobre a Palestina britânica. Ainda assim, houve movimentação política e diplomática por parte desses Estados: a) seguindo o exemplo da participação da Agência Judaica (e de outras organizações sionistas), os países árabes fizeram coro para que os palestinos tivessem algum representante nas discussões da AGNU; b) tentaram não vincular a questão dos refugiados judeus europeus com a situação na Palestina; e, c) defenderam a tese de que as declarações britânicas feitas durante a ocupação, tal como a Declaração Balfour, eram inválidas, pois mesmo como mandatária não caberia a entrega das terras de um país para outro grupo (UNITED NATIONS, 1990). Do ponto de vista estritamente palestino, isso se deveu também ao “fato de [...] a maior parte da comunidade [árabe palestina] estar nas mãos de um pequeno número de famílias [que] paralisou essa sociedade em táticas destrutivas e num discurso estéril e contraproducente” (DEMANT, 2002: 233). Ademais, os sionistas no *Yishuv* já haviam aceitado o princípio da partilha desde os anos 1930 e tinham somente a ganhar com tamanho gesto internacional, o de avalizar o seu Estado.

Enfim, em 25 de novembro, um comitê *ad hoc*, composto pelos membros da própria AGNU, recomendou a partilha. Apesar dessa situação, a votação na AGNU foi uma formalidade relevante no caminho para a criação do Estado de Israel, já que nesse órgão a maioria de dois terços era essencial (UNITED NATIONS, 1990). James Barr (2019) recorda como a pressão financeira foi importante para que países como a França (e seus vizinhos Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos) votassem a favor da partilha. Em 26 de novembro, por exemplo, Bernard Baruch, embaixador dos EUA e vinculado à “Liga Americana por uma

Palestina Livre”, organização sionista relacionada ao grupo Irgun¹¹⁸ (que vinha fazendo uma campanha terrorista contra a ocupação britânica da Palestina), “alertou [o embaixador da França nas Nações Unidas] que o fracasso da França em apoiar a resolução colocaria em risco o dinheiro que os Estados Unidos pretendiam usar para financiar a reconstrução do país¹¹⁹” (BARR, 2019: 89, tradução nossa). A “diplomacia do dólar” passava a valer também para os recipientes da ajuda financeira estadunidense na Europa, o que inclusive auxilia a explicar por que a URSS não permitiu que os Estados em sua zona de influência aderissem ao Plano Marshall.

Oswaldo Aranha também presidiu a II Sessão Ordinária da AGNU que votou e aprovou o Plano de Partilha em 29 de novembro de 1947¹²⁰. No dia da votação na AGNU houve alegria entre os judeus sionistas que viviam na Palestina e em outras partes do mundo. Para os árabes palestinos, todavia, a decisão tem sido lembrada como “*al-nakba*”, ou catástrofe. A resolução A/RES/181(II) da AGNU, uma vez aprovada e comprometida diante da negativa árabe em aceitar a partilha, foi pisoteada logo em seguida. É preciso considerar que os árabes eram a maioria da população na região, quem se identificavam com a terra e nela habitavam há séculos; ainda assim, receberiam de acordo com a Partilha um território menor do que o alocado à minoria judaica. Assim, pela ótica árabe, o que estava acontecendo era um espólio, e o fluxo de refugiados criado pelo conflito impactou especialmente muitos dos países árabes independentes ou que ainda disputavam com a Grã-Bretanha em alguma questão relevante (como o Egito e o controle do Canal de Suez). Em 1948, na esteira de sua guerra de independência, os israelenses conquistaram territórios que no Plano original seriam do Estado palestino, e junto com os jordanianos, dividiram Jerusalém, que deveria ser internacionalizada. A Partilha se deu com a expansão territorial e deixou marcas profundas na região (na Figura 4 reproduzimos a divisão do território originalmente aprovada pela AGNU).

¹¹⁸ O *Irgun Zvai Leumi* (organização militar nacional), formado em 1937, era uma organização judaica que atuava na clandestinidade durante o mandato britânico. Foi responsável pelo atentado ao Hotel Rei David em Jerusalém, e participou do ataque à vila árabe, Deir Yassin. Vladimir Jabotinsky, ideólogo do sionismo revisionista, e Menachem Begin, foram do Irgun (SCHULZE, 2017).

¹¹⁹ Do original: “warned [the French ambassador to the United Nations] that France’s failure to support the resolution would put at risk money that the United States was intending to use to finance the country’s reconstruction”.

¹²⁰ Os 33 países que votaram **a favor** do Plano de Partilha da Palestina (1947) foram: África do Sul, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Bielo-Rússia, Canadá, Costa Rica, Dinamarca, República Dominicana, Equador, Estados Unidos, Filipinas, França, Guatemala, Haiti, Holanda, Islândia, Libéria, Luxemburgo, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Suécia, Tchecoslováquia, Ucrânia, URSS, Uruguai e Venezuela. Os 13 países que votaram **contra** o plano foram: Afeganistão, Arábia Saudita, Cuba, Egito, Grécia, Iêmen, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Síria e Turquia. Os 10 países que **abstiveram** de votar foram: Argentina, Chile, China, Colômbia, El Salvador, Etiópia, Honduras, México, Reino Unido e Iugoslávia. A Tailândia não participou da votação.

Figura 4 – Divisão da Palestina de acordo com o plano das Nações Unidas



Fonte: Kamrava (2005: 80).

3.1.1 A posição diplomática brasileira e a Partilha da Palestina

Como o Brasil não era membro do UNSCOP, ainda não havia se posicionado oficialmente sobre o tema. Fato é que não havia uma posição clara da diplomacia brasileira sobre a questão, pois nem mesmo os EUA e a URSS tinham se declarado com nitidez até as últimas semanas. Mas o alinhamento com os EUA foi importante na posição adotada pelo Brasil. Para Vigevani e Kleinas (2000: 85), “O voto na sessão de 29 de novembro foi deliberado mais em função de contingências do que de decisões amadurecidas sobre as posições sionistas, que resultaram na criação do Estado de Israel”. Ademais, as divergências entre Aranha e o ministro Raul Fernandes marcaram a atuação brasileira na AGNU daquele ano: “para [Fernandes], não cabia ao Brasil discordar do voto americano na ONU. Aranha, por sua vez [...] vinha demonstrando simpatia pelas posições dos Estados Unidos, mas em perspectiva, digamos, tradicional da política exterior do Brasil, de obter ganhos para o país no quadro do reconhecimento da hegemonia norte-americana” (VIGEUVANI; KLEINAS, 2000: 74).

Ainda assim, a participação brasileira no processo que levou à partilha da Palestina é muitas vezes recordada por conta da atuação de Oswaldo Aranha como presidente da AGNU em 1947. Conforme aponta Norma Breda dos Santos (2000), o Brasil era favorável que, antes de ser levada à plenária da AGNU, a questão palestina deveria ser considerada na Corte Internacional de Justiça, mas não houve apoio por parte dos Estados Unidos para essa proposta. Outro fator relevante na posição brasileira foi a “proximidade com a Santa Sé, que, naturalmente, tinha sua atenção voltada ao **status de Jerusalém**” (FÁVERO; PINHEIRO, 2016: 66, destaque nosso). Trataremos dessa questão mais adiante. Como Aranha presidia a Assembleia, foi Arthur da Souza Costa quem pronunciou o voto do Brasil na reunião do dia 26 de novembro:

Seríamos favoráveis a um plano que **preservasse a unidade política** na Palestina. Em um mundo que luta continuamente pela integração em formas políticas, econômicas e sociais mais amplas [...]. Favoreceríamos, nesse sentido, a constituição de um governo federal ou cantonal, organizado de forma a dar o maior escopo possível à autonomia local das comunidades cristã, árabe e judaica. [...]
[...] parece à delegação brasileira que nos deparamos com a contingência de termos que aceitar a **partição como medida temporária**, capaz de conduzir eventualmente, pela experiência, à criação de uma unidade orgânica naquela área¹²¹ (UNITED NATIONS, 1947a, tradução nossa, grifo nosso).

¹²¹ Do original: “We would be in favour of a plan which would preserve political unity in Palestine. In a world which is continually striving for integration into broader political, economic, and social forms [...]. We would favour, along these lines, the constitution of a federal or cantonal government, organized in such a way as to give the widest scope possible to the local autonomy of the Christian, Arab and Jewish communities. [...] it appears to

Ou seja, no final, a posição brasileira seguiu a maioria, mas a proposta de fato defendida foi próxima ao que Aranha já havia deixado escapar em maio daquele ano. Como a situação era urgente, aceitava-se como medida provisória a partilha. Essa leitura terá consequências nos próximos anos, especialmente no que tange ao estabelecimento de relações diplomáticas com Israel e especialmente em relação ao status de Jerusalém. Em seu discurso de encerramento da II AGNU, Aranha (2017: 425, tradução nossa) afirmou que:

Embora eu não tenha tido nenhuma influência nas deliberações sobre a Palestina, seja nesta Assembleia ou na Sessão Especial, uma vez que meu dever como presidente impôs, em ambos os casos, uma atitude neutra, não posso deixar de concordar e me juntar à assembleia neste ousado e histórico experimento como presidente desta memorável assembleia¹²².

Enfim, a atuação de Aranha fomentou um sentimento de “fraternidade” na memória coletiva brasileira e israelense e entre as lideranças que visavam fortalecer as relações Brasil-Israel, que ligou a história de ambos os países em momento tão decisivo para a comunidade judaica na Palestina¹²³ (GROSSMAN, 2018). Como vimos acima, todavia, a postura defendida de fato era a de um Estado que preservasse a unidade territorial; a votação favorável à partilha foi conjuntural e não programática. Ademais, apesar de louváveis, os votos otimistas de Aranha não sobreviveriam aos meses vindouros.

O “Correio da Manhã” publicou poucos dias depois da votação do Plano de Partilha um editorial tratando da base pouco sólida da defesa da partilha como plano para a paz: “não vamos acabar com o nacionalismo árabe dando tanto da Palestina aos judeus – vamos exacerbá-lo. Não vamos dar aos judeus o porto e salvamento de que tanto necessitam – vamos metê-los em procelosa tempestade¹²⁴”. A posição do jornal era, todavia, que o mandato deveria ser continuado, não porque era uma solução plausível, mas por não haver solução viável para o problema.

the Brazilian delegation that we are faced with the contingency of having to accept partition as a temporary measure, capable of leading eventually, through experience, to the creation of organic unity in that área”.

¹²² Do original: “Although I have had no influence over the deliberations on Palestine, either in this Assembly or in the Special Session, since my duty as president imposed, in both cases, a neutral attitude, I cannot but concur and congress my assembly in this bold and historic experiment as president of this memorable assembly [...]”.

¹²³ Nos anos 1970, houve a tentativa de revisar o papel do Brasil, especialmente de Oswaldo Aranha, na criação de Israel. O ministro de Relações Exteriores de Geisel (1947-1979), Azeredo da Silveira (apud SPEKTOR, 2010: 110) chegou a afirmar que “o que a ONU criou foram dois Estados. Nunca houve um voto brasileiro em sentido de criar exclusivamente o Estado de Israel. Isso é o maior blague nesse mundo”. Ademais, o chanceler reforçou que quem proferiu o voto brasileiro fora Souza Costa e Oswaldo Aranha, que somente presidia a sessão, “não foi o criador de Israel. [Ele] não foi, em toda a sua vida, pró-Israel” (SILVEIRA apud SKPETOR, 2010: 111).

¹²⁴ Correio da Manhã, “Jidah”, capa, 3 de dezembro de 1947. O texto faz menção ao conceito islâmico de “guerra santa” e provavelmente o título foi escrito errado; o correto seria *jihad*.

Da aprovação do Plano de Partilha para sua efetivação havia um grande abismo. As dificuldades – e mesmo impossibilidade de concretização – eram evidentes. A posição brasileira – como havia indicado Souza Costa em seu voto, e por instrução do ministro Raul Fernandes – era de que caberia às grandes potências tocar o projeto. Houve boatos inclusive de que os EUA intencionavam mudar seu posicionamento sobre a partilha, adotando alguma fórmula distinta da criação de dois Estados. O embaixador João Carlos Muniz¹²⁵ no começo de fevereiro de 1948, quando as Nações Unidas tiveram que retomar seus trabalhos, tratou da questão com o MRE. O representante dos EUA, o Senador Austin, desmentiu que seu país mudaria de posição, mas deixou clara sua preocupação de que o plano só iria adiante mediante uso da força. Considerava, todavia, inadmissível qualquer presença internacional de tropas soviéticas na região, e por isso havia uma sondagem para que a França e outras potências médias pudessem formar uma força policial a ser enviada para a Palestina. Muniz foi então informado da nova proposta concreta dos EUA – levar a questão da Palestina para o Conselho de Tutela, que já estava incumbido de elaborar uma constituição para a cidade de Jerusalém – em abril do mesmo ano¹²⁶. Nessa ocasião, o representante brasileiro chegou a questionar se não seria possível solicitar que a Grã-Bretanha mantivesse por mais tempo suas tropas na região, para a qual Austin mostrou relutância.

Dias depois¹²⁷, o Brasil foi sondado para fazer parte do grupo de Estados no acordo de tutela que os EUA estavam propondo, assunto sobre o qual Muniz pediu instruções do Rio de Janeiro. O representante brasileiro ainda enfatizou que o desejo dos EUA era manter a URSS fora do Oriente Médio, o que afagava a ânsia anticomunista que boa parte do círculo governamental brasileiro tinha no momento. No dia 19 de abril¹²⁸, Muniz, insistindo por uma resposta do MRE, diplomaticamente recordou ao Ministério que a participação nesse esquema de tutela da ONU “traz como consequência forçada aceitação da responsabilidade financeira daí decorrente”; caso o Brasil não aceite, os EUA poderiam solicitar voluntários da América Latina, e a Argentina poderia responder ao apelo¹²⁹.

Uma segunda sessão especial da AGNU efetivamente começou no dia 16 de abril e durou até meados de 1948. No dia 15 de abril, o MRE tomou nota de um memorando da embaixada dos EUA sobre a convocação da AGNU. Já era consenso entre os membros

¹²⁵ AHMRE-B/Confidencial/Telegramas Recebidos/Organismos e delegações/ONU (1947/52), caixa 463, “Questão da Palestina”, n.º 20, 7/7/II/48.

¹²⁶ AHMRE-B/Confidencial/Telegramas Recebidos/Organismos e delegações/ONU (1947/52), caixa 463, “Novo plano americano para o caso da Palestina”, n.º 50, 2/2/IV/48.

¹²⁷ Ibidem, “Questão da Palestina; plano americano tutela”, n.º 59, 12/12/IV/48.

¹²⁸ Ibidem, “Questão da Palestina”, n.º 64, 19/19/IV/48.

¹²⁹ No biênio 1948-1949, a Argentina ocupava um assento não permanente no CSNU.

permanentes do CSNU que o Plano de Partilha, tal como aprovado, era inviável por meios pacíficos¹³⁰. A poucas semanas da retirada britânica, havia constantes conflitos na Palestina, a despeito de o CSNU ter aprovado por unanimidade um pedido de trégua nas hostilidades. É relevante notar que o plano de tutela reproduzido no memorando e que os EUA planejavam defender praticamente desconsiderava a proposta da partilha, pois sugeria um governo geral para a Palestina, inclusive com um legislativo democraticamente eleito.

A violência escalava e, em 14 maio de 1948, Israel declarou sua independência. Logo em seguida, os Estados árabes o atacaram, oportunidade na qual aquele expandiu seu território, ao mesmo tempo em que Egito e Jordânia se apressaram em ocupar áreas antes designadas para o “Estado árabe” proposto na partilha. É importante mencionar que, às vésperas da retirada britânica, não havia sinais de conciliação entre os Estados árabes. A falta de objetivos em comum pôde ser notada quando em 29 de maio a ONU pediu um cessar fogo. Israel e Jordânia aceitaram o apelo da ONU, e o rei Abdullah cessou atividades no dia 2 de junho. O Egito, que já ocupava a região de Gaza, reticentemente também aceitou, mas Síria, Iraque e Líbano mantiveram suas atividades até o dia 11 de junho (GERGES, 2008).

A perseguição e a campanha de medo que se instalou contra os árabes palestinos em 1948 foi um fator determinante para o grande fluxo de refugiados que o conflito gerou. Kamrava (2005: 82, tradução nossa) aponta que foi preciso superar uma “proposição há muito aceita de que as transmissões de rádio árabe encorajavam os palestinos a partir, [já que] agora é quase uniformemente aceito que tais transmissões não existiam e que a maioria dos palestinos era de fato instada a não abandonar suas casas e comunidades¹³¹”. O pânico criado por represálias e pela perseguição influenciaram a fuga de palestinos, o que criou um dos problemas mais complicados para a resolução do conflito até os dias atuais: a questão dos refugiados palestinos. De acordo com as Nações Unidas, até o final de 1949, havia mais de 700 mil refugiados palestinos, expulsos ou retirados de sua terra por conta da guerra (UNITED NATIONS, 1990).

Shapira (2018) corrobora que há na sociedade israelense essa ideia recorrente de culpar os próprios árabes pelo deslocamento dos palestinos. Houve sim, da parte de Israel, uma política deliberada de não permitir que os palestinos voltassem depois que se retirassem de seus lares – que seriam ou destruídos ou ocupados pela nova leva de imigrantes judeus –, e em alguns casos os deslocamentos foram forçados pelo medo que qualquer conflito sangrento causa na

¹³⁰ AHMRE-B/Maços Temáticos Secretos, caixa 242, memorando secreto (de 4 de abril de 1948) recebido no MRE da embaixada dos Estados Unidos em 15 de abril de 1948.

¹³¹ Do original: “long-accepted proposition that Arab radio broadcasts encouraged Palestinians to leave, is now almost uniformly accepted that such broadcasts did not exist and that most Palestinians were in fact urged not to abandon their homes and communities”.

população. Havia uma guerra em andamento, e os dois lados se viam com profunda desconfiança. Shlomo Sand (2014) vai adiante e aponta como a proposta da criação de um Estado na região pressupunha necessariamente, para o sionismo, o apagamento da presença dos árabes. O pleito do direito histórico e justo àquela porção de território só se sustentava se fosse vendida a ideia de que era um terreno vazio, tal como já discutimos no primeiro capítulo.

Israel também tinha que lidar com outros dilemas advindos da formação do Estado: houve uma grande migração de judeus de diversas localidades e culturas distintas para o país recém-independente, processo fundamental para a sua construção bem como para a defesa nacional. Quase 2 milhões de imigrantes chegaram em Israel até 1956, contingente composto tanto por judeus asquenazim – refugiados europeus – quanto sefarditas, judeus dos países árabes. Assim, enquanto os Estados árabes tiveram que lidar com os refugiados palestinos, o estado judaico da região teve que integrar judeus que vinham de culturas, línguas e costumes diferentes. A migração em massa das comunidades judaicas do Oriente Médio para Israel, alterou a matriz ideológica da qual o país nasceu, que era *a priori* dominada pelo sionismo nacionalista e coletivista. Ademais, 100 mil árabes permaneceram no país e outros 40 mil voltaram depois do fim das hostilidades o que não impediu a “judaização” do território já que o contato entre as comunidades continuava reduzido ao mínimo necessário (SAND, 2014).

A partir dos anos 1950 o conteúdo religioso e o papel do exército como “elemento integrador” ampliaram-se em Israel: “Contra um pano de fundo de um povo perseguido e recentemente traumatizado, preocupações com a segurança se tornaram parte de um constante ‘complexo de segurança’ em Israel, que por vezes alcançou dimensões paranoides” (DEMANT, 2002: 214). Isso mudou o caráter do Estado e conseqüentemente suas relações internacionais. As fronteiras em aberto, a questão dos refugiados árabes e a situação da cidade de Jerusalém impediram o Brasil de reconhecer imediatamente Israel, tal como o fizeram, por exemplo, os EUA e a URSS. Trataremos das relações bilaterais dos dois Estados na próxima sessão.

3.2 DO RECONHECIMENTO DE ISRAEL (1949) À ABERTURA DA LEGAÇÃO BRASILEIRA EM TEL AVIV (1952)

A questão dos refugiados e da situação belicosa com os vizinhos dificultou a inserção de Israel na sociedade de Estados. Sua própria admissão nas Nações Unidas foi controversa. Solicitada no final de novembro de 1948, foi negada pelo CSNU no mês seguinte. Dos países latino-americanos representados no Conselho, a Argentina e a Colômbia eram favoráveis à aceitação de Israel. A Síria se opunha e recomendava encaminhar a questão de Israel à Corte

Internacional de Justiça (UNITED NATIONS, 1949). Ainda em dezembro, o Brasil apoiou a Resolução 302 (IV) da AGNU que criou a Agência das Nações Unidas sobre Assistência e Obras para Refugiados Palestinos no Oriente Próximo (UNRWA), além de outra resolução tratando de Jerusalém, que será estudada mais adiante. No começo de janeiro de 1949, o ministro Raul Fernandes deu entrevista coletiva na qual justificou o fato de o Brasil ainda não ter reconhecido Israel nos seguintes termos: “As fronteiras do novo Estado ainda não estão delineadas. Por outro lado, mantendo o nosso país relações normais com os Estados árabes, o reconhecimento de Israel poderia parecer àquele povo um ato inamistoso de nossa parte¹³²”. No mesmo mês, Israel deu mais um passo rumo à consolidação do Estado e realizou eleições para sua assembleia nacional, o *Knesset*, que faria sua sessão inaugural em 13 de fevereiro no prédio da Agência Judaica em Jerusalém (BEN-DROR; ZIEDLER, 2015). Isso – somado aos esforços de chegar a armistícios com os vizinhos – foi o estímulo para uma série de decisões de reconhecimento do país; o Brasil o fez em 7 fevereiro de 1949¹³³. No dia 24 de fevereiro, o representante israelense voltou a pedir a entrada de seu país na ONU, e no dia seguinte foi divulgado o armistício firmado com o Egito.

Mesmo que a posição de EUA e URSS fosse favorável à entrada de Israel na ONU, já que ambos os países defenderam fazer a recomendação para que a AGNU avançasse um processo de conciliação na região, o CSNU só acatou o pedido em março de 1949. A aprovação da membresia significava que um país era “amante da paz”, mas o armistício com o Egito pouco simbolizava isso, pois outras frentes de batalha continuavam. Inclusive, no dia 10 de março, Israel conquistou o porto de Eilat, que lhe garantiu acesso ao Mar Vermelho (que seria um fruto de disputa constante com o Egito pelas próximas décadas). Em maio, todavia, o país foi aceito membro da ONU, e o apoio dos EUA foi fundamental. O Brasil se absteve na votação dessa decisão da AGNU e em duas ocasiões naquele mês a delegação brasileira indicou sua preocupação com a questão dos refugiados árabes e com os entraves impostos por Israel para a internacionalização de Jerusalém (CONGRESSO NACIONAL, 1949). Ou seja, o reconhecimento de fevereiro de 1949 não significava que o Brasil defenderia as pautas israelenses em fóruns internacionais e nem mesmo investiria nas relações bilaterais.

¹³² Diário de Notícias, “O mundo continua dividido em dois blocos irreconciliáveis”, entrevista de Raul Fernandes, primeira seção, p. 3, 5 de janeiro de 1949.

¹³³ Outros países latino-americanos, tais como Chile, Colômbia, Bolívia, Argentina, Peru e Equador também reconheceram Israel naquele mês. Enquanto o Brasil encaminhou sua decisão via embaixada de Washington, a Argentina assinou seu protocolo 7 dias depois do Brasil, mas o fez em Buenos Aires, com a presença de membros da comunidade sionista no país.

Para Meir Chazan (2017), as relações de Israel com o Brasil, na fase formativa daquele Estado, precisam ser estudadas para além das questões políticas bilaterais, abarcando assuntos muitas vezes considerados periféricos. Para o autor, a postura por trás dessa abordagem admite que “uma discussão enfocando o que era, reconhecidamente, periférico, pode contribuir para a compreensão de vários componentes no quadro geral de Israel em seus primeiros dias¹³⁴” (CHAZAN, 2017: 209, tradução nossa). Esses elementos tais como a imigração de judeus para o Brasil e de judeus brasileiros para Israel transpõem as relações interestatais, e possibilitam uma compreensão ampliada da história israelense do final da década de 1940 até o final dos anos 1950.

Mesmo que o ideário do kibutz¹³⁵ essencialmente representasse o novo Estado em formação, aqueles anos já apresentavam um relativo declínio do movimento, pois a maioria dos novos imigrantes em Israel preferiram não seguir esse caminho (a população em kibutzim cresceu de cerca de 50 mil membros para aproximadamente 79 mil em uma década). Ainda assim, o kibutz Bror Hayil, chamado de “Kibutz brasileiro”, faz parte dessa história de contato entre os dois países. Foi fundado por judeus egípcios em 1948, pouco antes da declaração de independência. Passando por uma crise em 1951, demandaram que novos imigrantes viessem do braço brasileiro do movimento *Dror* (que significa liberdade), que se estabeleceu no Brasil primeiramente em Porto Alegre (outubro de 1945) e depois se expandiu para o Rio de Janeiro e São Paulo. O primeiro grupo doutrinado pelo *Dror* fez Aliá em 1950. A liderança da juventude sionista no Brasil no início dos anos 1950 tentava cultivar um sentido de pioneirismo vinculado com o ideal do sionismo-socialista. O compromisso era tamanho que chegaram, em assembleia, a decidir que boa parte de seus membros abdicassem dos estudos acadêmicos para se “proletarizarem” (CHAZAN, 2017).

Grossman (2018: 61, tradução nossa) aponta que havia no Brasil operações clandestinas destinadas a coletar fundos e material para Israel. Ainda em 1949, o “Diário de Notícias” estampou em uma de suas capas a ajuda que os judeus do Brasil deram à criação do Estado de Israel, para onde enviou-se dinheiro, estoques de sangue, roupas, medicamentos, dentre outros¹³⁶. A reportagem citou ainda os campos de treinamento agrícola, mencionados na pesquisa de Chazan (2017), como importantes por cultivar entre os jovens judeus brasileiros o

¹³⁴ Do original: “a discussion focusing on what was, admittedly, peripheral, may contribute to an understanding of various components in the general picture of Israel in its early days”.

¹³⁵ O kibutz era uma “coletividade agrícola [...] baseado na distribuição igualitária tanto da produção quanto do consumo; [esse modelo] foi fruto das difíceis condições da Palestina no começo do século XX, bem como do socialismo adotado pelos líderes sionistas da época” (SCHULZE, 2017: 171).

¹³⁶ Diário de Notícias, “Os 120 mil judeus do Brasil ajudaram a libertar a Terra Prometida”, capa, 18 de setembro de 1949.

interesse por atividades como a agricultura, tão importante para Israel. Ainda em setembro daquele ano, o deputado israelense Menachem Begin visitou o Brasil (e outros países latino-americanos) onde apelou à “opinião pública brasileira, no sentido de [...] não permitir que *Eretz* Israel, que já foi amputado em quatro quintos de seu território, perca também sua própria e eterna capital – Jerusalém¹³⁷”. O cálculo territorial de Begin, e de seu partido, diferia consideravelmente do ampla e abertamente aceito, pois para eles a Palestina histórica incluía o estado considerado “artificial” da Jordânia, que era fruto do mandato britânico.

O ímpeto expansionista do grupo liderado por Begin não passou despercebido pelos legisladores brasileiros, que mencionaram no parecer n.º 68 da Comissão de Diplomacia, de 6 de outubro de 1949, sua preocupação com o surgimento de um novo conflito na região caso Israel viesse a iniciar uma nova guerra contra os árabes¹³⁸. Impelidos pelas congratulações do arcebispo da Paraíba e dos bispos de Mossoró, Caicó, Cajazeiras e Natal, a Comissão elaborou o texto no qual revisou o voto de novembro de 1947 sobre o Plano de Partilha e o dezembro de 1948 sobre a internacionalização de Jerusalém, e mesmo a postura brasileira em maio de 1949 de opor-se à rápida entrada de Israel nas Nações Unidas, já que esse país abertamente declarava que não cumpriria com as resoluções da ONU. Os legisladores brasileiros justificaram o parecer tanto com base no direito internacional quanto, a despeito da laicidade do Estado como eles mesmos afirmaram, no fato de o Brasil ser majoritariamente católico. Sobre o primeiro elemento, enfatizaram que

o justo é que o Estado de Israel que se beneficiou com o espírito da Resolução de 29 de maio de 1947, a qual delimitou suas fronteiras, partilhando a Palestina entre árabes e israelitas reconheça o regime de *corpus separatum* da Cidade de Jerusalém, instituindo igualmente no mesmo ato. (CONGRESSO NACIONAL, 1949: 11352).

O segundo elemento, a defesa dos interesses cristãos na Palestina, coadunava com o vínculo espiritual desse grupo religioso com a região e no fato de que “As dozes tribos de Israel nunca conseguiram ocupar de fato as terras de Canaã. Só na segunda metade do governo de David e sob Salomão, a Palestina bíblica tinha mais ou menos, os limites de hoje” (CONGRESSO NACIONAL, 1949: 11351). Ou seja, Israel não era senhor absoluto e eterno da Palestina que enquanto conceito geográfico sequer existiu por toda a história. É interessante

¹³⁷ Diário de Notícias, “Delimitação de Israel sem atender aos interesses dos judeus nem dos árabes”, capa, 20 de setembro de 1949.

¹³⁸ O parecer foi elaborado e assinado pelos deputados João Henrique (PSD-MG), Lima Cavalcanti (UDN-PE), Renault Leite (PSD-PI), Heitor Collet (PSD-RJ), Alvaro Castelo (PSD-ES), Oscar Carneiro (PSD-PE), Pereira de Sousa (PSD-SP), Vargas Neto (PTB-DF), Glicério Alves (PSD-RS) e José Armando (PSD-SP).

notar como essa leitura dos legisladores brasileiros estava em oposição direta ao projeto sionista que buscou criar os laços “eternos” de um povo com um território em prol da justificação da migração dos judeus para a Palestina em resposta às dificuldades encontradas em partes da Europa, conforme já estudamos em outras partes do trabalho. É certo que os deputados brasileiros não estavam isentos eles mesmo de paixões religiosas e ideológicas, pois execraram a “intolerância dos muçulmanos” quando conquistaram Jerusalém – o parecer pouco citou os árabes e os muçulmanos, hiperbolizando a presença cristã na região – e o clamor combativo da Guerra Fria. Nas palavras dos deputados: “O mundo vive horas de grande intensidade. Chocam-se duas civilizações: a dos países cristãos e dos países soviéticos. [...] [a luta] existe e mais se extrema no terreno espiritual na afirmação e negação de Deus” (CONGRESSO NACIONAL, 1949: 11353). Assim, defender Jerusalém – e por conseguinte, opor-se às pretensões explícitas de Israel de não cumprir com as resoluções da ONU – era defender a essência do povo brasileiro e do mundo que se opunha aos soviéticos.

Como recordou Samuel Malamud, oficial de ligação de Israel no Brasil e responsável por obter o reconhecimento do governo Dutra, dois elementos foram importantes na relutância do governo brasileiro em relação a Israel: “1) o temor de que o governo provisório israelense estivesse dominado por comunistas e partidos de esquerda; 2) a preocupação brasileira de que suas relações diplomáticas com os países árabes, como o Egito, a Síria, e o Líbano, fossem afetadas” (SENKMAN, 2000: 119). O desconforto do governo Dutra com o comunismo já foi explicitado no segundo capítulo. As eleições israelenses de janeiro de 1949 resolveram aquela questão, pois a legislatura formada não era composta pelos elementos mais radicalizados da política israelense. Já o segundo se relaciona com a tentativa do governo de não despertar rancores e animosidades nas comunidades de migrantes no Brasil. Outros elementos que percebemos relevantes foram a situação de Jerusalém e a pressão da Santa Sé e, conforme veremos adiante, a posição de países árabes, especialmente o Egito, dos quais o Brasil dependia para eleger-se para órgãos e comissões da ONU e com os quais compartilhava o desejo de ver Jerusalém internacionalizada. Ao final do governo Dutra, o Brasil havia apenas reconhecido o Estado de Israel ainda em fevereiro de 1949 e continuou votando contra os interesses israelenses no tocante à Cidade Santa.

A situação se transformaria parcialmente no governo Vargas. Ainda sem o estabelecimento de representações diplomáticas, “em agosto de 1951, o Vice-Presidente do Brasil, João Café Filho, decidiu incluir uma visita semioficial de 4 dias a Israel no giro oficial que fazia por vários países. [...] Logo após a sua visita a Jerusalém, Café Filho admitiu que a votação brasileira a favor da internacionalização [da cidade] fora equivocada” (SENKMAN,

2000: 126). Da viagem do vice-presidente para a nomeação do primeiro representante brasileiro para Tel Aviv se passaram dois meses. José Fabrino de Oliveira Baião foi o escolhido pelo presidente Getúlio Vargas e a decisão foi sancionada pelo Senado ainda em novembro de 1951. Apresentou credenciais em março do ano seguinte.

Ainda em 1951, o Brasil assumiria novamente como membro não-permanente do Conselho de Segurança. O contexto internacional era tenso por conta da Guerra da Coreia e o CSNU passava por um momento de letargia. Apesar disso, naquele ano foi aprovada a Resolução n.º 95 após o pedido de Israel para que a ONU analisasse a situação da passagem de navios israelenses no Canal de Suez e no Golfo de Aqaba (passando pelo Estreito de Tiran). Acabou-se por instar o Egito a eliminar as restrições impostas a Israel. A questão da navegabilidade pelos estreitos da região seria uma constante nos anos vindouros, e a postura do governo brasileiro era de sempre defender a ampla e livre passagem para todos os Estados, preocupado com a sobrevivência do Estado de Israel sem ferir os direitos egípcios ao controle de seu território. Essa posição brasileira não poderia ser vista, todavia, como de apoio a Israel. Vinculava-se mais à tradição do juridicismo da diplomacia brasileira, que prega que o “respeito ao compromisso jurídico internacional, assumido sob as formas de tratado, convenção, protocolo e outras, envolve a soberania e assegura a autodeterminação dos povos” (CERVO, 2008: 28).

Em abril de 1952, o representante israelense, David Shaltiel, se apresentou no Rio de Janeiro. Havia uma expectativa naqueles anos de que a presença de Horácio Lafer no ministério da Fazenda de Vargas auxiliasse no encaminhamento das relações, inclusive comerciais, entre os dois países. As expectativas foram frustradas, pois Brasil e Israel não foram capazes de assinar “um acordo de pagamento e de comércio” (SENKMAN, 2000: 143), tal como firmaram esse e a Argentina¹³⁹. Fato era que o Brasil estava mais interessado em parceiros que pudessem suprir sua demanda por maquinário. Já Israel passava por severas dificuldades econômicas para estabelecer e estabilizar sua economia (SHAPIRA, 2018). Ademais, o arranjo argentino de

¹³⁹ Brasil e Argentina adotaram posturas distintas em relação a Israel após a criação do Estado. Perón procurou atenuar sua imagem negativa nos Estados Unidos via Israel, enquanto o Brasil, por sua participação na Segunda Guerra e nos arranjos que a sucederam, dava como certo o apoio de Washington para seu pleito de principal interlocutor latino-americano. Havia também, pela parte de Israel, interesse em ser reconhecido pelo Brasil. Para Senkman (2000: 130), a linha principal adotada pelo país “residia no desejo de aproveitar sua [Brasil] presença na política internacional e sua condição de membro do Conselho de Segurança da ONU para apoiar a posição de Jerusalém em sua agenda médio-oriental”. José Luiz Silva Preiss (2013) estudou comparativamente as relações do Brasil e da Argentina com o Oriente Médio no período da Guerra Fria. Para o autor, “o governo Perón de 1946-1955 buscou uma relação mais independente com o Oriente Médio quando comparada com aquela estabelecida pelo Brasil no período, [...] [já que] o país colocou-se na ‘Terceira Posição’, em relação à URSS e aos EUA” (PREISS, 2013: 50).

vender produtos para que Israel os reexportasse não era vantajoso para o Brasil (SENKMAN, 2000).

Também em 1952, o jornalista Joel Silveira escreveu para o “Última Hora” uma reportagem laudatória sobre sua viagem a Israel. Esse jornal, como já vimos, era de propriedade de um proeminente membro da comunidade judaica do Brasil, Samuel Wainer, e foi importante em divulgar a política, a cultura e os laços de Brasil com Israel. O texto de Silveira estava cheio de excessos culturalistas, mas chamou a atenção por ter pintado um retrato do considerado exótico, mas pujante Estado que se desenvolvia mesmo diante do ambiente hostil criado por seus vizinhos. O autor comparou Haifa ao Rio de Janeiro, estranhou a pobreza de Nazaré – “difícil imaginar que aqui, a doce figura do Cristo passeou suas sandálias, e mais difícil ainda associar a figura transfigurada e graciosa de Maria à rude miséria” –, encontrou nos campos ao redor da cidade a “paz dos Profetas, do Cristo e dos Apóstolos¹⁴⁰”, e louvou a disponibilidade de recursos para a defesa daquele país. Essa visão de Israel como a terra do Cristo não saíria do imaginário brasileiro, e muitas vezes se confundia com o que o de fato era o país. Ainda assim, a leitura de Joel Silveira já era distinta em relação, por exemplo, à dos legisladores brasileiros em outubro de 1949, ou dos textos do “Correio da Manhã”, conforme estudamos acima.

Ainda em setembro de 1952, o ministro plenipotenciário brasileiro em Tel Aviv comunicou ao governo que “o Chanceler israelita [Moshe Sharett] vai à América do Sul”. Sharett visitaria o Rio de Janeiro de qualquer maneira, mas diante do convite oficial feito pelo governo argentino, Fabrino Baião informou que a chancelaria israelense esperava convite semelhante do Brasil¹⁴¹. No mês seguinte, em outro telegrama de Tel Aviv para o Rio, o ministro comunicou a seus superiores que “será impossível restringir exclusivamente ao Brasil a visita em questão, porque, além das gestões feitas junto aos governos chileno e uruguaio, o convite do governo argentino foi feito e aceito”. É importante frisar que a Argentina continha uma população judaica maior que a brasileira e que havia reconhecido Israel antes do Brasil. Ademais, conforme vimos acima, o comércio entre a Argentina e Israel estava consideravelmente mais desenvolvido. O chefe da divisão da América Latina do MRE israelense ainda comparou a circunstância com a visita do Ministro das Relações Exteriores do Líbano, que visitou o Brasil e a Argentina em sua viagem meses antes; ou seja, o que o Itamaraty

¹⁴⁰ Última Hora, “A transformação da guerra em paz”, reportagem especial de Joel Silveira, 9 de dezembro de 1952.

¹⁴¹ AHMRE-B/Ostensivo/Tel Aviv/Telegramas/Recebido (1952-62), 3510, “Transferência da delegação do Brasil para Tel Aviv”, n.º 12, EM/24/24/VI/52; “Visita do chanceler israelita à América do Sul. Permanência no Brasil”, n.º 22, EM/3/4/IX/52.

pedia – exclusividade – era implausível¹⁴². Dias depois, 27 de novembro, o ministro indicou por telegrama que “Não se trata mais de convite, mas somente de considerar o Ministro dos Negócios Estrangeiros deste país hóspede oficial do governo brasileiro durante a sua permanência aí”¹⁴³. A visita aconteceria em maio de 1953, não em caráter oficial, mas antes Israel e a União Soviética passariam por uma delicada crise diplomática que influenciaria na forma como o país passava a ser visto em parte da imprensa brasileira.

A razão central das delicadas relações de Israel com Moscou era a imensa população judaica no país comunista. Para Heller (2106: 14, tradução nossa), “Israel erroneamente acreditava que a segurança regional e a imigração eram questões bilaterais que poderiam ser isoladas da Guerra Fria¹⁴⁴”, e nisso baseou suas tentativas de aproximação com a URSS. O grande empecilho era que os dirigentes da URSS não admitiam haver uma “questão judaica” em seu território, pois o socialismo “democrático” dirimia essas cisões. Israel ensaiou uma política de “não-alinhamento”, posição que era malquista no Brasil, vide o alvoroço político de 1947 com a cassação do PCB e o rompimento de relações com Moscou.

Em 1950, Israel foi favorável ao envio de forças da ONU para a península coreana em uma clara guinada ocidentalista; por sua vez, a importância geográfica do país era cada vez mais reconhecida. Em abril de 1952, os EUA lançaram uma nova política para o Oriente Médio – a NSC 129/1 – que reconhecia a importância estratégica de Israel. Isso não significou apoio irrestrito da administração Truman para o país. Por sua parte, a questão em aberto da imigração de judeus da URSS fez com que Israel ainda tentasse manter boas relações com Moscou, que não se sustentariam. Em novembro de 1952, o julgamento de um grupo de judeus na Tchecoslováquia reascendeu o antissemitismo no bloco soviético; no mês seguinte, a URSS votou contrária a uma proposta na AGNU que previa a negociação direta entre árabes e israelenses, que estava no direto interesse do governo de Ben-Gurion; já em janeiro de 1953, um grupo de médicos soviéticos, a maioria judeus, foi acusado de tentar assassinar as altas lideranças do governo soviético¹⁴⁵ (HELLER, 2016). Esse último acontecimento serviu para alimentar a narrativa de que Israel era um “fantoche” dos EUA e em fevereiro, após a explosão de uma bomba no pátio da embaixada soviética em Tel Aviv, os laços diplomáticos entre os dois países foram cortados. Para o ministro plenipotenciário brasileiro em Tel Aviv, havia tanto interesse da URSS em cotejar o apoio árabe quanto neutralizar os judeus em seu território. A

¹⁴²Ibidem, “Visita do chanceler israelita à América do Sul. Permanência no Brasil”, n.º 23, EM/16/16//X/52.

¹⁴³ Ibidem, “Visita do chanceler israelita à América do Sul. Permanência no Brasil”, n.º 24, EM/27/27//X/52

¹⁴⁴ Do original: “Israel mistakenly believed that regional security and immigration were bilateral issues that could be isolated from the Cold War”.

¹⁴⁵ Isso foi desmentido pela liderança soviética após a morte de Stálin (HELLER, 2016).

medida então era uma demonstração de força e resposta também à política estadunidense na Ásia¹⁴⁶. Após a morte de Stálin, os ânimos acalmaram, mas “a inevitável dependência econômica e militar de Israel do Ocidente o colocava diretamente no bloco hostil à União Soviética¹⁴⁷” (HELLER, 2016: 17, tradução nossa), mesmo que a administração Eisenhower (que recém havia sido empossada em Washington) não tivesse interesse em privilegiar Israel em detrimento dos árabes.

A imprensa comunista brasileira fez coro às acusações soviéticas contra Israel e o sionismo. O “Imprensa Popular” acusou o sionismo e o governo de Israel de serem títeres do imperialismo dos EUA e comparou Sharett a João Neves da Fontoura, o ministro das relações exteriores brasileiro, ambos considerados defensores dos “planos mundiais do imperialismo americano¹⁴⁸”. O sionismo era um desvio da luta de classes e por isso mesmo enganava também os judeus. O “Voz Operária” publicou uma crônica pouco depois do incidente na embaixada soviética na qual acusou Israel de ter surgido como “instrumento dócil do imperialismo” e chamou o governo do país de ser um “bando de assassinos e espiões” a serviço dos EUA e que vitimizava inclusive os judeus que controlavam¹⁴⁹. Por sua vez, o “Tribuna da Imprensa”, ávido por pautas antissoviéticas, estampou na capa do dia 4 de fevereiro de 1953 uma iniciativa da “Confederação das Entidades Representativas da Coletividade Israelita” para tratar do antissemitismo russo¹⁵⁰.

A visita de Sharett, que aconteceu em maio de 1953 (após visitar os EUA, a Argentina e o Uruguai), foi permeada por esses acontecimentos que demonstraram a distância que havia entre Israel e a União Soviética, posição que agradava os grupos hegemônicos brasileiros. Sharett veio, como haviam vindo outros políticos israelenses, promover a visão de um país soberano e que buscava a paz na medida em que os vizinhos também se empenhassem na questão. O jornalista Antônio Olinto, do “Última Hora”, acompanhou a entrevista de Sharett para a Associação Brasileira de Imprensa em 4 de maio de 1953. O ministro enfatizou que “Israel não foi criado pela ONU. Obteve, isto sim, apoio da organização internacional”. O desenvolvimento do país é baseado em uma “simbiose [...] entre capitalismo e socialismo¹⁵¹”, mas democrático como é – no parlamento havia judeus, árabes muçulmanos e cristãos – não

¹⁴⁶ AHMRE-B/Ostensivos/Tel Aviv/Telegramas/Recebidos (1952-62), 3510, “Atentado à legação russa em Tel-Aviv”, n.º 13, EM/12/12/II/53.

¹⁴⁷ Do original: “Israel’s unavoidable economic and military dependence on the West placed it squarely in the bloc hostile to the Soviet Union”.

¹⁴⁸ Imprensa Popular, “Pelos Jornais – Sionismo itinerante”, p. 2, 27 de março de 1953.

¹⁴⁹ Voz Operária, Crônica Internacional – Assassinos e espiões no governo de Israel, p. 4, 28 de fevereiro de 1953.

¹⁵⁰ Tribuna da Imprensa, “Livro Branco dos Judeus”, capa, 4 de fevereiro de 1953. Mais em p. 9 da mesma edição do jornal.

¹⁵¹ Última Hora, “Israel tenta a difícil harmonia entre o capitalismo e o socialismo”, p. 6, 4 de maio de 1953.

poderia ser confundido com um país comunista. No mesmo dia à noite, Sharett foi recebido pela comunidade judaica brasileira e reforçou que Israel era fruto da luta daqueles que lá habitavam, mas agradeceu ao empenho de Oswaldo Aranha na AGNU de 1947¹⁵². O poeta e editor Augusto Frederico Schmidt publicou no “Correio da Manhã”, por ocasião da visita de Sharett, texto no qual enaltecia o caráter do Estado de Israel, um “Núcleo de resistência contra a barbárie, ponta de lança da civilização nas extremas fronteiras de um mundo perigoso [...]” e, mesmo que ancorado na história milenar dos judeus, se tornava um país que olhava para o futuro¹⁵³.

Assim, começava-se a criar naquele momento uma certa impressão positiva dos avanços de Israel, e a visita de Sharett impulsionou essa percepção. O sociólogo Gilberto Freyre, em um artigo publicado pelo “Jornal do Brasil”, em setembro de 1953, fez longo elogio aos avanços daquela “jovem nação”¹⁵⁴. Em especial, enfatizou o trabalho de “reorientação sociológica” dos imigrantes que chegavam no país, para que se dedicassem a atividades tais como a agricultura que trariam frutos concretos e positivos, e reforçou o importante papel da relação do exército em forjar um Estado. Freyre celebrava o papel educacional da instituição porque era – citando o ministro Shaltiel – “um verdadeiro cadinho em que se amalgama todo o nosso povo e onde se educa nas virtudes cívicas”.

Como explica Shapira (2018: 303), as Forças Armadas de Israel eram altamente reconhecidas na sociedade: “enquanto os partidos políticos eram suspeitos de protecionismo, o Exército era visto como uma entidade acima das rivalidades políticas e como instituição em que, apesar da hierarquia militar vigente, a igualdade era um valor de primeira ordem”. Esses eram os principais ensinamentos de Israel para o Brasil, de acordo com Freyre. Conforme vimos no capítulo anterior, para Angela de Castro Gomes (2013), essas tendências se materializaram no caso brasileiro na forma de políticas territoriais voltadas para a “conquista dos sertões”, ou seja, a integração daquilo considerado vazio e atrasado ao bojo da nação. Ademais, a partir do governo Dutra, as Forças Armadas brasileiras passaram a se dividir entre os grupos que debatiam o nacionalismo no país e inclusive a influenciar nos rumos do desenvolvimento nacional. O exército também teve um papel fundamental na política durante os anos 1950, muitas vezes de forma incondizente com a democracia.

¹⁵² Última Hora, “Chanceler Sharett: Não é obra do acaso o Estado de Israel”, p. 5, 5 de maio de 1953.

¹⁵³ Correio da Manhã, Augusto Frederico Schmidt, “Presença de Israel”, p. 2, 5 de maio de 1953.

¹⁵⁴ Jornal do Brasil, Gilberto Freyre, “O exemplo de um novo Estado – o de Israel”, 1º caderno, p. 5, 9 de setembro de 1953.

Sobre a questão da educação em Israel, essa já tinha sido enfatizada por ocasião da visita de Sharett, pois, como abordou Antônio Olinto em reportagem de maio daquele ano, “recebendo a imigração de pessoas do Oriente Médio, sem a menor tradição cultural, Israel instaurou um sistema de educação obrigatório que eliminasse o perigo do analfabetismo no país¹⁵⁵”. O histórico brasileiro no quesito educação não era nada animador; basta lembrar que no Brasil de 1953 os analfabetos não tinham direito a voto, e eram mais de 50% da população total, com grande variação regional com índices piorando se acrescidos os recortes de gênero e raça. Mas, talvez, o elemento que quisesse ser enfatizado por Freyre ao enaltecer a educação em Israel era o papel homogeneizador que essa promoveria (junto ao Exército); o estatismo israelense dos anos 1950 compreendeu muito bem essa equação, mais no sentido de apagar as culturas “anteriores”, “atrasadas”, e criar uma nova em torno do Estado. Todos esses aspectos tinham apelo em certos setores nacionalistas brasileiros. Apesar dessa evolução das impressões sobre o desenvolvimento de Israel, a agenda política sobre o status de Jerusalém não evoluiu no mesmo ritmo, e será estudada a seguir.

3.3 A QUESTÃO DE JERUSALÉM

Para além dos dilemas estudados acima, o Estado de Israel travou um verdadeiro embate internacional sobre o status da cidade de Jerusalém. A Jordânia, sua vizinha, também foi parte da questão, pois os países dividiram a cidade entre si, o que feriu irremediavelmente o Plano de Partilha, que já no começo de 1948 parecia uma estranha utopia. Um dos principais atores nessa discussão foi a Igreja Católica, que tinha seus interesses próprios na região, tanto por razões religiosas quanto políticas, e não acataria a divisão de Jerusalém.

Para James Carroll (2013), a cidade – que está localizada em uma das regiões mais antigas a ser ocupada intermitentemente por grupos humanos – tem gerado uma síndrome de mimetismo: o seu caráter de sacralidade tem levado diversos impérios a buscarem sua autoafirmação a partir do controle daquela terra. Quando não no comando, a alternativa dos grupos no poder em determinada conjuntura histórica, tal como a adotada pelos romanos, era a destruição da cidade. A própria diáspora dos judeus em 70 d.C. vem dessa prática. No século VII d.C., a cidade foi conquistada pelos muçulmanos. Durante a Alta Idade Média europeia, a Igreja Católica promoveu as Cruzadas, tentando reaver sua parcela da região que, conforme dizia o dogma religioso, foi garantida pelo sacrifício supremo de Jesus. Os cristãos mantiveram

¹⁵⁵ Última Hora, “Israel reexportará o café do Brasil para o Oriente Médio”, p. 6, 2 de maio de 1953.

o controle de Jerusalém por algumas décadas, mas logo em seguida a cidade voltaria a ser conquistada pelos muçulmanos, com quem ficaria formalmente até ser tomada pelos britânicos em dezembro de 1917. Edmund Allenby, general britânico que combatia os otomanos juntos aos árabes, tomou uma cidade que já era composta por uma relativa população oriunda da imigração judaica impulsionada pelo sionismo do final do século XIX.

A cidade é considerada sagrada por judeus, cristãos e muçulmanos, na sequência das revelações religiosas. Para os primeiros, a cidade é a memória de coesão de um povo; para os segundos, representa a continuidade de Jesus na Terra; e para os terceiros, é a primeira manifestação de uma ação conjunta evocando o ‘sagrado’, pois foi lá, conforme a crença islâmica, que o profeta Mohamed ascendeu aos céus. No século XIX, fanáticos religiosos cristãos europeus desejavam devolver a cidade à soberania judaica. Esse movimento era tido como um passo para a concretização do apocalipse, e as duas principais concepções cristãs do mundo se dividiram em como interpretariam a relação dos judeus com a cidade: “Para os católicos, os judeus só voltarão a Jerusalém no momento do fim do mundo; para os protestantes, a volta acontecerá antes do final, como instrumento causador do clímax” (CARROLL, 2013: 290). Essa questão religiosa povoava o imaginário sobre a cidade e informava sentimentos sobre a quem Jerusalém deveria pertencer.

O *Mufti* de Jerusalém, antissemita declarado, afirmou em 1928 que o Muro Ocidental pertencia aos muçulmanos. Em agosto de 1929 estourou a revolta palestina na cidade. Nos anos 1930, como a imigração de judeus crescia gradativamente, criou-se um círculo vicioso no qual a empatia árabe pela condição daqueles decrescia, já que passavam a ser percebidos como uma ameaça, o que também elevava a indisposição dos judeus contra os árabes. Os ataques mútuos das duas comunidades entre 1936 e 1939 feriram em seu berço a Palestina Árabe. Assim, “o conflito ‘é e sempre foi sobre religião, história, e identidade, e a principal dificuldade para resolvê-lo deriva de sua natureza irracional’” (SEGEV apud CARROLL, 2013: 322). Ainda assim, Carroll (2013) insiste que o cerne do conflito moderno entre os palestinos e os israelenses está no colonialismo e no antissemitismo. Enquanto o primeiro provocou a escalada de violência entre judeus e árabes durante o mandato britânico da Palestina, o segundo provocou a angústia e a ansiedade existencial dos judeus. Elad Ben-Dror e Asaf Ziedler (2015) apontam que após maio de 1948 o elemento da segurança tanto de Israel quanto da posição da Jordânia na cidade foi determinante para a reticência em abdicarem das porções da cidade que haviam conquistado.

Um elemento fundamental na narrativa sobre a cidade foi a influência católica no país, já que a proposta de Jerusalém como um *corpus separatum* era na prática a “rejeição do poder

judaico sobre [a cidade]” (CARROLL, 2013: 310). Essas ideias tinham reflexo no Brasil. Um artigo do “Correio da Manhã” repetiu-as ainda em 1946:

A irradiação universal da Palestina, a fulguração ideal de Jerusalém, emana da figura de Jesus Cristo. E para o sentir cristão, na sua unidade católica ou na sua pluralidade protestante, o facto de ter crucificado Jesus Cristo não é talvez grande título jurídico de posse sobre o cenário da sua Paixão¹⁵⁶.

Conforme vimos no primeiro capítulo, desde o início do Mandato britânico, tentou-se dar um aspecto de conciliação à conduta dos dominadores, e a exortação da liberdade de culto não só na Cidade Sagrada, mas também em outros lugares na Palestina (como nas cidades de Nazaré, Belém e Hebron) foi garantida pelos documentos expedidos ao longo do mandato. Sob domínio muçulmano essa liberdade existia, mas o ímpeto colonizador cristão queria garantir seu poder sobre a cidade.

3.3.1 A Jerusalém “terrena” e o debate nas Nações Unidas

Afinal, o que previa o Plano de Partilha sobre Jerusalém? Destacamos os seguintes pontos:

- a) A cidade de Jerusalém será estabelecida como um *corpus separatum* sob um regime internacional especial e será administrada pelas Nações Unidas. O Conselho de Tutela será designado para cumprir as responsabilidades da Autoridade Administradora em nome das Nações Unidas;
- b) A cidade de Jerusalém será desmilitarizada; sua neutralidade deve ser declarada e preservada, e nenhuma formação, exercícios ou atividades paramilitares serão permitidos dentro de suas fronteiras;
- c) Lugares sagrados e edifícios ou locais religiosos devem ser preservados. Nenhum ato será permitido que possa de alguma forma prejudicar seu caráter sagrado¹⁵⁷ (UNITED NATIONS, 1947b).

No começo de 1948, mesmo que a possibilidade da paz na região fosse minguada, o Conselho de Tutela das Nações Unidas (junto com a AGNU extraordinária convocada para abril daquele ano) começou a trabalhar em uma proposta de Estatuto para a cidade, seguindo os itens indicados acima. Ainda em setembro, Israel instalou na cidade sua Corte Suprema, e no mesmo

¹⁵⁶ Correio da Manhã, “Jerusalém”, capa, 22 de fevereiro de 1946.

¹⁵⁷ Do original: “a) “The City of Jerusalem shall be established as a corpus separatum under a special international regime and shall be administered by the United Nations. The Trusteeship Council shall be designated to discharge the responsibilities of the Administering Authority on behalf of the United Nations”; b) “The City of Jerusalem shall be demilitarized; its neutrality shall be declared and preserved, and no para-military formations, exercises or activities shall be permitted within its borders”; c) “Holy Places and religious buildings or sites shall be preserved. No act shall be permitted which may in any way impair their sacred character”.

mês o representante das Nações Unidas, Conde Bernadotte, foi assassinado no bairro judeu da Cidade Velha, fato que causou grande comoção internacional. Esse ato alimentou ainda mais as desconfianças do mundo cristão em relação à divisão da cidade. No Senado brasileiro, o senador Andrade Ramos homenageou Bernadotte, considerado “devotado servidor da paz e da civilização cristã”, que fora assassinado por um “fanático judeu” em uma região que não conseguia garantir a paz na Cidade Sagrada por si só¹⁵⁸. Em 24 de outubro de 1948, o Papa Pio XII lançou a encíclica “*In multiplicibus*”, que alimentou ainda mais o desejo católico pela internacionalização da cidade, pois reforçava seu caráter sagrado para a cristandade: a terra em que Jesus viveu deveria ser preservada.

Conforme já vimos, em dezembro, Israel enviou ao Conselho de Segurança seu pedido para membresia na ONU. Em janeiro, foi eleita a primeira composição do Knesset, que fez sua sessão inaugural oficial também na cidade partilhada (mas trabalharia em Tel Aviv até a conclusão das obras do parlamento na Jerusalém Ocidental). A partir daquele ano, sucessivos ministérios foram se instalando na parte israelense da cidade em detrimento dos esforços que se desenvolviam nas Nações Unidas a respeito da internacionalização.

Na III AGNU (1948), além da solicitação de Israel para ingresso na ONU, os países-membros da organização aprovaram a Resolução n.º 194¹⁵⁹ que criava uma Comissão de Conciliação para a Palestina, formada por EUA, França e Turquia. Edward Glick (1957) notou como os Estados latino-americanos foram importantes, em conluio com a Santa Sé, na manutenção do debate na ONU sobre a internacionalização da cidade. O autor cita especialmente a atuação do Brasil, da República Dominicana, Haiti, Colômbia, Chile, Cuba e El Salvador. A Comissão deveria apresentar na próxima reunião ordinária da Assembleia um plano para a efetivação do controle da cidade de Jerusalém pelo Conselho de Tutela da ONU, conforme previa a resolução de novembro de 1947.

Concomitante aos esforços internacionais, havia negociações diretas entre Israel e Jordânia para impedir que uma decisão sobre a cidade de Jerusalém fosse tomada e aplicada pelas Nações Unidas. As grandes potências com maior influência sobre a região não apoiavam essas tratativas bilaterais: no final de janeiro de 1949, as três potências ocidentais eram contrárias às propostas de Israel para a consolidação do *status quo* sobre a divisão da cidade e

¹⁵⁸ Jornal do Commercio, Sessão “Congresso Nacional”, p. 3, 22 de setembro de 1948.

¹⁵⁹ A/RES/194 (III), 11 de dezembro de 1948.

a respeito de uma limitada internacionalização referente especialmente às áreas religiosas¹⁶⁰ (BEN-DROR; ZIEDLER, 2015).

Na IV Assembleia Geral da ONU, que aconteceu entre setembro e dezembro de 1949, a questão da cidade foi então discutida a partir das propostas da Comissão. Foi neste momento que os deputados brasileiros produziram o Parecer n.º 68, estudado acima. É importante mencionar que o texto iniciou trazendo uma tradução na íntegra da encíclica papal “*In Multiplicibus*” (CONGRESSO NACIONAL, 1949). Pouco antes do início do debate nas Nações Unidas, o primeiro-ministro israelense, Ben-Gurion, declarou que Jerusalém era parte orgânica de Israel e, portanto, sua capital. O rei Abdullah da Jordânia também não acataria as propostas da Comissão; tanto Israel quanto a Jordânia se opuseram abertamente às propostas de internacionalização, especialmente por razões militares, já que se propunha a desmilitarização das zonas da cidade (BEN-DROR; ZIEDLER, 2015). Para Freitas-Valle, à frente da delegação brasileira naquela AGNU, “A questão da internacionalização de Jerusalém parece arrastar-se com poucas probabilidades de se obter plena satisfação às aspirações cristãs¹⁶¹”. O diplomata fez uma apreciação dos planos sendo discutidos, tais como a proposta australiana de ampliar a Comissão de Conciliação e que reforçava a internacionalização; a belga, de praticamente aceitar a divisão da cidade mantendo-se os lugares santos sob controle da ONU; e uma boliviana, apresentada ao brasileiro e que propunha dar a esses lugares um status semelhante àquele que gozava a sede das Nações Unidas nos EUA. O Brasil não deveria, de acordo com ele, abdicar da postura da internacionalização, mesmo que a ONU não tivesse condições de impor essa decisão, “que seria uma Resolução a mais a ser desrespeitada”.

Com voto favorável do Brasil, mas negativo de países como EUA e Reino Unido, a resolução n.º 303 (IV), de dezembro de 1949, foi aprovada e reforçava que a cidade deveria ser internacionalizada, que os lugares santos deveriam ser protegidos e que o Conselho de Tutela da ONU se encarregaria da matéria e deveria concluir o projeto de Estatuto de Jerusalém, que começara a elaborar em abril do ano anterior. O bloco latino-americano, apesar da pressão do Vaticano, dava provas de rachaduras e a Costa Rica, o Uruguai e a Guatemala ficaram do lado israelense, enquanto Chile, República Dominicana, Honduras e Panamá se abstiveram (GLICK, 1957).

¹⁶⁰ A França era contrária a um acordo bilateral e apoiadora da internacionalização, os EUA eram moderados na abordagem em relação à cidade, mas apoiadores da resolução 194 para não manchar o poder da ONU, e o Reino Unido apoiavam a internacionalização, mesmo que prontos a sustentarem as decisões de seu cliente jordaniano, o rei Abdullah.

¹⁶¹ AHMRE-B/Maços Temáticos Secretos, caixa 242, carta-telegrama da delegação do Brasil na ONU para o Rio de Janeiro, “Questão da Palestina”, n.º 267, 1 de dezembro de 1949.

Uri Bialer (2005) destaca a importância da Santa Sé naqueles arranjos que foram desfavoráveis para as pretensões israelenses sobre a cidade. Para o autor, o Vaticano influenciava a decisão de muitos países de maioria cristã em suas posições sobre Jerusalém. O governo israelense, apesar de todos os sinais contrários, e talvez iludido por terem conseguido entrar na ONU ainda em 1949, não previu uma derrota tão grande como a de dezembro. Walter Eytan, do Ministério das Relações Exteriores de Israel, chegou a comentar a posição brasileira em uma reunião do Knesset em 12 de dezembro de 1949:

Há três semanas um de nossos representantes diplomáticos visitou o Rio de Janeiro para um encontro com o chanceler brasileiro sobre Jerusalém... no encontro, o ministro disse... que o Brasil votaria pela internacionalização da cidade, 'porque devemos seguir as instruções do Vaticano'. Nosso representante então perguntou: 'Por que o Brasil, que exerce uma influência tão tremenda nesta parte do mundo e é o líder dessas nações, deve seguir as instruções do Vaticano sobre um assunto em que não está envolvido? O chanceler brasileiro respondeu que na verdade estavam sim envolvidos. O Brasil é um país vasto, mas justamente por ser tão grande, tudo é fragmentário e os dois únicos fatores que unem o país são o exército e a igreja (BIALER, 2005: 24-25, tradução nossa)¹⁶².

O gabinete israelense foi tomado de indignação com a posição considerada antissionista do Vaticano, da posição religiosa dos Estados latino-americanos, e com o fato de que o mundo cristão preferia a conciliação com os árabes do que ver os lugares santos do cristianismo nas mãos dos judeus. Essa leitura mostra como as lideranças israelenses, impressionadas e moldadas pelo movimento sionista, desconsideravam os sentimentos religiosos nos outros países, que acreditavam que o Plano de Partilha já havia sido uma aposta muito grande e que não seriam feitas outras concessões fáceis a Israel. Enfim, para todos os efeitos práticos, Jerusalém Ocidental já funcionava como capital do país, menos na questão da representação diplomática, como veremos mais adiante.

No Brasil, um exemplo dessa animosidade aos interesses de Israel foi o editorial que Carlos Lacerda publicou no "Tribuna da Imprensa" logo no começo de 1950. Poucos dias antes da publicação, o deputado israelense Aryeh Ben Eliezer fizera uma visita ao Rio de Janeiro, escalonada em um périplo por alguns países da América Latina em busca de parcerias, e

¹⁶² Do original: "Three weeks ago one of our diplomatic representatives visited Rio de Janeiro for a meeting with the Brazilian Foreign minister concerning Jerusalem... at the of the talk, the minister said... that Brazil would vote for the internationalization of Jerusalem, 'because we must follow the instructions of the Vatican'. Our representative asked: 'Why must Brazil, which exerts such tremendous influence in this part of the world and is the leader of these nations, follow Vatican instructions on an issue in which it is not involved? The Brazilian Foreign minister replied that they were indeed involved. Brazil is a vast country, but precisely because it is so large, everything is fragmentary and the only two factors that United the country are the army and the church'".

declarou em coletiva de imprensa que seu país “preferirá ser leal à Jerusalém do que à ONU¹⁶³”, posição que seria repetida por inúmeros oficiais do governo de Israel. Lacerda se indispsôs com o deputado por ter vindo fazer propaganda da posição israelense entre os judeus brasileiros, o que feria a base da “democracia racial e tolerância na convivência religiosa¹⁶⁴” das quais o Brasil era exemplo. O jornalista questionou-se também por que a ONU deveria se curvar aos desejos de Israel, e não o contrário, já que esse sem aquela não existiria. A manobra de Israel para criar um fato consumado em relação à ocupação de Jerusalém se assemelhava à “política de Hitler com os Sudetos”, pois os cerca de “90 mil judeus” que viviam na cidade estavam sendo usados como justificativa para a anexação da cidade. Essa aproximação da política israelense a Hitler era particularmente ofensiva, devido aos tenebrosos atos do nazismo cometidos anos antes.

Para Bialer (2005), Israel não tinha dúvidas de que havia sido a Igreja a responsável por passar a resolução de 1949, mas adotou como estratégia a pressão sobre os membros da ONU para reverterem a resolução. O autor indica em sua pesquisa que, apesar da abordagem pragmática, boa parte do governo israelense continuou cética em relação a uma aproximação com o Vaticano. O embaixador de Israel em Roma, Moshe Yishai, ilustrou esses sentimentos em carta direcionada a seu ministério das relações exteriores em 1952. No documento, Yishai exortou seus colegas no governo a não esquecerem que “todo o mal cometido contra o nosso povo provém do Vaticano e seus papas¹⁶⁵” (YISHAI, 1952 apud BIALER, 2005: 32, tradução nossa). Sharett era um dos poucos que não alimentava essas ideias, mas ainda assim compartilhava da percepção de que qualquer arranjo exigiria de Israel cessão de parte de sua soberania, o que seria inadmissível.

Em abril de 1950, o estatuto elaborado pelo Conselho de Tutela foi apresentado aos membros da ONU, e devidamente aprovado; mas a recusa das duas partes interessadas – Israel e Jordânia – em acatá-lo basicamente o desqualificou. Os dois países vizinhos estabeleceram um *modus vivendi* e a cidade permaneceria partilhada até 1967: “Israel e Jordânia respeitaram a soberania um do outro sobre as parcelas da cidade que eles controlaram, apesar de incidentes ocasionais como tiroteios ao longo da linha de demarcação¹⁶⁶” (HEIMANN, 2015: 793, tradução nossa). Ambos os países alimentavam a divisão e controle da cidade enfatizando a garantia do acesso “universal” aos Lugares Santos e da normalidade como algo garantido,

¹⁶³ Tribuna da Imprensa, “Jerusalém será declarada capital do Estado judeu”, p. 3, 2 de janeiro de 1950.

¹⁶⁴ Tribuna da Imprensa, Editorial de Carlos Lacerda, “Jerusalém e o Brasil”, p. 4, 5 de janeiro de 1950.

¹⁶⁵ Do original: “all the evil committed against our people stemmed from the Vatican and its popes”.

¹⁶⁶ Do original: “Israel and Jordan respected one another’s sovereignty over the section they controlled despite the occasional shooting incident along the demarcation line”.

apesar de alguma violência, como por exemplo em 1951 quando o rei Abdullah da Jordânia foi assassinado em Jerusalém. A realidade é que para a Jordânia a cidade não tinha a mesma importância que para Israel, que passou a adotar uma estratégia de difusão de informações no sentido de apaziguar os ânimos internacionais sobre a questão, manter o fluxo de peregrinos para a região e convencer a opinião pública especialmente cristã de que Jerusalém era sua capital.

Israel deu passos concretos para estabelecer seu governo em Jerusalém Ocidental desde os primeiros momentos do Estado. Em 13 de dezembro de 1949, como resposta à resolução 303 da AGNU, Ben-Gurion anunciou a mudança dos ministérios para Jerusalém e recomendou ao *Knesset* que fizesse o mesmo. A partir de 1951 começaram-se as gestões para a mudança do MRE israelense, objetada a priori pelo próprio ministério que temia ruptura de seu trabalho, pois as legações internacionais estavam localizadas em Tel Aviv (HEIMANN, 2015). A decisão de mudar o MRE só aconteceu em 1952 (a transferência definitiva aconteceu somente em julho do ano seguinte). No mesmo período, circularam boatos em Roma de que o Vaticano preparava uma nova ação propondo a desmilitarização da zona de Jerusalém (BIALER, 2005). Mesmo que não fosse levada adiante pela Santa Sé, a proposta seria um empecilho depois pois servia como lembrete de que para o campo cristão, a posição sobre o estabelecimento da capital de Israel em Jerusalém ainda não era ponto pacificado.

Em 1953, como parte de uma campanha de informação, o Escritório de Informação de Israel publicou um livreto tratando da questão de Jerusalém. Tentando convencer a opinião pública mundial do pleito de que a cidade era sua capital, afirmou-se que “O plano de internacionalização de Jerusalém tornou-se impossível devido à oposição árabe e à guerra de agressão lançada contra Israel pelos estados árabes¹⁶⁷” (ISRAEL OFFICE OF INFORMATION, 1953: 1, tradução nossa). Ou seja, os árabes desrespeitaram a resolução de 1947. Os judeus sionistas estavam dispostos a acatá-la – mesmo em detrimento de seus vínculos profundos de “três mil anos” com a cidade – em nome da paz. Assim, como as propostas elaboradas nas Nações Unidas não contemplaram suficientemente o desejo dos habitantes de Jerusalém, além de serem paulatinamente descartadas pelos árabes, o Estado de Israel cumpriu com o seu dever de preservar o acesso aos lugares santos que estavam sob sua responsabilidade. Em meio a mensagens desencontradas e a culpabilização dos árabes, o livreto anunciava que o novo presidente de Israel, Ytzhak Ben-Zvi, havia instalado sua residência oficial na cidade em dezembro de 1952, e a transferência completa da estrutura governamental para Jerusalém

¹⁶⁷ Do original: “The plan for the internationalization of Jerusalem was rendered impossible owing to Arab opposition and the war of aggression launched against Israel by the Arab states”.

“agora está sendo completada pela transferência do último ministério, o das Relações Exteriores, para seus aposentos permanentes¹⁶⁸” (ISRAEL OFFICE OF INFORMATION, 1953: 17, tradução nossa).

O livreto ainda entrega a leitura israelense do vínculo contemporâneo da cidade com o novo país: após o cerco árabe e a guerra de agressão contra Israel, a cidade ficou vulnerável e as Nações Unidas não puderam socorrer seus habitantes. Assim, “foi o exército e o povo de Israel quem salvaram a cidade e seus mais de 100.000 habitantes da aniquilação e eles estão determinados com o propósito de que Jerusalém nunca mais será separada do Estado de Israel¹⁶⁹” (ISRAEL OFFICE OF INFORMATION, 1953: 16, tradução nossa). É fato que havia uma forte presença judaica em Jerusalém por conta das sucessivas ondas de migração recente, e durante a guerra em 1948 essa comunidade sofreu com um cerco. Mas fica muito claro no panfleto israelense o processo de apagamento da presença palestina no país, pois os “árabes” eram tidos apenas como invasores e os habitantes de Jerusalém teriam sido “aniquilados” sem o recurso à força. O fervor com que esse apagamento era realizado se coaduna com o conteúdo de um discurso que Sharett fez em junho de 1953 no *Knesset*, também citado no livreto acima: o ministro das relações exteriores de Israel afirmou que os israelenses estariam sempre prontos a morrer por Jerusalém. Ou seja, o zelo religioso – misturado com a importância política, demográfica e de segurança da cidade – jamais permitiriam que ela fosse abandonada. A solução defendida por Israel era separar a discussão dos lugares considerados sagrados da questão política do estabelecimento da capital de seu Estado.

3.2.4 A defesa da desmilitarização de Jerusalém em 1953

Foi nesse contexto que José Fabrino de Oliveira Baião apresentou suas credenciais em Tel-Aviv como o primeiro-ministro plenipotenciário brasileiro. Conforme já vimos, nos primeiros meses em que esteve no país, ainda em 1952, ele tratou da visita de Sharett ao Brasil, e em seguida passou a dar mais atenção à questão de Jerusalém. Poucos dias antes da transferência do ministério israelense, agendada *a priori* para 15 de março de 1953, o plenipotenciário brasileiro escreveu para o Rio de Janeiro comunicando que os EUA, Reino Unido, França, Austrália, Bélgica, Itália e Turquia “manteriam suas representações em Tel

¹⁶⁸ Do original: “is now being completed by the transfer of the last ministry, that of Foreign Affairs, to its permanent quarters”.

¹⁶⁹ Do original: “it was the Israel army and people who saved the city and its more than 100,000 inhabitants from annihilation and they are determined that Jerusalem shall never again be severed from the body of the State of Israel”.

Aviv”. As recomendações que o ministro brasileiro havia recebido era para que mantivesse um perfil discreto, e viesse a dar seu “ponto de vista [...], **contrário à mudança**, se for solicitado” pelo governo israelense¹⁷⁰. A visita de Sharett aos EUA em abril de 1953 e de Dulles a Israel em maio seguinte atrasaram a mudança para julho de 1953 e, conforme notou Fabrino Baião, a posição consolidada era que “as missões diplomáticas fiéis à ONU permanecerão em Tel-Aviv¹⁷¹”. Para Heimann (2015), Eisenhower e Dulles ficaram impactados com a decisão do gabinete israelense; para eles, a ação unilateral de Israel minava os esforços de alcançar a paz no Oriente Médio e os colocava em uma posição difícil em relação aos árabes. Assim, em 28 de julho, Dulles se pronunciou abertamente e chamou de inoportuna a decisão do governo de Israel. Se as missões diplomáticas estavam reticentes e esperando para saber como agir com a transferência do MRE israelense para Jerusalém, a partir daquele momento os EUA tomariam a dianteira na resposta diplomática (HEIMANN, 2015). O Brasil, por sua posição de alinhamento e por prezar pela internacionalização da cidade, seguiria o boicote.

A postura resoluta dos EUA em não aceitar Jerusalém como capital de Israel, conforme discute Gadi Heimann (2015), estava relacionada com a manutenção do prestígio da ONU, já que Washington não se opusera efetivamente à divisão da cidade, mas ressentia do desrespeito às resoluções da organização internacional. O apoio dos EUA à internacionalização da cidade em 1947 havia sido circunstancial, por pressão dos grupos católicos no país e pelo fato de que o Vaticano e os países latino-americanos comporiam um grupo considerável a favor da medida. Todavia, desde o começo, o governo de Truman não estava disposto a apoiar uma força internacional, possivelmente composta por tropas soviéticas ou da Europa Oriental, na cidade, e a divisão *de facto* foi uma conveniência.

A partir de julho de 1953, Fabrino Baião passou a se ocupar de uma proposta brasileira em relação à questão de Jerusalém. Conforme aponta Uziel (2019), o ministro brasileiro imediatamente comunicou ao Rio de Janeiro o anúncio formal da mudança do MRE israelense de Tel Aviv para Jerusalém, quando também apresentou um plano embrionário sobre a desmilitarização da cidade. O autor notou como a visão de mundo cristã influenciou a percepção de Fabrino sobre a vinculação dos judeus com a cidade. Apesar da catolicidade presente na discussão, Uziel (2019: 9, tradução nossa) assevera que o “plano brasileiro” era nitidamente político: “Ao abordar assuntos ligados à Igreja, como Jerusalém, os governantes brasileiros utilizavam um discurso que oscilava entre o estereotipado e o comovente, aludindo ao

¹⁷⁰ AHMRE-B/Ostensivos/Tel Aviv/Telegramas/Recebidos (1952-62), 3510, “Transferência do Ministério dos Negócios Estrangeiros para Jerusalém”, n.º 22,8/8/III/53.

¹⁷¹ Ibidem, “Mudança do ministério dos Negócios Estrangeiros para Jerusalém”, n.º 40,10/10/VII/53.

catolicismo como esteio do país¹⁷²”. O anticomunismo também foi um dos elementos no pensamento do ministro brasileiro: a situação incerta sobre Jerusalém poderia ser um espaço de manobra soviético na região.

Fabrino esteve no Vaticano no final de agosto de 1953 e após uma sondagem inicial, que deveria ser considerada de cunho pessoal, para não levantar outras suspeitas ou inconveniente diplomático, ele elaborou uma proposta a ser encaminhada à apreciação do presidente Vargas. O representante brasileiro partiu do pressuposto de que a internacionalização da cidade se tornara impraticável e que as Nações Unidas deveriam rever sua posição. Ele defendeu então a “internacionalização dos Lugares Santos”, ideia que não era nova, mas propôs a criação de uma “força internacional para a garantia” da segurança desses lugares e a “proibição do estacionamento de tropas do exército israelense ou jordaniano num raio de 50 quilômetros ao redor de Jerusalém¹⁷³”, o que significava na verdade a desmilitarização da zona da cidade e uma intervenção sob o manto da ONU, mesmo que tecnicamente Israel e Jordânia passassem a contar com o aval internacional para a divisão *de facto*. Uri Bialer (2005) destaca esse plano como sendo a primeira incursão efetiva na discussão da desmilitarização. O ministro plenipotenciário de Israel no Brasil, David Shaltiel, teve acesso a uma versão do documento em outubro de 1953 e a encaminhou para seus superiores em Israel.

Nesse ínterim, em 19 de outubro, tropas israelenses atacaram a aldeia de Qibya, na Palestina anexada pela Jordânia, o que foi amplamente criticado pela comunidade internacional. O ataque a Qibya fez parte de uma nova política adotada por Israel em relação aos ataques constantes a seus assentamentos na fronteira com a Jordânia. O governo israelense decidiu retaliar com ataques a civis, minando a fronteira e com operações de expulsão dos habitantes sempre que possível. Em Qibya morreram 69 pessoas, incluindo mulheres e crianças (SCHULZE, 2017). Geraldo Eulálio Nascimento Silva, segundo secretário da legação brasileira em Tel Aviv, informou que “os jornais deste país procuram explicar de qualquer maneira o atentado, tentando encobrir o sentimento de culpa¹⁷⁴”. Na ocasião, os governos do Reino Unido e dos EUA repreenderam duramente Israel, que também enfrentava uma rusga com a Síria a respeito do uso dos recursos hídricos compartilhados.

¹⁷² Do original: “When addressing Church-related matters, such as Jerusalem, Brazilian officials used a discourse that oscillated between the formulaic and the pathetic, alluding to Catholicism as a mainstay of the country”.

¹⁷³ GV c 1953.00.00/19 Nota sobre a proposta de internacionalização dos lugares santos de Jerusalém. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/CorrespGV4/8052>. Acesso em: 06/mar./2019.

¹⁷⁴ AHMRE-B/Ostensivos/Tel Aviv/Telegramas/Recebidos (1952-62), 3510, “Conflitos entre israelitas e jordânicos”, n.º 50, EM/19/19/X/53.

O apoio das outras partes interessadas era fundamental para o funcionamento do plano de Fabrino Baião. Então, em 22 de outubro de 1953, a ideia foi repassada da embaixada brasileira em Washington para a Secretaria de Estado dos EUA através de um memorando¹⁷⁵. De acordo com o texto, já contendo as sugestões do Vaticano, esse estaria disposto a testar uma fórmula de desmilitarização temporária da Cidade Santa, por conta das crescentes tensões na região, mesmo que não abdicasse do princípio da internacionalização. Caberia então ao Brasil apresentá-la às Nações Unidas. Pedia-se o auxílio dos EUA para a desmilitarização como medida provisória para a situação de segurança na cidade. A proposta brasileira para uma solução definitiva para o problema estava baseada em duas fórmulas possíveis¹⁷⁶:

- (a) A convocação de uma **conferência dos países católicos**, bem como dos Estados Unidos da América e do Reino Unido, juntamente com Israel e a Jordânia, para resolver os problemas da Zona de Jerusalém;
- (b) a convocação de uma **conferência internacional** para a assinatura de um tratado de paz no Oriente Médio, modelado de acordo com os princípios da Conferência de São Francisco e a assinatura do Tratado de Paz com o Japão, em que não apenas os países diretamente interessados [...], mas também as nações cristãs, participariam¹⁷⁷ (tradução nossa, destaque nosso).

O Departamento de Estado chegou a discutir a proposta no dia 10 de novembro, junto com João Carlos Muniz, mas a recepção foi cética. Em Londres, o embaixador Samuel Gracie também discutiu o “plano brasileiro” com o *Foreign Office* (UZIEL, 2019). Em despacho da Embaixada dos EUA em Amã no dia 31 de dezembro de 1953¹⁷⁸, a proposta brasileira foi considerada irrealista, já que a leitura local indicava que seria impossível tornar a cidade em uma zona desmilitarizada sem recorrer à força. Ademais, era possível e muito provável que nem Israel nem Jordânia acatassem a medida, já que essa zona de 50 quilômetros envolveria cidades como Hebron e Nablus, importantes para a Jordânia naquele momento, sem falar na presença de todas as instituições políticas de Israel que já estavam estabelecidas em Jerusalém naquele momento. Em Israel, a proposta foi recebida com bastante ceticismo. Como aponta Uri Bialer

¹⁷⁵ FRUS, 1952–1954, The Near and Middle East, Volume IX, Part 1, Memorandum, confidential n.º 702, The Brazilian Embassy to the Department of State.

¹⁷⁶ Ibidem. Para a situação com a Síria: AHMRE-B/Ostensivo/Tel Aviv/Telegramas/Recebidos (1952-62), 3510, “Protesto contra o governo sírio junto à ONU. Contra as obras hidroelétricas em Israel”, n.º 47, 28/28/IX/53. Em relação ao massacre de Qibya: Ibidem, “Conflito entre israelitas e jordânicos”, n.º 50, 19/19/X/53.

¹⁷⁷ Do original: “(a) The calling of a conference of the Catholic countries, as well as the United States of America and the United Kingdom, together with Israel and Jordan, to resolve the problems of the Zone of Jerusalem; (b) the calling of an international conference for the signing of a treaty of peace in the Middle East, modeled specifically after the San Francisco Conference for the signing of the Treaty of Peace with Japan, in which not only the countries directly concerned, Arabs and Jews, but also the Christian nations would participate”.

¹⁷⁸ FRUS, 1952–1954, The Near and Middle East, Volume IX, Part 1, n.º 759, The Ambassador in Jordan (Mallory) to the Department of State.

(2005: 41), a chancelaria israelense solicitou a Shaltiel que ajudasse a abafar aquela iniciativa. Se o consentimento das partes era fundamental para o plano, ele era natimorto.

Eleito pela AGNU em outubro de 1953 para mais um mandato no CSNU, o Brasil assumiu no biênio 1954-1955. A distância com que Israel tratou da questão de Jerusalém aparentemente afetou a posição brasileira. Logo nos primeiros dias de debate, o Brasil se absteve de votar em uma resolução conciliatória proposta por EUA, França e Reino Unido sobre o uso da água do Rio Jordão, situação que já se arrastava desde o ano anterior. A resolução não foi aprovada porque contou também com o veto da União Soviética – primeiro veto de Moscou em relação ao conflito árabe-israelense. O delegado do Brasil na ocasião declarou que Israel não cumpria com o estabelecido pela organização em termos dos refugiados e da questão da Jerusalém; ademais, ao usar a água do Jordão em desacordo com os vizinhos, Israel buscava uma vantagem militar indevida¹⁷⁹.

Enquanto isso, Fabrino Baião continuou insistindo junto ao governo israelense na proposta acima discutida. No final de janeiro de 1954, ele comunicou ao Rio de Janeiro que “o Primeiro-Ministro [de Israel] informou-me que o Governo [...] está disposto a estudar a fórmula brasileira de desmilitarização”¹⁸⁰, desde que a Jordânia também fizesse um compromisso de não atacar a região. De fato, qualquer proposta que legitimasse a posse de Jerusalém era interessante para Israel, mas a desmilitarização, do ponto de vista prático e simbólico, era inviável para o país – vale lembrar que o governo israelense já estava instalado na cidade. Ademais, para Sharett, que havia assumido o posto de primeiro-ministro no final de 1953, a principal preocupação era furar o boicote liderado pelos EUA ao MRE instalado na cidade repartida; a questão da partilha já havia se normalizado com a Jordânia há alguns anos e na prática causava pouca fricção (HEIMANN, 2015; BEN-DROR, ZIEDLER, 2015). O Brasil parece ter sido usado pelo Vaticano para testar aquela fórmula que, todavia, contou com a simpatia do ministro Fabrino Baião. Apesar do fracasso, ela serviu como reconhecimento de que a internacionalização era impraticável, mesmo que fosse importante defendê-la nominalmente, tal como também faziam os EUA. Apesar de inusitado, o “plano brasileiro” veio em um momento complexo das relações exteriores de Israel, com a transferência do ministério para Jerusalém, e foi uma tentativa de influenciar os caminhos de uma região distante, mas sobre a qual o Brasil vinha se manifestando de forma contundente em concordância com as decisões das Nações Unidas e aprendendo a conhecer em suas especificidades.

¹⁷⁹ Correio da Manhã, “O Brasil e o problema da Palestina”, capa, 23 de janeiro de 1954.

¹⁸⁰ AHMRE-B/Ostensivos/Tel Aviv/Telegramas/Recebidos (1952-62), 3510, “Desmilitarização de Jerusalém”, n.º 1, EM/25/25/1/54.

3.2.5 Tabajara de Oliveira e o abandono da “posição tragi-heroica do novo Cruzado”

A situação de Jerusalém continuaria a causar desconfortos diplomáticos, não só para o Brasil. Por ocasião de cerimônias e protocolos diplomáticos, alguns impasses surgiram ao longo de 1954. Por exemplo, para as comemorações do aniversário de Israel que seriam realizadas em Jerusalém, conforme comunicou o ministro brasileiro no país, o corpo diplomático em Tel Aviv se reuniu e “votaram contra a ida a Jerusalém, a Argentina, o Brasil, os Estados Unidos da América e a Finlândia¹⁸¹”. Outro dilema surgiu em agosto em relação à apresentação das credenciais do novo representante brasileiro em Israel. Mesmo os Estados Unidos adiaram de agosto para outubro a chegada de seu novo embaixador para o país tentando encontrar uma fórmula conciliatória para a questão de Jerusalém (ou seja, o boicote perdia força, mas ainda havia um embate para não conceder plenamente aos israelenses). Enquanto isso, a França e a URSS não apresentaram nenhuma objeção à ida de seus representantes até a residência oficial do primeiro-ministro israelense. O Brasil acompanhou o desenrolar da situação dos EUA e em dezembro o novo ministro plenipotenciário no país, Nelson Tabajara de Oliveira, fez a entrega das credenciais em Jerusalém, mantendo-se o trabalho cotidiano da legação brasileira na cidade de Tel Aviv¹⁸².

Aparentemente, Oliveira foi a Israel comprometido com a proposta de desmilitarização de Jerusalém, tal como deixa transparecer em carta encaminhada a Antônio Camilo de Oliveira, Secretário Geral do Itamaraty, após ter tido contato com o plano do ministro Fabrino Baião. Havia estabelecido contato com a Santa Sé, e por conta da apresentação das credenciais dos EUA e do Reino Unido em Jerusalém no mês anterior, passou a acreditar que a fórmula da internacionalização dos lugares santos seria de fato a mais exequível¹⁸³.

Mas, foi o próprio Nelson Tabajara quem traria um lampejo de realismo para o MRE no que concerne à questão de Jerusalém depois de provocado por despacho ministerial. Em uma série de ofícios confidenciais enviados em 1955, o ministro plenipotenciário brasileiro fez considerações sóbrias sobre diversos temas que envolviam o debate sobre a Cidade Santa. Para

¹⁸¹ Ibidem, “Comemoração da independência do Estado de Israel. Convite às missões diplomáticas”, n.º 10, EM/30/30/IV/54.

¹⁸² Ibidem, “Apresentação de credenciais em Israel”, n.º 29, 5/5/VIII/54; “Apresentação de credenciais de Israel”, n.º 33, 22/23/VIII/54; idem, n.º 35, 20/20/IX/54; “Entrega de credenciais. Ministro Nelson Tabajara de Oliveira”, n.º 50, 28/28/XII/54.

¹⁸³ AHMRE-B/Ofícios recebidos/Confidencial/Tel Aviv (1953-67), caixa 131, Carta ao embaixador Antônio Camilo de Oliveira, n.º 295, Tel Aviv, 30 de dezembro de 1954.

que se compreendesse o fio argumentativo, era preciso, primeiro, desconsiderar o plano da desmilitarização:

perdoem-me a franqueza – quando aqui cheguei encontrei em Tel-Aviv um ambiente tendendo ao humorismo e que colocava o Brasil na **posição trágico-heróica de novo Cruzado** procurando salvar a Cidade Santa através de planos incruentos concebidos à distância e atribuindo-se responsabilidades cristãs que muitos hesitam em reconhecer-lhe¹⁸⁴ (grifo nosso).

O desconforto era tamanho que o plano do ministro Fabrino Baião era ridicularizado em jantares e outras ocasiões pois, apesar de ter sido apresentado discretamente, era de amplo conhecimento. Ademais, Tabajara de Oliveira indagou algo fundamental: como o Brasil poderia propor algo de tal monta se não tinha relações diplomáticas com uma das partes interessadas, a Jordânia? Aliás, o problema era mais amplo, pois também contavam a relação do Egito com Israel e a questão de Gaza. Sem uma paz entre aqueles países, pouco poderia ser feito em relação à cidade. Mesmo que a paz fosse o objetivo mais nobre, essa estava distante ou seria mesmo “irrealizável” por conta dos refugiados palestinos, “que vegetam em verdadeiras favelas na zona limítrofe e que são permanente fonte de perturbações externas e internas¹⁸⁵”. O ministro plenipotenciário brasileiro apresentou uma sensível leitura dos refugiados, que, conforme ele disse, muitas vezes faziam incursões no território israelense para buscar algo em suas casas, que tiveram que ser abandonadas às pressas. Outras vezes, entravam para vender produtos para os israelenses, e garantirem assim seu sustento.

Em uma visita à Cidade Velha, controlada pela Jordânia, Tabajara de Oliveira conversou com o General Burns, do Comitê das Nações Unidas, e com o representante papal na cidade, Monsenhor Oddin. Convenceu-se então que “para o mundo cristão, a internacionalização não é primordial”. O que o Brasil deveria fazer era insistir para que qualquer pessoa pudesse cruzar de um lado para o outro da cidade e exercer assim a liberdade de culto, pois até mesmo a alcunha de “maior potência católica do mundo” pouco provia ao país, já que a “o catolicismo não se divide em nacionalidades, sendo, ao contrário, uma fé sem pátria (e aí está sua força)”. A posição defendida do *corpus separatum* para a cidade “é uma ideia que nunca se concretizará e dela os judeus como os árabes se riem com bom humor¹⁸⁶”.

Diante desse cenário, Tabajara de Oliveira propôs que o Brasil se empenhasse a “uma urgente gestão, direta ou por intermédio das Nações Unidas, com o fim de obter liberdade de

¹⁸⁴Ibidem, “Internacionalização de Jerusalém”, n.º 109, de 12 de julho de 1955.

¹⁸⁵ Ibidem, idem.

¹⁸⁶ Ibidem, idem.

trânsito a quantos venham visitar ambas as regiões veneráveis”; para tal, o país deveria imediatamente buscar relações diplomáticas com a Jordânia¹⁸⁷. Esse país tinha especial interesse na questão porque o turismo religioso era uma importante fonte de renda. Enquanto assim o fosse, o cuidado com os lugares santos cristãos seria mantido¹⁸⁸. A burocracia na passagem entre os dois lados da cidade impedia, por exemplo, que quem entrasse pelo lado israelense, pudesse depois regressar à parte ocidental de Jerusalém. Para diplomatas e pessoas com importância política, abria-se a exceção, que deveria ser, todavia, previamente negociada.

Tabajara de Oliveira foi honesto ao tratar do papel da Igreja Católica na área, que era bastante diminuto, pois “não só a maioria dos peregrinos ‘não é católica, mas sim protestante’”, bem como os católicos locais se filiavam aos ritos ortodoxos. Aliás, ciente disso, Israel fez uma campanha de pressão e persuasão nas lideranças cristãs de outros ritos que viviam na cidade sem chamar atenção e causar a ira da Igreja Católica (BIALER, 2005). Para solucionar o problema dos católicos, o ministro brasileiro propôs a criação de um “visto do Vaticano”, que poderia ser apresentado para visitas de um dia à Cidade Velha e que garantissem que o peregrino voltasse à cidade nova pela Porta Mandelbaum. Essa proposta resolveria o problema do Vaticano, das Nações Unidas e do Brasil, que não teriam satisfação em esperar pela internacionalização, já que essa era inviável¹⁸⁹. Tal como a proposta de Fabrino Baião, Oliveira articulou religiosidade, criatividade e pouca astúcia diplomática em um proposta que era também inviável. Conforme notou Uziel (2019), o Rio de Janeiro sequer prosseguiu com essa discussão.

A pressão de Israel sobre os governos estrangeiros surtiria algum efeito. O primeiro país a mudar sua representação para Jerusalém Ocidental foi a Guatemala, em 1955¹⁹⁰ (seguida pelo Uruguai). O ministro representante do país centro-americano, Jorge Garcia Granados, causou desconforto quando chegou ao país; ele havia sido um dos membros do comitê criado no final de setembro de 1947 para discutir a questão do Plano de Partilha na AGNU, e foi um dos mais entusiasmados defensores do Estado de Israel (QUIGLEY, 2016). Tabajara de Oliveira reclamou que o Diretor da Divisão Latino-Americana do MRE israelense, Moshe Tov, tratava Granados como “verdadeiro Messias” e insinuou que Tov seria o verdadeiro chefe do

¹⁸⁷ Ibidem, idem.

¹⁸⁸ AHMRE-B/Ofícios recebidos/Confidencial/Tel Aviv (1953-67), caixa 131, “Internacionalização de Jerusalém”, n.º 115, de 25 de julho de 1955.

¹⁸⁹ Ibidem, “Internacionalização de Jerusalém”, n.º 125, Tel Aviv, 3 de agosto de 1955.

¹⁹⁰ O país retirou sua embaixada de Jerusalém nos anos 1980, mas em 2018, após a decisão do presidente dos EUA, Donald Trump, em transferir a embaixada estadunidense para Jerusalém, o governo guatemalteco resolveu seguir o mesmo caminho.

guatemalteco, tamanho “ardor sionista” de Granados¹⁹¹. Dias depois, o ministro brasileiro novamente inquiriu do MRE qual deveria ser sua postura diante da intransigência dos EUA em conceder a Israel nessa questão da representação diplomática. A postura que Washington pregava no momento era que os chefes de missões diplomáticas para o país continuassem em Tel Aviv¹⁹², e assim o Brasil continuou fazendo.

A despeito desta agenda particular, a aproximação do Brasil com Israel continuou por outros ângulos. Em 1955, o escritor José Lins do Rego visitou o país e no ano seguinte, Cândido Portinari expôs diversas de suas obras em várias cidades israelenses. A visita de Lins do Rego rendeu uma reportagem na revista “Manchete”. O tom era celebratório das conquistas de Israel e nenhum dos estereótipos anteriores serviu para abafar o que se fazia de novo por lá: “as reformas sociais não se chocam com patriotismo dos judeus velhos. As colônias de trabalho absorvem homens e mulheres que não tem medo do mundo moderno¹⁹³”.

Entre 1947 e 1955, Israel afastou-se das bases socialistas do sionismo, adotou um modelo estatista, com forte presença do ideário do exército na construção do país, e adotou uma política externa decididamente ocidentalista. A despeito da questão de Jerusalém, em relação à qual o Brasil se opunha diretamente aos interesses de Israel, aquelas medidas agradavam aos grupos políticos hegemônicos brasileiros. Os dois primeiros representantes do país em Tel Aviv se atentaram para as transformações que lá aconteciam e em relação aos dilemas políticos centrais, envolvendo especialmente a questão da capital. Não se deixou de exaltar os avanços israelenses, mas isso não pressupôs nenhuma perspectiva de equidistância, que tendesse a privilegiar Israel que ainda se firmava como Estado. Ademais, o temor instaurado pelo anticomunismo balizava muito do que se compreendia como importante referente ao Oriente Médio. As relações do Brasil com o Irã e especialmente com o Egito demonstrarão essa visão. Entre os países muçulmanos que foram colônias da Grã-Bretanha, o nacionalismo fervilhava, e devido às profundas desigualdades e carências de algumas daquelas sociedades, como o Irã, importantes movimentos como o da nacionalização do petróleo e a aguerrida retórica de Mossadegh se transformaram em verdadeiros embates públicos internacionais. No próximo capítulo, estudaremos a questão iraniana e como ela foi importada e discutida no cenário brasileiro.

¹⁹¹ AHMRE-B/Ofícios recebidos/Confidencial/Tel Aviv (1953-67), caixa 131, “Legação da Guatemala em Jerusalém”, n.º 128, Tel Aviv, 9 de agosto de 1955.

¹⁹² Ibidem, “Sede do ministério dos negócios estrangeiros de Israel”, n.º 23, EM/17/17/VIII/55.

¹⁹³ Revista Manchete (RJ), n.º 143, de 15 de janeiro de 1955.

4 O BRASIL, O IRÃ E A QUESTÃO DA NACIONALIZAÇÃO DO PETRÓLEO

A primeira grande crise da Guerra Fria foi a do Irã, em 1946. O exército soviético, que ocupava o norte do país, recusava-se a sair, o que provocou uma resposta anglo-americana. Os riscos que a situação iraniana apresentava à posição esmaecida da Grã-Bretanha na região e seu enorme potencial de escalar em uma crise maior fizeram com que os governos britânico e estadunidense passassem a pressionar a URSS, especialmente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, que passou a discutir a questão ainda em janeiro de 1946, inaugurando seus trabalhos. Para Carole Fink (2014: 60, tradução nossa):

O episódio iraniano foi a primeira lição arrepiante da diplomacia arriscada da Guerra Fria. Em vez de uma barganha feita pelos três ministros das Relações Exteriores [dos EUA, da URSS e do Reino Unido], um aparentemente episódio menor na periferia do sistema (complicado, com certeza, por petróleo e tensões étnicas) tinha se desenvolvido em uma crise internacional completa com distinção clara de vencedores e perdedores¹⁹⁴.

Ou seja, a fase de acordos e diplomacia que marcou os últimos anos da Segunda Guerra estavam em processo de abandono. De qualquer maneira, em 1946, a Guerra Fria ainda era uma “escalada retórica”, como definiu a autora.

A pressão internacional foi crescente e em maio de 1946 os soviéticos se retiraram com a promessa de obter uma concessão para explorar petróleo na área que ocupavam, o que lhes foi negado em 1947 pelo parlamento iraniano (*Majlis*). Essa atitude de contenção dos interesses soviéticos incentivou algumas lideranças políticas iranianas a olhar detidamente para o monopólio britânico nos negócios do país, representado fisicamente pela refinaria de Abadan e a *Anglo-Iranian Oil Corporation* (AIOC). Mesmo que a produção tivesse crescido rapidamente durante a guerra, o povo iraniano não tinha acesso nem à riqueza gerada, nem a bons cargos dentro da companhia. Conforme aponta Michael Morton (2017: 49, tradução nossa), “A empresa permaneceu um enclave dentro do país, um estado dentro de um estado, uma reserva colonial em uma terra estrangeira onde os dois nunca se encontrariam [...]”.

Neste capítulo, trataremos da evolução do debate sobre o controle dos recursos petrolíferos no Irã, que envolvia as relações do país com o Reino Unido, com os EUA, e em menor medida com a URSS. Essa apreciação será feita através dos olhares dos representantes brasileiros na legação em Teerã. Em 1952, um episódio no mínimo constrangedor envolveu o

¹⁹⁴ Do original: “The Iranian episode was the first chilling lesson in Cold War brinkmanship. Instead of a bargain struck by the three foreign ministers, a seemingly minor episode at the periphery (complicated, to be sure, by oil and ethnic tensions) had developed into a full-blown international crisis with distinct winners and losers”.

ministro plenipotenciário brasileiro no Irã, Hugo Gouthier, na disputa entre o então primeiro-ministro Mohamed Mossadegh e o Xá Reza Pahlevi. Entre o final de outubro e o mês de novembro de 1952, após Gouthier ter sido considerado *persona non grata* no país, o MRE articulou a desocupação da legação em Teerã. No final daquele mês, o Brasil não tinha mais representantes naquele país, mas o caso foi amplamente discutido e aproveitado na mídia como propaganda de posições políticas sobre o debate nacional sobre o petróleo, e outros temas afins da Guerra Fria. Em agosto de 1953, Mossadegh foi derrubado por um golpe articulado pelos EUA e a Grã-Bretanha, mas esse país não recuperou seu posto absoluto na indústria de petróleo iraniana, que acabou beneficiando mais as empresas estadunidenses. O patrocínio de golpes e outras medidas reprováveis de desestabilização – usados tanto pelos EUA quanto pela URSS (em 1945/1946 e 1953) no Irã – demonstrava a vulnerabilidade dos países subdesenvolvidos, e essa reflexão chegou ao Brasil no mesmo momento em que Vargas pressionava pela aprovação da lei que criaria a Petrobrás.

4.1 A CRISE IRANIANA EM 1946 E O INÍCIO DA GUERRA FRIA

O território iraniano era fundamental para garantir o esforço da Segunda Guerra, especialmente o abastecimento de petróleo e servia como um corredor de suprimentos para a URSS. Tendo em vista esses objetivos estratégicos, os soviéticos e os britânicos ocuparam o país em 1941 e forçaram o Xá a abdicar em favor de seu filho. Além de buscarem um monarca que pudessem controlar, o Xá deposto tinha afinidades com o nazismo, postura recorrente na região entre aqueles líderes que queriam se livrar do imperialismo britânico. Ainda em 1941, tal como haviam feito na primeira década do século XX, Londres e Moscou partilharam o país em duas zonas de influência, ficando a URSS com o norte, e o Reino Unido com o sul, onde desenvolviam há décadas a exploração de petróleo. O efeito imediato para o país de tal ação foi a distribuição do poder político, que ficara concentrado na monarquia nos últimos vinte anos. Reza Pahlevi, o novo Xá, teve que se dobrar às demandas da população e da elite política para que se mantivesse no poder nas condições adversas da ocupação e presença estrangeira (ABRAHAMIAN, 2008).

O acordado em 1941 (do qual os EUA passaram a participar em dezembro do mesmo ano) concedeu aos Aliados acesso à estrutura logística do Irã, mas deveriam sair do país seis meses após o final da guerra. Ainda em meados de 1945, as tropas soviéticas que permaneceram estacionadas no norte incentivaram movimentos de sedição de minorias étnicas na região do Azerbaijão e no Curdistão iraniano, ação que também fora destinada a desestabilizar a Turquia,

vizinha do Irã. Fernande Scheid Raine (2005) estudou as motivações de Stálin ao apoiar especialmente o movimento azeri no final de 1945. Mir Bigarov, do Partido Comunista do Azerbaijão soviético, foi um dos principais articuladores de Moscou com os militantes em Tabriz (Irã). Bagirov tinha sua própria agenda, enquanto a URSS almejava especialmente a concessão para exploração de petróleo na região. Ainda em julho de 1945, o Politburo aprovou a organização de movimentos separatistas no norte iraniano, o que levou à criação do Partido Democrático do Azerbaijão, cujo líder escolhido foi o jornalista Jafar Pishevari. Em novembro, o partido aprovou a busca por autonomia democrática, ou seja, não pregavam a ruptura territorial com o Irã. Esse movimento serviu de pressão contra o governo de Teerã e como verniz ideológico para o movimento organizado desde Moscou (RAINE, 2005).

A ação soviética fez um dano para a imagem do *Hezb-e Tudeh* (Partido das Massas), que tinha sido criado em 1941, no ambiente de distensão política após a deposição do antigo monarca. Para Abrahamian (2008: 111), o *Tudeh* teve que fazer uma política de “contenção de danos”, pois não aprovava a ação soviética no Azerbaijão iraniano, mas publicamente não poderia minar a solidariedade socialista. Além do secessionismo, a tentativa soviética de extrair um acordo de exploração de petróleo colocou mais pressão nos representantes do *Tudeh* no *Majlis*. A perspectiva da permanência de Moscou no Irã foi suficiente para provocar uma admoestação pública de Churchill (1946), e em março Kennan encaminhou para o Departamento de Estado a proposta de contenção da URSS, que vimos no primeiro capítulo.

Apesar dos temores de Churchill, Stálin não via perspectiva de revolução no Irã, conforme ficou provado em uma carta sua para o líder do movimento no Azerbaijão: “Não há uma crise revolucionária profunda no Irã. Há poucos trabalhadores no Irã e eles são mal organizados¹⁹⁵” (STÁLIN, 1946 apud WESTAD, 2005: 63, tradução nossa). Em março de 1946, o líder da URSS chegou a exortar o líder rebelde do Azerbaijão iraniano e o *Tudeh* a cooperarem com o governo do primeiro-ministro Ahmad Qavam (que ocupou o cargo de fevereiro de 1946 a dezembro de 1947), dentro de uma estratégia ampla de oposição aos interesses da Grã-Bretanha no país (KALINOVSKY, 2014). Para Amanat (2017), a habilidade política de Qavam em adotar uma política de “equilíbrio positivo” para lidar com Stálin facilitou a retirada soviética, que se iniciou em maio daquele ano. Em abril, havia sido aprovado o Acordo Qavam-Sadchikov que previa a concessão para que uma empresa soviética-iraniana explorasse petróleo no norte do país; ademais, concordava-se em tratar a crise azeri como problema doméstico do Irã. Para Kalinovsky (2014: 4, tradução nossa): “A política de Moscou

¹⁹⁵ Do original: “There is no profound revolutionary crisis in Iran. There are few workers in Iran and they are poorly organized”.

entre 1947 e 1952 foi focada principalmente em proteger seus (limitados) interesses econômicos e manter um olhar atento sobre a presença britânica e americana no Irã¹⁹⁶. O fracasso de 1946, e o efetivo abandono dos movimentos que ele mesmo fomentou, fez então com que Stálin retraísse a um ponto mínimo seus interesses no Irã (BRADLEY, 2010).

Além dessas consequências para a política soviética na região, a situação criada pela secessão e a articulação do *Tudeh* com a URSS, deram razões para que Reza Pahlevi buscasse ampliar seus poderes, o que aconteceu quando a região norte do país foi controlada no final de 1946, e ao longo dos próximos anos, levando a cabo a política de perseguição ao partido, que continuou suas atividades na clandestinidade (WESTAD, 2005). Ainda assim, o *Tudeh* deixou como legado de sua luta nos anos 1940 uma nova perspectiva de política de massas para o Irã e um sentimento nacional revigorado e voltado à valorização da cultura milenar persa, que distinguia o país de seus vizinhos (ABRAHAMIAN, 2008).

Para Salim Yaqub (2013), o caso iraniano demonstrou que os soviéticos estavam conscientes da vontade britânica e estadunidense de utilizarem do petróleo do Oriente Médio na recuperação de suas economias ao mesmo tempo em que cercavam a URSS territorialmente. Não só o Irã, mas outros países da região passariam a fazer parte desse esquema na década seguinte. É nesse contexto que estudaremos as relações do Brasil com o Irã. A legação brasileira de Teerã foi criada em 1942, durante a Segunda Guerra, e até meados de 1947, os representantes brasileiros no país foram trocados com frequência. Entre 1946 e 1947, o Brasil ocupou um assento não-permanente no CSNU, onde, conforme vimos acima, a questão iraniana foi debatida. Equilibrando a defesa da não ingerência com o alinhamento aos EUA, o Brasil votou favoravelmente às resoluções que pediam a saída das tropas soviéticas (ZIEMATH, 2016). Como Teerã conseguiu desmobilizar rapidamente o esforço soviético e garantiu a retirada das tropas, o CSNU não mais se ocupou da questão. Entre o final de 1946 e início de 1947, o governo de Teerã promoveu ampla perseguição dos opositores, apaziguando relativamente a fronteira norte do país (RAINE, 2005).

Em setembro de 1947, Décio Honorato de Moura assumiu o controle da legação brasileira no país. No mês seguinte, o premiê Qavam levou ao parlamento uma lei que operacionalizava o acordo de abril de 1946, mas a oposição foi ampla e o *Majlis* não aprovou a concessão soviética (AMANAT, 2017). Em novembro, Moura enviou ofício confidencial narrando uma viagem que fizera à província do Azerbaijão iraniano, que esteve no centro da

¹⁹⁶ Do original: “Moscou’s policy between 1947 and 1952 was focused primarily on protecting its (limited) economic interests and keeping a watchful eye on the British and American presence in Iran”.

disputa com a URSS no ano anterior.¹⁹⁷ O documento interessa porque fez considerações sobre aspectos geopolíticos e da cultura local. Moura se gabou de ter sido o primeiro brasileiro a fazer tal viagem a título oficial, o que alimentou sua leitura estereotipada da situação no local. Sobre o movimento separatista do Azerbaijão, a percepção de Moura era de que, mesmo que houvesse ainda muitos adeptos, “é preciso não deixar de levar em conta **a psicologia do oriental**, que vive apenas para o dia de hoje¹⁹⁸” (destaque nosso) podendo assim mudar a fidelidade de um governante para outro rapidamente. Sobre o primeiro tema, o encarregado de negócios achava improvável que “a URSS [atacasse] militarmente” o Irã, apesar da propaganda que faziam contra o governo do Xá. Ademais, conforme vimos no capítulo anterior, na AGNU daquele ano estava na agenda a questão da partilha da Palestina.

À época da viagem de Moura, a URSS já havia simbolizado sua aceitação do plano de partilha, e depois da visita aos locais próximos à fronteira Irã-URSS, Moura se questionou sobre as reais intenções soviéticas em relação à divisão da Palestina: “Será o desejo de uma ‘cabeça de ponte’ sobre o Mediterrâneo¹⁹⁹” ou uma forma de cooptar o mundo árabe prometendo-lhes depois a devolução da Palestina? Essas perguntas ressoavam para muitos observadores, mas o tom de Moura não era de preocupação com um possível avanço iminente soviético contra o Irã. Não menos importante no relato é que a viagem acabou sendo encurtada devido à ruptura das relações do Brasil com a URSS em outubro de 1947, e a suspeita que a presença de um estrangeiro na região começava a levantar. Essa foi uma pequena amostra de como decisões precipitadas do governo brasileiro poderiam ter consequências para o país. No esquema bipolar que se sedimentava naqueles anos, a URSS era uma chave fundamental da política global, e politicamente, o Brasil continuava a mal interpretá-la.

Em outro ofício de abril de 1948, Moura teceu comentários sobre as forças armadas iranianas. Conforme explicou Abrahamian (2008), o poder de Reza Pahlevi se sustentou nos militares, setor que ele continuou controlando mesmo durante a ocupação militar anglo-soviética. Moura teceu elogios aos soldados do país, mas criticou o quadro de oficiais como sendo “corrupto, ineficiente e incapaz”, porque os “filhos das famílias abastadas, para os quais, dentro ainda das velhas tradições muçulmanas, o trabalho é uma profissão degradante, procuram no Exército uma justificativa para empregar o tempo²⁰⁰”. Mais uma vez, o

¹⁹⁷ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Teerã (1947-1970), Caixa 130, “Visita ao Azerbaijão”, n.º 88, de 9 de novembro de 1947.

¹⁹⁸ Ibidem, idem.

¹⁹⁹ Ibidem, idem.

²⁰⁰ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Teerã (1947-1970), Caixa 130, “Informação militar n.º 1”, n.º 56, Teerã, 1 de abril de 1948.

encarregado de negócios brasileiro usou de linguagem culturalista para diminuir o país. De fato, o Irã era um país pobre, mas pressionado pela URSS ao norte e a Grã-Bretanha controlando o petróleo, buscava fundos e apoio militar nos EUA para superar seus entraves de desenvolvimento. Moura notou e comunicou ao ministro Raul Fernandes que o Irã conseguira um crédito de 10 milhões de dólares para compra de armamentos²⁰¹. Mas era a questão do petróleo que tomaria boa parte das energias do país, e dos relatos diplomáticos, nos anos seguintes.

4.2 O ESTADO IRANIANO E A DISPUTA CONTRA A AIOC

No início dos anos 1950, o ministro Ruy Pinheiro Guimarães foi nomeado plenipotenciário na legação brasileira no Irã, onde permaneceria até março de 1952. Ele pôde acompanhar o transcorrer dos debates que levaram à nacionalização do petróleo no país. No final de abril de 1952, a legação do Brasil em Teerã encaminhou em ofício confidencial um extenso relatório assinado por Guimarães, tratando da sua gestão à frente do posto no Irã²⁰². É a partir deste documento que discutiremos o desenvolvimento das negociações sobre a questão do petróleo naquele país.

Ao contrário do Brasil, que mal conhecia sua capacidade de produção naquele período, o Irã figurava no topo da indústria petrolífera. Isso aumentava consideravelmente a pressão britânica em garantir seus lucros, e em julho de 1949 os dois países negociavam uma suplementação a um acordo assinado em 1933. É nesse ambiente de fricção que os interesses da AIOC foram questionados. Conforme discute James Barr (2019), um elemento fundamental sobre a Anglo-Iraniana é que, além de gerar lucros com a venda de petróleo e a taxação que competia ao governo britânico, as atividades de suas subsidiárias tornavam-se cada vez mais lucrativas e relevantes. Não era do interesse da companhia que essa informação viesse a público, mas o governo iraniano contratou Gilbert Gidel, um advogado francês, quem descobriu essa maquinação. O Xá, que escalou seu poder após um atentado frustrado contra sua vida em fevereiro de 1949 (ABRAHAMIAN, 2008), pressionou o governo parlamentar a assinar, em 17 de julho, o “Acordo Suplementar”; em contrapartida, os nacionalistas divulgaram as conclusões de Gidel ao público. Essa informação foi importante para que, no início de 1950, fossem eleitos deputados da coalizão da “Frente Nacional”, liderada por Mohamed Mossadegh.

²⁰¹ Ibidem, “Informação militar n 2”, n.º 79, Teerã, 1 de junho de 1948.

²⁰² AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Teerã (1947-1970), Caixa 130, “Relatório do Senhor Ministro Ruy Pinheiro Guimarães”, n.º 63, Teerã, 25 de abril de 1952.

O Xá mais uma vez dispensou o gabinete e apontou Ali Razmara como primeiro-ministro (de junho de 1950 a março de 1951). Propenso a negociar, Razmara demandou maior transparência da AIOC que, em meados de 1950, já estava decidida a não responder às indagações dos iranianos; as principais demandas eram para que a empresa britânica abrisse “os registros da empresa para inspeção, a nomeação de iranianos para cargos seniores, o pagamento antecipado de royalties com a paridade ao que era pago ao Iraque²⁰³” (MORTON, 2017: 54, tradução nossa). Na percepção de Guimarães, o primeiro-ministro Ali Razmara “corajosamente” passou a defender o Acordo de 1933 já que o parlamento não havia proposto alternativa àquele. Guimarães faz um extenso elogio a Razmara, mas ressalta seu “temperamento autoritário, guiado por convicção de disciplina rígida tendente a abolir o que se antolhava de abusivo, corrupto e displicente na máquina do Estado²⁰⁴”. Foi por esse perfil que ele havia sido escolhido pelo Xá para liderar o parlamento. A intransigência de Londres dificultou o trabalho de Razmara, e em dezembro de 1950, a Assembleia Nacional iraniana rejeitou o acordo suplementar.

É a partir de 1951 que o jogo da nacionalização ganhou força plena. Ao passo que Mossadegh propunha a nacionalização da AIOC, a companhia “mostrou-se propensa a admitir o princípio da divisão de 50/50 dos lucros²⁰⁵”. Os acontecimentos se apressaram, e no dia 7 de março de 1951, Razmara foi assassinado dentro de uma mesquita por um membro do *Fedayan-e Islam* (que significa “devotos do Islã”²⁰⁶), o que demonstrava a profundidade de sentimentos que a questão passava a levantar na sociedade iraniana. No dia seguinte, na Comissão Extraordinária do Petróleo do *Majlis* foi aprovada a nacionalização que foi confirmada na plenária do Parlamento poucos dias depois (AMANAT, 2017). Diante da celeridade dos acontecimentos e da força do movimento nacionalista, Mossadegh foi indicado como primeiro-ministro no dia 28 de abril. No dia 1 de maio, ele sancionou a lei que operacionalizava a nacionalização do petróleo e criava a Companhia de Petróleo Nacional Iraniana (NIOC, da sigla em inglês). Ruy Pinheiro Guimarães não via má intenção na atitude de Mossadegh, apesar da demagogia: “Estudei a sua personalidade [...]. Cheguei à conclusão de que se trata dum demagogo bem intencionado, uma vez admitidos os preconceitos a que teimosamente se

²⁰³ Do original: “the company’s books for inspection, progressing Iranians to senior positions in the company, paying royalties in advance and parity with Iraq”.

²⁰⁴ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Teerã (1947-1970), Caixa 130, “Relatório do Senhor Ministro Ruy Pinheiro Guimarães”, n.º 63, Teerã, 25 de abril de 1952.

²⁰⁵ Ibidem, idem.

²⁰⁶ Era um grupo islamista radical, que pregava a aplicação de regras religiosas. Seu líder, Navvab Safavi, havia sido funcionário da AIOC em Abadan e inspirava-se na luta da Irmandade Muçulmana do Egito

aferra²⁰⁷”. Os principais interessados da negociação, os britânicos, não tinham essa percepção. Para Barr (2019: 127, tradução nossa), a AIOC também não soube lidar com a ascensão de Mossadegh, que tinha ideais distintos de outros políticos com quem a empresa já havia lidado:

Os funcionários da Anglo-Iraniana não pareceram, inicialmente, ter ficado muito preocupados com Mossadegh, porque o entenderam mal. Até aquele momento, eles haviam resolvido todas as suas dificuldades com dinheiro. Eles haviam subornado ministros e funcionários do governo, deputados e senadores no *Majlis*, e talvez também o Xá, para persuadi-lo a aceitar o Acordo Suplementar de 1949. Eles até desacreditaram seus oponentes, pagando jornais para publicar artigos alegando que essas pessoas estavam na folha de pagamentos da empresa²⁰⁸.

As diferenças de posição entre os iranianos e os britânicos aumentaram de tal forma que o gabinete de Clement Attlee considerou apoiar a secessão de províncias do Irã, para que mantivessem total controle da produção, tal como havia feito a URSS poucos anos antes. Os EUA passaram a se ocupar da questão em seguida, o que enraiveceu os britânicos e mesmo assim não aplacou as demandas nacionalistas do Irã. A questão iraniana tinha um potencial incendiário, pois a Grã-Bretanha também travava disputa com o Egito sobre o controle de Suez, que estudaremos no capítulo a seguir. Para Barr (2019: 133, tradução nossa),

Desde a demanda de Mossadegh no início do ano, os nacionalistas no Egito começaram a falar em retomar o Canal de Suez. Para Attlee, era óbvio que ceder à demanda iraniana de nacionalização da empresa de petróleo estabeleceria um “princípio perigoso” que não apenas negaria ao governo uma fonte vital de receita, mas também causaria problemas no Egito.²⁰⁹

As pautas nacionalistas se conectavam, em detrimento da posição conservadora britânica.

É importante frisar, conforme trata Michael Oren (2011), que Mossadegh lutava contra a dominação estrangeira no Irã, quer fosse a URSS ou, no caso, a força que prevalecia, a Grã-Bretanha. A propósito, no começo dos anos 1950 a imagem do líder iraniano nos EUA era bem diferente daquela que adquiriria pouco tempo depois: na imprensa era comparado a Thomas

²⁰⁷ Ibidem, idem.

²⁰⁸ Do original: “Anglo-Iranian’s officials do not seem, initially, to have been overly worried by Mosaddeq, because they misunderstood him. Until that point in time, they had resolved all their difficulties with money. They had bribed government ministers and officials, deputies, and senators in the *Majlis*, and perhaps the shah as well, in order to persuade him to accept the 1949 Supplemental Agreement. They even discredited their opponents by paying newspapers to run articles claiming that these people were in the company’s pay”.

²⁰⁹ Do original: “Since Mosaddeq’s demand at the beginning of the year, the nationalists in Egypt had started talking about taking back the Suez Canal. To Attlee it was obvious that to cave into the Iranian demand for the nationalization of the oil company would establish a “dangerous principle” that would not only deny the government a vital source of revenue but also ask for trouble in Egypt”.

Jefferson – um dos “Pais Fundadores” dos EUA –, e a revista *Time* o considerou “Homem do Ano” em 1951. O próprio presidente Truman tinha uma postura mais receptiva às medidas do primeiro-ministro iraniano (OREN, 2011). É essa leitura positiva que manteve os EUA no curso de pressionar por um arranjo negociado entre os britânicos e os iranianos na questão do petróleo.

Após a criação da NIOC, a AIOC solicitou através do governo do Reino Unido a arbitragem da Corte Internacional de Justiça. Mas já no dia 15 de maio, a dissolução da empresa foi anunciada pelo governo do Irã. A AIOC, cujo sócio principal era o governo britânico, entregou-lhe a responsabilidade pelas negociações com Mossadegh, que passou a advogar que, conforme a carta da ONU, a CIJ foi criada para dirimir questões entre os Estados; aqui se tratava da disputa de um Estado com uma companhia internacional, logo não seria de sua competência a questão. Em julho, a CIJ se posicionou com cautela, informou que estudaria a questão e solicitou que o *status quo* fosse mantido. Isso poderia ter sido uma vitória para o Reino Unido, mas o Irã estava disposto a ir adiante com os planos de nacionalização. Entre julho e setembro, negociadores britânicos e estadunidenses tentaram driblar a vontade política iraniana e, mesmo aceitando nominalmente a nacionalização, Londres propôs em agosto um plano que basicamente a negava. O ministro Mossadegh contrapropôs assumindo o compromisso da NIOC de contratar individualmente os técnicos britânicos que ainda trabalhavam em Abadan. Sem a possibilidade de um acordo, o Irã comunicou que cancelaria os vistos dos cidadãos britânicos trabalhando na refinaria; finalmente, no dia 4 de outubro, o restante do pessoal da AIOC foi retirado do Irã (NOUROUZI; NOROUZI, 2011). Esse evento de Abadan foi, na leitura de Ofer Israeli (2013), fundamental para os movimentos nacionalistas anticoloniais nos anos 1950 e influenciou diretamente os caminhos do Egito. Bloqueada a via da negociação direta, a questão foi para o Conselho de Segurança.

4.2.1 A disputa anglo-iraniana no Conselho de Segurança da ONU em 1951 e a contribuição do Brasil

Em outubro de 1951²¹⁰, a questão foi levada para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde o Brasil ocupava um assento não-permanente. Mossadegh foi a Nova Iorque para defender a tese de que a nacionalização se tratava de uma questão doméstica e não deveria ser discutida por aquele órgão. João Carlos Muniz, representante brasileiro junto à ONU, comunicou-se com a chancelaria no Rio sobre a questão do Irã, em busca de alinhar o

²¹⁰ No mesmo mês, ocorreram eleições gerais no Reino Unido e o partido conservador, com Churchill à frente, voltaria ao poder.

posicionamento do Brasil²¹¹. Como ele presidiu o CSNU durante aquele mês, isso o impeliu a ter conversas com as partes interessadas. Ernest Gross, da delegação dos EUA, concordava com Muniz que a resolução britânica que exortava o Irã a negociar muito provavelmente não seria aprovada. A preocupação é que isso fosse entendido como um aval para a atitude iraniana. Para evitar a situação, Muniz propôs que, aproveitando a estada de Mossadegh em Nova Iorque, os britânicos se sentassem para uma nova rodada de mediação (UNITED NATIONS, 1952).

No dia 8 de outubro, Muniz visitou o primeiro-ministro no hospital. A fragilidade da condição de saúde de Mossadegh é lembrada por alguns autores como um trunfo político, apesar obviamente dos constrangimentos pessoais (MORTON, 2017). Para Muniz, o primeiro-ministro iraniano insistiu em sua ideia original de que o CSNU não tinha competência para discutir a questão da nacionalização, mas Muniz ponderou que a maior parte dos membros “acreditavam no Conselho e que não deveriam tomar decisão preliminar sobre competência, a qual somente surgiria por ocasião de medidas concretas²¹²”, tal como havia discutido com o próprio representante dos EUA dias antes. Ou seja, o representante brasileiro seguiu o caminho técnico de validar o CSNU como fórum importante para a discussão do assunto, assumindo assim a posição da maioria que havia votado pela inclusão da matéria na pauta. Não queria causar constrangimento à Grã-Bretanha, nem descontentar os EUA.

Poucos dias depois, Muniz encontrou-se com Gross e Gladwin Jebb (representante britânico), com quem discutiu a versão atenuada de uma nova proposta de resolução britânica, que pedia a negociação.²¹³ Esses lhe pediram que procurasse Mossadegh mais uma vez para verificar se o Irã poderia adotar uma posição mais conciliatória. Nesse momento, um dos telegramas explicitou que o embaixador Muniz discordava do ministro João Neves da Fontoura quanto a qual postura adotar diante da intransigência do iraniano e da insistência britânica:

embora mantendo contacto estreito com Jebb e procurando ajudá-lo, em obediência às instruções de Vossa Excelência, venho tentando todos os meios para uma solução conciliatória que nos dispensasse de dar voto ostensivamente favorável à posição inglesa em um assunto como o do **petróleo**, que **desperta sentimentos nacionalistas em muitos países**²¹⁴ (destaque nosso).

²¹¹ AHMRE-B/Confidencial/Telegramas Recebidos/Organismos e delegações/ONU (1947/52), caixa 463, “Nacionalização do petróleo no Irã. Reunião do Conselho de Segurança”, n.º 185, Nova Iorque, 1 de outubro de 1951.

²¹² Ibidem, “Nacionalização do petróleo no Irã. Debates no Conselho de Segurança, n.º 196, Nova Iorque, 8 de outubro de 1951.

²¹³ Ibidem, “Nacionalização do petróleo no Irã”, n.º 200, Nova Iorque, 11 de outubro de 1951.

²¹⁴ Ibidem, Idem.

O ministro brasileiro era favorável ao capital estrangeiro na questão da exploração do petróleo, conforme vimos no segundo capítulo, em contraposição à própria posição defendida pelo presidente Vargas. Assim, a postura de Muniz, mais cautelosa, mostrou-se mais condizente com a sensibilidade internacional que passava a se criar ao redor da figura de Mossadegh e da luta contra o imperialismo britânico. É importante lembrar que em dezembro a presidência brasileira encaminharia para o Congresso Nacional a proposta da criação da Petrobrás (MONIZ BANDEIRA, 2007).

Muniz encontrou-se novamente com Mossadegh que se mostrou “muito mais intransigente”, declarando que focaria na questão da incompetência do CSNU²¹⁵. Não havia espaço para negociação, Mossadegh não cruzara o Atlântico para ceder, e no dia 19 de outubro, o CSNU adiou a sessão esperando o parecer de competência da CIJ. Apenas a URSS votou contra essa moção, pois entendia que não cabia, em nenhuma circunstância a discussão de questões domésticas nos órgãos das Nações Unidas. A questão da nacionalização estava encerrada, pois o Reino Unido já não questionava mais isso. Dos debates do CSNU, ficou a indagação do representante britânico e que ressoaria nos meses seguintes: “Ele perguntou como o governo iraniano poderia pagar uma compensação ou discutir a venda de petróleo se o Irã não tivesse nem as receitas nem o petróleo para vender porque era incapaz de operar sua indústria de petróleo de forma eficaz²¹⁶” (UNITED NATIONS, 1952: 24, tradução nossa), o que havia sido de fato agravado com a retirada dos técnicos britânicos.

Sobre a atuação de Muniz, apesar de condução condizente com a postura brasileira nos fóruns multilaterais, e de ter se proposto a escutar Mossadegh, ele foi diretamente atacado pelo “Voz Operária”:

Para o povo brasileiro tem sido sempre vergonhosa a atuação dos homens do Itamarati, sob Dutra e sob Vargas. [...] Tratando-se, entretanto, do que se trata, a nacionalização do petróleo pelo governo do Irã, a atuação do Sr. Muniz serve para algo. Para mostrar de que espécie é o nacionalismo petrolífero de Getúlio²¹⁷.

O exemplo iraniano era importante pois representava todas as dificuldades envolvidas no caminho da autonomia, que passava pelo controle dos recursos naturais do país. Ou seja, não só no Egito e outras partes do mundo afro-asiático, mas aqui no Brasil, Mossadegh aparecia também como senhor de uma luta honrada e necessária contra o imperialismo. Após a estadia de quase um mês em Nova Iorque, Mossadegh fez uma breve visita ao Cairo em seu retorno

²¹⁵ Ibidem, “Nacionalização do petróleo no Irã”, n.º 201, Nova Iorque, 11 de outubro de 1951.

²¹⁶ Do original: “He asked how the Iranian Government could pay compensation or discuss the sale of oil if Iran had neither the revenues nor the oil to sell because it was unable to operate its oil industry effectively”.

²¹⁷ Voz Operária, Coluna “Ferro em Brasa” – O Brasil e o Irã, 20 de outubro de 1951.

para Teerã. Na capital egípcia, foi ovacionado por multidões nas ruas e marcou definitivamente os rumos das negociações dos britânicos com os egípcios (ISRAELI, 2013), que estudaremos no próximo capítulo.

A respeito da relação do Irã com as duas superpotências, Ruy Pinheiro Guimarães, no relatório de gestão de abril de 1952, notou que os EUA demoraram em auxiliar financeiramente o país (a promessa de ajuda era de 1943). Quando se manifestou pela conciliação do Irã e do Reino Unido, em maio de 1951, os EUA foram repreendidos e solicitados pelo Irã a não abandonarem sua postura de neutralidade na questão do petróleo. O tema do empréstimo solicitado a Truman se estendeu até março de 1952 (na realidade, em outubro do ano anterior, em Nova Iorque, Mossadegh tentou conseguir mais fundos para o país, o que lhe foi enfim negado), quando ficou clara a posição dos EUA de que o Irã poderia ter recursos suficientes caso entrassem em acordo com o Reino Unido ou colocassem sua indústria petrolífera em funcionamento (BARR, 2019).

É importante enfatizar que Guimarães minimizou a influência da URSS no Irã naquele momento, mas ele mencionou que havia agentes de movimentos como a “Associação dos Partidários da Paz” e da “Juventude Democrática” no país. Não deixou de ressaltar a importância do *Tudeh*, agindo na clandestinidade. Ainda assim o ministro plenipotenciário brasileiro enxergava o Irã mais em um “campo neutro”, pois “não creio, sinceramente, que o Irã, nos dias que fluem agora, seja (como se pretendeu em órgãos da imprensa europeia e norte-americana) um fruto maduro para um banquete comunista²¹⁸”. Por fim, Guimarães tranquilizava o MRE quanto à possibilidade de uma tomada comunista no Irã, mas repetia os termos já conhecidos de uma leitura estereotipada do Oriente Médio: “Oxalá não me engane, mas estou [certo] que este povo, em sua imensa maioria **abúlico e comodista**, ainda não é presa fácil para instrumento de aventuras arriscadas, ao gosto de Moscú²¹⁹”.

Abrahamian (2008) e Kalinovsky (2014) concordam que a liderança soviética foi cautelosa em relação aos primeiros passos da administração de Mossadegh. Não queriam irritar o governo e a sociedade iraniana, sabiam da influência crescente dos EUA no país, inclusive da cooperação militar retomada em meados de 1952, e temiam, especialmente, que esse vínculo fosse utilizado de maneira ofensiva contra a URSS. Moscou percebia em Mossadegh uma maior proclividade em relação aos EUA. Uma aproximação que chama a atenção no período foi a do embaixador soviético Ivan Sadchikov com o Aiatolá Kashani, que havia sido eleito para o

²¹⁸ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Teerã (1947-1970), Caixa 130, Relatório do ministro Ruy Pinheiro Guimarães, n.º 63, de 25 de abril de 1952.

²¹⁹ Ibidem, idem.

parlamento em 1950, e fazia parte da excepcional base de apoio do primeiro-ministro. Kashani tinha vínculos com o grupo fundamentalista islâmico que assassinou o primeiro-ministro Razmara, em 1951. Kashani trabalhou no primeiro semestre de 1952 para que a URSS socorresse o Irã em termos financeiros, única maneira para que o país não caísse nas mãos das “potências imperialistas” (KALINOVSKY, 2014).

Com a saída de Ruy Pinheiro Guimarães, em maio de 1952, Hugo Gouthier assumiu a legação brasileira em Teerã. A disputa anglo-iraniana continuou durante todo o ano e a firmeza de Mossadegh, aliada à incompreensão do novo cenário por parte do Reino Unido, impossibilitaram qualquer tipo de conciliação. Em maio, a CIJ deu início aos procedimentos para decidir sobre sua competência no caso da nacionalização do petróleo do Irã, que havia reiteradamente se negado a aceitar qualquer indicação positiva do poder da Corte. Conforme apontou Gouthier, em ofício do começo de junho de 1952²²⁰, “embora a situação constitucional não permita uma interferência direta da Casa Real em assuntos de iniciativa política, Sua Majestade o Xainxá fez um apelo pessoal ao doutor Mossadegh para que não deixasse cerradas as portas para uma solução extra-judicial” da disputa com o Reino Unido.

O representante brasileiro acreditava que após Haia, a permanência de Mossadegh no poder estava com os dias contados. Nesse ponto, Gouthier também subestimou a força do primeiro-ministro iraniano. Conforme discute Kalinovsky (2014), em julho de 1952 houve uma importante crise política no país que testou a força de Mossadegh que, retirado brevemente do cargo após haver pleiteado também o posto de ministro da guerra, acabou sendo restituído. O Xá temia cada vez mais a popularidade do primeiro-ministro e autocraticamente o substituiu por Ahmad Qavam, que tinha um contato mais próximos com os EUA (e havia sido primeiro-ministro na crise soviética). Depois de dias de distúrbios violentos, o Xá foi obrigado a restituir Mossadegh ao poder (NOROUZI, 2019). No mesmo dia, em 21 de julho de 1952, a Corte Internacional de Justiça concedeu ganho de causa ao Irã.

Para Gouthier, havia ainda a preocupação de que o Irã caísse na esfera comunista. Caso isso acontecesse, os EUA teriam que refazer toda sua estratégia de defesa contra os soviéticos. Assim, mesmo que o Irã fosse um “país de práticas ainda um tanto feudais, principalmente no que concerne à agricultura²²¹”, Mossadegh tinha o trunfo de ser vizinho da URSS, o que lhe garantiu a assinatura do acordo de assistência militar com os EUA, que foi bem visto no país.

²²⁰ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Teerã (1947-1970), Caixa 130, “Mês político n.º 5”, n.º 95, Teerã, 6 de junho de 1952.

²²¹ Ibidem, idem.

A situação iraniana, alertou Gouthier, deveria servir de exemplo ao Brasil, que ainda discutia em 1952 a questão da exploração do petróleo no país. Para ele:

O caso do petróleo iraniano oferece aspectos que podem servir de alerta ao Brasil e aos estudiosos de nossos problemas, de forma a ser considerado até onde podem ser nocivos à economia de um país os trustes internacionais. A situação do petróleo iraniano difere, entretanto, da do Brasil porquanto este país somente consome 5% do petróleo aqui extraído, ao passo que o Brasil, quando tiver o petróleo seu para todas as necessidades, terá a sua situação econômica e financeira em posição excepcionais, pela economia de milhões e milhões de dólares em divisas. Assim, longe de nos amedrontar o exemplo do estrangulamento do Irã pela Grã-Bretanha, deve fortalecer o ânimo do Brasil para a manutenção de sua política nacionalista na matéria²²².

Nem Londres nem Washington compreenderam que “na opinião de Mossadegh, a disputa não tinha nada a ver com petróleo; tratava-se de livrar o Irã dos britânicos²²³” (MORTON, 2017: 50, tradução nossa). A impossibilidade de novas concessões entre as partes em litígio levou, no dia 22 de outubro de 1952, ao rompimento das relações diplomáticas entre o Irã e o Reino Unido. Isso se deveu à constante maquinação britânica para substituir o primeiro-ministro, o que acabou com seus opositores presos no dia 13 de outubro. Barr (2019) não encontrou evidências de que a embaixada dos EUA estivesse por trás dos movimentos britânicos naquele momento, e a política de Truman continuava firme no sentido de não incentivar nenhum sinal de golpismo. Na esteira desses acontecimentos, o Brasil se envolveu em uma crise diplomática com Mossadegh, que será tratada a seguir.

4.3 HUGO GOUTHIER, O XÁ E MOSSADEGH: A DISPUTA PELA NARRATIVA E O CONSTRANGIMENTO DIPLOMÁTICO

Em meados de 1952, o chefe do Departamento Econômico e Consular do Itamarati, João Alberto Lins de Barros, preparava uma missão comercial para visitar o Oriente Médio. O objetivo era ampliar o comércio exterior brasileiro. Uma das iniciativas nesse sentido, divulgada pelo “Tribuna da Imprensa” em setembro de 1952, envolvia uma negociação para a compra de petróleo do Irã em troca de tecidos e outros produtos brasileiros, que seriam intercambiados com base em um arranjo que permitisse driblar a falta de divisas de ambos os países. O ministro plenipotenciário brasileiro em Teerã, Hugo Gouthier, é quem negociava com as partes

²²² Ibidem, idem.

²²³ Do original: “in Mossadegh’ mind, the dispute had nothing to do with oil; it was all about getting rid of the British from Iran”.

iranianas, que tinham urgência em encontrar mercados para seu petróleo²²⁴. O governo dos EUA estava ciente dessas negociações. Em memorando do dia 10 de setembro, Byroade recomendou a Acheson que, apesar da postura até então cautelosa das empresas petrolíferas estadunidenses de não furar o bloqueio imposto ao Irã por conta da solidariedade à AIOC, o Departamento de Estado deveria prospectar o mercado produtor e exportador iraniano. A priori, as vendas do petróleo iraniano poderiam ser feitas para países como Argentina, Taiwan, Espanha e Itália. Outros países, como o Brasil, também eram possíveis mercados: “O Brasil já manifestou interesse em comprar petróleo iraniano para suas refinarias e petroleiros em construção. Estes seriam propriedade de interesses privados brasileiros e do governo brasileiro²²⁵”. O Brasil carecia, todavia, de infraestrutura para processar o óleo bruto, e o Irã, por sua vez, não estava produzindo gasolina e outros derivados por conta da paralisação de Abadan.

A movimentação acima não gerou frutos, mas alimentaria as narrativas sobre a crise diplomática entre o Brasil e o Irã, que se iniciou na esteira da retirada britânica do país. No dia 30 de outubro, Gouthier recebeu do MRE a solicitação para que saísse do Irã com “urgência e a título definitivo²²⁶”. Já no dia seguinte, o MRE expediu para Teerã mensagem enviada da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Rio: “o ministro do Irã [Hassanali Gaffary], acreditado aqui [Brasil] e na Argentina, acaba de pedir ao nosso embaixador em Buenos Aires a retirada de Vossa Excelência, por se haver incompatibilizado com o Governo iraniano²²⁷”.

No sábado, dia 1 de novembro, o Encarregado de Negócios da legação brasileira, Sergio Maurício Corrêa do Lago, confessou ao ministro interino Pimentel Brandão que também corria risco no país desde que “passou a frequentar o Palácio [do Xá] mais assiduamente²²⁸”. Relatou um episódio no qual, ao chegar em casa à noite, junto com a esposa, teve que transpor uma barreira de pedras com o carro para escapar de um possível atentado. Afirma que Hugo Gouthier imediatamente tomou conhecimento do ocorrido, mas que decidiram não comunicar ao MRE para não alarmar a chancelaria brasileira, que aparentemente estava, então, sem conhecimento

²²⁴ Tribuna da Imprensa, “Quer o Brasil petróleo do Irã para economizar dólares”, capa, 8 de setembro de 1951.

²²⁵ FRUS, 1952-1954, Iran, Editor: James C. Van Hook (2017). “Memorandum from the Assistant Secretary of State of Near Eastern, South Asian, and African Affairs (Byroade) to Secretary of State Acheson”, Washington, September 10, 1952. Do original: “Brazil has already expressed an interest in purchasing Iranian crude for its refineries and tankers presently being constructed. These would be owned by private Brazilian interests and by the Brazilian Government”.

²²⁶ AHMRE-B/Telegramas Recebidos-Expedidos/Secretos/Embaixadas Q-W (1950-57), Caixa 44, da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (RJ) para a legação em Teerã, n.º 17, 30 de outubro de 1952.

²²⁷ Ibidem, n.º 18, 31 de outubro de 1952.

²²⁸ AHMRE-B/Telegramas Recebidos-Expedidos/Secretos/Embaixadas Q-W (1950-57), Caixa 44, de Sergio Correa do Lago em Teerã, recebido na Secretaria das RE, n.º 80, 1 de novembro de 1952.

do que se passava na legação em Teerã. Não era somente isso que escondiam, como se verá a seguir.

Corrêa do Lago ainda afirmou que “Uma pessoa da corte me informou há um mês que seria feita uma campanha contra a Legação do Brasil e que todos nós éramos considerados pelo Doutor Mossadegh como agentes de ligação da Embaixada americana com o Xá e que tramávamos, segundo o Primeiro Ministro, um movimento revolucionário contra Mossadegh²²⁹”. Não explicou, contudo, o porquê da possível perseguição. Na noite anterior, o próprio embaixador dos EUA havia pedido ao ministro Gouthier para que mantivesse em segredo absoluto os documentos da legação brasileira, que poderiam ser usados contra o Xá Reza Pahlevi²³⁰. Gouthier se encontrou com Mossadegh uma última vez no mesmo dia, e no dia seguinte seguiu para Genebra.

Na segunda-feira, 3 de novembro, Corrêa do Lago comunicou ao ministério que – conforme haviam lhe confiado – “Mossadegh tudo fará para ver fechada a legação do Brasil aqui, pois esse é o seu desejo²³¹”. A partir desse momento, a crise ganharia uma proporção que *a priori* o Itamaraty não vislumbrava. Seguiram-se desavenças inclusive entre a esposa de Corrêa Lago com representantes do governo iraniano em uma recepção ocorrida naquele mesmo dia, e que ele brevemente mencionou em telegrama do dia seguinte. Na quarta-feira, 5 de novembro, o MRE pediu a Corrêa do Lago que fosse prudente: “Dado o ambiente de exacerbado fanatismo nacionalista reinante nesse país, não será demais recomendar-lhe extrema prudência²³²”. Enquanto isso deveria se preparar para uma evacuação do posto “a qualquer momento”, situação na qual deveria “incinerar todo o arquivo confidencial²³³” na embaixada.

No dia seguinte, Corrêa do Lago enviou novo telegrama para o Rio de Janeiro tratando das relações do Brasil com o Irã. No documento ele analisou um artigo que saíra na imprensa iraniana sobre uma carta endereçada de Gouthier para Mossadegh. O jornal apontou que o “Ministro do Brasil afirmara ao doutor Mossadegh desejar servir de mediador na questão do petróleo”, e que isso causara a fúria do político iraniano. Corrêa do Lago prossegue e confessa que de fato havia uma carta, datada de 9 de outubro, mas que Mossadegh já havia anunciado que “nunca publicará [...] por ser inteiramente favorável aos interesses do Irã e não representar

²²⁹ Ibidem, idem.

²³⁰ Ibidem, idem.

²³¹ Ibidem, n.º 84, 3 de novembro de 1952.

²³² AHMRE-B/Telegramas Recebidos-Expedidos/Secretos/Embaixadas Q-W (1950-57, Caixa 44, expedido da SER para a legação em Teerã, n.º 20, de 5 de novembro de 1952.

²³³ Ibidem, n.º 21, de 5 de novembro de 1952.

nenhuma intervenção nos assuntos²³⁴ do país. O encarregado de negócios brasileiros continuou buscando explicações plausíveis para encaminhar ao Ministério no Brasil e, no dia 7 de novembro, comunicou que havia mais razões que levaram ao descontentamento de Mossadegh com Hugo Gouthier. Acontece que ele avisara o adido militar na embaixada da França de que havia um plano para acusá-lo de contrabando de armas para tribos rivais ao governo. Graças ao aviso, e para desconcerto de Mossadegh, acabaram desistindo do plano²³⁵.

No mesmo dia, todavia, o embaixador em Buenos Aires, João Baptista Luzardo, telegrafou para o Rio de Janeiro para contar de seu encontro com o ministro plenipotenciário iraniano, que havia recebido de seu governo a informação de que “o Ministro Gouthier reconheceu, ele próprio haver atuado sem conhecimento do Itamaraty na questão do petróleo o que o Governo persa considera intervenção em assunto interno do país²³⁶”. Dias depois, em 10 de novembro, Luzardo enviou outro telegrama tratando da situação de Corrêa do Lago em Teerã e do seu comportamento injurioso em relação ao Irã. Até aquele momento, conforme lhe informou o ministro iraniano, “não há atualmente nenhuma dificuldade para ele²³⁷”.

Enquanto isso, a questão chegava na imprensa nacional. No “O Estado de S. Paulo”, foi divulgado ainda no dia 7 de novembro o conteúdo do artigo do jornal iraniano mencionado acima. Consta que Gouthier “enviou uma carta a Mossadegh pedindo-lhe suspender a ruptura das relações com a Inglaterra e prontificando-se a servir como mediador²³⁸”. O “Correio da Manhã”, por sua vez, tratou da versão que eles chamaram de “razoável”, e imputou a atitude explosiva de Mossadegh devido à sua saúde e a seu estilo ditatorial. Explicou a questão do acordo do petróleo, que gerou a desconfiança de que “o ministro brasileiro tivesse desejado apenas conhecer os preços oferecidos pelo Irã²³⁹”, para outros fins, tais como prejudicar negociações do Irã. Já o “Tribuna da Imprensa”, na sua edição daquele fim de semana, se prontificou a atacar Mossadegh, mas tentou amenizar a situação, dando-a por resolvida. Sintetizou as três versões que circulavam sobre a saída urgente de Gouthier:

1. O ministro Gouthier, em vista de ser amigo pessoal do Xá do Irã, teria atraído a antipatia de Mossadegh.

²³⁴ AHMRE-B/Telegramas Recebidos-Expedidos/Secretos/Embaixadas Q-W (1950-57, Caixa 44, de Sergio Correa do Lago em Teerã, recebido na Secretaria das RE, n.º 90, 6 de novembro de 1952.

²³⁵ Ibidem, “Relações diplomáticas Brasil-Pérsia. Acusações contra o adido militar francês”, n.º 95, 7 de novembro de 1952.

²³⁶ Telegrama de Luzardo, Buenos Aires, para a SRE, 8 de novembro de 1952. In: Correspondência sobre saída de Hugo Gouthier da representação do Brasil no Irã (07/11 a 02/12/1952). FGV-CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, GVc1952.11.07/5 (FGV-CPDOC; 2009). O link para a pasta está nas referências.

²³⁷ Telegrama de Luzardo, Buenos Aires, para a SRE, 10 de novembro de 1952. In: Ibidem.

²³⁸ O Estado de S. Paulo, “Chanceler persa explica a partida do ministro do Brasil”, capa, 7 de novembro de 1952.

²³⁹ Correio da Manhã, “O afastamento do ministro brasileiro no Irã”, 7 de novembro de 1952.

2. O ministro Gouthier se oferecer para servir de mediador na questão anglo-iraniana, provocando assim o descontentamento do governo do Irã.
3. O ministro Gouthier, interessado na aquisição do petróleo iraniano para o Brasil, teria atraído as desconfianças do governo daquele país, que o julgaria empenhado em obter informações de interesse dos Estados Unidos²⁴⁰.

O “Última Hora” não poupou, todavia, críticas e ironias em relação a Gouthier e sugeriu também que o “rapaz [...] muito bonzinho²⁴¹”, referindo-se a Corrêa do Lago, fosse retirado de Teerã. O jornal defendeu que os dois haviam sido irresponsáveis pois se meteram na disputa entre as duas facções políticas que lutavam no Irã no momento e, por mais que o Xá fosse efetivamente chefe de Estado, Mossadegh era chefe de governo e não poderia ter sido hostilizado. A disputa retórica entre o “Última Hora” e o “Tribuna da Imprensa” escalaria gradativamente com esse caso que opunha forças políticas diferentes.

Figura 5 – Charge do jornal “Última Hora”



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, Última Hora, capa, 6 de novembro de 1952.

No dia 12 de novembro, o “Diário de Notícias” publicou breve notícia tratando de uma versão que eles chamaram “exata”. Partindo das três versões sintetizadas pelo “Tribuna” e indicadas acima, os itens 1 e 2 foram excluídos; o item 3 foi o divulgado pelo jornal, que não poupou o presidente Vargas “quem tão mal elegeu o homem a quem o Brasil confiou a

²⁴⁰ Tribuna da Imprensa, “Para o Irã, um Ministro que não seja amigo do Xá”, capa, 8-9 de novembro de 1952.

²⁴¹ Última Hora, “Seduzido o ministro pela conversa do Xá”, capa, 11 de novembro de 1952.

representação²⁴²”. Ou seja, Gouthier havia sido escolhido para o posto por Vargas, logo esse era culpado. No dia 13 de novembro, a situação chegou ao Senado onde, após a tramitação do projeto que criava a Petrobrás na Câmara dos Deputados, em setembro daquele ano, se discutiam os rumos da indústria petrolífera no próprio Brasil.

O deputado Assis Chateaubriand (PSD, da Paraíba), defensor da livre concorrência, e Landulfo Alves (PTB, da Bahia), favorável ao monopólio estatal do petróleo, mencionaram a situação iraniana para justificarem seus respectivos pontos de vista. Alves leu então notícia divulgada no “Diário de Notícias”, no dia anterior, sobre a retirada de Gouthier de Teerã, no que foi repreendido por outro deputado por fazer acusações sem comprovação. A discórdia também estava plantada na casa legislativa²⁴³. No dia 17 foi proposta a criação de uma CPI para investigar o caso pois, é importante lembrar, era o Senado quem referendava a escolha de embaixadores e representantes para os postos brasileiros no exterior. Mas, além dessas funções constitucionais, o que se percebe é que no caso Gouthier, a questão da nacionalização do petróleo e a postura de Mossadegh encontraram naquele momento vazão nos debates que se faziam no país.

Gouthier apresentou seu relatório para o Itamarati, que conduzia um inquérito próprio sobre o caso, no dia 15 de novembro e foi categórico em acusar a dominação comunista do governo como uma razão central das posturas e decisões que Mossadegh vinha tomando: “o país está em verdadeira fermentação comunista e o governo infiltrado de elementos comunistas [...]. Devia eu, Ministro do Brasil, aproximar-me dos elementos comunistas, tornando-me amigo deles?²⁴⁴”. Justificou-se, ademais, por não haver enviado documentação sobre os ocorridos em outubro por conta da espionagem soviética e insinuou que a mídia brasileira com frequência vazava informações secretas do Itamarati, não podendo ele assim se colocar em posição de vulnerabilidade.

Sobre as possíveis negociações de petróleo, sondadas em setembro, o ministro informou que não chegou a receber os preços praticados pelo Irã, até porque a Grã-Bretanha e os EUA receberam desfavoravelmente o interesse brasileiro em negociar com o país. Descartou, assim, qualquer importância dessa questão da compra do petróleo iraniano pelo Brasil. No último

²⁴² Diário de Notícias, “Teria transmitido ao representante de outra nação informações confidenciais”, primeira seção, p. 4, 12 de novembro de 1952.

²⁴³ Diário de Notícias, “Repercute no Senado a noticiário do ‘Diário de Notícias’ sobre a retirada do ministro do Irã”, primeira seção, p. 3, 15 de novembro de 1952.

²⁴⁴ Relatório apresentado pelo ministro Hugo Gouthier de Oliveira Gondim ao Itamaraty, Rio de Janeiro, 1952. In: Correspondência sobre saída de Hugo Gouthier da representação do Brasil no Irã, acusado pelo Governo de intervenção nos assuntos interno do país (07/11 a 02/12/1952). FGV-CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, GVC1952.11.07/5 (FGV-CPDOC; 2009).

encontro com Mossadegh, Gouthier lhe disse que “o Brasil adota também uma política nacionalista, em relação ao petróleo²⁴⁵”. Ou seja, o diplomata brasileiro, aparentemente, não antipatizava com o aspecto nacionalista da política iraniana, mas hiperbolizou os temores comunistas como justificativa para sua indisposição com um primeiro-ministro que também não se identificava com essa leitura política. Por fim, o diplomata defendeu que sua amizade com o Xá fora o motivo principal de sua saída de Teerã, pois esse representava o vínculo do Irã com o Ocidente, e era interesse de Mossadegh tirar-lhe todo o poder, em nome de Moscou.

Enquanto isso, a situação de Côrrea do Lago em Teerã se tornava insustentável e o governo decidiu por sua saída nos dias seguintes. No dia 14, sexta-feira, foram encaminhadas do Rio de Janeiro as devidas instruções: “Vossa Senhoria não deverá passar nota e sim, tão somente, comunicar verbalmente ao Ministério do Exterior que se ausentará do país por motivo de saúde de pessoa de sua família²⁴⁶”. Deixou aos cuidados do embaixador do Líbano a guarda dos bens da legação brasileira em Teerã, incinerou os telegramas recebidos e expedidos que se encontravam em sua posse, e partiu para Genebra no dia 23 de novembro. No dia 25, o ministro exterior do Irã, Hussein Fatemi, anunciou que a legação brasileira estava temporariamente fechada.

No dia 21 de novembro, o “Diário de Notícias” publicou uma versão da defesa de Gouthier²⁴⁷: existia de fato uma carta para o embaixador dos EUA, mas nela o representante brasileiro sugeria que se tentasse junto ao *Export and Import Bank* o auxílio de 49 milhões de libras que Mossadegh havia solicitado. Gouthier ainda negava ter se encontrado com o ex-primeiro-ministro Gavam, que ocupara por poucos dias o cargo de primeiro-ministro na crise de julho do mesmo ano. Essa acusação era grave, pois naquele momento Mossadegh de fato havia sido derrubado por uma maquinação do Xá, o que aumentou e justificou a desconfiança de que se almejava sua liquidação política. No mesmo dia, a revista “Manchete” trouxe uma reportagem de José Guilherme Mendes (1952) cujo título era “PERFUME+PETRÓLEO = DINAMITE”, que insinuava que nem “do lado de cá, nem do lado de lá” estavam conseguindo explicar devidamente a história. Com um tom de ironia, Mendes (1952: 37) ainda se perguntou sobre a versão oficial – a amizade de Gouthier com o Xá –: “que **amor** será esse do Dr. Mossadegh pelo Xá que não tolere vê-lo de intimidade com o ilustre representante da alta sociedade brasileira?”. Ou seja, a esse ponto da situação, e independentemente do que fosse

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ AHMRE-B/Telegramas Recebidos-Expedidos/Secretos/Embaixadas Q-W (1950-57), Caixa 44, expedido da SRE para a legação em Teerã, de 14 de novembro de 1952.

²⁴⁷ Diário de Notícias, “Existe a carta ao embaixador americano, mas não a respeito do preço do petróleo”, primeira seção, p. 3, 21 de novembro de 1952.

oficialmente produzido, pairavam dúvidas sobre a atuação de Gouthier no Irã, que por sua vez demonstrava evasão ao tratar do caso. As versões se difundiram, e a que foi conveniente para Gouthier e o MRE era a da amizade com o Xá.

O inquérito do Itamaraty encerrou-se quando Pimentel Brandão suspendeu Gouthier por 90 dias, alegando que ele havia tido uma “iniciativa arriscada” nos negócios com o Irã. O “Correio da Manhã” manifestou-se veementemente contra a decisão do ministro interino, acusando-o de conluio com os “comunistas” do Ministério e de ter provocado uma “humilhação ao Brasil²⁴⁸”. O jornal ainda defendeu a versão consolidada na defesa de Gouthier de que a carta havia sido enviada a título pessoal e não a mando do MRE e que, ainda assim, não se justificava tal punição.

Dias antes, o “Tribuna da Imprensa” havia estampado em sua capa o seguinte título: “Intriga Comunista, o caso Brasil-Irã”. A prosa desse jornal, sempre explosiva, aproveitou mais uma vez a chance para alfinetar o “Última Hora” – “jornais oficiosos [...] empreendem uma campanha de desmoralização destinada a justificar o ato do ministro Mossadegh. Porque tais jornais [...] estão controlados pelos comunistas²⁴⁹”. Aliás, o ministério foi fortemente criticado por deixar vaziar informações, mas é necessário notar que o próprio “Tribuna da Imprensa” deu notícia do conteúdo do telegrama confidencial de Corrêa do Lago de 1 de novembro, no qual ele contava de uma possível tentativa de atentado em outubro daquele ano. Sobre a situação do Xá foi dito que: “No seu isolamento cercado de espiões, tendo de manter a luta para conservar o Irã fora da órbita russa, o Rei encontrou nos diplomatas brasileiros um pequeno círculo de amizade e de confiança²⁵⁰”.

Carlos Lacerda, pouco depois, publicou crítica severa ao embaixador Pimentel Brandão e exortou o presidente Vargas a agir “como presidente e interrompa, no Itamarati, a marcha da traição²⁵¹”. Lacerda chegou a ser convocado pelo Senado a depor na CPI instalada, e pouco depois publicou mais um artigo no qual considerou o caso Gouthier um “episódio quente da Guerra Fria²⁵²”. O estilo histriônico de Lacerda chegou ao ápice ao concluir que “quem colabora com os americanos, em terreno diplomático, na zona perigosa da guerra fria, é publicamente punido”. O “Última Hora”, por sua vez, apostou em uma punição a Gouthier, mas Francisco de Assis Barbosa defendeu em sua coluna uma ampla reforma do Itamarati “que acabe com essa

²⁴⁸ Correio da Manhã, 4 de dezembro de 1952.

²⁴⁹ Tribuna da Imprensa, “Intriga comunista, o caso Brasil-Irã”, capa, 18 de novembro de 1952.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ Tribuna da Imprensa, editorial de Carlos Lacerda, “A crise moral do Itamarati”, p. 4, 21 de novembro de 1952.

²⁵² Tribuna da Imprensa, editorial de Carlos Lacerda, “Consequências políticas da punição de Gouthier”, p. 4, 12 de fevereiro de 1953.

mania estúpida de escolher para os postos diplomáticos de responsabilidade não os mais capazes e sim os que sabem dar com maior perfeição o laço ‘black-tie’. Esse tempo já passou²⁵³”.

Na bibliografia, Visentini (1995) é um dos poucos autores a tratar da questão. Ele a localizou dentro de iniciativas do MRE em prospectar mercados no Oriente Médio, e menciona a missão comercial que João Alberto Lins de Barros preparava para novembro de 1952. O “*affair Gouthier*”, para o autor, “ao que parece, está efetivamente ligado ao problema petrolífero” (VISENTINI, 1995: 88). Moniz Bandeira (2007) também abordou de forma breve o caso Gouthier. O autor enfatizou o fato de o ministro Neves da Fontoura estar em Nova Iorque, por conta da AGNU, e, portanto, afastado da crise. O interino foi fortemente criticado sobre a forma com que lidou com a situação de acordo com a opinião predominante em jornais como o “Tribuna da Imprensa”, o “Correio da Manhã” e o “Diário de Notícias”, todos defensores da participação do capital privado na exploração do petróleo. O autor não hesitou em concluir que “O governo do Brasil, se revelasse a verdade sobre a atuação de Gouthier, teria que afastá-lo da carreira, colocá-lo em disponibilidade” (MONIZ BANDEIRA, 2007: 470). Isso de fato não aconteceu, e o diplomata continuaria a gozar de boa receptividade. Mossadegh, por sua vez, confirmaria suas suspeitas de golpe em 1953, mesmo ano em que se aprovou a lei da Petrobrás no Brasil.

4.4 O GOLPE DE 1953 CONTRA MOSSADEGH E O DESFECHO DO CASO GOUTHIER

O presidente Eisenhower, que assumiu em janeiro de 1953, aperfeiçoou o jogo do “foco” e da “distorção” com que as lentes ideológicas da Guerra Fria apresentavam o mundo, e no caso iraniano assentiu para que Mossadegh fosse derrubado. Os campeões dessa nova política foram os irmãos John Foster Dulles, Secretário de Estado dos EUA, e Allen Dulles, Diretor da CIA. Para Steve Marsh (2003), de imediato, houve mais continuidades que mudanças em termos de política externa entre os governos Eisenhower e Truman. Por isso mesmo, em fevereiro de 1953, os britânicos chegaram a apresentar mais uma proposta de acordo, através da qual aceitavam a arbitragem internacional sobre a compensação que receberiam com a perda da concessão iraniana. Ademais, esperavam que a AIOC voltasse a atuar no Irã como parte de um consórcio de empresas (MORTON, 2017). Mossadegh se opôs a mais essa proposta e, diante dos impasses e das dificuldades em lidar com a situação, os EUA se tornaram mais reticentes

²⁵³ Última Hora, “Coluna de Última Hora”, p. 3, 7 de fevereiro de 1953.

com o compromisso de uma solução negociada para o caso. Isso serviu para ampliar o tímido, mas relevante, consenso entre Washington e Londres: era preciso derrubar o primeiro-ministro iraniano para que um acordo efetivo para a exploração do petróleo no país fosse firmado.

Para James Barr (2019), o fator decisivo para o apoio estadunidense foi a ameaça iraniana de vender o seu petróleo pela metade do preço, o que minaria os arranjos da Aramco, na Arábia Saudita. Mas, enquanto Mossadegh não tivesse condições de transportar e vender para o mercado internacional, e mesmo de refinar o petróleo e produzir seus derivados, como ficou evidente com o breve flerte com o Brasil em setembro de 1952, essa ameaça era ineficaz. Ainda em março de 1953, Foster Dulles estava convencido de que um golpe era a única solução para lidar com Mossadegh (AMANAT, 2017). A pressão sobre o primeiro-ministro iraniano cresceu consideravelmente e o cenário para sua queda começou a ser orquestrado:

Eisenhower enviou a Teerã uma mensagem ainda mais forte quando respondeu a um apelo confidencial que Mossadegh havia feito em 8 de maio pedindo ajuda financeira. [o presidente dos EUA] adiou [sua resposta] até 29 de junho e então rejeitou bruscamente o pedido e publicou ambas as cartas antes que sua resposta chegasse ao Irã²⁵⁴ (MARSH, 2003: 157, tradução nossa).

Todavia, antes mesmo da divulgação da resposta, no dia 25 de junho, o Departamento de Estado havia concordado em um plano para a derrubada de Mossadegh e sua substituição por Fazlullah Zahedi. Kim Roosevelt, agente da CIA e que também participaria em eventos no Egito anos depois, foi destacado para atuar no país. Junto com forças locais e com apoio do MI6 (serviço secreto britânico) conseguiram convencer Zahedi e o Xá a seguirem com o golpe. Esse deveria ter ocorrido no dia 15 de agosto, mas no dia anterior Mossadegh tomou conhecimento do movimento e conseguiu prevenir que continuasse. Na manhã do golpe, opositores do primeiro-ministro foram presos e o Xá fugiu do país, enquanto o chefe de sua guarda entregava a dispensa real a Mossadegh (AMANAT, 2017).

O primeiro-ministro anunciou então a dissolução do parlamento e seu ministro das Relações Exteriores exigiu a abdicação de Reza Pahlevi. Essas duas medidas se coadunaram com os planos de Kim Roosevelt e Zahedi que não haviam desistido de concluir o golpe e se encontraram no dia seguinte para decidirem como sair daquela situação: “eles acreditavam que

²⁵⁴ Do original: “Eisenhower sent Teheran an even stronger message in his reply to a confidential plea by Mosaddeq on 8 May for financial aid. He delayed it until 29 June and then brusquely rejected the request and published both letters before his response reached Iran”.

sua tarefa agora era convencer Teerã de que foi Mossadegh quem encenou fazer um golpe”²⁵⁵ (BARR, 2019: 169, tradução nossa). Roosevelt, então, forçou dois apoiadores do golpe a incitar uma demonstração de massa nas ruas de Teerã, pois queria apresentar a ideia de que o *Tudeh* seria o grande vitorioso dos planos nacionalistas de Mossadegh. No dia 19 de agosto, as demonstrações continuaram – com mais violência – e opositores do regime conseguiram tomar pontos estratégicos da capital. O primeiro-ministro se refugiou em sua casa, enquanto Zahedi se declarava primeiro-ministro.

Em poucos dias, o Xá voltou ao país e Mossadegh estava em prisão domiciliar. O “Tribuna da Imprensa”, como era de se esperar depois dos ataques constantes contra Mossadegh, comemorou sua queda, pois “O Irã escapou da ‘Cortina de Ferro’”. O jornal ainda publicou um fac-símile de uma carta do Xá, datada de 2 de novembro de 1952, para Gouthier. Enfim, concluiu que “os acontecimentos do Irã, com a queda de Mossadegh derrubado pelo próprio povo enfurecido, e a volta do Rei, constituem a prova definitiva de que Gouthier tinha razão”²⁵⁶. Se a alegação de que Mossadegh caíra por manifestações espontâneas sustentava, de acordo com o jornal, a razoabilidade de Gouthier, os acontecimentos narrados acima provam que algo continuou inexplicado nas démarches do ministro brasileiro enquanto esteve creditado junto ao governo do Xá. O ambiente de conspiração fervilhava no país desde 1952, e Kim Roosevelt coroou os temores de Mossadegh com sua queda.

Para Marsh (2003: 159, tradução nossa), havia “uma repulsa americana contra as atitudes arrogantes e antiquadas britânicas, avaliações preconceituosas e sua busca por políticas que provavelmente levariam o Irã ao comunismo”²⁵⁷. Os irmãos Dulles, todavia, temiam a queda iminente do Irã na zona de influência soviética, e conseqüentemente de todo o Oriente Médio, o que seria inadmissível. A URSS, por sua vez, continuava desconfiada das reais intenções de Mossadegh ao longo do primeiro semestre de 1953. Kalinovsky (2014: 15, tradução nossa) lamenta a falta de acesso aos documentos russos – disponíveis nos anos 1990, e depois reclassificados –, mas a partir das evidências existentes, concluiu que: “Molotov ainda via Mossadegh em conluio com os americanos e qualquer evidência da pressão americana sobre Mossadegh como um stratagema para desviar a atenção da verdadeira questão, que era o Irã

²⁵⁵ Do original: “they believed that their task was now to convince Teheran that it was Mosaddeq who had staged the coup”.

²⁵⁶ Tribuna da Imprensa, “O Irã escapou da Cortina de Ferro”, capa, 20 de agosto de 1953.

²⁵⁷ Do original: “an American revulsion against British arrogant and antiquated attitudes, jaundiced assessments and their pursuit of policies likely to deliver Iran to communism”.

sendo absorvido pela órbita americana²⁵⁸”. O temor comunista foi exagerado para justificar um golpe. Aliás, os documentos de Décio de Moura, Ruy Guimarães e mesmo um dos ofícios de Gouthier afastava a possibilidade da tomada comunista no Irã.

Para Kalinovsky (2014), essa desconfiança soviética foi responsável por sua incapacidade de reagir – ou mesmo compreender – o que estava em jogo com o golpe de agosto de 1953 contra o primeiro-ministro iraniano. As questões domésticas soviéticas também impactaram nessa falta de visão prospectiva, pois após a morte de Stálin em 1953, os líderes soviéticos em disputa se esforçaram para chegar a um armistício na guerra da Coreia, o que aconteceu em julho do mesmo ano, e não estavam dispostos a ousar em outros campos. A queda do primeiro-ministro não significou, todavia, a volta triunfal dos britânicos para o Oriente Médio, de onde seriam gradativamente ejetados nos próximos anos. A AIOC negociou com o novo governo iraniano, conseguiu alguma compensação, mas, “Após negociações prolongadas em 1954, a *Anglo-Iranian* [cujo nome passou a ser *British Petroleum*] juntou-se a cinco empresas americanas em um novo consórcio que deixou a empresa britânica com uma participação de 40 por cento²⁵⁹” (BARR, 2019: 173, tradução nossa). Mossadegh caiu pelas mãos da CIA e os britânicos pagaram o preço.

Sobre Gouthier, o caso só se desenrolou no Senado em setembro de 1953. Antes disso, ainda em julho, o novo ministro das Relações Exteriores de Vargas, Vicente Rao, divulgou despacho amenizando o acontecido, reforçando o caráter pessoal da carta enviada ao Xá e revogando a punição que o ministro interino Pimentel Brandão dera a Gouthier à época. Esse foi definido pelo despacho ministerial como “um diplomata que continuará a representar o país no exterior, que tem uma relevante e longa folha de serviços e sempre procedeu com a maior dignidade no exercício de suas funções²⁶⁰”. O “Última Hora” não deixou de notar o “endeusamento” de Gouthier após o episódio em Teerã: a “escorregadela do medíocre diplomata [foi transformada] num verdadeiro caso de honra nacional²⁶¹”. Como prova de que internamente a versão de Gouthier vencera foi sua alocação para a representação do Brasil nas Nações Unidas (e o país ocuparia uma cadeira não-permanente no CSNU no biênio 1954-1955).

²⁵⁸ Do original: “Molotov still saw Mossaddeq as basically being in cahoots with the Americans, and any evidence of American pressure on Mosaddeq as a ploy to distract from the real issue, which was Iran being absorbed into the American orbit”.

²⁵⁹ Do original: “Following protracted negotiations in 1954, Anglo-Iranian was joined by five American companies in a new consortium which left the British company with a 40 per cent stake”.

²⁶⁰ Jornal do Brasil, “A atividade do diplomata não justificava a aplicação da grave penalidade”, 30 de julho de 1953.

²⁶¹ Última Hora, “A humilhação dos embaixadores”, 19 de setembro de 1953.

Em sua autobiografia, o embaixador Hugo Gouthier (2008) narrou o episódio que o envolveu em Teerã nos anos 1950. A legação brasileira no Irã havia recebido, ainda no governo Dutra, indicações por escrito de como proceder no país. Gouthier (GONDIM, 2008: 165, destaque nosso) reproduziu trecho do documento, que dizia o seguinte:

O Rei (o Xá) de fato constitui a única força unificadora e estabilizadora do Irã. [...] Foi **graças ao Xá que o governo iraniano conseguiu declarar ilegal o partido Tudeh** (comunista), cuja subserviência a Moscou ficou patente nos acontecimentos do pós-guerra... Vossa Excelência deverá acompanhar o desenvolvimento da questão do petróleo que toca de tão perto as relações entre o Irã e a Grã-Bretanha.

O livro de memórias do embaixador foi escrito após a Revolução Iraniana de 1979, quando um governo islâmico radical tomou o poder em Teerã e derrubou o Xá, acabando de vez com a monarquia. Isso pode ter influenciado na forma como se expressou, mas a linha mestra de desdenhar Mossadegh e apoiar o Xá era a mesma desde os anos 1950. Para ele, o principal erro do Xá “é a causa da sua desgraça foi justamente tentar impor – a qualquer preço – modernos conceitos ocidentais de vida, progresso e felicidade a um povo medieval ainda imerso em denso clima de fanatismo religioso” (GONDIM, 2008: 161). Enfim, décadas depois, sua posição sobre a questão e considerações sobre os iranianos como povo e o islamismo enquanto religião foram fortemente marcadas pelo orientalismo, que discutimos no segundo capítulo. Parece ele ter esquecido que o Xá também era iraniano, e que como chefe de Estado deveria ser a representação de seu povo. Ou Gouthier entendeu errado, ou o Xá errou e caiu justamente por conta disso.

As relações do Brasil com o Irã foram, assim, um ponto de reflexão das discussões nacionais sobre o petróleo, a questão dos trustes internacionais, dos interesses do capital privado dos EUA na exploração da economia dos países subdesenvolvidos e da atuação diplomática brasileira em questões relevantes no cenário internacional. Já sobre o caso Gouthier, esse foi transformado em um episódio de Guerra Fria na história brasileira porque foi manipulado de maneira suficientemente forte para alavancar acusações políticas que reverberaram inclusive na discussão doméstica sobre o petróleo brasileiro. A escolha do modelo para a exploração daqueles recursos envolvia a disputa de ideologias sobre as etapas da modernização, mobilizava a imagem da bipolaridade e a questão da barganha entre superpotências e reforçava o discurso anti-imperialista, tal como caracterizaram a Guerra Fria.

O “Voz Operária”, denunciando a virada brutalmente ditatorial do Xá em um Irã pós-Mossadegh, recuperaria a atuação do “espião brasileiro no papel mais sórdido²⁶²” da conspiração contra o primeiro-ministro iraniano. Em 1952, a diplomacia brasileira fez o seu habitual serviço de executar “servilmente as ordens das missões diplomáticas norte-americanas²⁶³”. Na mídia de esquerda, o tom de denúncia do imperialismo britânico dava espaço crescente às críticas ao imperialismo dos EUA, baseado nos trustes e em suas grandes empresas, algo que os irmãos Dulles representavam em sua essência. O “incidente” de novembro de 1952 também serviu para demonstrar que temas de política externa e internacional interessavam ao país suficientemente para que ocupassem por meses páginas e capas de jornais. A partir destas chaves interpretativas, no próximo capítulo estudaremos as relações do Brasil com o Egito, da fase final da monarquia no país até o início do governo de Nasser.

²⁶² Voz Operária, “‘O povo nos vingará’ – bradam os patriotas persas fuzilados pelos carrascos a serviço da Standard Oil”, 6 de novembro de 1954.

²⁶³ Idem.

5 DA MONARQUIA À REPÚBLICA EGÍPCIA: O EGITO NO COMEÇO DA GUERRA FRIA

O Egito ocupa uma posição ímpar no Oriente Médio. Da construção do Canal de Suez, o que colocou o país sob controle britânico, ao desenvolvimento do arabismo, Cairo intermediou e participou de muitos dos conflitos que ocorriam na região até pelo menos os anos 1970. No Egito, desenvolveu-se entre os anos 1920 e 1940, um sistema pluripartidário, monárquico e com uma ampla atividade política de grupos de distintas ideologias. O rei Farouk ocupava o trono desde 1936 e em 1942 foi forçado pelos britânicos a pender o país para o lado Aliado na Segunda Guerra (BARR, 2019). Conforme vimos no primeiro capítulo, essa disputa em torno da soberania e da autonomia do Egito envolviam diretamente a Grã-Bretanha e chamava cada vez mais a atenção dos EUA que, focados na Europa, agiriam de maneira cautelosa nos cenários onde os britânicos estivessem sendo questionados.

A guerra contra Israel em 1948 marcou os caminhos do mundo árabe, e especialmente do Egito. Rogan (2018: 333, tradução nossa) reconhece que “Os estados árabes entraram na guerra para impedir uns aos outros de alterar o equilíbrio de poder no mundo árabe, em vez de salvar a Palestina árabe²⁶⁴”. Não havia recursos nem coesão suficientes para vencer o conflito (ademais, em países como a Transjordânia, Iraque e Egito, os britânicos controlavam inclusive a entrada de armas). A década de 1950 foi marcada pelo descontentamento com esses regimes políticos que perderam a guerra para o Estado recém-criado na região e influenciada pelo movimento de nacionalização da indústria petrolífera iniciado no Irã. A contestação da ordem imperial ganhou espaço no vocabulário político local e levou a um período conturbado na política do Oriente Médio, com golpes, ação das grandes potências na desestabilização de governos e revoluções, como a que aconteceu no Egito em 1952 e que alçou ao poder Gamal Abdel Nasser. A partir da Conferência de Bandung (1955), Nasser se tornou uma das lideranças do movimento terceiro-mundista e se tornaria a personalidade mais relevante do mundo árabe naquele momento.

Neste capítulo, a partir da ótica dos representantes brasileiros no Cairo e da mídia nacional, estudaremos a relação do Egito com as grandes potências, a questão da Palestina e a criação do Estado de Israel, a influência de movimentos comunistas no Cairo, a apreciação da monarquia (que foi oficialmente abolida no país em 1953) e o desenrolar da Revolução de 1952. Entre os documentos centrais para o capítulo estão os ofícios enviados pelo encarregado de

²⁶⁴ Do original: “The Arab states ultimately went to war to prevent each other from altering the balance of power in the Arab World, rather than to save Arab Palestine”.

negócios da embaixada, Wagner Pimenta Bueno, que cuidou da legação entre julho de 1947 e agosto de 1948, e do ministro plenipotenciário Themístocles da Graça Aranha, que ocupou o cargo de 1948 a 1954. A legação foi alçada a nível de embaixada em 1953. Há, em certa medida, uma identificação dos problemas do Egito com os impasses domésticos brasileiros, pois aquele país era considerado uma sociedade antiga e madura, apesar das dificuldades impostas pelo imperialismo. Essa percepção começa a ser modificada a partir da Revolução de 1952 com o acirramento da disputa política no país. Aos poucos, a aproximação do Egito com a União Soviética, mas não em direção ao socialismo, azedou as considerações sobre o país feitas pelos representantes e a mídia brasileiros. Abundam também as considerações orientalistas, bastante frequentes, como temos visto.

5.1 O CONFLITO ANGLO-EGÍPCIO SOB UMA ÓTICA BRASILEIRA

O conflito anglo-egípcio foi uma das primeiras pautas da CSNU, onde, como já vimos, o Brasil foi membro não-permanente no biênio 1946-1947, quando também se discutiram a presença de tropas soviéticas no Irã, de tropas britânicas na Grécia e na Indonésia, e a “reclamação sírio-libanesa contra a presença de tropas franco-britânicas em seu solo. [...]” (ZIEMATH, 2016: 26). Nessa ocasião, o Brasil, seguindo a posição dos EUA, apoiou que os países membros tinham o direito de exigir a retirada de tropas estrangeiras estacionadas em seus territórios, medida que almejava a presença soviética em parte da Europa e no Irã, conforme vimos no capítulo anterior. Partindo de argumentos semelhantes, em agosto de 1946, a URSS questionou a presença de tropas aliadas em países não-inimigos, e tentou inclui-la no debate do CSNU. Mesmo que não tenha sido aprovado, o pedido provocou o representante egípcio (que foi membro não-permanente naquele ano) a esclarecer que o país negociava bilateralmente a saída das tropas britânicas, o que seria ineficaz. Em julho de 1947, o Egito comunicou ao Secretário-Geral, Trygve Lie, que o país queria a retirada completa das forças britânicas de seu território. Em agosto, O CSNU iniciou o debate sobre a questão e uma proposta de resolução brasileira contrariou as expectativas egípcias. O texto do Brasil era bastante genérico, pois basicamente pedia que as partes voltassem à uma solução negociada bilateralmente (UNITED NATIONS; 1948).

Nenhuma decisão foi tomada naquela rodada de discussões, mas a postura branda e pró-ocidental brasileira provocou protestos no Cairo. Ainda no final de agosto de 1947, o encarregado de negócios do Brasil, Wagner Pimenta Bueno, enviou um ofício para o MRE

tratando das reações naquela capital²⁶⁵. Esperava-se do Brasil uma posição intermediária e que não frustrasse o sentimento nacional egípcio: a “surpresa” e a “decepção” que tomaram conta da opinião pública do país naquele momento “refletem o estado de espírito daqueles que não atinam com as razões pelas quais o Brasil, **inegavelmente país de expressão no Oriente Médio** e acentuando cada vez mais invejável situação, não buscasse atitude ao menos conciliatória” (grifo nosso). Para Bueno, estava em jogo não só a imagem do país perante o Egito, mas também em relação aos outros países árabes. Não menos importante, Bueno entendia que o sentimento de ultraje dos países ocidentais abriria as portas para influência soviética no país.

Dentre as manifestações de animosidade, Bueno trata de um jornal egípcio que publicou um artigo acusando o Departamento de Estado dos EUA de ter na verdade redigido a proposta do representante brasileiro no CSNU. Ademais, as lojas do *Brazilian Coffee Stores*, cafés bem frequentados no Cairo e que ostentavam bandeiras brasileiras, tiveram que esconder esses símbolos e explicar que seus proprietários eram gregos e que o café ali comercializado vinha de diversos países do mundo. A demonstração de contrariedade no Egito chegou a tal ponto que os representantes do Brasil e da China, que também propôs uma resolução conciliatória, foram ameaçados por membros da Irmandade Muçulmana²⁶⁶. A ameaça concretizou-se quando em 28 de agosto uma bomba foi jogada contra o edifício no qual funcionava a legação brasileira no Cairo²⁶⁷. Os danos foram apenas materiais, mas esse ataque foi um lembrete de que a questão do anti-imperialismo era demasiado séria para posturas suaves ou imprudentes.

Nos meses seguintes, a AGNU discutiu o Plano de Partilha da Palestina, que seria ferozmente oposto pelo Egito. Como já vimos, o Brasil foi favorável ao plano, o que colocou a região em uma zona de conflito aberto. O voto brasileiro acompanhou o de inúmeros países, e foi compreendido dentro da lógica da multilateralidade das Nações Unidas e de alinhamento com os EUA. Mas a decisão de novembro de 1947 teve consequências imediatas para o Egito, pois esse passou a não só lutar contra a hegemonia britânica, mas também a auxiliar a causa árabe na Palestina.

Como já vimos, o voto positivo, e mesmo a criação de um Estado dos judeus na Palestina não eram unanimidades nacionais. Carlos Lacerda, nos artigos sobre o Egito publicados em fevereiro de 1948 no “Correio da Manhã”, questionou os processos internos do MRE, pois o

²⁶⁵ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “O pleito anglo-egípcio e o Brasil”, n.º 107, Cairo, 27 de agosto de 1947.

²⁶⁶ Ibidem, idem.

²⁶⁷ Diário de Notícias, “Explode uma bomba na legação do Brasil no Cairo”, capa, 29 de agosto de 1947.

voto positivo brasileiro na questão da Partilha não fazia sentido se houvessem sido considerados os relatórios da legação do Cairo. Ademais, a manutenção de uma boa relação com os países árabes deveria ser a prioridade do Brasil, pois esta parte do mundo representava “um amigo certo, pois tem muitos problemas semelhantes aos nossos, uma origem e, por assim dizer, um destino comum ao nosso²⁶⁸”. Esses problemas análogos iam desde questões mais amplas, como a “racionalização da produção agrícola, a formação de uma base industrial, o levantamento do nível cultural do povo [...]”, a temas mais específicos como “o aproveitamento do rio São Francisco – vim encontrá-lo no Cairo, nos projetos aqui em curso para o aproveitamento do Nilo²⁶⁹”.

A percepção dessas semelhanças nos processos de formação de ambos os países coloca a análise de Lacerda em um plano distinto daquele feito por alguns dos ofícios enviados pelos representantes brasileiros, que reconheciam os problemas egípcios, mas não se davam conta de que eram parecidos aos nossos. Ainda assim, os documentos mostram que se compreendia a importância do Cairo no mundo árabe e prevaleceu o cultivo de boas relações com o Egito.

Substituindo Caio de Mello Franco, que recebera Lacerda no Cairo, Themístocles da Graça Aranha assumiu como Ministro Plenipotenciário do Brasil a partir de agosto de 1948, ou seja, um ano após o episódio da bomba contra a legação brasileira e o voto no CSNU. Poucas semanas depois da sua chegada ao país, Graça Aranha se reuniu com Mahmoud Al-Nuqrashi, então primeiro-ministro egípcio. Na primeira parte da conversa, Al-Nuqrashi expressou incompreensão diante da postura brasileira na ONU no ano anterior, quando se esperava que o Brasil pelo menos entendesse a posição egípcia. Mas, boa parte do documento diz respeito à questão palestina. Nesse momento, o conflito ainda se desenrolava e, com exceção da Jordânia, que passava a enxergar um *modus vivendi* com Israel, os outros países árabes exigiam a extinção do Estado recém-independente²⁷⁰.

É importante notar que o primeiro-ministro egípcio era contrário a qualquer intervenção de seu país no conflito, mas foi convencido aos poucos pela crescente demonstração da opinião pública e da atuação ativa da Liga dos Estados Árabes, cuja sede era no Cairo. O Rei Farouk tinha razões adicionais, pois disputava os planos de hegemonia regional com a casa Hashemita da Jordânia e os Saud, da Arábia Saudita, que tinham uma gigantesca riqueza no subsolo (GERGES, 2008). Mesmo diante da realidade da partilha, os países árabes não se mobilizaram

²⁶⁸ Correio da Manhã, editorial, “Jogando fora um amigo certo”, p. 2, 26 de fevereiro de 1948.

²⁶⁹ Correio da Manhã, editorial, “Falta ao Brasil uma política”, p. 2, 28 de fevereiro de 1948.

²⁷⁰ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, n.º 136, “Declarações do primeiro-ministro egípcio”, 28 de setembro de 1948.

suficientemente para um conflito, mesmo que a opinião pública geral esperasse ação, porque entendiam que a disputa era mais política que militar.

Sobre um outro tema importante para o Brasil, Al-Nuqrashi afirmou para Graça Aranha que “Jerusalém, contrariamente ao que muita gente quer aqui no Cairo, não pode ser internacionalizada; [...] a presença de forças internacionais seria um grande perigo, pois os Russos exigiriam participar²⁷¹”. O primeiro-ministro egípcio considerava que a cidade poderia ter um estatuto diferente, mas, claro, seria parte do estado árabe único a ser criado na Palestina. Essa postura mais intransigente em relação à questão não era unanimidade no governo egípcio. O próprio Graça Aranha mencionou que havia conversado com ex-ministro do país no Rio de Janeiro, Wagui Rostum, que declarou que o desfecho inevitável seria a criação de dois estados. A influência da Grã-Bretanha, que não queria perder o controle de Suez, também era relevante para o desenrolar do conflito na leitura de Al-Nuqrashi.

As relações anglo-egípcias seriam assunto recorrente na correspondência da legação do Brasil no Cairo com o Rio de Janeiro. O representante brasileiro conseguiu colher posições dos dois lados. Por exemplo, poucos dias depois de ter conversado com Al-Nuqrashi, ele encontrou-se com Edwin Arthur Chapman-Andrews, ministro plenipotenciário britânico que substituíra brevemente o embaixador. Esse confirmou que Londres não se interessava pela formação de um Estado árabe palestino, já que intencionava garantir boa parte desse território para o reino da Transjordânia. Essa medida se devia à necessidade imperial de “defender o Canal de Suez, donde talvez terão [os ingleses] de sair em breve para dar uma aparente satisfação à agitada opinião pública egípcia”²⁷².

Graça Aranha reuniu-se com Chapman-Andrews novamente no dia 30 de novembro de 1948, poucos dias depois da visita do próprio rei Farouk à embaixada britânica, um gesto inesperado e com forte simbolismo, considerando o que havia acontecido em 1942. O representante britânico afirmou que a postura brasileira sobre a questão anglo-egípcia anteriormente defendida na ONU já não era mais plausível. O problema chegaria eventualmente às Nações Unidas²⁷³. Nas palavras de Graça Aranha, a crescente dificuldade da monarquia, as necessidades britânicas no Oriente Médio, e a questão do Sudão e a Palestina demonstravam os “muitos aspectos da hesitante direção política característica deste país [o Egito]”²⁷⁴, que,

²⁷¹ Idem.

²⁷² AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “Conflito da Palestina”, n.º 146, 2 de outubro de 1948.

²⁷³ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “A Grã-Bretanha e o Egito”, n.º 197, 30 de novembro de 1948.

²⁷⁴ Ibidem, “A Grã-Bretanha e o Egito. Visita do Rei Farouk à embaixada inglesa”, n.º 201, 01 de dezembro de 1948.

todavia, indicava uma tímida tentativa de aproximação com o Reino Unido. No final de 1948, Al-Nuqrashi dissolveu a Irmandade Muçulmana, e em 28 de dezembro um membro da organização o assassinou. O grupo foi então perseguido e seu líder, Hassan Al-Banna, foi assassinado em fevereiro de 1949.

Pouco menos de um mês depois desses episódios domésticos turbulentos, e diante do fracasso da campanha árabe contra Israel, o subsecretário de Estado egípcio declarou para Graça Aranha que o país tinha “desejo de harmonizar suas relações com a Grã-Bretanha”²⁷⁵. Essa conversa aconteceu depois do armistício entre Egito e Israel, em fevereiro de 1949, e quando esse país tentava ingressar nas Nações Unidas. Reconhecia-se ademais que a causa palestina estava perdida e que o Egito aceitaria o controle do rei Abdullah de porções do território da Palestina. O temor do rei Farouk era a consolidação do poder da família Hashemita, uma nova guerra mundial (para a qual o Oriente Médio seria automaticamente arrastado) e o estabelecimento do comunismo na região (que significaria a destruição automática do governo monárquico no Egito). Nesse sentido, o Brasil se despontava: “o Brasil e o Egito, países anticomunistas, precisam aproximar-se”²⁷⁶. Essa agenda, muito cara ao ministro Raul Fernandes, foi constantemente lembrada nas comunicações a partir daquele ano.

Por ocasião da divulgação da encíclica papal “*Redemptoribus Nostris*”, em abril de 1949, Graça Aranha encontrou-se com o representante do Vaticano no Cairo, Monsenhor Hugh O’Flaherty. A conversa girou em torno da identificação com a fé católica e da defesa da internacionalização da Cidade Santa. Mas Graça Aranha, talvez impressionado pelo interlocutor, enxergou de maneira exagerada a importância do Vaticano na região. No ofício enviado para o Rio, apontou como inimigos da Igreja Católica os Coptas no Egito, e “a situação, digna de nota, de um país, como o **Egito**, que se gaba de possuir **a capital do mundo islâmico**, vir apelar para a alta intervenção do **chefe espiritual do mundo católico**”²⁷⁷ (grifo nosso). Bialer (2005), conforme já tratamos, mostrou em sua pesquisa que essa posição católica na região era atenuada e que Israel aos poucos conseguiu o apoio de outras denominações cristãs no próprio país, e com elas construiu laços cordiais. Ainda assim, em 1949 a pressão do Vaticano era um elemento fundamental no debate internacional sobre a cidade de Jerusalém.

É importante ressaltar que o bom relacionamento da Igreja Católica com os países árabes estava condicionado à defesa do direito de retorno dos refugiados palestinos: conforme afirmou

²⁷⁵ Ibidem, “Declarações do subsecretário dos Negócios Estrangeiros”, n.º 99, 07 de março de 1949.

²⁷⁶ Ibidem, “Declarações do subsecretário dos Negócios Estrangeiros”, n.º 96, 3 de março de 1949.

²⁷⁷ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “O Vaticano e o Estatuto de Jerusalém”, n.º 162, 19 de abril de 1949.

Graça Aranha, o Papa apoiava o retorno dos refugiados, o que naturalmente contentava a política dos países árabes, mas “o governo de Tel-Aviv, dominado pelo absolutismo do heterogêneo exército sionista, continua opondo-se a essa volta”²⁷⁸. Essa fala do ministro plenipotenciário mostra de forma clara a desconfiança que ainda havia em relação ao governo israelense naquele momento, e reforça a ideia de que o Brasil tinha mais pautas em comum com o Egito do que o voto positivo para o Plano de Partilha poderia sombrear.

Como sabemos, a boa vontade e atuação internacional papal não eram suficientes para render os frutos desejados. Prova disso foi o que Graça Aranha qualificou como inosso retorno de Kachaba Pacha, que chefiava a delegação egípcia na AGNU de abril a maio de 1949, para o país natal, onde reassumiria o cargo de Ministro de Negócios Estrangeiros. No final de junho de 1949, relatando a situação para seu superior no Rio de Janeiro, o ministro brasileiro indicou que as acusações contra o egípcio eram primordialmente em torno da incapacidade de Pacha de gerar maiores ganhos políticos internacionais para o país, mesmo que fosse um homem considerado com boas relações com o Reino Unido, elemento que provavelmente ainda lhe garantisse uma posição no governo. Kachaba Pacha foi atacado pelos lapsos em sua conduta, dentre eles o de “não ter sabido aproveitar-se junto aos países da América Latina da atmosfera criada pela Encíclica Papal sobre a internacionalização de Jerusalém²⁷⁹”, de outubro de 1948. Graça Aranha, que havia conversado particularmente com o ministro no dia 22 de junho de 1949, mostrou certa irritação quando Pacha minimizou o papel do Brasil na votação sobre a entrada de Israel na ONU. Aliás, Pacha tinha indicações para adiar a decisão da AGNU para a próxima sessão, que começaria somente em setembro, mas também falhou nessa tarefa. Graça Aranha retrucou-lhe dizendo que

me parecia que o Egito e os países árabes não poderiam esquecer as simpatias por nós brasileiros demonstradas na questão da Palestina e nos assuntos referentes ao mundo árabe e que ele sabia perfeitamente por mim a importância que tinha tido no continente americano a atuação do Brasil²⁸⁰.

Assim, podemos indicar que a abstenção brasileira quando da votação em relação à membresia de Israel na ONU também se associava à manutenção de boas e preferenciais relações com o Egito, que era um Estado consolidado e importante no conjunto do mundo árabe.

Além dos políticos do círculo ministerial, Graça Aranha também se encontrava com frequência com os representantes do rei. Em setembro de 1949, esteve com Hassan Youssef

²⁷⁸ Ibidem, idem.

²⁷⁹ Ibidem, “Regresso do ministro exterior do Egito”, n.º 243, 23 de junho de 1949.

²⁸⁰ Idem.

Pacha, Chefe do Gabinete do Rei²⁸¹, encontro que relatou em ofício de outubro do mesmo ano. Além de ter feito uma apreciação da política interna egípcia, onde aconteceriam eleições poucos meses depois, o político egípcio reforçou as quatro preocupações centrais do país naquele momento: a) o rei Abdullah da Jordânia havia ido a Madrid encontrar com o general Franco, o que para o interlocutor do ministro brasileiro indicava seu desejo de “ser proclamado Califa”; b) a Grã-Bretanha estava tentando solapar o papel da Liga Árabe através do Iraque, também governado por um rei Hashemita, o que poderia em última instância beneficiar o rei Abdullah; c) Sobre a relação do Reino Unido e dos EUA na região, o Chefe do Gabinete do Rei Farouk foi preciso em sua conclusão de que “em Londres só se admite agora a presença dos americanos na Arábia Saudita para fins comerciais [...]. O Canal de Suez continua sendo o ponto nevrálgico para a defesa do Império Britânico [...]”; d) por fim, mas não menos importante, Graça Aranha expressou a preocupação de Youssef Pacha em relação ao comunismo, que “vai tomando muito impulso no Oriente Médio e no Egito. Está invadindo as classes intelectuais, de uma maneira rápida”.

Esse diagnóstico da situação egípcia mostra como as disputas políticas que assolavam o país se davam em diversos níveis, desde o internacional, passando pelo regional até chegar ao doméstico. No começo de 1950, Mustafá Nahas, político nacionalista do *Wafd*, venceu eleições e assumiu como primeiro-ministro. Em abril, a Jordânia formalizou a anexação da Palestina árabe, que já ocupava desde a guerra de 1948. Ao mesmo tempo, os EUA começavam a se interessar pelas questões político-militares da região, o que traria imediatas consequências para o Egito. A Grã-Bretanha, enquanto via as possibilidades de negociação sobre Suez cada vez mais distantes, fortalecia outros parceiros, como a Jordânia e o Iraque. É esse o complexo cenário que o Egito vai enfrentar no início da década de 1950.

Dentre a documentação que vinha da representação brasileira no Cairo encontram-se ofícios intitulados “Mês Militar”. De fundamental importância é o conteúdo do relatório relativo ao mês de abril de 1950, que se delonga em analisar a política militar dos EUA para o Oriente Médio que, conforme expõe Graça Aranha, estava passando por uma rápida transformação. Eram três as prioridades dos EUA naquele momento: 1) a região deve ser uma base estratégica da mais alta relevância; 2) a necessidade de garantir a estabilidade política daqueles países; 3) “é necessário estabelecer entre os países árabes um sistema de defesa anti-comunista”. Essa última ideia referia-se à criação de um pacto de defesa na região para fazer um cordão de isolamento contra os interesses soviéticos, proposta que o Egito rechaçava.

²⁸¹ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “Entrevista com o Chefe do Gabinete Real”, n.º 350, 17 de outubro de 1949.

Todavia, o governo egípcio tinha demandas urgentes de rearmamento, pois seu exército chegava à época a cerca de 72 mil soldados, enquanto o israelense já tinha 700 mil soldados “bem armados e extraordinariamente apoiados pela finança internacional”²⁸². Tal como para o Brasil, os países do Ocidente eram os únicos capazes de promoverem o desejado reequipamento das forças armadas que o Egito buscava, mas essa dependência minava a estabilidade política e a busca por autonomia.

As pressões anglo-americanas contra o Egito se somavam ao fato de que, conforme ressaltou Graça Aranha em ofício em maio de 1950, “o Egito é o único país árabe que vê no seu território tropas estrangeiras de ocupação. Isso diminui-lhe muito o prestígio político entre os outros estados participantes da Liga [Árabe]”²⁸³. Essa situação em partes não correspondia à realidade, pois a própria Jordânia tinha uma relação bem próxima da Grã-Bretanha, de quem Abdullah dependia, e o Iraque também estava na zona de influência ocidental. Mas, o fato de ter a sede da Liga em sua capital, e por pleitear esse posto de país politicamente relevante no Oriente Médio, o Egito via-se na obrigação de defendê-la e controlá-la. Por exemplo, o Egito intencionou propor a expulsão da Jordânia da Liga por conta da anexação da Cisjordânia.

Na segunda quinzena de maio, dando prosseguimento aos planos sendo gestados em Washington, o embaixador dos EUA no Egito, Jefferson Caffery²⁸⁴, e seu Conselheiro Político, Philip Ireland, partiram em uma viagem pelos países da região. Para as elites políticas no Cairo ficava nítida a tentativa dos EUA em promover o pacto de segurança entre a Turquia, o Irã e o Iraque, que colocaria em colaboração três países muçulmanos, o que poderia se tornar um desafio para a própria Liga (mesmo que somente o Iraque fosse árabe). Graça Aranha notou que, devido ao incômodo no Cairo por conta da pressão estadunidense, o governo cogitou dotar-se de um elemento de barganha: “Usando da astúcia, o governo egípcio procura melhorar as suas relações com a URSS, crendo assim, na sua costumaz incoerência, atenuar o jogo dos Americanos e a influência inglesa, apesar de reconhecer francamente o perigo soviético”²⁸⁵. O tom do ministro brasileiro era de reprovação em relação a esse movimento, e o Egito não levaria adiante essa questão, mas isso se tornaria um importante elemento poucos anos depois.

²⁸² AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “Mês militar n.º 4”, n.º 132, 8 de maio de 1950.

²⁸³ Ibidem, “Negociações anglo-egípcias”, n.º 149, 17 de maio de 1950.

²⁸⁴ Caffery foi embaixador dos EUA no Brasil de 1937 a 1945. Teve um importante papel nos acontecimentos políticos do Estado Novo, na entrada do Brasil na guerra e no estabelecimento das relações com a URSS. Ficou no Egito de 1948 a 1955.

²⁸⁵ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “Egito-Estados Unidos da América”, n.º 158, 24 de maio de 1950.

Naqueles dias, EUA, Reino Unido e França assinaram a Declaração Tripartite, em maio de 1950. Buscava-se evitar uma corrida armamentista na região, mas essa também vinculou a venda de armas para os países do Oriente Médio com o cumprimento da renúncia à agressão, especialmente entre árabes e Israel. Caso esse dispositivo fosse quebrado, os três países declaravam que atuariam ou nas Nações Unidas ou independentemente para restabelecer a paz. Os EUA se envolveram especialmente com afinco depois que a Grã-Bretanha começou a vender armas para os países árabes, e as pressões domésticas levantaram as preocupações em relação a Israel. Tal como em outras ocasiões, as posições do presidente Truman, do Departamento de Estado e do Pentágono eram distintas, mas os acontecimentos na região precipitaram a ação conjunta (HAHN, 1991).

Entre junho e julho, outra crise se escalava no Egito, pois começaram a ser divulgadas as denúncias de que a campanha da Palestina, ainda vivamente presente no país, foi marcada por “desvios de dinheiro e de armamentos²⁸⁶”. Além disso, tudo indicava que o material bélico recebido era de qualidade duvidosa e alguns explosivos estavam sem pólvora, ou seja, eram inúteis. Essa situação desmotivou a confiança – que já estava baixa – no governo do *Wafd* e em relação ao rei, cuja imagem cada vez mais se desgastava. Graça Aranha, que já estava no país desde 1948, chega a mencionar no ofício uma conversa que tivera com o príncipe herdeiro naquele ano, para quem “a campanha da Palestina durava para permitir que muita gente se enriquecesse²⁸⁷”. As acusações daqueles meses de 1950 confirmavam então o que pretensamente havia sido dito para o representante brasileiro. A campanha da Palestina seria, diante dos vários impasses e pressões que o Egito sofria, uma arma poderosa na mão de um grupo de oficiais que se organizava e que pouco tempo depois passaria a ditar a ordem no país.

As consequências da questão dos armamentos teriam desdobramentos no ano seguinte, e, em fevereiro de 1951, Graça Aranha comunicou os desejos do novo Ministro de Guerra e da Marinha egípcio, Moustapha Mosrat, de reorganizar as forças militares do país, produzindo se possível seus armamentos em território nacional. Isso pode ser considerado algo positivo, mas compreendia-se as dificuldades de uma proposta como essa. Todavia, na apreciação do representante brasileiro, eram graves as consequências da desorganização e crise moral que abatiam o exército egípcio, no qual,

Infelizmente, a propaganda soviética tem sido bastante forte e foi verificado que ela é oriunda do estrangeiro. Diz-se que por intermédio de certas missões diplomáticas dos satélites de Moscú se faz tal penetração [especialmente da

²⁸⁶ Ibidem, “Sindicâncias fornecimento material bélico na campanha da Palestina”, n.º 203, 12 de julho de 1950.

²⁸⁷ Idem.

Iugoslávia]. O escândalo dos fornecimentos de armamento na Campanha da Palestina contribui para facilitar tal propaganda e isso faz com que o Governo reconheça a absoluta necessidade de se punir todo aquele que for julgado culpado e não se contemporizar, como é a índole generalizada de muitas autoridades do país²⁸⁸.

Enquanto a Grã-Bretanha colhia amargos frutos da sua relação com o Irã de Mossadegh, que nacionalizou o petróleo e extinguiu a AIOC em maio de 1951, a situação com o Egito também se deteriorava rapidamente. Em 8 de outubro de 1951, numa crescente onda de violência contra as posições britânicas no país, o primeiro-ministro egípcio denunciou o acordo de 1936 e a Convenção sobre o Sudão de 1899 (BOTMAN, 2008). Poucos dias depois, enquanto Mossadegh estava em Nova Iorque defendendo o caso iraniano, Mustafá Nahas foi adiante e revogou o Tratado, o que extinguiu a base legal para a permanência de tropas britânicas no país (ISRAELI, 2013). Barr (2019) nota como a questão iraniana influenciou o humor geral no Egito e nas decisões tomadas. Naquele mesmo momento, tomava posse no Reino Unido o partido Conservador com Churchill novamente à frente e Anthony Eden como ministro das relações exteriores. A proposta de Londres era dar tempo para que os monarcas tanto do Egito quanto do Irã substituíssem seus governos. Churchill havia voltado à política com a mesma perspectiva do império existente nas décadas anteriores. Não ponderou a força do nacionalismo, e o fato de que os EUA tinham seus próprios interesses na região.

Ainda sobre os episódios daquele outubro, o ministro Neves da Fontoura enviou carta a Getúlio Vargas dando-lhe conhecimento sobre a situação egípcia. O chanceler tinha recebido mensagem de Graça Aranha, que após se encontrar com o embaixador dos EUA no Egito, confidenciou-lhe temer uma revolução no país. Pelo que ele próprio havia averiguado, falava-se mesmo “na possibilidade de uma ditadura, a qual poderá ser militar²⁸⁹”. O momento era de fato de profunda crise no Egito, e algo que Graça Aranha enfatizou bastante em seus ofícios desde 1950 era a crescente influência de elementos comunistas no exército. Assim, a postura mais intransigente do governo egípcio buscava aplacar o nacionalismo mais radical de parte da sociedade, ao mesmo tempo em que tentava sustentar a monarquia no poder. Em janeiro de 1952, Graça Aranha esteve novamente com Kachaba Pasha. Ele, bem como outros líderes

²⁸⁸ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “Reorganização das forças armadas egípcias”, n.º 30, 9 de fevereiro de 1951.

²⁸⁹ Carta de João Neves a Getúlio Vargas tratando das instruções a serem enviadas à delegação brasileira na Assembleia Geral da ONU e comentando a crise política no Egito, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1951. GV c 1951.10.29/7. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV4&pasta=GV%20c%201951.10.29/7&pagfis=3060>

políticos egípcios, “mostram-se igualmente inquietos com a direção que tomaram os acontecimentos [desde outubro do ano anterior], achando, unanimemente que, da mesma, não podem deixar de advir vantagens para os ‘Soviets’²⁹⁰”.

A apreciação do representante brasileiro, colhida de um membro brando do governo egípcio, foi enviada enquanto eventos violentos colocavam os egípcios e os britânicos em rota de colisão. Em represália a um ataque de guerrilheiros às bases próximas de Suez ocorrido em 19 de janeiro, o governo britânico autorizou uma retaliação contra a guarda egípcia em Ismaíliá, na região do Canal. No dia 25 de janeiro uma disputa sangrenta ocorreu no local, pois os guardas egípcios foram instruídos a não se renderem. No dia seguinte, no Cairo, protestos violentos – com saques e destruição de muitas propriedades – deixaram mais de cinquenta egípcios e nove britânicos (dentre outros estrangeiros) mortos (HAHN, 1991; BARR, 2019). Uma onda de rumores varreu o país nos dias seguintes e a população se perguntava: quem ordenou os incêndios? Para Rogan (2018: 357, tradução nossa), essas dúvidas e “teorias da conspiração revelaram uma crise de confiança na monarquia e no governo que pressagiavam a revolução que se aproximava no Egito²⁹¹”. Nahas foi destituído do cargo de primeiro-ministro e o monarca tentou criar um governo que fosse de sua confiança. Todavia, a sublevação anti-imperialista e nacionalista já eram forças consideráveis na sociedade do país.

5.2 A AMEAÇA COMUNISTA, OS JUDEUS E A “ATMOSFERA ARTIFICIAL” DOS PROBLEMAS SOCIAIS

A questão do comunismo se tornou frequentemente abordada a partir de 1950, tanto em ofícios secretos quando confidenciais. É importante notar como Graça Aranha vai tecendo uma apreciação sobre o tema. Como notaremos a seguir, essa vigilância constante fazia parte de um esforço mais amplo do próprio Itamaraty em compreender e acompanhar o que fosse considerado “subversivo” em outros países, e claro, aquilo que pudesse afetar a vida nacional. O posto no Cairo se tornou fundamental também para que o Brasil tivesse contato e informação sobre os países comunistas da Europa. Nesse sentido, sua atuação era de fato mais ampla do que a legação em Teerã que tratava majoritariamente dos temas domésticos do Irã.

Um ofício secreto de janeiro de 1950 corrobora as considerações feitas acima. No texto, Graça Aranha mostra que seu interesse era conhecer como a Rússia e seus satélites tratavam

²⁹⁰ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “Conflito anglo-egípcio-sudanês”, n.º 17, de 21 de janeiro de 1952.

²⁹¹ Do original: “conspiracy theories revealed a crisis of confidence in both the monarchy and the government that presaged the coming revolution in Egypt”.

das questões referentes ao Brasil. O relato do ministro indica que a missão no Cairo era relevante naquele contexto para que o Brasil pudesse compreender tanto a dinâmica política do Oriente Médio quanto a atuação da URSS e de seus satélites na campanha de propaganda comunista. Mas ele também tinha consciência de sua delicada situação por conta da instabilidade política no Egito, e por isso não podia arriscar ser tido como espião das questões egípcias, quando na verdade, buscava desvendar assuntos relacionados à URSS. Era pelo Cairo que parte da comunicação considerada suspeita passava. Como o país vivia constantemente em estado de sítio, os censores tinham poder e conhecimento da correspondência internacional²⁹². A cautela de Graça Aranha destoa da atuação de Gouthier em Teerã anos depois, quando se minou a incipiente posição brasileira em Teerã.

O foco de uma série destes ofícios secretos em 1950 foi nas relações dos judeus com o comunismo. A alegação central era de que Israel era dominado por elementos comunistas, que tinham vínculos com todas as partes do mundo. Por exemplo, Graça Aranha mencionou que “o Branco Israelita do Rio de Janeiro [...] manda regularmente cheques sobre Nova York, no valor de US\$32,00, para o sustento de soldados de Israel ou comunistas daquele novo Estado. São novecentos soldados que recebem tais subvenções²⁹³”. Essa associação de organizações judaicas com elementos comunistas apareceria sempre em tom de alerta e denúncia. Poucas semanas depois, Graça Aranha tratou com o ministro de “um certo Oscar Kaplan”, uruguaio e que viajaria constantemente ao Brasil, que “está em contínuos contatos com o Estado de Israel e algumas sociedades russas e búlgaras, tidas no estrangeiro como centro de difusão de propaganda comunista”²⁹⁴. Ou seja, não só os judeus brasileiros enviavam auxílio para os judeus israelenses, mas também havia uma rede de colaboração na América do Sul, na qual nem sempre o Brasil estava em foco (Santiago e Montevidéu são mais mencionadas), mas ainda assim não estava “protegido”.

Ainda em fevereiro, o embaixador encaminhou em ofício ao Rio de Janeiro uma carta da mesma fonte das informações dadas acima. O documento também tratava do movimento judaico de tendência comunista no Brasil. A carta indicava que “il existe au Brésil une Organisation Juive ayant des tendances pro-communistes, laquelle opere librement dans toutes les grandes villes du Pays”. A suspeita se ampliou pois o informante de Graça Aranha em carta de março, comunicou que a própria Organização Internacional para os Refugiados tinha

²⁹² AHMRE-B/Secreto/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 2, “Propaganda comunista”, n.º 2, 5 de janeiro de 1950.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ AHMRE-B/Secreto/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 2, “Propaganda comunista”, n.º 56, 15 de fevereiro de 1950.

comunistas infiltrados e que parte dos embarcados nos países europeus para o Brasil, eram “controlados pelos agentes russos²⁹⁵”.

O conjunto dessas informações se tornou, em abril daquele ano, em uma espécie de reprimenda do governo egípcio em relação ao brasileiro, que foi considerado displicente pela “falta de vigilância [...] a respeito da atividade judaica bem como a ajuda econômica prestada a Israel pelos judeus residentes no Brasil”. Graça Aranha acrescentou que os egípcios acompanhavam as movimentações do Brasil em relação a Israel, como no caso de uma possível venda de material elétrico para o país, que mesmo considerada regular pelo Egito, configuraria um “ato inamistoso para com os países árabes que boicotam Israel, sobretudo em vista da **política pró-árabe** seguida pelo Governo brasileiro”²⁹⁶ (destaque nosso).

A vigilância também encampou as relações do Egito com outros países da zona de influência soviética, tais como a Romênia, a Bulgária, a Hungria, a Tchecoslováquia e a Polônia. Em fevereiro de 1952, Graça Aranha chegou a notar a relação de Duriyya Shafiq, do *Bint al-Nil*, com a esposa do ministro plenipotenciário da Polônia, a senhora Natacha Drohojowska²⁹⁷. A percepção dos relatórios enviados ao longo desses anos é de que o Cairo e Alexandria eram pontos de contato importantes do mundo soviético com os processos de independência em países africanos e em menor medida com outros países do Oriente Médio. Naquele ano, Graça Aranha também chamou a atenção para a forma como a Tchecoslováquia²⁹⁸ apoiava ações comerciais com os fins de fazer propaganda comunista no Egito²⁹⁹.

Nessa tarefa de reportar sobre a “propaganda comunista”, Graça Aranha se sobressaiu. A situação política no Egito não era simples, a luta anti-imperialista era algo que havia penetrado o cotidiano, a presença britânica era concreta, e apenas cresciam os dilemas de uma sociedade que passava por rápidas mudanças. Chama a atenção um relatório que Graça Aranha recebeu de fonte não revelada, mas encaminhado para o Rio de Janeiro em março de 1951³⁰⁰. O texto, intitulado “A tática e os métodos de trabalho dos Comunistas”, apontava algumas das “artimanhas” que os grupos comunistas criavam para fomentar uma desintegração dos Estados de dentro. Dentre elas, destacam-se:

²⁹⁵ Ibidem, “Propaganda Comunista”, n.º 59, de 16 de fevereiro de 1950; n.º 87, 11 de março de 1950.

²⁹⁶ Ibidem, “Atividades subversivas no Brasil”, n.º 112, 13 de abril de 1950.

²⁹⁷ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “Atividades dos países satélites da URSS no Cairo”, n.º 42, 7 de fevereiro de 1952.

²⁹⁸ Depois de romper relações com a URSS em 1947, o Brasil manteve comércio basicamente com a Tchecoslováquia e a Polônia. Em 1951 e 1952, as importações e a exportações daqueles países estiveram em seus níveis mais baixos (CATERINA, 2019).

²⁹⁹ Ibidem, “Informações sobre comunismo”, n.º 302, 26 de novembro de 1952; n.º 304, de 27 de novembro de 1952.

³⁰⁰ Ibidem, “Propaganda comunista”, n.º 50, 6 de março de 1951.

- a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento do sentimento de injustiça e descontentamento das massas, a reivindicação da justiça social, econômica e a provocação de uma **atmosfera artificial de luta e de problemas sociais**.
- a demanda por reformas sociais, econômicas e políticas, apoiadas por greves em massa (tradução nossa; destaque nosso).

Eram justamente esses movimentos que animavam a vida internacional naquele começo de década. A percepção do subdesenvolvimento, da dependência e da concentração da riqueza nas mãos de tão poucos, estava mais forte do que nunca, mas o plenipotenciário brasileiro acreditava que os comunistas incitavam uma “atmosfera artificial” para promover o caos. A leitura de Graça Aranha fazia coro ao jogo de foco e distorção que Engerman (2010) discutiu em seu texto sobre ideologia e Guerra Fria. O ministro brasileiro usou de seus bons contatos, acesso ilegal a correspondências e outros meios para cumprir as ordens vindas do Rio e reportar sobre a “ameaça” comunista. Ele acabou agindo tal como aqueles que buscava vigiar. Foi exímio também em reportar sobre a vida monárquica egípcia, que será discutida logo a seguir.

5.3 APRECIACÃO SOBRE A MONARQUIA EGÍPCIA

Farouk era um rei mais participativo que o apático Xá do Irã, mas a ebulição social entre o final dos anos 1940 e o início da década seguinte exporiam gradativamente os excessos da monarquia. O rei tinha seus interesses regionais, e quando conveniente aliou-se à Arábia Saudita, especialmente em contraposição à casa Hashemita. A campanha na Palestina foi um desastre, e pressionou ainda mais o monarca que tinha, todavia, uma vida social conturbada que sob o escrutínio público rendia-lhe menos prestígio ainda. A monarquia passou a ser interpretada de duas formas opostas: para alguns setores era o sustentáculo para um arranjo conveniente entre o Egito e a Grã-Bretanha, o que garantiria a segurança do país, até porque o rei era profundamente cético em relação ao comunismo; para outros, o rei era na verdade um obstáculo a ser vencido na independência plena do país.

Como chefe de Estado, os aspectos peculiares da vida do rei Farouk chamaram a atenção de Graça Aranha. O próprio divórcio do rei e da rainha Farida, anunciado em 19 de novembro de 1948, se tornara uma questão política e religiosa – e por isso exigiria uma explicação.³⁰¹

³⁰¹ Por essa ocasião, o rei chegou a solicitar ao Sheikh Mustafa al-Maraghi da Universidade Al-Azhar no Cairo que em *fatwa* – decreto islâmico – proibisse a Rainha Farida de se casar novamente, pedido que foi rejeitado pelo teólogo muçulmano. Para Gerges (2018), essa foi mais uma prova que havia uma crescente e profunda oposição contra a monarquia, vinda não só de grupos políticos seculares – que perdiam força rapidamente – mas também de elementos revolucionários e islâmicos.

Graça Aranha ponderou em sua comunicação com o Rio que o costume islâmico permitia o divórcio quando um herdeiro masculino não tivesse sido produzido, mas possibilitava também um novo matrimônio (a poligamia). Para a classe média e intelectual do Cairo, o divórcio de Farouk representava o caráter errante da monarquia e evidenciava seus fracassos em resolver as questões egípcias com o Reino Unido, além do fiasco já evidente na questão da Palestina, que havia permitido a volta de um controle político restrito no país: “o restabelecimento da censura e das suspensões das liberdades públicas [...] sob o pretexto da guerra com os Sionistas” seria um problema constante em anos agitados³⁰².

Naquela mesma semana foi anunciado o divórcio da princesa Fawzia – irmã de Farouk – e o Xá Reza Pahlevi, do Irã, o que não necessariamente afetaria a relação entre os dois países. O motivo alegado era o mesmo, a falta de um herdeiro masculino. Farida, escreveria Graça Aranha pouco mais de um ano depois por ocasião do anúncio do noivado do rei Farouk com uma nova pretendente, errou por “haver conservado sempre o seu espírito ocidental. [...] reagiu como uma esposa ocidental e não procedeu como uma Rainha Oriental³⁰³”. Não fica claro o que se entendia por uma “rainha oriental”, e é certo que a situação das mulheres no Egito não era favorável. Nisso o país não divergia tanto do Brasil, onde o catolicismo e o conservadorismo impediram que a lei do divórcio, proposta no início dos anos 1950, fosse aprovada. Ademais, tal como aqui, havia associações feministas ativas na política egípcia, como o grupo de Duryyia Shafiq, e que eram suficientes para quebrar essa imagem da mulher muçulmana como passiva e espectadora.

Aniversariando em fevereiro de 1949 – apenas 29 anos completados naquela data – Farouk foi mais uma vez alvo das análises de Graça Aranha. É nesse tipo de temática que se carregavam as tintas culturalistas presentes em algumas das leituras que se faziam do Oriente Médio no período estudado. O jovem Farouk, para o ministro brasileiro, tivera que interromper seus estudos em 1936, “no equilibrado ambiente britânico, [...] onde hoje está a cultura e nasce a ciência e surgem as ideias que movem o mundo”, para se tornar rei. Tinha como mérito ter mantido o país na linha da “ocidentalização” que seu pai iniciara, mas por conta de problemas no casamento – afinal de contas, “não ter descendente varão é [...] vergonhoso” para os homens muçulmanos – lançou-se a uma vida moral reprobatória e acumulou fortuna. Esses elementos

³⁰² AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “O divórcio real”, n.º 193, 24 de novembro de 1948.

³⁰³ Ibidem, “Projeto de casamento do Rei Farouk”, n.º 452, 12 de dezembro de 1949.

custaram ao rei o “calor de seu povo”³⁰⁴. Dias depois, para complicar a situação da monarquia, foi anunciado o armistício entre Egito e Israel.

Em 1950, uma outra parte da família real chamaria a atenção e acrescentaria mais lenha na fogueira em que ardia a reputação monárquica. Desta vez, estavam envolvidas a rainha-mãe, Nazli, e de duas de suas filhas, Faika e Fathia, que moravam nos Estados Unidos. A rainha Nazli vivia da renda que suas propriedades geravam no Egito e de negócios no câmbio clandestino. A princesa Fathia casou-se com Riad Ghali, um egípcio copta, o que é um tabu no islamismo³⁰⁵. A questão, para além de um caso conjugal, levou o próprio patriarca copta a visitar o Palácio real para prestar solidariedade à posição do rei!³⁰⁶ A presença da Irmandade Muçulmana, que se tornou uma constante na vida egípcia mesmo quando proscrita pela lei, e sua mensagem religiosa prenunciavam um novo embate no Egito, e pressionavam a monarquia a cumprir com maior cuidado preceitos religiosos caros à população. A princesa Faika também havia casado sem a permissão do rei em abril daquele ano, mas esse seria um problema contornável. A rainha Nazli, que apoiou as duas uniões, também foi vilipendiada por isso.

A pressão contra o rei foi tamanha que o próprio Farouk, que para Graça Aranha não era nenhum exemplo de boa conduta, destituiu-as de poderes reais – e de suas rendas no país – e o Palácio chegou a solicitar que Nazli, Faika e Fathia fossem expulsas dos EUA³⁰⁷. Algumas semanas depois, Graça Aranha ao discutir a situação da política doméstica egípcia teceu longos comentários sobre a conduta da família real na tentativa de transmitir quais eram os sentimentos do povo egípcio diante dos escândalos:

hoje não se poupam mais anedotas escabrosas sobre a Família Real e o povo, com volúpia, as aumenta nessa fácil imaginação oriental. E em muita coisa, essa falta de respeito pelo Rei e pela dinastia, lembra o que se passou em França no tempo de Luiz XVI e Maria-Antonieta. Cria-se assim **um ambiente fácil para a destruição da Monarquia** [...]. Elementos do exército, sacrificados na campanha da Palestina, já fazem sentir seu descontentamento³⁰⁸.

A princesa Faika acabou voltando para o país, mas Nazli e sua filha Fathia ignoraram as imposições da Corte Real do Egito e continuaram vivendo em São Francisco³⁰⁹. A segunda

³⁰⁴ Ibidem, “Aniversário do Rei Farouk”, n.º 62, 12 de fevereiro de 1949.

³⁰⁵ Correio da Manhã, “O rei Farouk não gostou do casamento”, p. 6, 17 de maio de 1950.

³⁰⁶ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “Crise na família real egípcia”, n.º 148, 17 de maio de 1950.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ Ibidem, “Situação interna”, n.º 178, 17 de junho de 1950.

³⁰⁹ Correio da Manhã, “Não tomaram conhecimento”, p. 10, 14 de setembro de 1950.

se converteu ao cristianismo, para desgosto maior do monarca. Essa não era, todavia, a primeira vez que a família real egípcia passava por tal situação. Ainda em 1949, um membro da antiga família imperial brasileira, João Maria de Orléans e Bragança, casou-se com Fátima Chirine, viúva de um primo do rei Farouk, e convertida ao catolicismo para casar-se com o brasileiro³¹⁰. O ato a fez perder seus direitos no Egito, mas após o casamento, mudou-se para o Brasil e aqui viveu. Mesmo que a pequena amostra de atitudes de mulheres relacionadas com a casa real não seja suficiente para fazer um retrato da mulher egípcia no momento, é importante para mostrar que o rótulo de “rainha oriental” pouco sentido fazia.

Em 1951, o rei casou-se – finalmente – com Narriman, e como aponta Barr (2019: 147), “Os recém-casados não caíram no gosto dos egípcios muçulmanos comuns indo em sua lua de mel durante o Ramadã [mês de jejum e oração no Islã], e quando, após uma gravidez notavelmente curta, Narriman deu à luz um filho, tornou-se óbvio que o casal teria consumado seu casamento³¹¹” antes da troca de alianças. Ou seja, nem um novo casamento nem o nascimento de um herdeiro em janeiro seguinte foram suficientes para restabelecer a moral da monarquia. A crise com a Grã-Bretanha se aprofundou, conforme vimos, entre outubro de 1951, com o governo de Nahas, até janeiro de 1952, quando atingiu seu ponto máximo, com os distúrbios violentos no Cairo.

A desaprovação à conduta do rei Farouk continuariam fazendo parte da correspondência diplomática da legação brasileira no Cairo até o ano de 1952. Chamava constantemente atenção a vida mundana que o rei levava, desperdiçando recursos com jogos e outras diversões adultas. Essa crise de representação, somada ao impasse com a Grã-Bretanha, o descontentamento de setores do exército, e a constantes fricções dos países árabes com Israel (o que envolvia as disputas hegemônicas regionais) e entre si, passaram a vigorar nas análises também dos EUA sobre a continuidade da monarquia no Cairo. Nos derradeiros dias que levaram enfim à Revolução dos Oficiais Livres, Graça Aranha encaminhou novo ofício demonstrando certo desprezo pela ordem política local, tida como confusa, amadora e eivada de vícios culturais. Temperando esses comentários sobre seus anfitriões sobressaem uma visão ufanista do Brasil. Assim, lê-se que “[o Brasil é] um país novo dirigido por gente de espírito amadurecido [...], o que faz a base da nossa formação política, na qual se distingue o espírito jurídico e construtivo”;

³¹⁰ Diário de Notícias, coluna “No lar e na sociedade”, segunda seção, p. 3, 29 de abril de 1949. Correio da Manhã, “Casou-se ontem Dom João de Orleans e Bragança”, p. 12, 30 de abril de 1949.

³¹¹ Do original: “The newlyweds did not endear themselves to ordinary Egyptian Muslims by going on their honeymoon during Ramadan, and when after a conspicuously short pregnancy, Narriman then gave birth to a son, it became obvious that the couple must have consummated their marriage”.

já o Egito “é um velhíssimo país e governado por gente sem tradição e improvisada³¹²”. Graça Aranha parece ter absorvido ao longo daqueles anos, e especialmente diante do alarme sobre o comunismo e a crise monárquica, uma insatisfação do país no qual servia desde 1948.

5.4 A QUEDA DA MONARQUIA EGÍPCIA E A INSTALAÇÃO DA REPÚBLICA

A escalada de violência no início de 1952 e o descontentamento com a monarquia colocaram o Egito em um rumo perigoso para os interesses dos EUA e do Reino Unido na região. Tentando entender e influenciar a situação, os EUA enviaram Kim Roosevelt para o Cairo em 1952, e diante desse contexto de falência da monarquia e da instabilidade política, ele contactou os líderes do grupo chamado “Oficiais Livres”, liderado pelo general Mohamed Naguib e secundado por Gamal Abdel Nasser. No começo de julho, a embaixada dos EUA já conhecia algum movimento contra Farouk e a decisão foi de que não se oporia à queda do rei. O golpe definitivo foi dado por cerca de 300 oficiais do exército no dia 23 de julho de 1952³¹³. Nos dias anteriores, o rei se movia para tentar limitar o poder dos “Oficiais Livres”, o que precipitou a revolução, previamente programada para o mês seguinte.

Para Gerges (2008), a historiografia árabe nos anos 1950 e 1960 culpou a defasagem do modelo dos velhos regimes pelos problemas dos países árabes e pela derrota na guerra de 1948. Essa postura tinha como objetivo legitimar os novos governos que tomaram o poder na região a partir de golpes e revoluções. Nasser era uma dessas lideranças militares que se beneficiaram dessa narrativa. Nesse mesmo sentido, para concretizar a aura de mudança do regime era preciso afastar-se da figura do rei Farouk, que foi forçado a abdicar no final de julho em nome de seu filho ainda bebê, Ahmed Fuad, deixado sob a guarda de uma Regência. Farouk saiu para o exílio em 26 de julho, e jamais retornaria a seu país (ROGAN, 2018). Em novembro, o jornalista Costa Rego escreveu reportagem para o “Última Hora” sobre a vida do ex-monarca em Santa Marinella, no litoral italiano, onde havia recebido o apelido de “Farucone”. Farouk, sempre com seus óculos escuros (ver figura na página seguinte), chamava a atenção por onde passava, e seu exílio simbolizava o fim de uma era política no Egito³¹⁴ e, como os anos vindouros demonstrariam, também para o Oriente Médio. A opulência corporal do rei e os óculos escuros

³¹² AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “Situação política”, n.º 181, 5 de julho de 1952.

³¹³ É importante recordarmos que naqueles dias acontecia mais uma crise constitucional no Irã, com a tentativa do Xá de tirar Mossadegh do poder, o que teria sido, caso o movimento tivesse sucesso, vantajoso para a Inglaterra.

³¹⁴ Última Hora, “Farucone, rei de Santa Marinella”, reportagem de Joel Silveira, 3 de novembro de 1952.

eram o sinal dos privilégios exagerados da monarquia e de seu distanciamento do povo, o que no final justificou sua queda.

Figura 6 – Representação do rei Farouk



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, Última Hora, capa, 3 de novembro de 1952.

Carlos Lacerda, lembrando os artigos que escrevera sobre o Egito e admitindo um encontro com Farouk em 1948, aproveitou seu jornal para, a partir do exemplo egípcio, provocar o presidente Vargas. Falando das inúmeras dificuldades daquele país, o jornalista lamentou o destino do ex-monarca que não havia compreendido seu próprio país: “E tome desfalque, e tome roubo, e tome farra, e tome desafio à sombra e amarga face do povo³¹⁵”. O presidente brasileiro, para Lacerda, deveria salvar-se a si mesmo e ao país, antes que fosse tarde.

O que, enfim, esperavam os revolucionários egípcios? Como aponta Gerges (2018: 78, tradução nossa), os “Oficiais Livres” tinham uma agenda pré-revolucionária, articulada no golpe contra Farouk em 23 de julho, mas “não tinha[m] nenhum plano mestre preconcebido além deste ponto”. Assim, o primeiro-ministro Ali Maher foi reconduzido ao cargo para transferir estabilidade ao novo governo, e logo em seguida foi criado o Conselho do Comando Revolucionário (CCR), que tinha Nasser à frente. A cautela nas decisões agradou aos EUA, que adotaram uma postura de espectador diante da queda da monarquia. Para Hahn (1991), não há evidências de que o Departamento de Estado tivesse articulado o golpe contra Farouk, mas poucas semanas depois do golpe, os EUA passariam a enxergar no movimento de Naguib a possibilidade de estabilizar o Egito e a clara demonstração de anticomunismo em agosto, quando dois líderes trabalhistas que lideraram uma revolta em fábricas têxteis foram

³¹⁵ Tribuna da Imprensa, “Retrato de Farouk oferecido a Vargas”, p. 4, 9-10 de agosto de 1952.

executados, fortaleceu essa percepção positiva. É importante mencionar, como o faz Gerges (2018: 79), que nem Naguib nem Nasser tinham interesses na democratização do país, e o *ethos* revolucionário ficou claro desde o início: o processo seria feito de cima para baixo e de forma autoritária.

O jornal “Imprensa Popular”, que seguia a linha comunista de Moscou, publicou em dezembro de 1952 um artigo de um jornalista do Partido Comunista britânico sobre a situação. No texto, Palm Dutt deplorou os caminhos que levaram o Egito para uma ditadura militar que suprimia a classe trabalhadora e que traía a revolução ao voltar a negociar acordos com os imperialistas, ou seja, os EUA e a Inglaterra³¹⁶. Essa leitura, um tanto precipitada, tentou simplificar um contexto que era demasiado complexo. Como aponta Allain Roussillon (2008: 354) estavam em jogo três questões fundamentais no Egito: a) a relação entre as massas e as elites; b) os constrangimentos externos e internos que pautavam a política egípcia; c) a questão da identidade e a modernidade, em que tanto o arabismo quanto o pan-islamismo seriam importantes. O regime tentou passar a imagem de ser uma resposta necessária aos inúmeros problemas indicados acima e levou adiante limitadas, mas fundamentais, reformas, ao mesmo tempo em que as forças revolucionárias chocavam entre si. Ademais, não havia somente a narrativa dos “Oficiais Livres”, que se indispuseram com outros grupos para que se firmassem no poder. Ainda em agosto de 1952, Graça Aranha mandou telegrama para o Rio de Janeiro no qual sintetizou o turbilhão político naquele momento: “Há grande disparidade de opiniões no seio do Exército e a Regência tem pouca autoridade. Os Irmãos Muçulmanos trabalham no sentido de tomar conta do país. O Wafd conspira³¹⁷”. As forças principais do Egito estavam então em rota de choque, e os dois últimos atores saíram derrotados. No Exército, as disputas continuariam até o estabelecimento da hegemonia de Nasser em 1954.

5.4.1 O Egito e seu entorno entre 1953 e a Crise de Suez

O avanço político do CCR se deu em setembro, quando o general Mohamed Naguib se tornou primeiro-ministro e Ali Maher foi dispensado. No mesmo mês foi aprovada a Lei da Reforma Agrária, que teve alcance limitado e afetou especialmente as terras da família real. O regime, todavia, continuaria não se dobrando a pressões populares. Em janeiro de 1953, os

³¹⁶ Imprensa Popular, R. Palme Dutt, “A luta de uma nação por sua liberdade foi traída por uma ditadura militar”, 7 de dezembro de 1952.

³¹⁷ GV c 1952.01.30/2. Cartas de João Neves a Getúlio Vargas sobre a situação política do Egito, destacando a infiltração comunista no país, particularmente nas Forças Armadas

partidos políticos foram banidos e em junho o Egito foi proclamado uma República. Naguib tornava-se o primeiro presidente do país, e a monarquia foi definitivamente abolida. Nasser já acumulava poder e buscava criar uma imagem positiva para si (KAMRAVA, 2005; ROUSSILLON, 2008). O governo do general Naguib dependia de financiamento externo para superar os opositores domésticos, mas em janeiro de 1953, o presidente Truman vetou um envio mais ambicioso de armas para o Egito, respondendo às pressões de Israel. O Secretário de Estado ainda protestou, indicando que Israel já era desproporcionalmente mais armado que o Egito, mas o presidente não se demoveu. Ademais, o auxílio econômico também ficou aquém do que o Egito esperava (HAHN, 1991).

Com a nova administração republicana nos EUA, as divergências entre os EUA e a Grã-Bretanha a respeito do Egito aumentaram, e os impasses para suprir os anseios do governo revolucionário no Cairo também. Churchill não aceitava conceder nem negociar, e Eisenhower temia que o Oriente Médio se debandasse para uma posição de neutralismo, ou pior, ficasse ao alcance da URSS. Em maio de 1953, o Secretário de Estado dos EUA visitou a região, quando esteve em Tel Aviv e tratou com Sharett sobre a transferência do MRE israelense para Jerusalém. No Cairo, encontrou-se com Naguib, Nasser e o ministro das relações exteriores do país, Mahmoud Fawzi. Dulles constatou a impossibilidade de continuar pressionando pela criação da Organização de Defesa do Oriente Médio (a MEDO) e compreendeu a dimensão do nacionalismo egípcio naquele momento (HAHN, 1991). O governo do Egito não aceitaria nenhuma forma de compromisso ou acordo que transparecesse beneficiar a Inglaterra. Ademais, a participação na MEDO era a antítese da luta pela autonomia e soberania que os “Oficiais Livres” haviam começado em 1952. Pouco sentido fazia juntar-se a uma aliança da qual o Reino Unido era parte e que tinha como oponente a URSS, sendo que Israel era considerado o verdadeiro inimigo regional (ROGAN, 2018).

No final de maio de 1953, da agora embaixada brasileira no Cairo, Graça Aranha encaminhou ofício confidencial com considerações relevantes sobre a política brasileira em relação aos países árabes naquele momento revolucionário. Após o estudo do documento é possível apontar cinco aspectos principais. Os dois primeiros tratavam sobre a forma de atuação da diplomacia brasileira à época: a) Graça Aranha reclamou da falta de informações enviadas do Brasil para a embaixada no Cairo, tal como a remessa de jornais, ou mesmo de boletins da Delegação Permanente do Brasil na ONU; b) derivada dessa primeira reclamação, ele declarou sua ignorância em relação à “atuação dos meus colegas em países situados por estas paragens,

como, por exemplo, a Turquia, o Irã, a Índia, o Paquistão, a Síria, o Líbano e a Indonésia³¹⁸”, além dos consulados em Argel, Tanger e Casablanca. Como sabemos, àquela altura a legação de Teerã estava vazia, enquanto a situação política naquele país caminhava para o desfecho da experiência nacionalista de Mossadegh, com um golpe contra o primeiro-ministro. O pedido por mais contatos e acesso à informação eram um desafio não só para a organização das relações exteriores do Brasil, mas também um reflexo das próprias transformações na região. Apinhado de países independentes, com atuação e peso de conjunto nas Nações Unidas, os países muçulmanos eram uma força a ser reconhecida, especialmente por conta do fortalecimento do movimento de descolonização.

Quanto às questões regionais foram feitas as seguintes considerações: a) a incoerência política árabe, “às vezes um tanto simpática com relação aos soviéticos, é ela, conforme já assinalei, motivada por um ambiente de irascibilidade anti-britânica, muito mais do que anticidental”; b) como os princípios do islamismo estão em contradição com a ideologia comunista, Graça Aranha não acreditava que o Cairo estivesse sob qualquer risco de se tornar comunista, apesar das atividades de certos grupos (especialmente de estrangeiros) no país; e, c) o ministro tinha ciência de que “o Egito é o campo para a mundial rivalidade anglo-americana, e nele registram-se, ainda, choques com os franceses³¹⁹”. Os dois primeiros aspectos têm relação direta com o próprio contexto de descolonização, que alimentava um nacionalismo com forte teor anti-imperialista, mas que não necessariamente significava vinculação automática com a URSS. Ademais, Graça Aranha identificou de maneira correta como o islamismo foi um dos elementos que afastou o governo revolucionário egípcio do comunismo; o país caminhava, na verdade, na direção de tornar-se uma ditadura militar do tipo clássica. Não menos importante, foi a constatação de que a disputa entre Washington e Londres tinha no Cairo um de seus centros principais. De fato, a postura internacional adotada pelos EUA não era condizente com a manutenção do colonialismo. Todavia, como apontou Hahn (1991), os EUA tendiam a rever suas decisões caso o dano às relações bilaterais com o Reino Unido fosse muito profundo, pois essa aliança era estrategicamente fundamental em uma perspectiva global. Isso causou um gradativo impacto na posição de Naguib e abriu espaço para a voz de Nasser.

Em 1954, a disputa entre Naguib e Nasser chegou a seu ápice. Em 25 de fevereiro daquele ano, o primeiro foi forçado a renunciar, mas inúmeros protestos e o risco imposto à Revolução por diversos grupos fizeram com que ele fosse restabelecido no governo dias depois

³¹⁸ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “Aproximação entre o Brasil e os países árabes”, n.º 139, de 28 de maio de 1953.

³¹⁹ Ibidem, idem.

(GERGES, 2018). A truculência e as disputas internas no governo egípcio impactaram na leitura que Graça Aranha tinha do governo revolucionário e de Nasser especialmente. Em janeiro, o embaixador turco fora expulso do país de forma sumária depois de um desentendimento com o ainda vice-presidente Nasser. Em ofício enviado ao Rio de Janeiro, ele reclamou da “insegurança em que todos [corpo diplomático] vivemos no Egito”, pois “Vivemos todos vigilados³²⁰”.

Em março, o embaixador brasileiro expressou claramente sua “descrença na autoridade moral dos políticos egípcios e em sua capacidade³²¹”. Graça Aranha tentou explicar os eventos que levaram e se sucederam à queda de Naguib e que abriram espaço para que os “Irmãos Muçulmanos, os wafdistas, os comunistas e os socialistas, tão ligados aos bolchevistas, [proveitassem] das desordens dos últimos dias para preparar um golpe, no Cairo”. Todavia, conforme ele narrou, Naguib acabou sendo restituído. Mas o tumulto generalizado e as profundas divisões entre os governistas fizeram com que o veredito final de Graça Aranha fosse que não só o Egito, mas “os países árabes estão todos agitados, não se entendem e a forçada unidade, procurada pela Liga Árabe é cada vez mais difícil”. O embaixador passou também a notar a aproximação comercial do Egito com os países comunistas. Para ele, o povo egípcio tinha “espírito infantil” e estava sendo “seduzido” pelo comunismo³²². Graça Aranha, todavia, informava sobre a investida dos países da “Cortina de Ferro” no Egito por conta de outro ofício recebido em janeiro do mesmo ano que indagava a respeito da qualidade e outros aspectos dos manufaturados produzidos na zona soviética³²³. Poucos dias depois desses ofícios, Nasser tomaria controle do CCR e imporá seu ritmo e leitura de mundo ao Egito republicano. No mesmo mês, Graça Aranha deixou o país, aparentemente desgostoso com a situação política no país, imputando a culpa à uma certa presença comunista, conforme vimos acima. O neutralismo passava a figurar dentro dos objetivos do Egito na Guerra Fria. Nem Eisenhower, nem Dulles e por projeção Graça Aranha e o ministro das RE brasileiro apreciavam aquela posição. O encarregado de negócios Carlos da Ponte Ribeiro Eira ocupou-se então da representação do Brasil até meados de junho quando o novo ministro plenipotenciário, Carlos Maximiano de Figueiredo, chegou ao país, onde ficaria até fevereiro de 1959.

Em 1954, as negociações do Egito com o Reino Unido continuaram, mas ditadas por uma necessidade mais urgente de se atingir um resultado que resguardasse os interesses

³²⁰ AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48, “Expulsão do embaixador da Turquia no Cairo”, n.º 6, de 7 de janeiro de 1954.

³²¹ Ibidem, “Situação política”, n.º 53, de 9 de março de 1954.

³²² Ibidem, “Intercâmbio comercial do Egito com os países da Cortina de Ferro”, n.º 74, de 5 de abril de 1954.

³²³ Ibidem, “Intercâmbio comercial do Egito com os países da Cortina de Ferro”, n.º 77, de 6 de abril de 1954.

estratégicos britânicos mais amplos. Em julho de 1954, os britânicos e Nasser finalmente chegaram à proposta de um acordo para a desocupação militar de Suez; concordou-se que a retirada das tropas deveria ser finalizada até junho de 1956. Nasser havia conseguido a grande aspiração egípcia desde 1945: fechar um acordo para a retirada dos britânicos das bases em Suez. O papel dos EUA para esse arranjo foi relevante, mas ambíguo. Para Peter Hahn (1991: 179, tradução nossa), “Eisenhower e Dulles favoreceram seus imperativos estratégicos sobre seus interesses políticos sempre que os dois entraram em conflito³²⁴”; muitas vezes, eles adiaram auxílio econômico e cooperação militar com o Egito para não perturbarem a relação com a Inglaterra de Churchill. Essa postura exacerbou o nacionalismo egípcio, cuja grande liderança, Nasser, reforçaria o ceticismo e oposição a qualquer arranjo multilateral de segurança no Oriente Médio.

Ainda em 1954, o jornalista Luiz Alberto Bahia escreveu para o “Correio da Manhã” uma série de reportagens sobre o Egito. Ele, junto com outros colegas brasileiros, haviam sido convidados a visitar o país em julho para as comemorações do aniversário da revolução³²⁵. Relatando suas experiências, Bahia pareceu impressionado com a força revolucionária no Egito, que ele considerava necessária, mas que se dava às custas da implantação de uma ditadura. Ele notou o impacto que a evolução das negociações com o Reino Unido havia tido na popularidade de Nasser, mas compreendeu que “No dia em que foi assinado o acordo com os ingleses sobre Suez, o governo egípcio perdeu um bode expiatório insubstituível para as suas dificuldades internas³²⁶”. Foi dentro dessas dificuldades para sustentar a revolução que, em novembro de 1954, Nasser fez o derradeiro movimento para se livrar de Naguib, em uma trama que envolveu suas ambições pessoais e um passo extra para cercear a Irmandade Muçulmana no país. De fato, Naguib já havia sido silenciado em abril quando Nasser assumiu a presidência do Conselho e o primeiro se tornou um chefe de Estado figurativo (HAHN, 1991). Sobre a Irmandade Muçulmana recaiu a tentativa de assassinato que Nasser sofreu em 26 de outubro, poucos dias depois de ter firmado o acordo final com o Reino Unido (GERGES, 2018).

Em novembro, Luiz Alberto Bahia voltou a escrever sobre o Egito; para ele, o objetivo do jovem Nasser era a “ocidentalização” do país, compreendida como sinônimo de modernização. O principal entrave a esta proposta estava concentrado na Irmandade Muçulmana, pois “A reforma agrária, a industrialização na base de colaboração com o capital

³²⁴ Do original: “Eisenhower and Dulles favored their strategic imperatives over their political interests whenever the two conflicted”.

³²⁵ Correio da Manhã, “Revolução Egípcia – o ‘Correio da Manhã’ presente no segundo aniversário”, p. 2, 20 de julho de 1954.

³²⁶ Correio da Manhã, Luiz Alberto Bahia, “À Sombra da Esfinge”, p. 9, 22 de agosto de 1954.

estrangeiro, o Estado leigo, a educação de sentido moderno, visando à eficiência técnica acima de tudo, atingem fundo a alma da população abrindo horizontes novos ao povo egípcio³²⁷”. Bahia via com bons olhos o movimento nasserista, mas entendia a dificuldade que o país teria em enfrentar a contrarrevolução simbolizada em Naguib – a quem ele chamou de “presidente prisioneiro” em agosto³²⁸ – e a do grupo islâmico já referido. Para Gerges (2018), Nasser somente conseguiria superar os obstáculos centrais à revolução após 1956, quando ele passou a controlar todo o processo de decisão no Egito e liquidou a presença britânica no país, a despeito da continuidade da questão de Suez na política internacional.

Em fevereiro de 1955, Nasser se viu constrangido pelo Pacto de Bagdá, que tinha o expreso apoio britânico, destinava-se a conter a URSS, mas também era uma tentativa de minar o poder do líder egípcio. Essa pressão constante para que Nasser abrandasse sua retórica e controlasse suas ambições foram desmedidas e fizeram com que ele adotasse cada vez mais a linguagem do arabismo, tentando minar especialmente as monarquias Hashemitas, que passaram a ser clientes preferenciais dos britânicos (BARR, 2019). No mesmo mês, Anthony Eden aproximou-se de Nasser para tratar do Plano Alpha, elaborado em conjunto com os EUA e que previa a retomada de negociações entre os árabes e Israel (HAHN, 1991).

Todavia, ao longo de 1955, as fricções entre o Egito e Israel em Gaza (e desse com a Jordânia e a Síria nas outras fronteiras) escalaram de forma alarmante. As notícias dos embates de Israel com os vizinhos em 1955 também chegavam ao Rio de Janeiro através da comunicação da legação em Tel Aviv. Em uma dessas ocasiões, ainda em 19 de janeiro de 1955, Tabajara de Oliveira comunicou que uma patrulha jordaniana que invadira o território israelense, havia matado Eliezer Katz, brasileiro-nato, nascido em Salvador, e que vivia em uma fazenda próxima a Jerusalém³²⁹. No mesmo mês, o ministro plenipotenciário remeteu telegrama com os agradecimentos do governo israelense pela defesa que o Brasil fizera no CSNU sobre a navegação em Suez³³⁰. Os telegramas informavam sobre a escalada das tensões na fronteira com o Egito, e Tabajara de Oliveira entendia que não eram meros choques, mas que havia sim uma escalada de tensão geral. Circulava em Tel Aviv a informação de que

as Forças Armadas israelenses vêm executando treinamento intensivo em operações anfíbias [...]. O possível objetivo dessas forças seria a região de Gaza [...]. Uma tal atividade ofensiva pode acarretar a fuga para território

³²⁷ Correio da Manhã, Luiz Alberto Bahia, “À Sombra da Esfinge”, p. 2, 18 de novembro de 1954.

³²⁸ Correio da Manhã, Luiz Alberto Bahia, “À Sombra da Esfinge”, p. 9, 24 de agosto de 1954.

³²⁹ AHMRE-B/Ostensivos/Tel Aviv/Telegramas/Recebidos (1952-62), 3510, “Cidadão brasileiro morto no exterior. Eliezer Katz”, de Tel Aviv para o Rio de Janeiro, n.º 2, EM/19/19/I/55.

³³⁰ AHMRE-B/Ostensivos/Tel Aviv/Telegramas/Recebidos (1952-62), 3510, “A questão de Suez no Conselho de Segurança da ONU. Atuação da Delegação do Brasil”, n.º 1, EM/7/7/I/55.

africano e egípcio de parte dos 200.000 refugiados árabes existentes naquela região³³¹.

A gravidade da situação entre o Egito e Israel impôs a Dulles a necessidade de ampliar seus contatos com Nasser, mas a intransigência dos EUA em apoiarem o programa de rearmamento do presidente egípcio o levaria a buscar outros caminhos. Em abril de 1955 aconteceu a Conferência de Bandung, que deu a Nasser a plataforma internacional ideal para propor um caminho intermediário na Guerra Fria, aprofundando a relação dessa com a descolonização (BRADLEY, 2010). Ciente disso, o líder egípcio passou a negociar com a URSS a compra de armas e o acordo foi selado via Tchecoslováquia. Kim Roosevelt, defensor e conhecedor de Nasser, foi despachado para o Cairo no final de setembro de 1955 e convenceu-o a declarar que o intuito da compra de armas era para fins pacíficos e que ele desejava tratar com Dulles sobre as tensões na região (BARR, 2019). A compra de armas se tornou um entrave para o plano da administração estadunidense de promover a paz na região. Dulles não era partidário da política de Nasser, mas também se irritou em outubro daquele ano com Israel que, temendo o rearmamento de Nasser, mesmo tendo superioridade militar, pressionava cada vez mais os EUA a apoiá-lo, o que era um grande empecilho para a política estadunidense no Oriente Médio (HELLER, 2016). Ben-Gurion voltou ao posto de primeiro-ministro em Israel em novembro e no Reino Unido, o agora primeiro-ministro, Anthony Eden, passou a adotar uma postura mais proativa no Oriente Médio, sem aquiescer tanto às opiniões dos EUA, e logo no começo de 1956 estava claramente definido que o Reino Unido entendia a queda de Nasser como ideal e necessária (BARR, 2019).

Entre 1954 e 1955, o Brasil viveu também seus momentos de turbulência. A morte do presidente Vargas em agosto de 1954, a disputa em torno do petróleo e dos minerais atômicos e dos programas de exploração petrolífero e atômicos brasileiros, atestam a dimensão daquelas pautas em níveis globais. Tal como nos países aqui estudados, certos setores brasileiros identificavam as potencialidades de desenvolvimento nacional de forma autônoma, sem dispensar recursos estrangeiros, que eram essenciais, enquanto outros acreditavam em uma utópica divisão internacional do trabalho.

³³¹ Ibidem, “Incidente de fronteira Israel-Egito”, n.º 31, EM/2/2/9/55.

6 A CRISE DE SUEZ EM 1956 E O ENVIO DO “BATALHÃO SUEZ” PARA GAZA

O canal artificial na Península de Suez destacava-se na política internacional desde o século XIX por sua importância como elo entre o Mediterrâneo e os países do Golfo e o Oceano Índico. A navegabilidade na região e no estreito de Aqaba já vinham sendo alvo de preocupação das Nações Unidas desde o final dos anos 1940, devido à luta anti-imperialista no Egito e à criação do Estado de Israel que, ainda na guerra de independência, havia chegado ao Golfo de Aqaba, conquistando o que é hoje a cidade portuária de Eilat. Já estudamos no capítulo anterior como as negociações sobre Suez foram o pilar da política egípcia entre o final dos anos 1940 e levou ao fim da monarquia e à consolidação do poder de Nasser após a Revolução egípcia de 1952. Ademais, a questão tinha um aspecto de segurança fundamental para Israel, com quem o Egito escalava as tensões ao longo de 1955 e no início de 1956.

O objetivo deste capítulo é estudar a Crise de Suez de 1956 e os desafios impostos ao Brasil após novembro daquele ano quando, por atuação do Executivo e do Congresso, decidiu-se enviar um contingente para Gaza como parte da força de paz estabelecida pela ONU para monitorar a região. Para Ryan Irwin (2014: 98), a Crise de Suez pressionou os EUA a se posicionarem em relação à questão da autodeterminação, o fim dos impérios e a consolidação do sistema de Estados, tarefa para a qual as Nações Unidas eram fundamentais. A presença brasileira na fronteira entre Israel e Egito, que se estendeu até 1967, e as necessidades advindas de preservar o caráter neutro da UNEF ditariam parcialmente a política adotada para a região naquele período. Apesar de acompanhar a posição estadunidense quanto à criação da UNEF, o conflito em Suez trouxe para o debate interno a percepção de que era inevitável olhar para outras zonas, conflitos e demandas internacionais. Nos dois primeiros anos da missão, as concepções de política internacional do governo Juscelino Kubitschek evoluíram gradativamente para acompanhar as demandas colocadas pelo movimento do Terceiro Mundo e especialmente do Oriente Médio.

6.1 A ESCALADA DA CRISE EM 1956 E A NACIONALIAÇÃO DA COMPANHIA DO CANAL DE SUEZ

Na primeira metade de 1956, a diplomacia brasileira acompanhou a escalada da crise nas fronteiras de Israel. Em abril, um novo ataque israelense contra forças egípcias deixou quarenta civis mortos e cem feridos. O nível de tensão cresceu e Israel entrou em estado de mobilização geral, ocasião na qual “as autoridades policiais estão identificando nos logradouros

públicos as pessoas de traços característicos árabes, prendendo aquelas que não apresentam documento de identidade”. No dia 26 de abril, Tabajara de Oliveira comunicou que “a Rússia apoiará o ponto de vista árabe e solicitará às Nações Unidas a execução da resolução de 1.947 [que aprovou o plano de partilha], inclusive a internacionalização [de Jerusalém]”³³². Essas medidas e demonstrações de proximidade do Egito com a URSS fizeram com que Dulles passasse a desconfiar ainda mais das intenções de Nasser, que adotava um tom desafiador ao Ocidente sem se fechar à possibilidade de cooperação econômica e militar com os EUA.

De acordo com Barr (2019), já em março de 1956, Anthony Eden havia decidido que a solução para o Egito era a queda de Nasser. A obstinação de Eden era tamanha que ele chegou a solicitar que Nasser fosse assassinado, e não necessariamente contido ou simplesmente substituído (BARR, 2019; HAHN, 1991). Naquele momento, mesmo os EUA começaram a aceitar a ideia de que o presidente egípcio poderia – e deveria – ser pressionado a se reposicionar. Dulles não se convenceu da solução de Eden, mas os EUA não ficaram inertes e Kim Roosevelt chegou no Oriente Médio no começo de julho de 1956, onde visitou a Síria, a Jordânia e a Arábia Saudita causando e incentivando posturas anti-Nasser (muitas vezes subornando autoridades locais). Além dos EUA e do Reino Unido, a França e Israel também tinham queixas contra o líder egípcio. Ambos almejavam desestabilizar Nasser, que apoiava os rebeldes argelinos que lutavam por sua independência contra a França e se armava, real e retoricamente, para o “segundo *round*” contra Israel. Para Chaim Herzog (2005) – que era chefe do serviço de inteligência das Forças Armadas de Israel – a estridência nacionalista de Nasser e o apoio que esse dava aos revolucionários argelinos fez com que a França se aproximasse de Israel. Ao passo que o Egito comprava armas da Checoslováquia, a França passou a suprir Israel, que se manteve cauteloso até que os aviões e tanques franceses chegassem ao país em meados de 1956. Shapira (2018) indica que os EUA e a Grã-Bretanha também foram cortejados por Israel, mas impuseram condições que estavam fora de cogitação para o governo estabelecido em Jerusalém.

Um dos grandes planos do governo egípcio era levar adiante a construção de uma nova barragem em Assuã, que era fundamental “quer pela eletricidade gerada e a irrigação que a nova barragem forneceria, quer pela vasta extensão de terra que poderia ser recuperada e cultivada assim que o Nilo fosse domesticado³³³” (BARR, 2019: 221, tradução nossa). Em seu

³³² AHMRE-B, M.D.B./Tel Aviv, Telegramas (1952-62), 3510; n.º 10, EM/6/6/4/56; n.º 12, EM/13/13/IV/56; n.º 30, EM/26/26/IV/56.

³³³ Do original: “whether it was for the electricity and irrigation that the new dam would provide, or the vast tract of land that could be reclaimed and farmed once the Nile had been tamed”.

jogo pendular com as duas superpotências, Nasser conseguiu em dezembro de 1955 a promessa de aporte financeiro dos EUA, do Reino Unido e do Banco Mundial para o início da construção do ousado projeto. Por razões orçamentárias e políticas, dentre elas uma forte oposição no Congresso, o governo de Eisenhower resolveu retroceder na oferta feita a Nasser. Enquanto isso, as tropas britânicas deixaram o Egito em 19 de junho e poucos dias depois os egípcios aprovaram em referendo a nova constituição do país, que garantia a Nasser o título de presidente e um poder inigualável. O “Última Hora” chegou a chamá-lo, depois de anunciar o resultado positivo de 99,9% dos votos, de “Caudilho oficial do mundo árabe e presidente constitucional do Novo Egito³³⁴”. Assim, o transcorrer da questão de Assuã foi um baque especialmente grande para um líder que recém consagrara-se com tanto poder. Em 19 de julho de 1956, Dulles deixou claro para o embaixador egípcio em Washington que não financiaria o projeto de Assuã, e para a surpresa de Nasser, a URSS também se recuou a apoiar a construção da represa. Pressionado a dar uma resposta ao povo egípcio e, claro, às superpotências, Nasser então decidiu nacionalizar a companhia do Canal de Suez.

A nacionalização foi anunciada em Alexandria no dia 26 de julho; do discurso de Nasser naquela ocasião, enfatizamos quatro pontos: 1) o presidente fez um ataque direto e enfático contra o imperialismo, pois para Nasser “[o imperialismo] tentou nos dispersar e separar [referindo-se aos árabes], e por isso ele criou **Israel, o trabalho do imperialismo**³³⁵” (NASSER, 1956: 2, tradução nossa, destaque nosso); 2) defendeu o princípio de que a independência política sem a econômica seria incompleta; 3) também disparou repetidos ataques à política de alianças de países do mundo árabe com o Reino Unido e os EUA, em especial o Pacto de Bagdá; 4) por fim, anunciou a nacionalização do canal e a associou ao projeto de financiar a barragem de Assuã: “Eu lhes digo hoje que [...] ao construirmos a barragem, construiremos uma fortaleza de honra e glória³³⁶” (NASSER, 1956: 7, tradução nossa). Como a intenção era se apropriar dos lucros advindos das operações do Canal, o líder egípcio conseguia assim um grande trunfo. A força do discurso ressoava a carta-testamento de Getúlio Vargas, pelo seu tom de denúncia e de proposições de como superar as pressões internacionais. O presidente brasileiro, todavia, a escreveu em seu momento derradeiro, enquanto Nasser, ao vociferar suas ideias, ganhou o apoio doméstico, que era especialmente o que buscava, e demonstrou suas credenciais de líder do Terceiro Mundo. Para Gerson Moura

³³⁴ Última Hora, “Deslocam-se para o Egito as atenções do mundo Ocidental”, p. 7, 26 de junho de 1956.

³³⁵ Do original: “[l’impérialisme] a essayé de nous disperser et de nous séparer et, pour cela, il a créé Israel, oeuvre de l’impérialisme”.

³³⁶ Do original: “Je vous les dis donc aujourd’hui [...] qu’en construisant le Haut-Barrage, nous construirons une forteresse d’honneur et de gloire”.

(2012: 41), o gesto de Nasser foi a “expressão do nacionalismo do Terceiro Mundo”, uma prova do não-alinhamento, mas o intervencionismo franco-britânico não compreendia essa nova realidade. Mossadegh também havia tentado anos antes se opor ao imperialismo, mas foi derrubado por ação direta dos EUA e do Reino Unido. Nasser enfrentou o mesmo desafio nos meses seguintes, através de um ataque orquestrado pelo Reino Unido, França e Israel.

Figura 7 – Mapa da Península do Sinai



Fonte: Nations Online ([2019]).

Logo após o anúncio da nacionalização de Suez, o gabinete britânico, em contato com os franceses, aprovou o uso de qualquer medida para derrubar Nasser. Essa proposta divergia por completo da posição que Eisenhower adotaria e impor a seu governo. O presidente dos EUA entendia que o uso da força somente fortaleceria o presidente egípcio e que, enquanto esses conseguissem operar o Canal, não haveria nenhum problema imediato (HAHN, 1991; KAMRAVA, 2005). É importante ressaltar que no governo dos EUA circulavam opiniões distintas. Dulles havia expressado algumas vezes que o uso da força era sim uma possibilidade. Para Hahn (1991), Anthony Eden propositalmente tirou as palavras de Dulles de seu contexto, e resolveu acreditar e escutar somente o que lhe convinha. Em setembro foi questionado no parlamento britânico, e lá também tomou postura evasiva, mas já estava planejando derrubar o presidente egípcio.

Os EUA, enfim, tentaram a via multilateral para resolver pacificamente a questão e ganhar tempo, e entre 16 e 23 de agosto aconteceu a primeira Conferência do Canal de Suez, em Londres. Vinte e quatro países foram convidados a participar, mas o Egito se recusou. O encontro serviu na verdade para maquiagem as reais intenções franco-britânicas, enquanto Dulles acreditava estar apaziguando os seus dois parceiros do Atlântico. O gabinete de Eden não acreditava que Nasser acataria qualquer uma das recomendações tiradas no encontro, e esse seria então o melhor momento para o ataque. Em setembro, Dulles propôs a criação de uma companhia internacional para gerenciar o Canal, mas a pergunta real era: Nasser aceitaria essa proposta? É evidente que não. E os britânicos pressionaram pelo fracasso egípcio. Em meados de setembro, eles retiraram os técnicos ocidentais que ainda operavam o canal, e em uma semana os egípcios haviam cruzado 254 barcos por Suez, sem fazer distinção de bandeiras (HAHN, 1991). A tese da incapacidade ruiu e o Canal estava funcionando sob comando egípcio.

O Egito estava firme na defesa de sua soberania sobre o canal. Em 13 de outubro, o Conselho de Segurança considerou a questão e após negociações com o Ministério de Relações Exteriores egípcio, foi adotada a resolução n.º 118/56 que estabelecia requisitos para o funcionamento pacífico de Suez. Os três principais pontos do documento eram os seguintes: “(1) Deve haver trânsito livre e aberto pelo Canal, sem discriminação, explícita ou velada [...]; (2) A soberania do Egito deve ser respeitada; (3) A operação do Canal deve ser isolada da política de qualquer país³³⁷” (UNITED NATIONS, 1957a: 10-11, tradução nossa). Os primeiro

³³⁷ Do original: ““(1) There should be free and open transit through the Canal without discrimination, overt or covert [...]; (2) The sovereignty of Egypt should be respected; (3) The operation of the Canal should be insulated from the politics of any country”.

e terceiro dispositivos eram especialmente importantes para a posição de Israel que, como vimos, vinha há anos sendo impedido de ter livre acesso ao canal.

Como explica Garavini (2012: 9, tradução nossa), “no Egito, o governo conservador britânico de Anthony Eden calculou mal o significado de um emergente nacionalismo árabe liderado por Gamal Abdel Nasser e, junto com o governo socialista francês, embarcou em um malfadado empreendimento militar para retomar o controle do Canal de Suez³³⁸”. Descontentes com qualquer resolução do problema que não a própria humilhação de Nasser e a eliminação de seu governo, considerado uma ameaça, Reino Unido, França e Israel assinaram o Protocolo de Sèvres, no qual concordavam com uma iniciativa militar israelense contra o Egito que geraria em seguida a justificativa para que as duas potências europeias entrassem em ação para “proteger” Suez e a volta à normalidade (LITTLE, 2010; SHAPIRA, 2018).

Os encontros entre representantes dos três países que atacaram o Egito começaram ainda em setembro de 1956 e os interesses convergiram. Para Shapira (2018), Ben-Gurion era quem apresentava maior insegurança quanto a essa ação conciliada com as potências, mas Moshe Dayan, chefe do Estado-Maior israelense, e Shimon Peres, que ocupava cargo no ministério de Defesa, conseguiram convencê-lo a agir. Chaim Herzog (2005: 4, tradução nossa) justifica a atitude de Israel porque havia a percepção de que “O bloqueio do Canal de Suez e do Golfo de Aqaba foi parte de uma guerra econômica total contra Israel, enquanto as incursões de fedayun em Israel foram se tornando mais frequentes com número cada vez maior de vítimas³³⁹”. É importante recordar que a insegurança era ainda o tom que guiava a política israelense, pois o Estado mal fizera dez anos e não havia concluído nenhum tratado de paz com seus vizinhos. Com a navegabilidade impedida em suas principais rotas, o país ficava cada vez mais isolado. Ademais, Israel e Egito já estavam em guerra, só que velada.

6.2 A RESPOSTA NAS NAÇÕES UNIDAS AO ATAQUE CONTRA O EGITO

A incursão israelense em território egípcio teve início no dia 29 de outubro de 1956. No mesmo dia, o representante dos EUA levou a questão para o CSNU que se encontrou nos dois dias seguintes para debater a situação. Uma vez instaurada a manobra das potências europeias

³³⁸ Do original: “in Egypt, the British Conservative government of Anthony Eden miscalculated the significance of an emergent Arab nationalism led by Gamal Abdel Nasser and, along with the French Socialist government, embarked on an ill-fated military venture to retake control of the Suez Canal”.

³³⁹ Do original: “The blockade of the Suez Canal and the Gulf of Aqaba was part of an all-out economic war against Israel, while the fidaiyyun incursions into Israel were becoming more frequent and exacting greater number of casualties”.

e Israel, os Estados Unidos, constrangidos por questões domésticas – Eisenhower tentava a reeleição em novembro de 1956 – e pela represália soviética na Hungria³⁴⁰, pressionaram aqueles países a acatarem o fim das hostilidades, e foi no âmbito das Nações Unidas onde essas negociações ocorreram. Ben-Gurion, Mollet e Eden ousaram em suas atitudes. Eisenhower ficou perplexo pela falta de comunicação com os aliados do Atlântico. Nasser tentou angariar poder a partir do ataque que sofrera.

Após o início da ação israelense, os EUA, agora cientes de que provavelmente a França e a Grã-Bretanha lançariam uma ação militar contra o Egito, se adiantaram e buscaram apoio para uma resolução tripartite no CSNU aos moldes da declaração por manutenção da paz no Oriente Médio de 1950. Como não era esse o planejado, Londres e Paris ainda na manhã do dia 30 de outubro lançaram um ultimato aos beligerantes, pedindo um cessar fogo e ameaçando intervenção em Suez para impedir o conflito. Israel acatou o pedido, e o Egito, como era esperado, não (HAHN, 1991). Enquanto isso, no CSNU, as potências europeias, com poder de veto, impediam a aprovação de qualquer resolução. No dia 31 de outubro, reconheceu-se no Conselho que a situação se enquadrava na resolução 337 (V) da AGNU – a “*Uniting for Peace*” de 1950 –, e solicitou-se assim uma reunião de emergência desse órgão. Nesse mesmo dia, as forças inglesas e francesas começaram a atacar alvos egípcios, que inviabilizou o Canal ao afundar um navio (UNITED NATIONS, 1956a).

No dia 1 de novembro, a AGNU se reuniu em caráter especial e emergencial. No dia seguinte, aprovou-se a resolução 997 (ES-I), que pedia cessar-fogo imediato e a retirada das tropas estrangeiras da Península do Sinai. No dia 4 de novembro, foram aprovadas as resoluções 998 (ES-I) que solicitava ao Secretário-Geral³⁴¹ da organização que criasse uma força internacional para assegurar o fim das hostilidades, a retirada de tropas das zonas ocupadas e a reabertura do Canal de Suez, e a resolução 999 (ES-I), reforçando a urgência de um cessar-

³⁴⁰ A crise na Hungria se formou na esteira do movimento de desestalinização da URSS e foi inspirada nos protestos acontecidos na Polônia em junho de 1956. As manifestações de Budapeste começaram em outubro do mesmo ano, e colocaram o Partido Comunista húngaro na berlinda, ampliando o acúmulo de tropas soviéticas no país. A falta de reação efetiva dos EUA demonstrou que a bipolaridade rígida valia somente para os aliados, mas entre as superpotências era possível um certo nível de conciliação e respeito às zonas de influência (MOURA, 2002).

³⁴¹ O Secretariado é um dos seis órgãos principais da ONU; é a burocracia da organização. É composto por um Secretário-Geral e por funcionários internacionais que além do papel administrativo, também desenvolvem pesquisa sobre a agenda da organização, podendo levar situações que desestabilizem a paz e a segurança mundiais para o CSNU. Hanhimaki (2015) sintetiza a fórmula que define o papel do Secretário-Geral: muita visibilidade e pouco poder. É um cargo complexo porque se trata de um nacional de algum Estado-membro defendendo os interesses da organização, sem descontentar (ou pelo menos não muito) algum dos P-5. Trygve Lie (1946-1952), da Noruega, e Dag Hammarskjöld (1953-1961), da Suécia, foram os dois Secretários no período estudado por essa tese. O primeiro enfrentou o desafio da Guerra da Coreia e a aprovação da Resolução “Unidos pela Paz”, patrocinada pelos EUA, e previa a atuação da AGNU em questões de paz e segurança quando o CSNU estivesse travado. O segundo foi responsável por chefiar a criação da missão de paz em Suez, em 1956.

fogo. Enquanto a ONU lidava com a questão, Israel continuava sua incursão no Sinai e em Gaza, e no dia 5 de novembro controlou a cidade de Sharm el-Sheikh, que está na entrada do Golfo de Aqaba, ponto de passagem para a cidade israelense de Eilat. No mesmo dia foi aprovada a resolução 1000 (ES-I), que autorizava o General Burns, que já ocupava o cargo de chefe da Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas (UNTSO, criada em maio de 1948 na esteira da independência de Israel), a convocar oficiais para compor o Comando da força de emergência (a I Força de Emergência das Nações Unidas, ou UNEF, da sigla em inglês). Os britânicos e os franceses, com a pressão internacional crescente, concordaram com um cessar-fogo na madrugada do dia 7 de novembro. Nesse dia foi enfim aprovada a resolução 1001 (ES-I) que nomeava o Brasil, Canadá, Noruega, Colômbia, Paquistão e Ceilão como membros do Comitê Consultivo da força da ONU na região (COHEN, 1957).

Para Manuel Frohlich (2014), um ator fundamental na crise foi o Secretário-Geral da ONU. Mesmo os EUA apostaram na audácia de Hammarskjold porque queriam evitar uma crise maior com seus aliados e impedir a ação soviética em Suez. Assim, o Secretário-Geral levou em consideração diversas vezes os interesses de Washington, mas é importante frisar que “Hammarskjold estava do lado dos EUA tanto quanto os EUA estavam do lado da ONU³⁴²” (FROHLICH, 2014: 336, tradução nossa). Os interesses de ambos convergiram no momento.

A participação dos EUA e da União Soviética na resolução da crise foi fundamental e demonstrou claramente que o cenário global havia mudado. Mas, conforme explica Michael Oren (2011: 516), à medida que a União Soviética ameaçava intervenção militar contra os invasores, os Estados Unidos tiveram que pressionar a Grã-Bretanha utilizando seu poder econômico, ao bloquear o acesso britânico ao FMI para estabilizar o valor da libra. Dulles e o presidente Eisenhower, reeleito no dia 6 de novembro, atuaram em diversas frentes para resolver o mais rapidamente possível a crise. Nas Nações Unidas, aprovaram a UNEF. Em relação às potências europeias, iniciou-se um embargo de petróleo para a região, mantendo-se um mínimo para as operações da OTAN. Temia-se que o fiasco soviético ao lidar com a situação da Hungria, levasse o Kremlin a alguma aventura diversionista. A pressão foi tamanha que o ambiente doméstico político no Reino Unido se deteriorou rapidamente e em 23 de novembro Eden tirou uma licença médica e foi para a Jamaica (HAHN, 1991).

Nasser saiu da crise como o grande vencedor já que conseguiu não só expulsar os invasores com sua postura resoluta, mas também manter o controle do canal. Para Kamrava (2005: 96, tradução nossa), o pan-arabismo ganhou seu aspecto concreto a partir da questão de

³⁴² Do original: “Hammarskjold was on the US side as much as the US was on the UN side”.

Suez: “Nasser, o único líder árabe que encarou o imperialismo até esse piscar, tornou-se seu principal articulador e protagonista³⁴³”. Ademais, para Salim Yaquub (2013), ao aceitar receber a UNEF em território egípcio, Nasser angariou influência internacional junto aos outros Estados do Terceiro Mundo. Soma-se a isso a relutância e demora israelense em retirar suas tropas da zona ocupada. Mesmo que militarmente tenha sido vitorioso, Israel saiu desmoralizado, pois conseguiu levantar as duas superpotências contra seus objetivos além de ter dado vazão ao prestígio do presidente egípcio.

O Brasil, como membro do Comitê Consultivo, rapidamente se predispôs a enviar tropas para a composição da UNEF. Estudaremos nas seções seguintes como se deu essa decisão, o que a motivou e como foi recebida pela sociedade a formação do chamado “Batalhão Suez”.

6.3 O ENVIO DO BATALHÃO SUEZ: O BRASIL VAI PARA O “ORIENTE”

No cenário multilateral, o Brasil conhecia as diversas disputas fronteiriças de Israel com o Egito por conta de seus dois mandatos no CSNU naquela década e da comunicação enviada da embaixada no Cairo e da legação em Tel Aviv. Mas, em 1956, o Brasil não era membro do Conselho e, portanto, não foi parte diretamente envolvida nas discussões de outubro, nem nas conferências sobre Suez (das quais, todavia, manteve-se atento). A legação brasileira em Tel Aviv ignorava até as últimas horas antes do ataque ao Egito que esse era o país alvo. Nelson Tabajara de Oliveira, ainda no dia 29 de outubro, enviou telegrama para o Rio de Janeiro informando que havia sido estabelecida a “mobilização geral neste país [já havia alguns dias]. Considera-se a medida desnecessária e espetaculosa. [...] Com a situação reinante que citei, nada há a temer, salvo se a Jordânia receber reforço militar estrangeiro, caso em que Israel, cumprindo a promessa, deverá invadir aquele país”³⁴⁴. No dia seguinte, um telegrama comunicava a invasão do Egito. Ainda no dia 30 de outubro, Tabajara de Oliveira encontrou-se com o embaixador francês em Israel que aparentou surpresa com a atitude de Israel e afirmou que os participantes da Declaração Tripartite de 1950 atuariam em conjunto para resolver o problema e recuperar a paz na região³⁴⁵.

³⁴³ Do original: “Nasser, the one Arab leader who had stared down imperialism until the latter blinked, became its chief articulator and protagonist”.

³⁴⁴ AHMRE-B/Ostensivos/Tel Aviv/Telegramas/Recebidos (1952-62), 3510, “Questão Israel-Jordânia. Mobilização geral em Israel”, n.º 30, EM/29/29/10/56.

³⁴⁵ AHMRE-B/Ostensivos/Tel Aviv/Telegramas/Recebidos (1952-62), 3510, “Invasão do Egito por Israel”, n.º 33, EM/30/30/10/56.

Uma preocupação imediata da legação brasileira foi com os migrantes judeus brasileiros no Neguev, que poderiam ser enviados para o combate. Mas a legação em Tel Aviv estava em uma posição difícil, conforme relatou em telegrama de 4 de novembro: “A situação da comunidade brasileira é muito complicada, em virtude de casamentos mistos, com aceitação da nacionalidade deste Estado, casos em que é conservada a nacionalidade brasileira, casos dos que aqui chegaram menores, além de que quase todos mobilizados³⁴⁶”. Incapacitado de agir, Tabajara de Oliveira pediu que o Ministério tomasse cautela em suas decisões nas Nações Unidas. Dois dias depois, ele informou que a opinião pública em Israel estava descontente com a rapidez da campanha e a pretensa pressão das potências europeias para que o conflito cessasse: “Israel só quer abandonar o Sinai depois de assegurada a paz e com o reconhecimento definitivo de seus direitos, havendo mesmo correntes egoístas que defendem a anexação explorando a tradição religiosa”³⁴⁷. Os atos acontecidos e a rápida resposta dos EUA nas Nações Unidas, e na mídia, declarando sempre que não estavam por trás da ação israelense e do ultimatum franco-britânico, que impediram uma crise maior.

Como a crise transbordou para uma sessão especial de emergência da Assembleia Geral e seria amplamente debatida na AGNU regular que estava programada para começar no dia 12 de novembro, o Brasil logo se envolveu com a questão. A mídia e o Congresso Nacional utilizaram-se, cada um à sua maneira, o momento para discutir a política externa brasileira e para a definição de uma posição sobre as possibilidades de atuação internacional do país.

Sempre presente nesses grandes debates dos anos 1950, Carlos Lacerda, logo no início da crise, publicou editorial no “Tribuna da Imprensa” defendendo a posição da França e da Inglaterra³⁴⁸. Tal como havia feito durante o governo Vargas, Lacerda aproveitou a oportunidade para espetar o governo Kubitschek (é importante lembrar que o jornalista defendeu golpes contra a vontade eleitoral tanto em 1950 quanto em 1955). Em seu texto, lamentou a atitude de Nasser, por quem nutria certa simpatia por acreditar que o regime de Farouk não fazia bem ao Egito. Mas a barganha nacionalista do governo egípcio, que ele chamou “chantagem”, perdeu o sentido ao cotejar o apoio e a influência da URSS. O Departamento de Estado dos EUA também havia errado na conduta com Nasser que, todavia, cometera o pecado maior de não ter compreendido que, nas palavras de Lacerda, “para libertar-

³⁴⁶ Ibidem. “Invasão do Egito por Israel. Situação dos brasileiros”, n.º 44, EM/4/4/XI/56.

³⁴⁷ Ibidem. “Nacionalização do Canal de Suez”, n.º 47, EM/6/6/XI/56.

³⁴⁸ Tribuna da Imprensa, “O canal de Suez como fronteira do Brasil”, Carlos Lacerda, editorial, 3-4 de novembro de 1956.

se do domínio estrangeiro, ele precisava da ajuda estrangeira. Numa palavra, para tornar-se independente, ele precisava receber a cooperação internacional”.

A nacionalização da Companhia do Canal, a prova de que o Egito conseguiria manejá-lo e a insistência dos EUA para que não houvesse represália militar em uma crise que podia escalar, indicavam que alguma justiça na atitude egípcia havia, e que talvez a opinião de Lacerda fosse, no mínimo, exagerada. O texto do jornalista basicamente justificou o imperialismo franco-britânico, escamoteado de defesa de interesses universais do mundo livre. Essa posição ficou explícita em outro artigo publicado no dia seguinte, no qual Lacerda atacou a postura brasileira de votar junto com os EUA na AGNU e em contraposição às potências europeias³⁴⁹. O jornalista já havia expressado suas críticas e diferenças em relação à política externa de Eisenhower em outras ocasiões, mas a crise húngara era, para ele, a prova de que a ação do presidente dos EUA estava aplacando o apetite imperialista da URSS – esse país sim, de acordo com ele, era imperialista.

A jornalista Adalgisa Nery apresentou, em texto publicado no dia 5 de novembro no “Última Hora”, uma posição completamente oposta à de Lacerda. Para ela,

Sabemos que o Brasil [...] de forma alguma pode fugir às consequências de tudo que está se processando no Egito e a nossa apreensão cresce ao ouvir de brasileiros e sobretudo de políticos brasileiros, deduções de um primarismo revoltante que só cabem em cérebros inconscientes³⁵⁰.

Para a autora, a proximidade de EUA e URSS na ONU não era o fato alarmante, já que os países foram os grandes aliados na Segunda Guerra e provaram saber cooperar. Mas a ação “antidemocrática” das potências europeias e o desrespeito à soberania egípcia eram ataques graves a uma nação que era mais fraca, tal como a URSS havia feito em relação à Hungria. A jornalista questionava-se por que isso causaria tanto espanto em alguns setores do Brasil, mas não o ataque ao Egito?

Nas Nações Unidas, o representante brasileiro, Cyro de Freitas-Valle, tinha uma visão pessimista sobre os impactos da crise para a organização: “infelizmente a ONU não pode, repito, não pode sair fortalecida desta refrega³⁵¹”. No dia seguinte a esse telegrama, ele foi um dos representantes diplomáticos com quem Hammarskjold se encontrou (FROHLICH, 2014). Nesse momento, já se gestava a ideia de Lester Pearson, do Canadá, da criação de uma força de

³⁴⁹ Tribuna da Imprensa, 5 de novembro de 1956.

³⁵⁰ Última Hora, 5 de novembro de 1956.

³⁵¹ AHMRE-B/Confidencial/Telegramas Recebidos/Organismos e delegações/ONU (1952/57), caixa 464, n.º 186, de 2 de novembro de 1956.

paz das Nações Unidas. Frohlich (2014) aponta que o canadense estava preocupado com as cisões no bloco ocidental, e a proposta da força coadunava com o que o próprio primeiro-ministro britânico já havia defendido no parlamento, ou seja, a ideia de manterem suas tropas em Suez caso a ONU solicitasse. Assim, a Inglaterra legitimaria sua intervenção sob o manto das Nações Unidas. Nem os EUA nem Hammarskjöld aceitariam essa artimanha, mas a proposta da força de paz foi bem aceita. No Brasil, conforme vimos nas posições díspares acima, a participação das potências na UNEF causou celeuma.

O país continuou acompanhando a posição dos EUA e no dia 5 de novembro, o MRE se reuniu com os ministros da Marinha (o almirante Antônio Alves Câmara Júnior), Guerra (o general Henrique Lott), Aeronáutica (o brigadeiro Henrique Fleiuss) e o chefe do Estado Maior das Forças Armadas (marechal Saldanha Mazza), para discutir a situação internacional e a posição do Brasil, que votou favoravelmente às resoluções dos dias anteriores. O “Tribuna da Imprensa” reportou que na reunião o envio de tropas brasileiras era uma questão superada, e não havia indicação para tal medida³⁵². Já o “Última Hora” noticiou que o MRE solicitaria mais informações à ONU sobre como essa força de polícia deveria atuar, e que a decisão final caberia ao Congresso Nacional. Nas palavras do General Lott, “nós, militares, cumpriremos o que o Congresso decidir”³⁵³.

O “Correio da Manhã” levantou a questão do abastecimento de petróleo e lamentou que somente naquele momento o governo de Kubitschek se desse conta da importância de Suez³⁵⁴. Todavia, o Coronel José Alexínio Bittencourt, do Conselho Nacional do Petróleo, encaminhou para o Conselho de Segurança Nacional um relatório que tranquilizou a presidência sobre essa questão. Os dois principais pontos do documento eram: a) as refinarias nacionais processavam 115.500 barris por dia, “dos quais 40.0000 nos vem do Kuwait e da Arábia Saudita no Oriente Médio e o restante do Peru e da Venezuela”; b) “O petróleo que importamos do Oriente, não transita pelo Canal de Suez, pois que a rota do Cabo da Boa Esperança é a mais curta³⁵⁵”. Ou seja, não somente comprávamos mais dos vizinhos, como também não precisávamos da rota de Suez. Alexínio Bittencourt era da ala constitucionalista do exército, e participara no ano anterior na campanha pela legalidade promovida por Lott. Não à toa ele conclui o texto alertando contra grupos “derrotistas e entreguistas”, que aproveitariam a crise e o alarmismo infundado em

³⁵² Tribuna da Imprensa, “O Brasil não mandará tropas para o Egito”, p. 2, 6 de novembro de 1956.

³⁵³ Última Hora, “Soldados do Brasil para a defesa do Canal de Suez”, p. 6, 6 de novembro de 1956.

³⁵⁴ Correio da Manhã, “O governo descobre Suez”, p. 6, 7 de novembro de 1956.

³⁵⁵ BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.646 - Dossiê - Documentos sigilosos 1956.2. Reservado. Do Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional ao Sr. Gen. Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional. ASSUNTO: Abastecimento de petróleo bruto; 8 de novembro de 1956.

relação ao desabastecimento nacional “para nos confiarmos à miragem dos trustes internacionais”. A pressão contra a Petrobrás não tinha arrefecido, nem a campanha favorável ao capital estrangeiro que a mídia tradicionalmente promovia.

O jornal de esquerda “Imprensa Popular” acompanhou durante todo o segundo semestre de 1956 a situação egípcia. Na edição do dia 7 de novembro, data em que se comemorava a vitória da revolução bolchevique russa, o jornal aproveitou a oportunidade para enunciar os princípios dos comunistas brasileiros face aos dilemas internacionais:

segundo a tradicional política de paz e amizade do Brasil com todos os povos, os comunistas brasileiros sempre se colocaram na linha da frente contra a política de guerra [...], pelo estabelecimento de relações diplomáticas, econômicas e culturais com a União Soviética³⁵⁶.

Essa leitura buscava explicar a ação violenta da França e do Reino Unido contra o Egito a partir da leitura teórica de que o capitalismo nutria em seu cerne crises e guerras. Assim, além de apoiar um dos tópicos de política externa brasileira que começava a ganhar força naquele ano – o estabelecimento de laços comerciais com países na esfera soviética –, o jornal apoiou o envio de tropas, pois “nada mais representará do que o atendimento ao anseio unânime de nosso povo, que franca e decididamente simpatiza com a causa do Egito, covarde e barbaramente agredido pelos imperialistas³⁵⁷”. Nesse ambiente de múltiplas pressões, o governo já se decidira por participar da missão da ONU, mas não poderia tomar tal decisão sem o Congresso. É o que estudaremos a seguir.

6.3.1 A conciliação política para a aprovação do envio do Batalhão Suez: o trabalho do Executivo e do Congresso brasileiros

O governo brasileiro buscou avançar rapidamente os preparativos para cumprir a resolução do dia 4 de novembro da AGNU. Nos dias 6 e 7 daquele mês, reuniram-se o Executivo e lideranças parlamentares – inclusive de oposição – para debater a questão. Havia quase um consenso sobre a necessidade de cumprir com os compromissos do Brasil nas Nações Unidas. Mas nenhuma decisão seria tomada sem o legislativo. Antes de determinar especificamente o envio de tropas para Suez, o Senado precisou retomar o debate de um projeto de lei proposto pelo deputado Afonso Arinos (UDN) ainda em novembro de 1952. O projeto regulamentava o

³⁵⁶ Imprensa Popular, “Juscelino convoca o ministério”, capa, 7 de novembro de 1956.

³⁵⁷ Ibidem, idem.

envio de tropas em situações nas quais não havia declaração de guerra. O projeto de Afonso Arinos fora apresentado ainda durante a Guerra da Coreia, na qual o Brasil, apesar da pressão, não participou. O presidente Kubitschek reforçou, em mensagem que chegou no Congresso no dia 8 de novembro, que “o sr. Hammarskjold, mostrou-se especialmente interessado em que o Brasil contribuísse para a constituição dessa Força, ainda que com um contingente de apenas 500 homens. Igualmente, o governo da Síria solicitou a participação do Brasil na projetada Força [...]”³⁵⁸. O elemento do prestígio brasileiro seria importante para galvanizar o apoio entre a opinião pública e o presidente transportou essa mensagem para o Congresso. O senador Carlos Gomes de Oliveira (PTB) celebrou a decisão das Nações Unidas em chamar o Brasil para a missão: “o Brasil, participando desse contingente, está, sem dúvida, honrado pelo convite da ONU, pela preferência da ONU em ter naquele campo também os soldados brasileiros” (CONGRESSO NACIONAL, 1956a: 3224). A urgência do projeto foi considerada e ainda no dia 8 de novembro foi aprovado unanimemente no Senado e encaminhado para sanção presidencial. Havia agora o respaldo legislativo para o envio de tropas para o exterior. Faltava aprovar o caso específico de Suez.

O deputado Afonso Arinos também se manifestou, na ocasião da Crise de Suez, em defesa da soberania egípcia sobre o Canal, e condenou a atuação da França e do Reino Unido como imperialista. Nas palavras de Arinos:

A passagem dos estreitos é matéria de Direito Internacional, não suscetível de controvérsia, porque o estreito é acidente geográfico, que sempre foi considerado como veículo para navegação livre. [...]. [já] os canais, sejam ou não construídos pelo estado cujo território atravessam, são, pela sua própria natureza de obra artificial, de engenharia, uma via de comunicação que está vinculada à soberania do estado em cujo território se encontra (ARINOS FILHO, 2001: 103).

Essa era a postura que animaria a participação brasileira na UNEF.

O Executivo, enquanto o debate estava no Legislativo, já se preparava para assumir seus compromissos. Em 9 de novembro, a legação em Tel Aviv foi comunicada da decisão do governo: “em atenção ao apelo constante da Resolução da [AGNU], o Governo brasileiro, dependendo apenas da aprovação do Congresso, dará um contingente de 500 homens para a constituição da Força Internacional [...]”³⁵⁹. No mesmo dia, o tenente-coronel Iracílio Pessoa e o major Ubirajara Brandão, que estariam à frente do batalhão brasileiro, se apresentavam ao cargo, e a Câmara dos Deputados começou a discutir a mensagem do presidente enviada no dia

³⁵⁸ Correio da Manhã, 9 de novembro de 1956.

³⁵⁹ AHMRE-B/Ostensivos/Tel Aviv/Telegramas/Enviados (1952-62), 3517, n.º 34, expedido em 9/11/56.

anterior³⁶⁰. As impressões enviadas pelo plenipotenciário brasileiro em Tel Aviv reforçavam a urgência com que o governo pretendia encaminhar o batalhão; Tabajara de Oliveira acreditava que “A presença da força brasileira no Oriente próximo visa impressionar favoravelmente ambas as partes, devido a simpatia e respeito de que goza o nosso país entre os judeus e árabes”³⁶¹.

Pressionada por conta da Hungria, a URSS passou a alardear o envio de voluntários a lutarem contra a agressão imperialista que o Egito havia sofrido. Esse país, por sua vez, “declarou que qualquer força de polícia das Nações Unidas [...] só poderá estabelecer-se sobre uma base temporária, e que não terá função militar alguma³⁶²”. Esse avanço na situação do terreno influenciou as discussões públicas que foram travadas na Câmara. No dia 10 de novembro, pleno sábado, a Comissão de Justiça começou a trabalhar em uma proposta de decreto-legislativo que regularia o envio das tropas para Suez. Na segunda-feira, a Comissão de Diplomacia também iniciou as discussões sobre o assunto e produziu outro projeto. Esse foi mais amplo, permitindo a permanência das tropas na missão pelo tempo que fosse necessário, e determinava a liberdade de imprensa para noticiar sobre os brasileiros no exterior³⁶³. A Comissão de Segurança também trabalhava de forma isolada na questão.

No dia 12 de novembro, teve início em Nova Iorque a 11ª AGNU. O embaixador Cyro de Freitas-Valle, em seu discurso de abertura, enfatizou que duas questões se destacavam em relação ao Oriente Médio: a) o Canal de Suez deveria ser livre para a passagem de todos os usuários, desde que a soberania egípcia fosse respeitada; b) o embaixador reconhecia que “os agravos sofridos pelas Nações Árabes como resultado do aparecimento de Israel são facilmente compreensíveis”, mas isso não era motivo para que a soberania israelense fosse desrespeitada (FREITAS-VALLE, 1956 apud CÔRREA, 2007: 114). Para ele, o principal aspecto do conflito entre árabes e israelenses era que suas causas não estavam sendo consideradas – e só isso poderia garantir uma paz justa e duradoura. Por isso “as Nações Unidas podem ter evitado ou adiado os perigos de um conflito militar, mas não se pode dizer que as enormes pressões que criaram os fatores conflitantes foram removidas” (FREITAS-VALLE, 1956 apud CÔRREA, 2007: 115). Os fatores econômicos foram especialmente enfatizados:

Existem vários motivos econômicos óbvios por trás de todo este fenômeno que estamos tentando compreender. Parece bastante claro que a maior parte das pressões políticas e militares que apareceram recentemente no cenário

³⁶⁰ Correio da Manhã, “Envio de tropas brasileiras para a polícia da ONU”, 10 de novembro de 1956.

³⁶¹ AHMRE-B/Ostensivos/Tel Aviv/Telegramas/Recebidos (1952-62), 3510, n.º 52, EM/12/12/11/56.

³⁶² Correio da Manhã, “Ameaça a Rússia a mandar ‘voluntários’ para o Egito”, capa, 11 de novembro de 1956.

³⁶³ Correio da Manhã, “As comissões preparam os projetos”, p. 13, 13 de novembro de 1956.

internacional estiveram fundamentalmente a serviço das necessidades econômicas mais básicas dos diferentes participantes.

Ou seja, a delegação brasileira na ONU continuava a defender a ideia de que as desigualdades entre as nações e a pobreza de seus povos levam a conflitos, tal como já havia feito em outras ocasiões. O que mudou neste contexto foi que a premissa foi aplicada diretamente ao conflito entre os países árabes e Israel. Freitas-Valle, na oportunidade, não poderia deixar de rechaçar veementemente a intervenção da URSS na Hungria, o que contentava parte do público doméstico, mas a ideia que prevalecia nos próximos anos da política externa de Kubitschek foi a primeira, levando inclusive à propositura da OPA, conforme vimos no segundo capítulo.

Entre a segunda e a terceira semanas de novembro, o debate ficaria por conta da Câmara, onde as posições variavam. O deputado Oswaldo Lima Filho (PSP), da Frente Parlamentar Nacionalista, declarou que a ONU não estava cumprindo sua promessa de promoção da paz, justamente porque tanto na Hungria, quanto no Egito, potências com poder de veto no Conselho de Segurança obstruíam decisões. Para o deputado, “ao enviarmos tropas brasileiras [...], estaremos permitindo as condições que poderão determinar o ingresso do Brasil em um conflito internacional” (CONGRESSO NACIONAL, 1956b: 11190). O deputado Pedro Braga (PSD) acreditava que a criação da força era mais um artilho das potências estrangeiras, Reino Unido e França que, depois de atacar um membro soberano da ONU, garantiriam a permanência de tropas estrangeiras na região: “Oponho-me ao envio de nossos patrícios mais jovens, porque [...] ao chegar em território egípcio a Polícia Internacional, as consequências serão as mais graves para o povo brasileiro e – permitam os Céu esteja eu enganado – para a liberdade do nosso país” (CONGRESSO NACIONAL, 1956b: 1195). O deputado temia que o envio de tropas e a subsequente divulgação pela imprensa das mazelas que enfrentariam levasse à aprovação de uma lei para controle da imprensa. Ademais, a incerteza quanto à saída das tropas da Inglaterra, França e Israel do cenário foi um dos pontos levantados pelos deputados que não apoiavam o envio de tropas.

A opinião majoritariamente, contudo, era que, tal como expôs o deputado Milton Campos (UDN), “a força armada das Nações Unidas terá objetivos nitidamente pacifistas e vai atuar no sentido do apaziguamento e não ao estímulo das hostilidades” (CONGRESSO NACIONAL, 1956b: 11189-11190). Para o deputado da UDN, a decisão de criação da Força já havia sido referendada pelo Brasil na ONU, e nos restava cumpri-la. Para Paul Diehl (2015), o princípio da neutralidade guiou o estabelecimento da UNEF e por essa razão é que se escolheu a contribuição de tropas de países geograficamente longe da região, e que não fossem membros permanentes do Conselho de Segurança, já que dois desses estavam diretamente envolvidos no

conflito. O jurista canadense Maxwell Cohen (1957: 114, tradução nossa), fazendo o balanço de um ano da força, reiterou à época que “a UNEF não era realmente uma força militar [...] Em vez disso, era uma força policial, projetada para garantir a cessação das hostilidades, com a retirada das forças³⁶⁴” invasoras.

No dia 14 de novembro, o embate em destaque foi o de Carlos Lacerda (UDN) e Aurélio Viana, do Partido Socialista Brasileiro. O primeiro, interrompendo a fala do segundo diversas vezes conforme constam dos registros do Congresso, tentou vincular a postura agressora francesa ao fato de que o país era governando no momento por uma coalização socialista, em uma tentativa insossa de associar o socialismo ao imperialismo. O deputado Viana perguntou então para o “– Nobre Deputado Carlos Lacerda, está Vossa Ex.^a de acordo com a invasão do Egito pelas forças inglesas e francesas?”. O deputado da UDN hesitou e Viana então conclui: “Já verifique que V. Ex.^a está favorável” (CONGRESSO NACIONAL, 1956b: 11242). No editorial do “Tribuna da Imprensa” que estudamos acima, Lacerda já havia declarado sua posição, que divergia bastante de seus colegas, mesmo aqueles do mesmo partido, como Afonso Arinos.

O “Voz Operária” denunciou dias depois os jornais “O Globo”, “Correio da Manhã” e o de Lacerda como entreguistas e cínicos. O que estava em jogo era o uso da bandeira do anticomunismo, enfatizando que a ameaça “real” era a URSS, para “ENTREGAR O PAÍS AOS MONOPÓLIOS NORTE-AMERICANOS”. O jornal não deixou de notar que essas manobras golpistas que assolavam também a política brasileira eram baseadas nas “desmoralizadas ‘teses’ da guerra fria”. Lacerda, chamado de “porta-voz da provocação golpista” e acusado de defender posições fascistas, tinha um único interesse: “transformar o Brasil em colônia dos EUA”³⁶⁵.

Uma posição bastante qualificada foi a do deputado Josué de Castro (do PTB e membro da Frente Parlamentar Nacionalista), que já havia publicado os livros “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome” àquele tempo. No debate na Câmara, ele apresentou uma robusta análise dos problemas que cercavam o Egito, e os países subdesenvolvidos, e se posicionou ao lado dessa luta:

Os povos espoliados do mundo despertaram e se juntaram; não deporão o seu direito de protestar e de reagir enquanto não for inteiramente superado o colonialismo, hoje deliquesciente e desmoralizado. Estou certo de que o Brasil deve estar nessa posição. Diante do projeto, creio que devemos enviar a tropa

³⁶⁴ Do original: “the force was really not a military force although para-military in nature. It was instead a police force, designed to secure the cessation of hostilities, with the withdrawal of forces”.

³⁶⁵ Voz Operária, “Provocações da Guerra Fria para justificar o golpe e a traição”, p. 3, 17 de novembro de 1956.

para apoiar as Nações Unidas [...]. Só há uma forma de reagir contra a força até hoje: a própria força (CONGRESSO NACIONAL, 1956c: 11241).

A participação brasileira na UNEF era assim sinônimo de solidariedade.

Tentando conciliar os pontos de vista e agilizar uma decisão, o ministro Macedo Soares e o presidente da Câmara, deputado Ulisses Magalhães, se reuniram com os chefes de cada Comissão e o coronel Iracílio Pessoa no dia 14, à noite. O chanceler buscava conseguir um decreto que impusesse menos restrições de ação ao governo, solicitou 720 homens para o batalhão e pacificou o ponto de que “Exceto o soldo dos soldados e oficiais, todas as demais despesas com a tropa brasileira serão custeadas pelas Nações Unidas³⁶⁶”. Essa questão dos custos se tornaria um ponto crucial nos próximos anos. No dia 17 de novembro, o presidente finalmente sancionou a lei n.º 2953/56 que regularizava a remessa de tropas ao exterior. Seu artigo 1º estabelecia que:

A remessa de força armada, terrestre, naval ou aérea para fora do território nacional, sem declaração de guerra e em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil como membro de organizações internacionais ou em virtude de tratados, convenções, acôrdos, resoluções de consulta, planos de defesa, ou quaisquer outros entendimentos diplomáticos ou militares, só será feita, nos termos da Constituição, com autorização do Congresso Nacional (BRASIL, 1956a).

Faltava, enfim, uma conciliação entre as comissões da Câmara e a finalização do decreto-legislativo sobre Suez. Os debates foram para o plenário entre os dias 19 e 21, quando de madrugada, e por preferência regimental, foi aprovado, com emendas, o projeto da Comissão de Diplomacia³⁶⁷. Em 22 de novembro, no Senado Federal, o Decreto Legislativo n.º 61 foi finalmente aprovado. Autorizava-se o envio de tropas brasileiras para a missão da ONU. Replicamos abaixo o teor do documento, que não é longo, mas relevante:

Art. 1º É o Presidente da República autorizado a tomar as medidas necessárias para que o Brasil contribua com um contingente militar do valor de um batalhão independente, para a formação ou integração da Fôrça Internacional de Emergência instituída em consequência da Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 7 de novembro de 1956, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacional na região compreendida entre o canal de Suez e a linha de Armistício entre Israel e o Egito fixada na mesma Resolução.
Art. 2º O contingente brasileiro que integrar a Fôrça Internacional de Emergência, em operação no Egito, não participará de qualquer ação que signifique a homologação de conquista territorial obtida com uso da fôrça e

³⁶⁶ Correio da Manhã, “Dificuldades no projeto de remessas de tropas”, 15 de novembro de 1956.

³⁶⁷ Correio da Manhã, “Reunião da Câmara – Aprovado o envio de Tropas”, 21 de novembro de 1956.

permanecerá o tempo que fôr julgado necessário ao cumprimento de sua missão.

Art. 3º O Brasil não formará ou integrará Fôrça Internacional de Emergência se da mesma participarem tropas de qualquer das nações envolvidas nas operações militares do Egito.

Art. 4º O Govêrno Brasileiro não determinará medidas de restrição à liberdade de opinião, relacionados com as informações e comentários de imprensa e rádio, em torno do contingente militar que se incorporar à Fôrça Internacional de Emergência.

Art. 5º É também autorizado o Presidente da República a permitir o trânsito, pelo território nacional, de contingentes militares integrantes da Fôrça Internacional de Emergência, que se destinem a região a que se refere o artigo 1º, em cumprimento de deliberação da Organização das Nações Unidas, ou que dali regressem, depois de executá-la (BRASIL, 1956b).

O legislador percebeu a interdependência enquanto condição da ordem internacional daquela época e a ela respondeu com proatividade política. Deixaram bem claro que a força deveria ser pacífica e que ficaria pelo tempo necessário para a missão, um trunfo inclusive para a posição do Secretário-Geral da ONU. O decreto-legislativo também aplacou algumas demandas domésticas, como a liberdade de imprensa e abria a possibilidade de tropas estrangeiras transitarem pelo país.

Passada a euforia das primeiras semanas de novembro, a situação em Suez complicou-se diante da recusa das tropas invasoras em desocupar o terreno, o que poderia transformar qualquer desembarque de forças internacionais em um novo conflito, e o legislador brasileiro havia sido muito específico em evitar essa possibilidade. Havia uma negociação corrente com o Egito que, como potência agredida, foi privilegiado em suas demandas. As potências europeias insistiam que se retirariam à medida que as forças da ONU chegassem. No dia 19 de novembro, o Conselho Consultivo do Secretário-Geral da ONU reuniu-se para avaliar o cenário. Freitas-Valle alertou o Rio de Janeiro que a opinião de Hammarskjold era “que o impacto da chegada da Força Internacional a Ismailia foi grande, mas o **Egito**, como Estado soberano, continua a **reclamar o direito de dar consentimento para cada contingente entrar**, assim como, eventualmente, retirar seu consentimento³⁶⁸”. O que mais impactava, todavia, o governo brasileiro foi o alerta de que poderia haver atraso – ou mesmo indefinição – quanto ao envio das tropas brasileiras.

As notícias da legação em Tel Aviv reforçavam a descrença em relação à atitude das potências atacantes. No dia 23 de novembro, o ministro Tabajara de Oliveira comunicou que “são crescentes as indicações de que Israel não pretende abandonar a faixa de Gaza,

³⁶⁸ AHMRE-B/Confidencial/Telegramas Recebidos/Organismos e delegações/ONU (1952/57), caixa 464, “Nacionalização do Canal de Suez. Contingentes da Força Internacional”, n.º 271, de 20 de novembro de 1956.

interpretando, à sua maneira, a resolução da ONU de retirada das tropas aquém da linha de armistício³⁶⁹. Como colocar uma força de policiamento diante de uma potência agressora e em um cenário no qual a paz era temporária desde há quase 10 anos? O desafio não era necessariamente do Brasil, mas da própria ONU e, especialmente, dos EUA, que se colocaram a ajudar de todas as formas possíveis os países que participariam da UNEF.

Da ONU, Freitas-Valle informou à chancelaria brasileira que pediu satisfação ao Secretário-Geral sobre uma impressão “de que a nossa tropa demorará a ser usada. [...] ao qual expus que a situação nos embaraçava depois do esforço aí [Brasil] feito para o envio do batalhão³⁷⁰”. O embaixador brasileiro não perdeu, todavia, a positividade e acreditava que logo o Batalhão Suez seria convocado. Essa impressão foi reforçada no dia seguinte, quando Freitas-Valle informou estar “persuadido [...] de que o Brasil será o primeiro a ser chamado³⁷¹”, já que foi desmentido que Canadá e Paquistão enviariam um grande contingente de uma só vez.

Em dezembro, os soldados brasileiros ainda não haviam sido solicitados. Mas a discussão sobre o pagamento das despesas da tropa seria novamente levantada. O deputado Aloysio de Castro (PSD), que estava na 5ª Comissão da AGNU, apoiaria proposta de emenda da Espanha para que os cinco membros permanentes do CSNU arcassem com 50% das despesas da Força, e os outros 50% ficassem divididos com os outros membros da organização. Freitas-Valle tranquilizou o Ministério no sentido de que se buscava solução financeiramente viável para o país. Para deixar a situação ainda mais desconfortável, diante da pressão da chancelaria pelo rápido envio do batalhão e da discussão do pagamento das despesas, no dia 15 de dezembro, algum “informante malévolo” passou a informação de que “cada soldado brasileiro ganhava duzentos dólares” e que o país cobraria isso da ONU. O embaixador brasileiro teve que corrigir a informação junto ao Secretário-Geral. Isso justificou, no entendimento de Freitas-Valle, o atraso na convocação das tropas brasileiras, que teria ocorrido naquela semana³⁷² não fosse a informação falsa. Enquanto isso no Brasil, as tropas faziam desfiles e passavam a ser retratadas com muito entusiasmo pela mídia. Havia interesse naqueles nacionais que iriam para uma missão de polícia, em prol da paz, em um local tão longe e “exótico”.

³⁶⁹ AHMRE-B/Ostensivos/Tel Aviv/Telegramas/Recebidos (1952-62), 3510, n.º 59, EM/23/23/XI/56.

³⁷⁰ AHMRE-B/Confidencial/Telegramas Recebidos/Organismos e delegações/ONU (1952/57), caixa 464, “Questão de Suez. Contingente brasileiro para Força Internacional”, n.º 291, de 23 de novembro de 1956.

³⁷¹ Ibidem, “Questão de Suez. Contingente brasileiro para Força Internacional”, n.º 298, de 24 de novembro de 1956.

³⁷² AHMRE-B/Confidencial/Telegramas Recebidos/Organismos e delegações/ONU (1952/57), caixa 464, “Fundo da ONU para a Força de Emergência”, n.º 343, de 07 de dezembro; “Fundo da ONU para Força de Emergência. Contingente brasileiro”, n.º 369, de 15 de dezembro; “XI Assembleia Geral na ONU. Conflito árabe-israelense. Força de emergência”, n.º 399, de 31 de dezembro de 1956.

6.4 “A CUÍCA VAI RONCAR NA TERRA DOS FARAÓS”: O BATALHÃO SUEZ EM GAZA

Para Norma Breda dos Santos (2002: 268), a prontidão com que mais de vinte países se manifestaram por mandar tropas para a UNEF estava relacionada com a oportunidade “para as potências médias e pequenas [...] no sentido de exercerem um papel mais ativo na condução dos problemas mundiais e daí aumentar seu prestígio. O interesse brasileiro em participar da missão se explica pelo mesmo tipo de interesse”. É por isso também que incomodou bastante ao Ministério das Relações Exteriores a demora para a convocação das tropas brasileiras. Internamente, a aprovação da UNEF também tinha o papel de aplacar algumas disputas entre o governo e a oposição, pois reforçaria a percepção de que o Brasil era capaz de avançar e progredir. Para Kubitschek, que projetava a ideia do progresso inclusive com a construção de uma nova capital, Brasília, o Batalhão Suez era a exibição de um novo Brasil para o mundo.

As mudanças na formação e na logística de implantação da UNEF no terreno cambiariam na medida em que as negociações avançavam com Nasser. No último dia de 1956, partiu do Canadá o porta-aviões com 400 homens de serviço auxiliar, e não tropas de linha, como era esperado, rumo ao Egito. Nasser objetou contra tropas do Canadá, Noruega e da Holanda (os três eram membros da OTAN, e o primeiro também era parte da *Commonwealth*, ou seja, um braço da monarquia britânica), e o convite para participação na missão foi estendido para Indonésia e Iugoslávia (FROHLICH, 2014: 331). O Brasil entendia enfim que havia um intrincado jogo com Nasser para que as tropas chegassem a Suez. Mas, nos primeiros dias de 1957 a situação seria resolvida.

No dia 2 de janeiro, Freitas-Valle comunicou ao ministério informação que havia chegado para o general Emílio Maurell Filho, que passava a acompanhar as questões do exército na missão do Brasil junto à ONU. Havia boatos de que Nasser havia imposto restrições ao envio de tropas brasileiras. Dois dias depois, Freitas-Valle esclareceu que os conselheiros de Nasser haviam imposto o envio dos brasileiros junto com um grupo da Tchecoslováquia. A preocupação tomou conta de Macedo Soares, pois “A demora do embarque já vem-se refletindo muito desfavoravelmente na opinião pública e se o contingente brasileiro não partisse de todo as repercussões seriam incontestavelmente das mais sérias para o prestígio do governo com inevitável reflexo sobre o Itamaraty”³⁷³. O Egito tentava deixar a UNEF menos “ocidental”.

³⁷³ AHMRE-B/Maços temáticos secretos/940(04) – Guerra. Questão de Suez, caixa 438. Telegrama recebido, secreto-urgente, n.º 2, EM 2/2/1/57; n.º 5, EM 3/4/1/57; telegrama expedido, secreto, n.º 4, EM 5/1/57.

A pressão junto a Hammarskjold aumentou e em 7 de janeiro de 1957 o Secretário-Geral requisitou formalmente o contingente do Brasil. Embarcavam enfim as tropas e os representantes em Nova Iorque tentavam dirimir as possíveis diferenças que surgiram em relação à alguma objeção de Nasser ao envio dos brasileiros. Freitas-Valle encontrou-se com “o ministro das Relações Exteriores do Egito [que] repetiu que nada houvera havido no Cairo contra a contribuição do Brasil para a Força de Emergência e que o nosso contingente será recebido com muito agrado³⁷⁴”. O esclarecimento tranquilizou o governo, que já estava embarcando as tropas.

Enquanto isso, o Batalhão Suez era amplamente celebrado no Rio de Janeiro. Naqueles dias do pré-embarque, o “Última Hora” fez ampla cobertura da “mocidade brasileira”, que “vai aos desertos da África e do Médio Oriente participar de uma honrosa campanha: levar a mensagem de paz do Brasil às conturbadas, sofredoras e ansiosas populações do Levante³⁷⁵”. O clima era de festa, e a figura abaixo estampava a capa do dia 10 de janeiro.

Figura 8 – Festa e música na partida do Batalhão Suez



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, Última Hora, capa, 10 de janeiro de 1957.

³⁷⁴ AHMRE-B/Confidencial/Telegramas Recebidos/Organismos e delegações/ONU (1952/57), caixa 464, n.º 10, de 7 de janeiro de 1957; n.º 22, de 9 de janeiro de 1957.

³⁷⁵ Última Hora, “Boa viagem e breve regresso, pracinhas!”, p. 3, 12 de janeiro de 1957.

O Batalhão Suez até virou tema de marchinha de carnaval em letra dos sambistas Lamartine Babo em parceria com Ataulfo Alves. A letra dizia sobre amores, expectativas e a partida para Suez: “Já amei demais no ocidente, / Só me falta um grande amor/ Que me oriente. / Fui bem feliz em Paris, / Fiz madrigal em Madri,/ Vou para o Japão/ Sem ser japonês./ Vou pro Canal de Suez”. No dia da partida, 11 de janeiro, todos aqueles que foram entrevistados pelo “Última Hora”, do alto escalão aos pracinhas, expressavam o desejo de conhecer as pirâmides do Cairo, e claro, os lugares do cristianismo, especialmente Jerusalém³⁷⁶. O grupo maior partiu no navio “Custódio de Mello”, mas no dia 14, partiu por via aérea um grupo de 50 homens, em avião militar norte-americano.

Os brasileiros chegaram em Port Said no dia 2 de fevereiro de 1957 e ficariam a bordo do “Custódio de Mello” até que o material bélico tivesse sido descarregado³⁷⁷. No mesmo dia, Israel sofreu mais um revés na AGNU, onde foram aprovadas mais duas resoluções condenando e exortando o país a cumprir com as determinações da Assembleia. Aos poucos, Hammarskjold e a AGNU começaram a contemplar, com maior flexibilidade, um papel mais amplo para a UNEF. No final de fevereiro, o Secretário-Geral admitia o uso da UNEF em Sharm El-Sheik para evitar a beligerância (mas não para influenciar nas questões político-legais da disputa) e em Gaza se admitia que o acordo de armistício de 1949 de fato deixava a faixa sob controle egípcio (COHEN, 1957), o que aumentou a pressão para a saída de Israel e reafirmando a possibilidade de estacionamento da UNEF por lá.

Em relação a Israel, estava sendo traçado o curso para o estabelecimento de sanções contra o país, que se recusava a desocupar posições ocupadas. Ben-Gurion não estava convencido da capacidade da comunidade internacional, especialmente dos EUA, em cumprirem com a determinação de permitir a livre passagem de navios pelo golfo de Aqaba. Em fevereiro de 1957, ele chegou a pedir a desmilitarização do Sinai e o estabelecimento de uma administração civil israelense em Gaza. A URSS também pressionava o país, fazendo inclusive ameaças. A ministra das relações exteriores de Israel, Golda Meir, estava ciente de que o apoio tão esperado dos EUA somente viria se o país se comprometesse com a retirada dos territórios ocupados (HELLER, 2016). Finalmente, no começo de março, o governo israelense decidiu desocupar Gaza desde que o território fosse transferido para o Comando das

³⁷⁶ Os soldados tinham efetivamente o direito aos chamados “leaves” – permissões de saída – e poderiam seguir a destinos turísticos determinados pela ONU, tais como as pirâmides no Cairo ou a cidade de Jerusalém, como inclusive muitos manifestaram desejo no dia do embarque (LOPES, 2006).

³⁷⁷ Correio da Manhã, “Chegou a Port Said o Batalhão Suez”, capa, 3 de fevereiro de 1957.

Nações Unidas. A zona desocupada seria fiscalizada pelo Batalhão Suez que para lá se transferiu no começo de março. Poucos dias depois, todavia, a fagulha de um novo conflito quase vingou e chegou-se inclusive a cogitar a retirada das tropas internacionais.

As tropas brasileiras chegaram no Egito no começo de fevereiro, mas somente ocupariam sua posição definitiva no começo de março, depois que Israel desocupou a Faixa de Gaza. Ainda no dia 13 de novembro de 1956, telegrama recebido de Tel Aviv indicava que “no caso de as forças brasileiras virem para o Egito, [o Brasil] poderia pleitear desde já, explicando as razões, que fossem as mesmas mandadas para a região de Gaza, distante poucos quilômetros de quatro fazendas coletivas formadas por brasileiros ou sul-americanos, o que, além de outras, teria a vantagem de reduzir a possibilidade de atritos com a população”³⁷⁸. Uma dessas comunidades era o kibutz Bror Hail. A ocupação de Gaza deu-se, todavia, por motivos distintos. Seguindo a retirada israelense, Nasser nomeou o general Hassan Latif como governador de Gaza. Essa situação, junto com as ameaças egípcias de bloquear Aqaba, provocou profundo descontentamento em Israel. Golda Meir voltou a Nova Iorque e encontrou-se com Hammarskjold, no dia 19 de março, e protestou contra as medidas que Nasser havia tomado³⁷⁹. Encontrou-se no mesmo dia com o embaixador Freitas-Valle, para quem “a entrevista foi muito cordial, mas percebi que a Ministra das Relações Exteriores não encontrou a reação favorável que esperava³⁸⁰”. Ela demonstrou seu lamento por ter recomendado a retirada de Gaza, o que dera a Nasser mais uma vitória política.

Em meados de abril, o Conselho Consultivo sobre Suez reuniu-se novamente e Hammarskjold declarou que a situação em Gaza estava pacificada e a UNEF havia contribuído para tal. Israel demandava, todavia, que o Egito esclarecesse se continuava ou não em estado de beligerância. A Índia pôs-se a apoiar o Egito, quando Freitas-Valle retrucou que Israel tinha “razão, e que o Egito estava ajudando pouco nosso trabalho de pacificação. [...] [ademais] não se podia esquecer a decisão do Conselho de Segurança de 1951, determinando livre passagem de navios israelenses por Suez”. Hammarskjold ponderou que o Egito estava sendo bastante cooperativo em Gaza. Para tranquilizar o governo do Brasil, Freitas-Valle informou que “o

³⁷⁸ AHMRE-BOstensivos/Tel Aviv/Telegramas/Recebidos (1952-62), 3510, n.º 55, Nacionalização do Canal de Suez, EM/13/13/XI/56

³⁷⁹ Correio da Manhã, “Israel irá à guerra se Nasser tentar bloquear o a passagem pelo golfo de Aqaba”, capa, 20 de março de 1957.

³⁸⁰ AHMRE-B/Confidencial/Telegramas Recebidos/Organismos e delegações/ONU (1952/57), caixa 464, n.º 213, de 20 de março de 1957 (quarta-feira):

contingente brasileiro, como os demais contingentes da UNEF, só tem ordens de resistir em caso de ataque de irregulares. Não se trata, portanto de operação de guerra³⁸¹”.

Para Arraes Filho (2013), o pioneirismo da experiência em Suez foi um grande desafio para o Exército do ponto de vista logístico e da seleção do pessoal. Não se podia esperar, pelo menos nos primeiros meses da missão, que se tivesse uma doutrina estabelecida para a presença brasileira na região. Tanto o Brasil quanto a ONU estavam aprendendo a lidar com as situações no terreno. O autor estudou a memória dos soldados que serviram em Suez. Um tema recorrente dos relatos é o “atraso” da Palestina, associada com a produção agrícola, ainda pastoril. A situação de penúria dos refugiados também era notada, ora com compaixão, ora com vieses religiosos, imputando ao islamismo um fatalismo que era maléfico ao próprio desenvolvimento da região. Israel despontava do outro lado da fronteira pelo abismo que criava com seu rápido crescimento econômico e desenvolvimento técnico. Havia entre os soldados a consciência – ou a vontade – de fazerem a diferença, quer seja pessoalmente, vivendo uma grande “aventura”, quer pelo país, demonstrando os valores pacíficos do Brasil para o mundo e promovendo a paz mundial (ARRAES FILHO, 2013). Apesar das visitas permitidas a cidades como Jerusalém ou Cairo, os soldados eram terminantemente proibidos de cruzarem a Linha de Demarcação do Armistício, mas ainda assim o faziam. Um ex-integrante do batalhão, o senhor José Roberto Davi, narrou para Xavier (2015: 75) essa experiência: “A alegria do pessoal que servia lá [na valeta fronteira entre os dois países] era quando vinha um pelotão israelense. Vinha muitas mulheres com bazucas. [...] então elas chegavam, trocavam uma ideia”. Estavam cientes da proibição, mas isso também não inibia as escapadas noturnas para visitas em algum kibutz perto da fronteira.

No plano diplomático, em 1958 cogitou-se a retirada do contingente brasileiro por conta das despesas que esse gerava. Hammarskjold teve que se encarregar de convencer o Brasil a manter suas tropas na região, pois isso ameaçava todo o esforço de composição da UNEF. Houve uma malfadada tentativa de conciliar a participação brasileira com as condições dos empréstimos feitos com o *Eximbank*, e a fórmula encontrada foi que a ONU custearia então a manutenção do contingente do Brasil. Os problemas econômicos em 1958 e a percepção aguçada de que a participação brasileira se tornava mais custosa do que benéfica tomariam conta do debate posteriormente. Ainda em 1957, a Indonésia e a Finlândia retiraram suas tropas; em 1958, seria a vez da Colômbia. O Brasil permaneceria em Suez até junho de 1967, quando se iniciou outra guerra entre o Egito e Israel.

³⁸¹ AHMRE-B/Confidencial/Telegramas Recebidos/Organismos e delegações/ONU (1952/57), caixa 464, n.º 255, de 16 de abril; n.º 24, de 18 de abril de 1957.

6.5 O BRASIL E O ORIENTE MÉDIO A PARTIR DE 1957: O ENCONTRO COM AS DIFICULDADES DA POLÍTICA REGIONAL

Entre o final de 1956 e 1957, o Batalhão Suez compartilhou espaço no debate público com a divulgação da criação de uma base estadunidense de mísseis teleguiados em Fernando de Noronha, que seria autorizada em meados de janeiro, conforme mencionamos no segundo capítulo. O arranjo político que levou Kubitschek ao poder foi complexo e envolveu disputas político-ideológicas constantes. A difícil situação financeira do país impunha ao presidente equilibrar-se entre os diversos setores nacionais que disputavam preeminência política. A condição brasileira foi notada em um relatório do Departamento de Estado dos EUA em janeiro de 1957³⁸², do qual destacamos três pontos: a) situação política interna: o equilíbrio político do governo Kubitschek é complicado por diversos fatores, dentre eles o crescente nacionalismo no país e a pressão de diversos segmentos sociais; b) situação econômica: além do problema da inflação, não se acreditava na possibilidade de um crescimento rápido pelas deficiências no setor exportador brasileiro e a dependência da importação de petróleo, que corroía as reservas em dólares do país; por fim, c) sobre política externa, o documento enfatizou a tendência nítida do presidente em adotar posturas de defesa dos interesses estadunidenses, mas reconheciam a pressão política de diversos grupos internos diante de uma política que parecesse subserviente. Esse dilema permearia o restante da gestão de Juscelino Kubitschek:

O governo Kubitschek, consciente das vantagens que derivam da cooperação com os EUA em questões políticas, econômicas e militares, está tentando dar continuidade à tradicional política externa pró-EUA do Brasil. É mais bem-sucedido no que diz respeito à cooperação em grandes questões políticas internacionais, em grande parte porque essas questões não envolvem qualquer questão da soberania do Brasil ou afetam sensivelmente o cenário doméstico. [...]. Recentemente, conseguiu superar certas reservas militares e parlamentares e aprovar a autorização para que o Brasil contribuísse com **tropas para as forças da ONU** na área do Canal de Suez (tradução nossa, destaque nosso)³⁸³.

³⁸² FRUS, 1955–1957, American Republics: Central and South America, Volume VII. NIE 93–57 - National Intelligence Estimation, Washington, January 8, 1957.

³⁸³ Do original: “The Kubitschek administration, keenly aware of the advantages to be derived from cooperation with the US in political, economic, and military matters, is attempting to continue Brazil’s traditional pro-US foreign policy. It is most successful with respect to cooperation on major international political issues largely because these issues do not involve any question of Brazil’s sovereignty or appreciably affect the domestic scene. [...]. Recently it was able to overcome certain military and congressional reservations and push through authorization for Brazil to contribute troops to the UN forces in the Suez Canal area”.

Como se percebe, o relatório tentou avaliar a extensão do sentimento nacionalista no país, e havia uma certa preocupação. Os EUA apreciavam a boa vontade do presidente Kubitschek em conciliar interesses nas questões globais, citando a Crise de Suez como exemplo de extrema relevância não só para os EUA, mas também para o Brasil por conta da dependência do petróleo. Por outro lado, a dificuldade era grande em debates que envolvessem questões domésticas.

Em relação ao Oriente Médio, também em janeiro de 1957, o presidente Eisenhower pediu no Congresso estadunidense uma ação conjunta para auxiliar econômica e militarmente nações da região que estivessem ameaçadas pelo comunismo. A motivação era garantir a integridade e soberania daqueles Estados, diante do “perigo” que o comunismo internacional representava. Os EUA acreditavam que o vácuo hegemônico deixado pelos britânicos deveria ser ocupado, evidentemente, por eles (LITTLE, 2008). O Irã, a Turquia e o Paquistão aceitaram a chamada Doutrina Eisenhower, mas reforçaram que ela não deveria substituir o Pacto de Bagdá. Já os países árabes tiveram uma recepção morna a dois aspectos da política: rejeitavam a ideia de um vácuo de poder na região, bastante condescendente e que poderia jogar a opinião pública contra os governos, e a preocupação com o comunismo, quando aqueles governos temiam a agressão das potências europeias e de Israel (YAQUB, 2004).

Nessa conjuntura, e apesar de extremamente irritado com a atitude do governo israelense em atacar Nasser, os EUA passaram a enxergar certas possibilidades no relacionamento com Israel (WESTAD, 2005). Essa é a explicação porque os EUA, no final das contas, não apoiariam sanções contra o país (HELLER, 2016). Como àquela altura a imagem de Nasser estava fortalecida no Oriente Médio, e o Egito passava a contar cada vez mais com a URSS, a Doutrina Eisenhower significou também o combate nos países árabes vizinhos de partidos inspirados pelo exemplo egípcio (BRADLEY, 2010). Os EUA se colocaram em uma posição mais combativa em diversas frentes após Suez. A urgência em instalar bases no Brasil também evidencia essa política.

A concomitância da divulgação do acordo entre o Brasil e os EUA sobre a base em Fernando de Noronha e da Doutrina Eisenhower para o Oriente Médio alimentou ainda mais o debate público no Brasil. O “Voz Operária” dedicou-se a atacar o ministro Macedo Soares por sua posição de servidão diante da pressão de Dulles no caso Fernando de Noronha e inclusive a vinculou com a doutrina acima mencionada: “Está clara a relação entre a ‘Doutrina Eisenhower’ e a instalação de bases ianques no Brasil. Quem o confessa é o próprio sr. Macedo Soares que já perdeu completamente a noção de dignidade nacional para transformar-se em

uma espécie de sub-secretário do Departamento de Estado³⁸⁴”. O ministro justificava o acordo com os EUA baseando-se na premissa de que o caso de Suez não estava resolvido, e na crença de que uma guerra mundial era iminente. Nisso, ele não diferia muito de antecessores, que usavam do mesmo argumento para apoio irrestrito aos EUA. É preciso ponderar que a questão de Suez se encontrou com a disposição de se instalar a base em Fernando de Noronha por mero acaso, pois o presidente Kubitschek já tinha anunciado sua anuência para a base ainda em meados de 1956. Apesar da ampla campanha contrária, a troca de notas entre os governos dos EUA e do Brasil ocorreu em 21 de janeiro de 1957³⁸⁵. Dessa vez, por conta da oposição, o governo driblou o Congresso Nacional e rebatia as críticas indicando que estava apenas cumprindo o acordo de Assistência Militar de março de 1952.

6.5.1 As respostas brasileiras às transformações políticas do Oriente Médio entre 1957 e 1958

A decisão brasileira de enviar tropas para a UNEF está relacionada tanto com o debate nacionalista à época quanto com questões de Guerra Fria. A agilidade com que o Congresso Nacional junto com o Executivo – que negociava as resoluções nas assembleias extraordinária e geral da ONU em Nova Iorque durante o mês de novembro de 1956 – trataram da questão, representou uma possibilidade de conciliação entre forças políticas distintas em relação aos compromissos amplos que o país passava a assumir. O interesse em atrair capital estrangeiro para financiar o projeto de desenvolvimento de Kubitschek e os dilemas da política internacional, com o movimento terceiro-mundista ganhando espaço e com a configuração imposta pela Guerra Fria global, antecipavam as ambiguidades que marcariam a política externa brasileira nas décadas seguintes. O Brasil já vinha delineando na AGNU e outros fóruns internacionais uma postura política condizente com a descolonização, mesmo que certas amarras fossem marcantes. Além disso, a sociedade brasileira não estava isolada dos debates internacionais, que permeavam as páginas e as posições da imprensa no país. Mesmo que timidamente, compreendia-se que a inserção internacional do Brasil era um dos elementos de qualquer projeto nacional que viesse a vingar no país a partir da expansão de uma ordem internacional baseada nos princípios da ONU. Mas, tal como o Brasil estava pressionado, quais eram as condições políticas e regionais do Oriente Médio quando a Doutrina Eisenhower foi anunciada?

³⁸⁴ Voz Operária, “Exigimos do Congresso a anulação do Acordo!”, p. 12, 2 de fevereiro de 1957.

³⁸⁵ Correio da Manhã, “Ontem no Itamarati – TROCA DE NOTAS ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS SOBRE FERNANDO DE NORONHA”, p. 16, 22 de janeiro de 1957.

Uma resposta a essa pergunta foi dada por Antônio Mendes Vianna (ministro plenipotenciário do Brasil em Teerã entre abril de 1954 a julho de 1958) em um longo ofício enviado à chancelaria no Rio de Janeiro, e que continha uma detalhada análise da região após uma viagem que ele começou em dezembro de 1956 e finalizou em meados de janeiro. Cumprindo ordem do ministro Macedo Soares, desejoso de mais informações sobre os países onde o Brasil tinha alguma presença, Vianna esteve em Bagdá, Beirute, Damasco, Istambul, Ancara, Tel Aviv e Cairo. Mendes Vianna não deixou de reclamar do pouco tempo que teve para organizar a viagem, e mesmo da ignorância do ministério em relação às dificuldades existentes nas viagens entre aqueles países. De qualquer maneira, elogiou a proposta daquele périplo – “uma feliz inovação”, quando ele pôde encontrar-se com os responsáveis pelos outros escritórios brasileiros no Oriente Médio. Para Vianna (1957), tratava-se de um esforço importante de cooperação e de produção de conhecimento visando o interesse nacional, e não as percepções mesquinhas de cada legação isoladamente.

No Iraque, surpreendeu-lhe o rápido desenvolvimento que o país tinha alcançado com as rendas do petróleo. O Brasil ainda não tinha legação em Bagdá, mas o ministro reforçou a importância de um escritório no país. Um dos principais inimigos do Iraque era a Síria, que por sua vez transformava-se em problema não só para o Líbano, bem como para todo o Oriente Médio pois estava caindo na zona de influência comunista – os EUA planejavam um golpe de Estado na Síria em outubro de 1956, que teve que ser abortado por conta da invasão do Egito (ROGAN, 2018). Vianna não exime os ocidentais da situação inflamatória pela qual a Síria estava passando. O ofício foi escrito pouco depois do anúncio da “Doutrina Eisenhower”, assim o plenipotenciário brasileiro tentou entender como cada país visitado receberia a ajuda prometida pelos EUA. Certamente, o principal problema viria de Damasco, pois o auxílio econômico significava uma linha política diferente: “A época é de definições categóricas e não é possível ter o coração em Moscou e a carteira em Washington” (VIANNA, 1957: 36).

Mendes Vianna abordou a fundo as disputas entre aqueles países, mas não os enxergava banhados em um atraso eterno. Aliás, sua análise é um verdadeiro chamado ao reconhecimento da nova realidade da Ásia. Para ele, a África e a Ásia não poderiam mais ser tidas como espaços de colonização e selvageria. O potencial econômico das duas regiões estava se despertando e as transformariam (VIANNA, 1957). Um dos óbices era o imperialismo; aliás, a crítica ao modelo imperialista é tão profunda que o ministro precisou reafirmar que não era comunista. O plenipotenciário enfatizou em outro ponto do documento que, como cristão, não poderia ser materialista, que não ignorava os avanços sociais dos países comunistas, e, por sua posição contrária aos impérios também deveria reconhecer o caráter imperial da União Soviética. É

importante notar que a análise do representante brasileiro tinha plena consciência do jogo do foco e da distorção com que as ideologias da Guerra Fria eram apresentadas aos povos subdesenvolvidos. Aliás, Mendes Vianna distinguia como características de ambas as ideologias – o capitalismo e o comunismo – a universalidade, o apreço pela modernidade e pelo progresso, tal como estudados no primeiro capítulo a partir da leitura de Engerman (2010). Mas, para o brasileiro, a pujança do mercado europeu e estadunidense era talvez a única alternativa plausível de comércio para aqueles Estados que visitava.

No Cairo, o ministro notou a intensa atividade dos funcionários da embaixada brasileira que haviam emitido cerca de 1400 vistos para judeus egípcios³⁸⁶ depois da crise de novembro de 1956 (VIANNA, 1957). O pessoal no Cairo era pouco para tanto trabalho. Apesar do alarde, Mendes Vianna não encontrou uma cidade destruída pela guerra, ou pelo menos sua impressão era de que o Cairo tinha bastante vida, mas não havia uma presença maciça de estrangeiros. Chamando Nasser de ditador, reconheceu que os “revolucionários são muito populares e que a oposição é constituída pela pequena classe média e, sobretudo, pelos velhos intelectuais e antigos terratenentes” (VIANNA, 1957: 58). A situação econômica do país parecia difícil. E a reação egípcia sobre a doutrina Eisenhower era negativa. O plenipotenciário brasileiro acreditava que Washington errou quando protelou – e enfim cancelou – o apoio a Assuã; era melhor superar as diferenças com Nasser do que ver o Egito na esfera de influência soviética.

Para Mendes Vianna (1957), um dos problemas mais latentes da região, o dos refugiados palestinos (que envolvia a Jordânia, a Síria, o Egito e o Líbano), já poderia ter sido resolvido, caso os árabes quisessem. Ele estava certo de que Israel, que agiu de forma “cruel” no processo de independência, indenizaria as terras desapropriadas em busca da paz. O plenipotenciário também notou, após a visita ao Cairo, o importante papel que o Vaticano teria, dentro de uma política de prudência, em apoiar os países árabes a lutarem contra as forças do comunismo. Por outro lado, quanto à questão de Jerusalém, “a internacionalização [...] seria para o Vaticano a solução, mas a Igreja conhece as dificuldades do problema e os empecilhos que terá de enfrentar futuramente, a fim de obter um compromisso com os árabes e com Israel” (VIANNA, 1957: 63).

As considerações sobre Israel demonstraram a admiração quanto aos rápidos avanços que o país havia feito em tão pouco tempo. Ele classificou Israel como uma “teocracia-socialista”. O modelo dos kibutzim impressionou Vianna (1957) por conta da forte cultura da cooperação e da partilha. Para ele, a ação de Israel contra o Egito tinha uma certa legitimidade,

³⁸⁶ Lesser (2015: 250) aponta que após a Guerra de 1956 “cerca de 5 mil judeus do Egito e de outros países do Oriente Médio migraram para o Brasil”.

pois foi para preservar a existência do próprio Estado. Foi a intervenção franco-britânica a responsável pela avalanche de críticas e julgamentos morais que recaíram sobre o país. Em retrospecto, sabemos do Protocolo de Sèvres, e o pan-arabismo já havia conseguido a esse momento difundir a ideia de que o sionismo era sinônimo de colonialismo europeu. O embaixador comentou sobre a assertividade de Eisenhower, em tempos de eleição, em contrariar Israel, o que deixava claro que os judeus não controlavam a opinião pública nos EUA, como os próprios órgãos de propaganda judaica faziam crer.

Algumas das considerações feitas por Mendes Vianna apareceriam em ofícios confidenciais enviados desde Tel Aviv naquele ano. Um dos pontos era a propaganda de Israel. Em fevereiro, Tabajara de Oliveira alertou o Ministério que uma revista da comunidade judaica no Brasil fazia campanha para a imigração de jovens de 13 a 16 anos para Israel. Para o plenipotenciário, a situação era particularmente séria porque quando chegassem no país seriam coagidos pelos promotores das viagens, perdendo parte da liberdade, e a legação brasileira pouco poderia fazer. No começo de abril, Tabajara de Oliveira analisou como o “fanatismo” na crença do poder infalível do judaísmo internacional foi severamente reduzido com as pressões de Eisenhower contra o país e pelas constantes derrotas nas Nações Unidas: “Em todas as apresentações ante a Assembleia Geral das Nações Unidas, seus delegados não puderam usar a linguagem arrogante de quem sabe que tem a vitória assegurada, mas ao contrário só fizeram uma coisa: tentar passar por vítimas”. Menos de dois meses depois, Ben-Gurion conseguiria a aprovação via parlamento da adesão israelense à Doutrina Eisenhower. Para o plenipotenciário brasileiro, aquela ação ganhava um significado especial justamente porque as entidades judaicas trabalhavam extensamente no mundo livre, muitas vezes coagindo seus membros a ajudarem o Estado de Israel, e qualquer concessão ao campo socialista por parte do governo em Jerusalém significaria também o fim da tolerância às essas agências³⁸⁷. Tabajara de Oliveira notava então que Israel seguiria o caminho dos EUA, por distintas pressões, mas se manteria fora da esfera comunista. Essas apreciações bem sinceras sobre o poder de Israel foram influenciadas pelo contexto do conflito em Suez.

A pressão imperialista, o aumento da hegemonia dos EUA no Oriente Médio através da Doutrina Eisenhower, e o fortalecimento do pan-arabismo produziram seus mais imediatos frutos no começo de 1958. No dia 1 de fevereiro, o Egito e a Síria assinaram o acordo para a criação de uma República Árabe Unida (RAU, que durou até 1961), com o objetivo de união

³⁸⁷ AHMRE-B/Ofícios recebidos/Confidencial/Tel Aviv (1953-67), caixa 131, n.º 29, Atividades da Agência Judia no Brasil, de 26 de fevereiro de 1957; n.º 49, Mitos que desaparecem, de 5 de abril de 1957; n.º 93, Israel e a Doutrina Eisenhower, de 4 de junho de 1957.

de assuntos estrangeiros e uma posterior união aduaneira. A ideia dessa federalização já vinha sendo gestada desde 1956, retomada em 1957 e enfim concretizada (ROGAN, 2018). É importante notar que “Depois que Cairo e Damasco criaram a República Árabe Unida em 1958, Nasser espalhou sua campanha anticomunista na Síria e condenou o apoio a elementos comunistas no Iraque³⁸⁸” (LATHAM, 2010: 273, tradução nossa), o que operou em contraposição à ideologia predominante na Síria naquele momento e serviu inclusive aos interesses estadunidenses.

Em contrapartida, os reinos do Iraque e da Jordânia estabeleceram em 14 de fevereiro de 1958 a chamada Federação Árabe³⁸⁹, que priorizaria também a questão da política estrangeira e, não menos importante, a “unificação do Exército do Iraque e da Jordânia sob o nome de Exército Árabe” (RBPI, 1958a: 216-217). É importante recordar que ambos os países eram governados por monarcas da família Hashemita e os tronos haviam sido criados na esteira do fim da Primeira Guerra. Havia então dois projetos majoritários distintos para o pan-arabismo, um republicano e outro monarquista; um retoricamente ofensivo, outro defensivo. De Teerã, Manoel Pio Correa Júnior (que assumiu o posto de ministro plenipotenciário no país em janeiro de 1958) recomendou que o governo brasileiro reconhecesse a Federação e criasse uma legação em Bagdá, cumulativa com o posto em Teerã³⁹⁰ (algo que já havia sido aventado desde o final dos anos 1940). Ainda em fevereiro, o ministro Macedo Soares anunciou que o governo reconheceria as duas novas entidades políticas do Oriente Médio, e que promoveriam as devidas adequações na representação brasileira na região³⁹¹.

Em abril de 1958, o governo decidiu criar um Consulado Geral em Jerusalém (BRASIL, 1958b). Esse seria responsável pela Jordânia e pelo sul de Israel. O ministro de Relações Exteriores (1958 apud RBPI, 1958b: 165) comunicou que essa medida era uma resposta do governo brasileiro à criação da República Árabe Unida e da “Federação das Monarquias Árabes”. Dentro desse cenário, o governo não só reforçaria sua presença em Cairo e em Bagdá – em 27 de março havia sido assinado o Decreto n.º 43.467 criando a legação nessa cidade, com jurisdição sobre a Federação Árabe (BRASIL, 1958a) –, mas também elevou a categoria da legação brasileira em Tel Aviv ao nível de embaixada. Sobre Jerusalém, a exposição do ministro enfatizou dois aspectos: ao mesmo tempo em que reforçou o caráter do Brasil como maior país

³⁸⁸ Do original: “After Cairo and Damascus created the United Arab Republic in 1958, Nasser spread his anti-Communist campaign into Syria and condemned support for Communist elements in Iraq as well”.

³⁸⁹ Correio da Manhã, “Criada a Federação Jordano-Iraquense”, capa, 15 de fevereiro de 1958.

³⁹⁰ AHMRE-B/Ostensivo/Teerã/Telegramas/Recebidos (1956-1964), 3436, “Nova Federação Monárquica Árabe; Criação de uma legação em Bagdá”, n.º 18, EM/18/19/II/58.

³⁹¹ Correio da Manhã, “Reconhecimento da Federação das Monarquias Árabes”, 27 de fevereiro de 1958.

católico do mundo, o que justificava sua defesa da Terra Santa (fazendo coro à posição do Vaticano na questão e das incursões brasileiras nas Nações Unidas sobre a internacionalização de Jerusalém), o ministro cedeu que, “apesar da posição assumida, o Itamarati vê-se obrigado a reconhecer, em matéria consular, a **situação de fato da bipartição** de Jerusalém” (RBPI, 1958b: 167, destaque nosso).

A postura acima adotada não indicava retração do compromisso assumido pelo país com os princípios gerais estabelecidos no Plano de Partilha. O ministro Macedo Soares enfatizou, como o Brasil já vinha fazendo, que a resolução adotada pela AGNU em novembro de 1947 previa a criação de uma zona internacional em Jerusalém. Ademais, ele reforçou que nessa questão o país não poderia ter outra posição que não a do Vaticano. Mas, como a cidade, por seu caráter religioso, atraía visitantes brasileiros, justificava-se o apaziguamento da questão da divisão de Jerusalém e da presença diplomática brasileira a nível consular por lá. Importante frisar que a embaixada permaneceria em Tel Aviv, e, nas palavras do ministro, “os membros da Missão Diplomática [na cidade] têm recebido repetidamente instruções no sentido de não subirem oficialmente a Jerusalém” (RBPI, 1958b: 165), dando continuidade ao boicote iniciado pelos EUA quando Israel transferiu o seu ministério das Relações Exteriores para a cidade.

Com a rápida decisão de reconhecer as novas entidade federativas do mundo árabe, de estabelecer uma representação consular em Jerusalém, especialmente a partir do momento em que o país passou a ter contato diplomático com a Jordânia, e com o conhecimento das questões que atingiam o Oriente Médio no cenário da Guerra Fria, entendemos que o Brasil buscava se adaptar ao mundo em descolonização e às densas mudanças que vinham ocorrendo nas relações internacionais. Tanto a diplomacia, através dos canais oficiais bilaterais ou nos fóruns multilaterais, quanto os diversos atores nacionais como o Congresso e a mídia, percebiam que a luta travada contra o imperialismo naquela região – quer esse estivesse identificado com as potências ocidentais ou com a URSS – também eram temas recorrentes no debate nacional. A decisão de enviar o Batalhão Suez encontra-se na confluência desses processos e, mesmo que estereótipos permanecessem na leitura brasileira sobre o Oriente Médio – algo que diz muito sobre a formação do povo brasileiro e dos mitos nacionais, como o da “democracia racial” –, a realidade passava a se impor. O Oriente Médio não era a exótica terra dos faraós ou de Jesus Cristo, mas uma região onde se discutia o desenvolvimento, a autonomia e a soberania, temas profundamente importantes para um país pobre e cheio de mazelas como o Brasil, em um contexto no qual duas superpotências acreditavam ter, à sua maneira, as respostas para esses dilemas.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo estudar os fatores que explicam as relações internacionais do Brasil com três países do Oriente Médio – Israel, Irã e Egito – entre 1947 e 1957. Foram utilizadas fontes primárias tais como os ofícios confidenciais e secretos, telegramas e outros documentos do governo brasileiro e das legações naqueles três países, instaladas em Teerã, Tel Aviv e Cairo; os documentos estão localizados no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores em Brasília. Também utilizamos material de jornais da época, especialmente do “Tribuna da Imprensa”, “Última Hora”, “Imprensa Popular” e “Correio da Manhã”, bem como do “Voz Operária” e do “Diário de Notícias”, para apresentar o transcorrer dos eventos estudados a partir de perspectivas ideológicas distintas, privilegiando os textos autorais ou de produção dos próprios jornais. Os “Diários do Congresso Nacional” trouxeram a perspectiva do legislativo brasileiro, que operava de maneira constitucional no período. As demais referências bibliográficas auxiliaram na reconstrução de aspectos da realidade brasileira e da evolução política naqueles três Estados durante os dez anos estudados.

A política internacional entre 1947 e 1957 foi marcada pelo desenvolvimento e pela expansão da disputa ideológica da Guerra Fria, quando EUA e URSS disputaram entre si espaços para a instalação de seus modelos de desenvolvimento e justiça social. Nos anos 1950, com o aprofundamento do processo de descolonização – em detrimento especialmente dos impérios britânico e francês – a Guerra Fria se tornou global e provocou como reação a criação de novas concepções ideológicas para as relações internacionais, que ainda assim mantiveram-se imbricadas na disposição das forças do conflito mais amplo. A posição do “Terceiro Mundo” era conformada de acordo com a disputa entre as superpotências, apesar evidentemente do enfoque em uma agenda de desenvolvimento econômico e não de segurança (preocupação que, todavia, não desapareceu). Identificamos a partir da literatura sobre a Guerra Fria que três elementos são fundamentais para caracterizar o período entre o Pós-Segunda Guerra até 1990: a disputa ideológica, a bipolaridade e o próprio processo de descolonização.

Os governos brasileiros do período aqui estudados compreenderam e participaram dessa dinâmica, e os quatro presidentes – Dutra, Vargas, Café Filho e Kubitschek – não titubeavam em alocar o Brasil com o mundo ocidental, cristão e capitalista, ou seja, na esfera de influência estadunidense. Isso não impediu que o país procurasse novos espaços de inserção internacional, mas as condições para tal até pelo menos meados dos anos 1950 eram complexas, se não impeditivas. A dinâmica política doméstica refletiu esse cenário e houve um embate sobre os

rumos do nacionalismo brasileiro: os “nacionalistas” e os “entreguistas”, com programas socioeconômicos diferentes, lutaram a batalha ideológica nas eleições presidenciais, no parlamento e na mídia. E cada qual apresentaria sua leitura do Oriente Médio naqueles anos.

Sobre as superpotências, o governo de Dutra, de Vargas e de Kubitschek são marcados por expectativas frustradas com relação aos Estados Unidos. Não havia, de acordo com a leitura social hegemônica, alternativas plausíveis para o financiamento do processo de desenvolvimento brasileiro, que se fez dependente de capital estrangeiro. Ainda no começo da Guerra Fria, em 1947, o governo Dutra cortou relações diplomáticas com a URSS, que não seriam restabelecidas no período aqui estudado. Mesmo que tenha sido motivada essencialmente por questões domésticas, a decisão refletiu na singularização de caminhos das relações internacionais do Brasil nos anos seguintes. Em comparação, mesmo Israel, que lidava com o antissemitismo soviético, tentou equilibrar suas relações com Moscou até meados dos anos 1950. Nasser, no Egito, exerceu a política de barganha com os EUA e a URSS até se ver livre do imperialismo britânico. O Irã de Mossadegh buscou a autonomia econômica, e sua proximidade com a URSS tornou-o presa de um golpe orquestrado pelos EUA, o Reino Unido e as forças domésticas vinculadas ao Xá; ainda assim, o monopólio britânico na exploração petrolífera foi quebrado.

Quanto à suas relações com Israel, o Brasil participou de momentos importantes do debate nas Nações Unidas sobre o Plano de Partilha, aprovado em novembro de 1947, mas o descumprimento da resolução da ONU retardou o reconhecimento do país, que só aconteceu em fevereiro de 1949. Havia certa desconfiança em relação à criação do Estado de Israel; a mídia mais conservadora, como o “Correio da Manhã”, não entendia a necessidade da criação de um Estado particular para os judeus; por sua vez, o “Tribuna Popular”, ainda antes da Partilha, acreditava que os judeus estavam sendo vítimas do imperialismo britânico tal como outros povos ao redor do mundo. A legação brasileira no país só começou a funcionar em 1952, na cidade de Tel Aviv, que não era considerada a capital do país de acordo com seus governantes. A intensa campanha internacional que Israel lançou para angariar apoio para o país e seu pleito sobre Jerusalém surtiu certo efeito no Brasil, como vimos nas reportagens e artigos de Joel Silveira para o “Última Hora”, do sociólogo Gilberto Freyre, para o “Jornal do Brasil”, e de José Lins do Rego para a “Manchete”. Mas jornais da esquerda como o “Voz Operária” e o “Imprensa Popular” reproduziam o discurso de que o sionismo – a ideologia nacional que sustentou a criação de Israel – era um artifício das grandes potências ocidentais para controlar o Oriente Médio.

O principal empecilho na relação dos dois países era a cidade de Jerusalém, que deveria ter sido internacionalizada de acordo com o Plano de Partilha. Essa era a postura ardentemente defendida pelo Vaticano, e o Congresso brasileiro expressou claro apoio em 1949 à política externa brasileira de votar contra Israel nos encontros da ONU no que se referisse à cidade. Os EUA também mantiveram o apoio à proposta de 1947, objetivando não manchar a imagem das Nações Unidas. A primeira superação do entrave às relações bilaterais criada pela situação de Jerusalém foi em 1951, quando Vargas assinou o decreto criando a legação em Tel Aviv, onde aliás os outros países mantinham suas representações diplomáticas e o Ministério das Relações Exteriores de Israel funcionou até 1953. O primeiro plenipotenciário brasileiro no país, Fabrino Baião, defendia a internacionalização e chegou a elaborar um plano para a desmilitarização da cidade, que contrariava o interesse do Vaticano, que não abdicou de defender a internacionalização – especialmente dos lugares santos ao cristianismo –, de Israel, da Jordânia – potências que partilhavam a cidade –, e mesmo dos EUA, que entenderam o plano como algo inviável. Com Tabajara de Oliveira ocupando a legação em Israel a partir de dezembro de 1954, o Brasil redirecionou a abordagem em relação a Jerusalém, mantendo-se a representação em Tel Aviv tal como boa parte da comunidade internacional fazia, e deixando de lado a pressão católica pela defesa da internacionalização da Cidade Santa. Somente em 1958, com a abertura de um consulado na cidade dividida, foi que a chancelaria brasileira admitiu a situação *de facto* da partilha. Rendia-se à realidade, que levava em consideração os dois atores diretamente envolvidos na questão: Israel e Jordânia compartilhavam a cidade desde 1948, e assim o fariam até 1967.

A alcunha de “santa” dada a Jerusalém e a constante caracterização da Palestina como a terra do Cristo pouco ajudaram o Brasil a desenvolver interesses mais pragmáticos com Israel, que de fato promovia um processo de desenvolvimento considerável, a despeito de suas imensas dificuldades. Israel empreendia um grande esforço para criar a imagem de um Estado estável e as visitas de autoridades do país ao Brasil, e de autoridades e intelectuais brasileiros àquele país ajudaram na construção, aos poucos, de uma imagem positiva sobre os esforços do novo Estado do Oriente Médio.

O Irã já era um país estabelecido no início da Guerra Fria, mas sofria com a pesada interferência estrangeira. Em 1946, a astúcia de negociação do país e a falta de objetivos claros na estratégia de Stálin deram fôlego ao reinado do Xá Reza Pahlevi. A URSS, que ocupava a porção norte do país, retirou-se com a promessa de um acordo para exploração de petróleo, que no final acabou sendo vetado pelo *Majlis*. Aparentemente vitoriosos, os ingleses, que exploravam o petróleo no país através de sua empresa, a AIOC, logo se veriam no centro das

atenções. A evolução do sentimento nacionalista no Irã esteve diretamente envolvida com a luta pela nacionalização da empresa britânica. Os ministros plenipotenciários brasileiros em Teerã tentaram compreender e explicar para os seus superiores no Rio de Janeiro a evolução política do país, reproduzindo muitas vezes visões estereotipadas da cultura muçulmana, a religião majoritária no país. Alguns dos ofícios confidenciais e secretos enviados desde Teerã traziam considerações sobre a URSS, que era vizinha do país, e hiperbolizavam como havia uma “ameaça vermelha” no Irã, representada especialmente pelo partido *Tudeh*. Havia, principalmente, uma preocupação – e talvez interesse pelo desfecho – da luta pela nacionalização dos recursos petrolíferos do Irã. Na mesma época, Vargas enviara ao Congresso a lei da criação da Petrobrás (em dezembro de 1951), tema que já ocupava o debate nacional e que o faria continuamente pelos anos seguintes.

Mohamed Mossadegh levou adiante a nacionalização da AIOC e criou a NIOC, a companhia iraniana que em tese exploraria os recursos do país. A leitura brasileira sobre Mossadegh era ambígua, pois, a despeito dos excessos retóricos, reconhecia-se em sua liderança o desejo de defender seu país, tal como expressou o ministro plenipotenciário Ruy Pinheiro Guimarães. O Brasil adotou, quando da discussão da questão no CSNU, em outubro de 1951, a defesa de que a contenda deveria ser resolvida via negociação entre o Irã e a Grã-Bretanha. João Carlos Muniz presidiu a reunião do CSNU naquele mês, encontrou-se com Mossadegh, mas pouco avançou qualquer solução. A pauta da nacionalização era demasiado importante para que o Irã retrocedesse.

Tal como o primeiro plenipotenciário brasileiro em Israel, Fabrino Baião, lançou-se na batalha por Jerusalém, propondo uma desmilitarização que não fazia nenhum sentido prático para os atores diretamente envolvidos no conflito, o ministro Hugo Gouthier também se viu o protagonista de uma controversa disputa com os governantes do Irã. A incursão de Gouthier nos assuntos domésticos do Irã em 1952 causou verdadeiro desconforto na diplomacia brasileira, mas foi mais importante pelo debate que gerou no Brasil, ampliando as desavenças entre jornais importantes como o “Última Hora” e o “Tribuna da Imprensa”. O primeiro atacava a audácia de Gouthier de se indispor com o primeiro-ministro do país por conta de sua pretensa amizade com o Xá Reza Pahlevi. O segundo defendeu com vigor o trabalho de Gouthier que, na impressão de Carlos Lacerda, havia sido vítima das artimanhas típicas do comunismo que caracterizava o governo de Mossadegh. A mídia de esquerda usou o episódio para atacar os interesses imperialistas, que já eram à época claramente identificados com as grandes empresas petrolíferas, especialmente as dos EUA. Gouthier, seu “amigo”, o Xá Reza Pahlevi, e Mossadegh, deram muito vigor para os debates sobre o petróleo que se faziam no Brasil. Em

relação às relações diplomáticas, essas foram basicamente silenciadas no final de novembro de 1952. Em agosto de 1953, Mossadegh sofreu um golpe de Estado patrocinado e organizado pelos EUA e pelo Reino Unido, o que alimentou ainda mais as denúncias do imperialismo ocidental no Oriente Médio.

As relações com o Egito ganharam um contorno denso já a partir de 1947, quando o CSNU, no qual o Brasil estava como membro não-permanente, tratou da disputa anglo-egípcia. O grande pleito do país, que se amplificou após o fim da Segunda Guerra, era a retirada das tropas britânicas da região de Suez. Naquela ocasião, em agosto, o Brasil votou em contradição aos interesses egípcios o que chegou a render represálias populares contra a representação brasileira no Cairo. O episódio do Plano de Partilha em novembro de 1947 também não auxiliou nas relações bilaterais, mas a posterior postura brasileira de não reconhecer imediatamente Israel, de continuar pressionando pela questão de Jerusalém e defender os refugiados árabes reconectou os dois países. Na correspondência enviada por Themístocles da Graça Aranha, que ficou na legação do Cairo entre 1948 e 1954, anos cruciais para a história do Egito, eram comuns as críticas ao sionismo e à postura considerada belicista e alarmada do Estado de Israel.

Graça Aranha demonstrava certa solidariedade com a posição egípcia na negociação com a Inglaterra, apesar dos interesses da chancelaria no Rio de Janeiro nem sempre permitirem a adoção de uma leitura oposta aos negócios das potências hegemônicas. Compreendia-se que o Cairo era uma das cidades mais relevantes naquele período, o que o surgimento do movimento dos países do Terceiro Mundo apenas confirmaria a partir de 1955. As críticas mais sagazes do plenipotenciário brasileiro foram ao rei Farouk, que também era alvo de chacota de jornais como o “Última Hora” e o “Tribuna da Imprensa”. Ele se sustentou no trono até julho de 1952, quando foi derrubado pelos “Oficiais Livres”, liderados por Naguib e Nasser. Graça Aranha tratava Farouk de forma caricatural e estereotipada, que se desdobrava em comentários pejorativos sobre a cultura e os costumes do mundo árabe e muçulmano no geral.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo árabe passou por transformações rápidas e profundas. Além da derrota para o recém-criado Estado de Israel e as dificuldades para a absorção dos refugiados palestinos, os resquícios de uma política colonial da França e do Reino Unido se chocavam com os novos interesses dos Estados Unidos e da União Soviética na região. A Síria e o Líbano, por exemplo, conquistaram a independência ainda no final de 1945; já na Jordânia e no Iraque, os regimes estabelecidos lutavam por sua permanência e contavam para isso com ajuda externa, em especial da Grã-Bretanha. Todavia, com a ascensão do nacionalismo árabe, essas posições ficariam cada vez mais insustentáveis. Na Jordânia, por exemplo, o rei Adbullah foi assassinado em 1951, acusado tanto de ter se acomodado a Israel quanto a seus

parceiros estrangeiros. Com essas disputas, os EUA relutantemente ocuparam posições na região. Todavia, nem todas as áreas passaram a estar sob a supervisão de Washington e o caso egípcio é prova disso.

A permanência da Grã-Bretanha nos países árabes após a Segunda Guerra fez com que a aversão anti-imperialista, viralizada em discursos como o do Coronel Gamal Abdel Nasser no Egito, se tornasse uma linha mestra da dinâmica política regional. O mundo árabe ganhava cada vez mais proeminência nas questões internacionais a partir da articulação do pan-arabismo de Nasser, que tinha como objetivo influenciar a política da região através de uma ferrenha oposição a Israel, uma importante bandeira doméstica, e através da barganha com as superpotências, pleiteando uma postura de neutralidade na Guerra Fria. A Revolução de 1952, o fim da monarquia no Egito, os projetos de desenvolvimento nacional e a nacionalização da Companhia do Canal de Suez, em julho de 1956, estão relacionados com essa onda de transformações que aconteciam no Oriente Médio e com o desenvolvimento do pilar da descolonização na Guerra Fria.

Quando Nasser nacionalizou a Companhia do Canal de Suez em 1956, a posição central adotada pelo Brasil era de que o Egito estava em seu direito, mas advogava-se um encaminhamento pacífico para que se fizesse bom uso do Canal. Mas o ataque coordenado de Israel, Inglaterra e França contra a Península do Sinai fez com que o governo de Juscelino Kubitschek rapidamente se prontificasse a enviar tropas para o esforço inovador das Nações Unidas de criar uma força policial para separar os beligerantes. Na mídia, o jornalista e deputado Carlos Lacerda, que já havia se identificado com os dilemas do Egito em outros momentos, apoiou a ação anglo-francesa. Já Adalgisa Nery condenou veementemente o ato de imperialismo. Essas posições também se refletiram no parlamento.

Juscelino Kubitschek, por sua vez, compôs forças com os militares e mesmo com membros da oposição no Congresso para cumprir com o compromisso que o Brasil havia assumido na AGNU. O legislativo rapidamente aprovou a lei que permitiria o envio de tropas brasileiras para esse tipo de missão (o projeto de lei havia sido encaminhado ainda em 1952 por Afonso Arinos, quando o governo Vargas sofria pressão para auxiliar nos esforços na Guerra da Coreia). Poucos dias depois foi aprovado o decreto-lei que autorizava o envio do Batalhão Suez. Esse esforço foi amplamente celebrado no Brasil, e tinha um forte elemento de conciliação, pois deputados do PTB, do PSD e da UDN – principais partidos da época – estiverem unidos em tocar com velocidade ímpar o processo – houve, claro, em campos ideológicos distintos uma oposição ao envio das tropas. O Batalhão Suez, como ficou conhecido, foi um passo arrojado para a diplomacia brasileira da época, que tentava

acompanhar as decisões adotadas na ONU, mesmo que os custos econômicos fossem restritivos para um país cuja economia passava por sérias dificuldades de financiamento.

Apesar da celeridade na aprovação, os contratempos, próprios de um esforço internacional inovador como a criação da UNEF, prorrogaram o envio das tropas, e o Batalhão Suez embarcou somente em janeiro de 1957, ocupando sua posição em Gaza – onde ficaria até 1967 – em março. Os soldados brasileiros tinham expectativas em conhecer as pirâmides no Cairo e os lugares santos do cristianismo em Jerusalém, o que alguns de fato fizeram. A UNEF carrega a marca da Guerra Fria no sentido de que tanto os EUA quanto a URSS se mobilizaram no fórum da ONU para, em concerto, impedirem que um ou outro fizessem uma intervenção direta no cenário do conflito no Sinai. Isso não sinalizava uma abdicação de atuação regional, que seria movimentada com a Doutrina Eisenhower de janeiro de 1957. O telegrama de Antônio Mendes Vianna, enviado desde Teerã naquele janeiro, deu provas de como a dinâmica regional era complexa e que, caso quisesse compreender melhor o cenário e as possibilidades, o Itamaraty deveria investir em troca de informações e na presença em uma região que claramente tinha um protagonismo próprio por conta dos movimentos sócio-políticos que lá se desenvolviam e dos recursos petrolíferos abundantes que explorava.

Podemos afirmar que a própria força numérica dos países muçulmanos nas Nações Unidas, o exemplo estabelecido por Mossadegh na luta pela nacionalização do petróleo iraniano – e a sua queda orquestrada por forças estrangeiras –, e a obstinada política neutralista de Nasser a partir de meados dos anos 1950, impulsionaram a demonstração de interesse mais amplo no Oriente Médio. A posição ímpar de Israel na região era contemplada muitas vezes por visões religiosas e distanciadas da realidade local, onde imperava a partilha *de facto* de Jerusalém, mas o desenvolvimento do país não passou despercebido.

Enfim, nem sempre a chancelaria brasileira caminhou em consonância com o debate sobre o desenvolvimento e o nacionalismo que a mídia era capaz de representar de uma maneira mais plural. De tal modo, o MRE, nos quatro governos aqui estudados, deteve através tanto dos ministros que ocupavam a pasta quanto de alguns de seus representantes em Teerã, Tel Aviv e Cairo, uma posição de cautela em relação às disputas que envolviam as potências europeias, especialmente o Reino Unido, e de atenção para com os interesses dos EUA nos fóruns internacionais. Nesse aspecto, o conjunto da diplomacia estava influenciado pela disputa da Guerra Fria, e havia uma opção pela manutenção do país no campo ocidental e capitalista. Associada à essa posição havia algumas leituras deturpadas e estereotipadas dos muçulmanos, mas também dos judeus, que compunham as maiorias demográficas nos três países estudados. Esse “orientalismo brasileiro” foi inflamado também pelas questões de Guerra Fria, pois o

“Oriente” era tachado de atrasado, pobre e por isso mesmo presa fácil do comunismo, o grande temor das elites brasileiras naquele momento. A manutenção dessas visões serviu para frear a conciliação de interesses e de pautas entre o Brasil e os países daquela região. A mídia percebeu aos poucos essas agendas em comum, as delegações brasileiras na AGNU eram mais compreensivas ao cenário da descolonização e mesmo a chancelaria atentou-se, em outro ritmo, para a transformação rápida que acontecia na região naquele período.

Este trabalho lança novas possibilidades de pesquisa. Estudamos somente três países do Oriente Médio e as fontes governamentais principais que foram examinadas estão no arquivo do MRE em Brasília. O acesso aos arquivos do Itamaraty no Rio de Janeiro poderia contribuir para o aprofundamento deste estudo. Outras pesquisas poderiam também, partindo do telegrama de Antônio de Mendes Vianna (1957), compreender a dinâmica de outros países da região. Por exemplo, os ofícios confidenciais enviados da legação brasileira em Damasco, aberta em 1952 e fechada em 1958 por conta da criação da RAU, estão disponíveis em Brasília, e tem material profícuo para novos estudos. Ademais, como provocam os trabalhos de Balloffet (2017) e Pagliarini (2018), a mídia e outros grupos sociais, como os imigrantes, também manifestavam sua posição sobre as questões das relações internacionais e bilaterais, que rompem e elucidam propostas que ficariam pouco aclaradas se se restringisse aos arquivos do Estado. O período da Guerra Fria foi fundamental na formação do mundo contemporâneo e as lentes ideológicas tiveram impactos de forma variadas nos países subdesenvolvidos e nas relações entre eles. A tentativa da construção de um sistema representativo e democrático no Brasil foi fundamentalmente influenciada pelos debates internacionais da época e ressoaram as grandes questões que intermediaram a história de Irã, Egito e Israel.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PESQUISADOS

Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores – Brasília:

AHMRE-B/Ostensivos/Tel Aviv/Telegramas/Recebidos (1952-62), 3510.

AHMRE-B/Ostensivos/Tel Aviv/Telegramas/Enviados (1952-62), 3517.

AHMRE-B/Ostensivo/Teerã/Telegramas/Recebidos (1956-1964), 3436.

AHMRE-B/Secreto/Ofícios recebidos/Confidencial/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 2.

AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Cairo (1947-1963), Caixa 48.

AHMRE-B/Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Teerã (1947-1970), Caixa 130.

AHMRE-B/Ofícios recebidos/Confidencial/Tel Aviv (1953-67), caixa 131.

AHMRE-B/Telegramas Recebidos-Expedidos/Secretos/Embaixadas Q-W (1950-57), Caixa 44.

AHMRE-B/Confidencial/Telegramas Recebidos/Organismos e delegações/ONU (1947-1952), caixa 463.

AHMRE-B/Confidencial/Telegramas Recebidos/Organismos e delegações/ONU (1952-1957), caixa 464.

AHMRE-B/Confidencial/Ofícios Recebidos/Embaixadas/Washington (1947/21), caixa 141.

AHMRE-B/Maços temáticos secretos/940(04) – Guerra. Questão de Suez, caixa 438.

AHMRE-B/Maços Temáticos Secretos, caixa 242.

Arquivo Nacional – Fundo do Conselho de Segurança Nacional

FRUS – Foreign Relations of the United States

PERIÓDICOS

- Acessados através da “Hemeroteca Digital Brasileira”, Fundação Biblioteca Nacional:

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Correio da Manhã

Diário de Notícias

Imprensa Popular

Jornal do Brasil

Tribuna da Imprensa

Tribuna Popular

Última Hora

Voz Operária

OUTROS DOCUMENTOS

ANGLO-AMERICAN COMMITTEE OF INQUIRY. Report to the United States Government and His Majesty's Government in the United Kingdom. Lausanne, Switzerland April 20, 1946. Disponível em: https://ecf.org.il/media_items/307. Acessado em: 15 nov. 2019.

ARANHA, Oswaldo. A new order through the United Nations (1947). In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; ALMEIDA, Paulo Roberto; FARIAS, Rogério de Souza (org.). **Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro**. Volume I. Brasília: FUNAG, 2017. p. 419-427.

BRASIL. Decreto n.º 1311, de 28 de dezembro de 1904. Approva o tratado de commercio e amizade entre o Brazil e a Persia, de 16 de junho de 1903. **Senado Federal**, Secretaria de

Informação Legislativa, Rio de Janeiro, 1904. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/594890/publicacao/15814405>
Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 2.259, de 21 de setembro de 1910. Dá o carácter de agente político ou diplomático ao consul geral no Egypto, sem vencimentos. **Senado Federal**, Secretaria de Informação Legislativa, Rio de Janeiro, 1910. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/600449/publicacao/15623843>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 12.585, de 20 de julho de 1917. Estabelece que a Agência Diplomática do Brasil no Egypto seja regida por um ministro residente. **Senado Federal**, Secretaria de Informação Legislativa, Rio de Janeiro, 1917. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/423522/publicacao/15621338>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 15.448, de 19 de abril de 1922. Crêa um consulado honorário em Damasco, na Asia Menor. **Senado Federal**, Secretaria de Informação Legislativa, Rio de Janeiro, 1922. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/429175/publicacao/15798549>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 16.397, de 27 de fevereiro de 1924. Crêa a Legação do Brasil no Egypto. **Senado Federal**, Secretaria de Informação Legislativa, Rio de Janeiro, 1924. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/431025/publicacao/15619981>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 19.431, de 25 de novembro de 1930. Suprime a Legação no Egipto. **Senado Federal**, Secretaria de Informação Legislativa, Rio de Janeiro, 1930a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/436996/publicacao/15694033>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 19.430, de 25 de novembro de 1930. Cria uma Legação em Angora, Turquia, e dá outras providências. **Senado Federal**, Secretaria de Informação, Rio de Janeiro, 1930b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/436994/publicacao/15831090>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 19.566, de 6 de janeiro de 1931. Suprime diversos consulados honorários. **Senado Federal**, Secretaria de Informação Legislativa, Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/437268/publicacao/15797773>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 23.610, de 20 de dezembro de 1933. Providencia sobre a instalação da Legação no Cairo. **Senado Federal**, Secretaria de Informação Legislativa, Rio de Janeiro, 1933. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/445143/publicacao/15619491>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 10.675, de 22 de outubro de 1942. Cria uma Legação no Reino da Pérsia. **Senado Federal**, Secretaria de Informação Legislativa, Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/419818/publicacao/15636954>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 19.901, de 13 de novembro de 1945. Cria uma Legação nas Repúblicas do Líbano e da Síria. **Senado Federal**, Secretaria de Informação Legislativa, Rio de Janeiro,

1945. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/437937/publicacao/15611593>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 29.464, de 12 de abril de 1951. Dispõe sobre a criação de Legação do Brasil em Israel. **Senado Federal**, Secretaria de Informação Legislativa, Rio de Janeiro, 1951a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/452090/publicacao/15698240>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 30.08, de 22 de outubro de 1951. Transfere a sede da Legação na Síria. **Senado Federal**, Secretaria de Informação Legislativa, Rio de Janeiro, 1951b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/452693/publicacao/15637802>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Lei n.º 2.953, de 17 de Novembro de 1956. Fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior. Original publicado no **Diário Oficial da União** - Seção 1 de 20 nov. 1956a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2953-17-novembro-1956-354549-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 04 dez. 2018.

BRASIL. Decreto-legislativo n.º 61, de 1956. Autoriza o Presidente da República a contribuir com um contingente militar para formação ou integração da Força Internacional de Emergência. Publicado originalmente no **Diário do Congresso Nacional** - Seção 2 de 23 nov. 1956b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-61-22-novembro-1956-350654-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 jul. 2019.

BRASIL. Decreto n.º 43.467, de 27 de março de 1958. Cria a Legação do Brasil junto à Federação das Monarquias Árabes. **Câmara dos Deputados**, Legislação Informatizada, 1958a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43467-27-marco-1958-382369-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 43.562, de 23 de abril de 1958. Cria o Consulado do Brasil em Jerusalém. **Câmara dos Deputados**, Legislação Informatizada, 1958b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43562-23-abril-1958-382542-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CHURCHILL, Winston. Churchill's "Iron Curtain" Speech. **Wilson Center**, The Cold War International History Project, 05 March 1946. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116180>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CONGRESSO NACIONAL. **Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brasil, ano IV, n.º 217, 15 nov. 1949.

CONGRESSO NACIONAL. **Diário do Congresso Nacional – Seção II**. Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brasil, ano XI, n.º 198, 9 de nov. de 1956a.

CONGRESSO NACIONAL. **Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brasil, ano XI, n.º 203, 14 nov. 1956b.

CONGRESSO NACIONAL. **Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brasil, ano XI, n.º 204, 15 nov. 1956c.

FGV-CPDOC. Correspondência sobre saída de Hugo Gouthier da representação do Brasil no Irã, acusado pelo Governo de intervenção nos assuntos interno do país (07/11 a 02/12/1952). **FGV-CPDOC**, Arquivo Getúlio Vargas, GVc1952.11.07/5, 2009. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/correspondencia-sobre-saida-de-hugo-gouthier-da-representacao-do-brasil-no-ira-acusado-pelo-governo-de-intervencao-nos-assuntos-interno-do-pais-at>. Acesso em: 02 ago. 2020.

DUTRA, Eurico. **Discursos e alocações proferidos em 1947 pelo presidente Eurico G. Dutra**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

INDIA. Panchsheel. **External Publicity Division**, Ministry of External Affairs, Government of India, June 2014, p. 1-12. Disponível em: http://www.mea.gov.in/Uploads/PublicationDocs/191_panchsheel.pdf. Acesso em: 28 jun. 2019.

ISRAEL OFFICE OF INFORMATION. **Jerusalem and the United Nations**. Washington, DC: Israel Office of Information, 1953.

KENNAN, George. Ambassador Kennan writes to the Secretary of State with a lengthy analysis of Soviet policy in an attempt to explain their recent uncooperative behavior. **Wilson Center**, The Cold War International History Project, 22 Feb. 1946. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116178>. Acesso em: 10 fev. 2019.

NATIONS ONLINE. Map of Sinai. [2019]. Disponível em: https://www.nationsonline.org/oneworld/map/Sinai_map.htm. Acesso em: 17 out. 2020.

NASSER, Gamal Abdel. Discours de Gamal Abdel Nasser sur la nationalisation de la Compagnie du canal de Suez. Alexandrie, 26 juillet 1956. **La Documentation française**, Note et discours documentaires. Disponível em: https://www.cvce.eu/en/obj/speech_by_gamal_abdel_nasser_on_the_nationalisation_of_the_suez_canal_company_26_july_1956-en-d0ecf835-9f40-4c43-a2ed-94c186061d2a.html. Acesso em: 14 jun. 2019.

NOVIKOV, Nikolai. Telegram from Nikolai Novikov, Soviet Ambassador to the US, to the Soviet Leadership. **Wilson Center**, The Cold War International History Project, 27 Sept. 1946. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/110808>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SUKARNO. Opening address given by Sukarno (Bandung, 18 April 1955). **CVCE**, Louxemburg University, 01 Mar. 2017. Disponível em: https://www.cvce.eu/content/publication/2001/9/5/88d3f71c-c9f9-415a-b397-b27b8581a4f5/publishable_en.pdf. Acesso em: 28 jun. 2019.

TRUMAN, Harry S. Truman Doctrine: Recommendation for Assistance to Greece and Turkey. **Wilson Center**, The Cold War International History Project, 12 March 1947. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116182>. Acesso em: 10 fev. 2019.

UNITED NATIONS. General Assembly – 123: Palestinian question: report of the Ad Hoc Committee on the Palestinian Question (A/516), 26 nov. 1947a. Disponível em:

<https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/1BCE87E6077A1A0685256CE70075D5BE>.
Acesso em: 12 fev. 2019.

UNITED NATIONS. Resolution 181 (III), Adopted on the Report of the Ad Hoc Committee on the Palestinian Question. 29 nov. 1947b. Disponível em: [https://undocs.org/A/RES/181\(II\)](https://undocs.org/A/RES/181(II)).
Acesso em: 12 fev. 2019.

UNITED NATIONS. Report of the Security Council to the General Assembly Covering the period from 16 July 1946 to 15 July 1947. **General Assembly**, Official Records: Second Session, Lake Success, New York, 1947c.

UNITED NATIONS. Report of the Security Council to the General Assembly Covering the period from 16 July 1947 to 15 July 1948. **General Assembly**, Official Records: Third Session, Lake Success, New York, 1948.

UNITED NATIONS. Report of the Security Council to the General Assembly Covering the period from 16 July 1947 to 15 July 1948. **General Assembly**, Official Records: Fourth Session, Lake Success, New York, 1949.

UNITED NATIONS. Report of the Security Council to the General Assembly Covering the period from 16 July 1951 to 15 July 1952. **General Assembly**, Official Records: Seventh Session, New York, 1952.

UNITED NATIONS. First Emergency Special Session – Official Records. **United Nations General Assembly**, Plenary Meeting 561st, Thursday, 1 nov. 1956.

UNITED NATIONS. Report of the Security Council to the General Assembly Covering the period from 16 July 1956 to 15 July 1957. **General Assembly**, Official Records: Twelfth Session, New York, 1957.

UNITED NATIONS. Origins and Evolution of the Palestine Problem: 1917-1988. New York: United Nations, 1990.

U.S. STATE DEPARTMENT. The Vandenberg Resolution: The UN Charter and the Future Alliance. **U.S. Department of State Archive**, January 20, [2001]. Disponível em: <https://1997-2001.state.gov/regions/eur/nato/vandenberg.html>. Acesso em: 15 dez. 2020.

VIANNA, Antônio Mendes. Relatório do Ministro A. Mendes Vianna sobre os países do Próximo e Médio Oriente. **AHMRE-B**, Brasília, Confidencial/Ofícios recebidos/Embaixadas/Teerã (1947-1970), Caixa 131, S/N, de 29 de janeiro de 1957.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMIAN, Ervand. **A history of modern Iran**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Olhando para dentro – 1930-1964**. História do Brasil Nação:1808-2010 (Volume 4). São Paulo: Objetiva, 2013. p. 180-227.

AMANAT, Abbas. **Iran** – a Modern History. New Haven/London: Yale University Press, 2017.

AMAR, Paul (ed.). **The Middle East and Brazil: perspectives on the new global south**. Bloomington/Indiana: Indiana University Press, 2014.

AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva**. São Paulo: Benvirá, 2015.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Batalhão Suez – História, memória e representações dos soldados brasileiros (1957-1967)**. Rio de Janeiro/Teresina: Multifoco/EDUFPI, 2013.

BALLOFFET, Lilly Pearl. Argentine and Egyptian History Entangled: From Perón to Nasser. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge University Press, 2017, p. 1-27.

BARR, James. **A line in the sand** – Britain, France and the struggle that shaped the Middle East. London: Simon & Schuster, 2012.

BARR, James. **Lords of the Desert** – Britain's struggle with America to dominate the Middle East. London: Simon & Schuster, 2019.

BATALHÃO SUEZ. Site Brasileiro dos Veteranos das Forças de Paz da ONU. Porto Alegre/Rio de Janeiro: ABIS, [2019]. Disponível em: <http://www.batalhaosuez.com.br/index.htm>. Acesso em: 30 jul. 2019.

BEN-DROR, Elad; ZIEDLER, Asaf. Israel, Jordan and their efforts to frustrate the United Nations Resolutions to Internationalise Jerusalem. **Diplomacy & Statecraft**, vol. 26, n^o. 4, p. 636-658, 2015.

BENEVIDES, Maria Victoria. O governo Kubitschek e o desenvolvimento. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **O Brasil de JK**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BEST, Antony; HANHIMAKI, Jussi; MAIOLO, Joseph; SCHULZE, Kirsten E. **International History of the XX century and beyond**. 3rd edition. Abingdon, Oxon: Routledge, 2015.

BETHELL, Leslie. Politics in Brazil under the Liberal Republic (1945-1964). In: _____ (Ed.). **The Cambridge History of Latin America**. Volume IX – Brazil since 1930. New York: Cambridge University Press, 2008. p. 87-164.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. The impact of the Cold War on Latin America. In: LEFFLER, Melvyn P.; PAINTER, David S. **Origins of the Cold War: an international history**. 2nd edition. New York/London: Routledge, 2005. p. 299-316.

BIALER, Uri. **Cross on the Star of David: the Christian world in Israel's foreign policy, 1948-1967**. Bloomington: Indiana University Press, 2005.

BOTMAN, Selman. The liberal age, 1923-1952. In: DALY, M. W. (ed.). **The Cambridge History of Egypt** – Volume Two: Modern Egypt from 1517 to the end of the Twentieth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 285-308.

BRADLEY, Mark Philip. Decolonization, the global South, and the Cold War, 1919–1962. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (ed.). **The Cambridge History of the Cold War**. Volume I: origins. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 464-485.

BREDA DOS SANTOS, Norma. O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós(?)-sionismo. In: _____ (org.). **Brasil e Israel – Diplomacia e sociedades**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p. 19-70.

BREDA DOS SANTOS, Norma. Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas. In: DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo. **Israel-Palestina – a construção da paz vista de uma perspectiva global**. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 263-282.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **1946 – Preconceito de Cor**. Registros das sessões/Escrevendo a História/ 125 anos da Lei Áurea, Brasília (DF), [2013a]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/125-anos-da-lei-aurea/1946-2013-preconceito-de-cor>. Acesso em: 01 jun. 2020.

CAMPBELL, David. **Writing Security: Unites States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CARROLL, James. **Jerusalém, Jerusalém: como a história da antiga cidade sagrada para três religiões deu início ao mundo moderno**. São Paulo: Cultrix, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz? **História** (São Paulo), v. 33, n.2, p. 150-188, jul./dez. 2014.

CATERINA, Gianfranco. **Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)**. 2019. 425 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, FGV, São Paulo, 2019.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 3ª ed. Brasília: Editora UnB, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHAZAN, Meir. The Creation of the Relations between Israel and Brasil from a Pioneering Perspective: Between Diplomacy and Kibbutz. In: BEJARANO, Margalit; HAREL, Yaron; TOPEL, Marta; YOSIFON, Margalit (ed.). **Jews and Jewish Identities in Latin America: Historical, Cultural, and Literary Perspectives**. **Jewish Latin American Studies**, nov. 2017.

CHEVALLIER, Dominique. Le Congrès árabe de Paris (juin 1913) à la Societé de Geographie. **Societé de Geographie**, n.º 1552, p. 10-17, janvier-février-mars 2014.

COHEN, Maxwell. The United Nations Emergency Force: A Preliminary View. **International Journal**, vol. 12, Jun. 1, p. 109-127, 1957.

CORREA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas** (1946-2006). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

CYTRYNOWICZ, Roney. Beyond state and ideology – immigration of the Jewish Community to Brazil (1937-1945). In: LESSER, Jeffrey; REIN, Raanan. **Rethinking Jewish-Latin Americans**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2008. p. 89-105.

DEIGHTON, Anne. Britain and the Cold War, 1945-1955. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (ed.). **The Cambridge History of the Cold War**. Volume I: origins. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 112-132.

DEL PERO, Mario. Incompatible universalisms – the United States, the Soviet Union, and the Beginning of the Cold War. In: KALINOVSKY, Artemy; DAIGLE, Craig (ed.). **The Routledge Handbook of the Cold War**. London/New York: News York, 2014. p. 3-16.

DEMANT, Peter. Identidades israelenses e palestinas: questões ideológicas. In: DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (org.). **Israel-Palestina** – a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 201-259.

DIEHL, Paul F. First United Nations Emergency Force (UNEF I). in: KOOPS, Joachim; MACQUEEN, Norrie; TARDY, Thierry; WILLIAMS, Paul D. **The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations**. Oxford: Oxford University Press 2015. p. 144-152.

ENGERMAN, David C. Ideology and the origins of the Cold War, 1917–1962. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne. **The Cambridge History of the Cold War**. Volume I: origins. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 20-43.

FARAH, Paulo Daniel Elias. The Summits of South America-Arab States. Historical contexts of south-south solidarity and exchange. In: AMAR, Paul (ed.). **The Middle East and Brazil: perspectives on the new global south**. Bloomington/Indiana: Indiana University Press, 2014. p. 39-56.

FARES, Seme Taleb. **O pragmatismo do petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque, de 1973 a 2007**. 2007. 277 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FÁVERO, Gustavo; PINHEIRO, Lucas Frota Verri. As relações entre o Brasil e a Palestina e o reconhecimento do Estado palestino pelo Brasil. **Cadernos de Política Exterior**, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), v. 2, n.º 3, p. 65-92, 2016.

FAWCETT, Louise. Alliances and regionalism in the Middle East. In: FAWCETT, Louise. **International Relations of the Middle East**. 3rd edition. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 185-204.

FELLET, João. Líderes evangélicos saem em defesa de Israel e criticam Dilma. **BBC News Brasil**, Londres, 6 ago. 2014. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140806_evangelicos_israel_dilma_jf_kb. Acesso em: 10 dez. 2019.

FERREIRA, Marieta de Morais. **Verbete – Tribuna Popular**. FGV/CPDOC, 2009a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-popular>. Acesso em: 23 jul. 2019.

FERREIRA, Marieta de Morais. **Verbete – Voz Operária**. FGV/CPDOC, 2009b. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/voz-operaria>. Acesso em: 23 jul. 2019.

FERREIRA, Marieta de Morais. **Verbete – Imprensa Popular**. FGV/CPDOC, 2009c. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular>. Acesso em: 23 jul. 2019.

FERREIRA, Marieta de Morais; MONTALVÃO, Sérgio. **Verbete – Jornal do Brasil**. FGV/CPDOC, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acesso em: 23 jul. 2019.

FINK, Carole. **Cold War: an international history**. Boulder (Colorado): Westview Press, 2014.

FISHER, Max. 40 maps that explain the Middle East. **Vox**, March 26 2015. Disponível em: <https://www.vox.com/a/maps-explain-the-middle-east>. Acesso em: 02 abr. 2019.

FROHLICH, Manuel. The Suez Story – Dag Hammarskjöld, the United Nations and the creation of UN peacekeeping. In: STAHN, Carsten; MELBER, Henning. **Peace Diplomacy, Global Justice and International Agency** – rethinking human security and ethics in the spirit of Dag Hammarskjöld. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2014. p. 305-340.

GAMBA, Karla. Mourão diz que, 'por ora', Brasil não pensa em mudar embaixada para Jerusalém. **O Globo** – Mundo, data. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/mourao-diz-que-por-ora-brasil-nao-pensa-em-mudar-embaixada-para-jerusalem-23408864>. Acesso em: 19 dez. 2019.

GARAVINI, Giuliano. **European Integration, Decolonization, and the Challenge from the Global South** (1957–1986). Oxford: Oxford University Press, 2012.

GARCIA, Eugenio Vargas. De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54 (1), p. 159-177, 2011.

GERGES, Fawaz. Egypt and the 1948 War: internal conflict and regional ambition. In: ROGAN, Eugene; SHLAIM, Avi (ed.). **The War of Palestine** – Rewriting the History of 1948. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 150-175.

GERGES, Fawaz. **ISIS – A history**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

GERGES, Fawaz. **Making of the Arab World** – Nasser, Qutb, and the clash that shaped the Middle East. Princeton: Princeton University Press, 2018.

GLICK, Edward. The Vatican, Latin America, and Jerusalem. **International Organization**, vol. 11, n. 2, p. 213-219, Spring 1957.

GRINBERG, Keila. **O mundo árabe e as guerras árabe-palestinas**. IN: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX: o tempo das dúvidas – do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed, 2005.

GOMES, Angela de Castro. População e sociedade. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Olhando para dentro – 1930-1964**. História do Brasil Nação:1808-2010 (Volume 4). São Paulo: Objetiva, 2013. p. 41-88.

GONDIM, Hugo Gouthier de Oliveira. **Presença**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

GROSSMAN, Jonathan. **Cordial Relations, Pragmatic Policies – Israel and Brazil (1961-1964): policy making and diplomacy in the Cold War Era**. 2012. Dissertação (Master of Arts in the Department of Romance and Latin American Studies) – The Hebrew University of Jerusalem, The Faculty of Humanities, Jerusalem, 2012.

GROSSMAN, Jonathan. **Israel, Brazil, and the Jewish Diaspora: 1964-1975**. 2018. Tese (Doctor of Philosophy) – The Hebrew University of Jerusalem, Jerusalem, 2018.

GULZEDERE, Ekrem Eddy. **Brazil-Turkey Relations – a role theoretical analysis of emerging powers**. Dissertação – Universitat Hamburg, Hamburg, 2017. 210f.

HAHN, Peter L. **The United States, Great Britain, and Egypt, 1945-1956: Strategy and Diplomacy in the Early Cold War**. Chape Hill: The University of North Carolina Press, 1991.

HANHIMAKI, Jussi. **The United Nations – a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

HEIMANN, Gadi. The struggle between the United States and Israel over recognition for Jerusalem as Israel's Capital, 1952-67. **The International History Review**, vol. 37, no. 4, 790-808, 2015.

HELLER, Joseph. **The United States, the Soviet Union and the Arab-Israeli Conflict (1948-1967)**. Manchester: Manchester University Press, 2016.

HERZOG, Chaim. The Suez-Sinai Campaign: background. In: TROEN, S.I; SHEMESH, M. **The Suez-Sinai Campaign 1956 – Retrospective and Reappraisal**. London: Frank Cass and Company Limited, 2005.

HIRST, Monica. **O pragmatismo possível – a política externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

HIRST, Monica. **Understanding Brazil-United States Relations**. Brasília: FUNAG, 2013.

HOURANI, Albert. **A History of the Arab Peoples**. London: Faber and Faber, 2013.

IRWIN, Ryan D. Decolonization and the Cold War. In: KALINOVSKY, Artemy; DAIGLE, Craig. **The Routledge Handbook of the Cold War**. London/New York: News York, 2014. p. 91-104.

ISRAELI, Ofer. Twilight of Colonialism: Mossadegh And the Suez Canal. **Middle East Policy**, Vol. XX, No. 1, p. 147-156, 2013.

KALYNOVSKY, Artemy M. The Soviet Union and Mosaddeq: a research note. **Iranian Studies**, vol. 47, issue 3, p. 1-18, 2014.

KAMRAVA, Mehran. **The Modern Middle East** – a political history since the First World War. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2005.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Aposta em Teerã** – o acordo nuclear entre Brasil, Turquia e Irã. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

LAQUEUR, Walter (Ed.). **The Israeli-Arab reader** – a documentary history of the Middle East conflict. Middlesex: Penguin Books, 1970.

LATHAM, Michael E. The Cold War in the Third World (1963-1975). In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne. **The Cambridge History of the Cold War**. Volume II: crises and détente. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 258-280.

LEAL, Carlos Eduardo. **Verbetes – Tribuna da Imprensa**. FGV/CPDOC, 2009a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>. Acesso em: 23 jul. 2019.

LEAL, Carlos Eduardo. **Verbetes – Última Hora**. FGV/CPDOC, 2009b. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>. Acesso em: 23 jul. 2019.

LEAL, Carlos Eduardo. **Verbetes – Correio da Manhã**. FGV/CPDOC, 2009c. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>. Acesso em: 23 jul. 2019.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LITTLE, Douglas. A tale of four doctrines – U.S. National Security, the Soviet Threat, and the Middle East. In: **American Orientalism**. The United States and the Middle East since 1945. 3rd ed. Chape Hill (USA): The University of North Carolina Press, 2008. p. 117-155.

LITTLE, Douglas. The Cold War in the Middle East: Suez Crisis to Camp David Accords. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne. **The Cambridge History of the Cold War**. Volume II: crises and détente. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 305-326.

LOPES, Fabiano Luis Bueno. **Batalhão Suez: História, Memória e Representação Coletiva (1956-2000)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

MANELA, Erez. **The Wilsonian Moment** – self-determination and the international origins of anticolonial nationalism. New York: Oxford University Press, 2007.

MASTNY, VOJTECH. The early Cold War and its legacy. In: KALINOVSKY, Artemy; DAIGLE, Craig (ed.). **The Routledge Handbook of the Cold War**. London/New York: News York, 2014. p. 32-42.

MCVETY, Amanda Kay. Fear, want and the internationalism of the early Cold War. In: KALINOVSKY, Artemy; DAIGLE, Craig (ed.). **The Routledge Handbook of the Cold War**. London/New York: News York, 2014. p. 17-31.

MCMAHON, Robert. **La Guerra Fría** – una breve introducción. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

MENDES, José Guilherme. Perfume+Petróleo = Dinamite. **Revista Manchete**, n. 31, 21 de novembro de 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 02 jun. 2020.

MINASSIAN, Gaidz. Le grand marchandage de l'Épire ottoman. In: LE MONDE. L'Histoire du Proche-Orient. **Le Monde**, Hors Série, Paris, p. 106-107, 2018.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MORRIS, Justin. Origins of the United Nations. In: WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam. **The Oxford Handbook of the United Nations**. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2018.

MORTON, Michael Quentin. **Empires and Anarchies** – a history of oil in the Middle East. London: Reaktion Books, 2017.

MOURA, Gerson. **O alinhamento sem recompensa**: a política externa do governo Dutra. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1990.

MOURA, Gerson. Avanços e recuos na política externa de JK. In: GOMES, Angela de Castro. **O Brasil de JK**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MURDEN, Simon. The secondary institutions of the Middle Eastern regional interstate society. In: BUZAN, Barry; GONZALEZ-PELAEZ, Ana. **International Society and the Middle East** – English School Theory at the Regional Level. New York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 117-139-169.

OREN, Michael B. **Power, Faith and Fantasy** – America in the Middle East 1776 to the present. New York: Norton & Norton Company, 2011.

NOROUZI, Ebrahim; NOROUZI, Arash. Indecent Proposals: 1951. Oil, Iran, and the Anglo-American Art of Non-negotiation. **The Mossadegh Project**, 3 Nov. 2011. Disponível em: <http://www.mohammadmossadegh.com/biography/post-nationalization-negotiations/>. Acesso em: 19 dez. 2020.

NOROUZI, Arash. The US-Britain alliance to oust Mossadegh was not inevitable. **The Mossadegh Project**, 19 Aug. 2019. Disponível em: <http://www.mohammadmossadegh.com/news/the-us-britain-alliance-to-erase-mossadegh-was-not-inevitable/>. Acesso em: 19 dez. 2020.

PAINTER, David S. Oil, resources and the Cold War (1945-1962). In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (ed.). **The Cambridge History of the Cold War**. Volume I: origins. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 486-507.

PAGLIARINI, Andre Ricardo. “**The theater of formidable battles**”: the struggle for Nationalism in Modern Brazil, 1955-1985. Doctor of Philosophy in the Department of History, Brown University, Providence, Rhode Island. May 2018.

PAPPÉ, Ilan. Zionism as colonialism: a comparative view of diluted colonialism in Asia and Africa. **South Atlantic Quarterly**, 107:4, p. 611-633, Fall 2008.

PASSARINHO, Nathalia. EUA x Irã: o que Brasil tem a ganhar ou perder ao apoiar Trump no conflito. **BBC News Brasil**, Londres, 7 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51026485>. Acesso em: 05 dez. 2020.

PATTI, Carlo. The origins of the Brazilian nuclear programme, 1951-1955. **Cold War History**, p. 1-21, 2014.

PECHATNOV, Vladimir. The Soviet Union and the world, 1944-1953. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (ed.). **The Cambridge History of the Cold War**. Volume I: origins. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 90-111.

PINHEIRO, Letícia. O Brasil no mundo. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Olhando para dentro – 1930-1964**. História do Brasil Nação:1808-2010 (Volume 4). São Paulo: Objetiva, 2013. p. 143-178.

PREISS, José Luiz Silva. **Brasil e Argentina no Oriente Médio**: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria. 2013. 199 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2013.

QUIGLEY, Jonh. **The International Diplomacy of Israel’s Founders** – Deception at the United Nations in the Quest for Palestine. New York: Cambridge University Press, 2016.

RABOSSI, Fernando. Terrorist frontier cell or cosmopolitan commercial hub? – The Arab and Muslim presence at the border of Paraguay, Brazil and Argentina. In: AMAR, Paul. **The Middle East and Brazil**: perspectives on the new global south. Bloomington/Indiana: Indiana University Press, 2014. P. 92-115.

RBPI – Revista Brasileira de Política Internacional. Resenha. **RBPI**, ano I, n. 2, jun. 1958a.

RBPI – Revista Brasileira de Política Internacional. Resenha: Consulado Geral do Brasil em Jerusalém. **RBPI**, ano I, n. 3, p. 165-168, jun. 1958b.

RAINE, Fernande Scheid. The Iranian crisis of 1946 and the origins of the Cold War. In: LEFFLER, Melvyn P.; PAINTER, David S. **Origins of the Cold War: an international history**. 2nd edition. New York/London: Routledge, 2005. p. 93-111.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

ROGAN, Eugene. The Emergence of the Middle East into the Modern State System. In: FAWCETT, Louise. **International Relations of the Middle East**. 3rd edition. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 37-59.

ROGAN, Eugene. **The Arabs – a history**. 3rd ed. United Kingdom: Penguin Random House UK, 2018.

ROUSSILLON, Alain. Republican Egypt interpreted: revolution and beyond. In: DALY, M. W. (ed.). **The Cambridge History of Egypt – Volume Two: Modern Egypt from 1517 to the end of the Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 334-393.

SAID, Edward. **Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAND, Shlomo. **A invenção da Terra de Israel – da Terra Santa à terra pátria**. São Paulo: Benvirá, 2014.

SANZ, Juan Carlos. Dilma mantém silêncio sobre o novo embaixador de Israel. **El País – Brasil**, 23 dez. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/23/politica/1450892522_354450.html?rel=mas. Acesso em: 10 dez. 2019.

SCHREIBER, Mariana. Como o apoio evangélico ajudou a aproximar Israel e governo Bolsonaro. **BBC News Brasil**, 9 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46790185>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SCHULZE, Kirsten E. **The Arab-Israeli conflict**. 3rd ed. Oxdon: Routledge, 2017.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 14^a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SEBBA, Maria Aparecida Yasbec. O árabe em Goiânia – sua vida aqui. 2011. **Revista UFG**, ano XIII, n. 10, jul. 2011.

SENKMAN, Leonardo. O Brasil de Vargas e as relações diplomáticas com Israel: análise comparativa com a Argentina, 1949-1955. In: BRENDA DOS SANTOS, Norma (org.). **Brasil e Israel: diplomacia e sociedade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. p. 115-148.

SHAPIRA, Anita. **Israel: uma história**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

SHOHAT, Ella. Os sefardistas em Israel. **Novos Estudos**, n. 79, nov. 2007, p. 117-136.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. A agência na política externa brasileira: uma análise preliminar. In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio; FLORENCIO, Sergio Abreu e Lima; RAMANZINI Júnior, Haroldo; SILVA FILHO, Edison Benedito. **Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008**. Brasília: Ipea/Funag, 2018.

SOCHACZEWSKI, Monique. O Oriente Médio no Acervo da Biblioteca Nacional. **Ministério da Cultura**, Fundação Biblioteca Nacional, 2006.

SOCHACZEWSKI, Monique. **Do Rio de Janeiro a Istambul: contrastes e conexões entre o Brasil e o Império Otomano**. Brasília: FUNAG, 2017.

SPEKTOR, Matias. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

TOCKER, Benny. 'Brazil will not transfer the embassy to Jerusalem. **Arutz Sheva**, Jan, 3, 2019. Disponível em: <http://www.israelnationalnews.com/News/News.aspx/257095>. Acesso em: 10 dez. 2019.

TRAUMANN, Andrew. **Os militares e os aiatolás: relações Brasil-Irã (1979-1985)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Painel VII – Cultura e imigração árabes: influência na sociedade brasileira. In: FUNAG. **Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Cancelamento de registro do Partido Comunista Brasileiro. **Tribunal Superior Eleitoral**, Jurisprudência, Julgados Históricos, Brasília, [2020]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro>. Acesso em: 23 jul. 2020.

UZIEL, Eduardo. A diamond of intense brilliance in the diadem of Brazilian diplomacy: the 1953 Plan for Peace in Jerusalem. **Diplomacy & Statecraft**, vol. 30, n. 1, p. 1-25, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09592296.2019.1557413>. Acesso em: 18 mar. 2021.

VALBJORN, Morten. Arab Nationalism(s) in Transformation: from Arab Interstate Societies to an Arab-Islamic World Society. In: BUZAN, Barry; GONZALEZ-PELAEZ, Ana. **International Society and the Middle East – English School Theory at the Regional Level**. New York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 140-169.

VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto. Brasil-Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). SANTOS, Norma Breda dos (org.). **Brasil e Israel – Diplomacia e sociedades**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 71-113.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações Internacionais e desenvolvimento – o nacionalismo e a política externa independente**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Grande Oriente Médio: da descolonização à Primavera Árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: third world interventions and the making of our time**. New York: Cambridge University Press, 2005.

WESTAD, Odd Arne. The Cold War and the international history of the twentieth century. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (ed.0. **The Cambridge History of the Cold War**. Volume I: origins. Cambridge: Cambridge University Press, 2010 p. 1-19.

WESTAD, Odd Arne. The sources of Chinese Conduct: are Washington and Beijing fighting a new Cold War? **Foreign Affairs**, Sep.-Oct. 2019.

XAVIER, Júlio Ribeiro. **A História do Batalhão Suez: ações, reações e articulações cotidianas na Faixa de Gaza (1957-1967)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

YAQUB, Salim. **Containing Arab Nationalism: the Eisenhower Doctrine and the Middle East**. Chapel Hill/London: The University of North Caroline Press, 2004.

YAQUB, Salim. The Cold War and the Middle East. In: IMMERMANN, Richard HI; GOEDDE, Petra. **The Oxford Handbook of the Cold War**. Oxford, Oxford University Press, 2013.

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da. **O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1945-2011)**. Brasília: FUNAG, 2016.